



**Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Programa de Pós-graduação em Literatura e Práticas Sociais**

Danilo de Carvalho e Frabetti

**DA ROÇAGEM: ALTERAÇÃO, FORÇA E AUSÊNCIA COMO TÓPICAS DAS
NARRATIVAS DE CONQUISTA.**

Brasília

2022

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Programa de Pós-graduação em Literatura e Práticas Sociais

Danilo de Carvalho e Frabetti

DA ROÇAGEM: ALTERAÇÃO, FORÇA E AUSÊNCIA COMO TÓPICAS DAS
NARRATIVAS DE CONQUISTA.

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Literatura pelo
Programa de Pós-graduação em Literatura e
Práticas Sociais, realizada sob orientação do Prof.
Dr. Piero Luís Zanetti Eyben.

Brasília

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Carvalho e Frabetti, Danilo
dD186Fr Da Roçagem: Alteração, Força e Ausência como Tópicos das
abettir Narrativas de Conquista / Danilo de Carvalho e Frabetti;
orientador Piero Luis Zanetti Eyben. -- Brasília, 2022.
210 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Literatura) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Literatura. 2. Roçagem. 3. Conquista. I. Luis Zanetti
Eyben, Piero , orient. II. Título.

FRABETTI, Danilo de Carvalho e. *Da Roçagem. Alteração, Força e Ausência como Tópicos das Narrativas de Conquista*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2022.

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Práticas Sociais da Universidade de Brasília, examinada por:

Dr. Piero Luís Zanetti Eyben (UnB), Presidente

Dr. João Adolfo Hansen (USP), Membro Externo

Dr. Pablo Fernando Gasparini (USP), Membro Externo

Dr. José Luis Martínez Amaro (UnB), Membro Interno

Dr. Anderson Luís Nunes da Mata (UnB), Suplente

À memória de minha querida avó Norma Donatelli.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Piero Eyben, meu orientador, pela generosa hospitalidade.

À minha família, José, Valquiria e Maitê, por todo suporte ofertado hoje e sempre.

À minha companheira Leonora pelo carinho, pelas viagens e pela paciência.

À Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e à Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) pela oportunidade de me dedicar exclusivamente à pesquisa.

Aos Professores Dr. José Luis Martinez e Dr. Anderson da Mata pelas aulas e conversas engrandecedoras.

Ao amigo Daniel pelas conversas e pelos quilômetros de corrida.

RESUMO

FRABETTI, Danilo de Carvalho e. *Da Roçagem. Alteração, Força e Ausência como Tópicas das Narrativas de Conquista*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2022.

O presente trabalho consiste na investigação da roçagem a partir das tópicos da alteração, da força e da ausência, presentes nas narrativas de conquista. Entende-se por narrativas de conquista os textos que, de certo modo, fazem alusão à invasão e ao apossamento das terras, características das sociedades formadas em regime colonial. Nesse sentido, a exploração dos recursos naturais e a implementação de modelos civilizatórios, bem como da moralidade e dos costumes, são premissas que se relacionam com a da roçagem através da destituição dos ordenamentos que é realizada com objetivo de instaurar outras estruturas sobre aquele espaço. De modo semelhante, as condições dos processos de escrita também se assemelham às dos roçados na medida em que se inscrevem sobre as ruínas dos acontecimentos, evocando, para além das imagens distorcidas que caracterizam as representações, também os eventos pelos quais foram cessadas as suas vigências próprias no campo da imanência. Portanto, investigar os movimentos de aniquilação, dados a partir das intervenções da ordem das roçagens, que atuam pela alteração das disposições, através de aplicações das forças necessárias, fazendo restar a ausência esmorecida das ruínas, tal qual o mato quando é derrubado para que ali sejam plantados e cultivados frutos distintos dos que eram produzidos naturalmente.

Palavras-chave: Roçagem; Literatura; Conquista; Alteração; Força; Ausência.

ABSTRACT

FRABETTI, Danilo de Carvalho e. *Of the Mowing. Alteration, Force and Absence as Topics of the Conquest Narratives*. PhD Dissertation. Brasília: Universidade de Brasília, 2022.

This work consists of the investigation of mowing as of alteration, force and absence which are present in the conquest narratives. What is meant by conquest narratives are texts that, somehow, allude to the invasion and the possession of the land, characteristic of societies that were formed under colonial regime. In that regard, the exploitation of natural resources and the implementation of civilization models, as well as of morality and behavior, are assumptions that relate to the mowing through the dismissal of ordinances that happens in order to establish another structures in that space. Similarly, the conditions of writing processes also resemble the mowing, as they entrench in the ruins of events, claiming, beyond the distorted images that mark the representations, the events to which its own groundings succumbed in the plane of immanence. Therefore, the significance of investigating the annihilation movements stemming from mowing interventions, which work by amending the dispositions, by the application of the necessary forces, leaving the fading absence of ruins, such as when scrubs are cut down so fruits other than those produced naturally may be planted and cultivated there.

Keywords: Mowing; Literature; Conquest; Alteration; Force; Absence.

RESUMEN

FRABETTI, Danilo de Carvalho e. *De la Siega. Alteración, Fuerza e Ausencia como Temas de Narrativas de Conquista*. Tesis de Doctorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2022.

El presente trabajo consiste en la investigación de la siega, a partir de los temas de modificación, de fuerza y de ausencia, presentes en las narrativas de conquista. Se entiende por narrativas de conquista a los textos que, en cierto modo, aluden a la invasión y posesión de la tierra, características de las sociedades formadas por el régimen colonial. En ese sentido, la explotación de los recursos naturales, la implementación de modelos de civilización, así como la moral y los costumbres, son suposiciones que se relacionan con la siega por la derogación de las ordenanzas que se lleva a cabo con el fin de establecer otras estructuras en ese espacio. Similarmente, las condiciones de los procesos de escritura también se asemejan a la siega en la medida en que están inscritos en las ruinas de los acontecimientos, evocando, más allá de las imágenes distorsionadas que caracterizan las representaciones, también los hechos por los cuales cesaron su propia validez en el campo de la inmanencia. Por lo tanto, investigar los movimientos de aniquilación, datos obtenidos a partir de las intervenciones de la siega, que trabajan modificando las disposiciones, mediante la aplicación de las fuerzas necesarias, dejando la ausencia que se desvanece de las ruinas, como la hierba cuando está cortada para que sean plantados y cultivados allí frutos distintos de los producidos naturalmente.

Palabras Clave: Siega; Literatura; Conquista; Alteración; Fuerza; Ausencia.

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 – Itinerários da Missão Cruls	25
Figura 2 – <i>Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitánias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará</i>	33
Figura 3 – Cecil Wooten. Gráfico dos tipos de estilos. (1987)	133
Figura 4 – José Ferraz de Almeida Júnior. <i>O Derrubador Brasileiro</i> (1879)	172

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: UMA QUESTÃO LOCAL	20
CAPÍTULO 2: DA ALTERAÇÃO	49
CAPÍTULO 3: DA FORÇA.....	101
CAPÍTULO 4: DA AUSÊNCIA	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
BIBLIOGRAFIA	207

INTRODUÇÃO

A natureza exuberante é uma das características nacionais mais notórias. Seja na mata litorânea que se estende paralela à costa, seja no árido agreste de chão rachado, seja nas planícies retilíneas do planalto central, a relação entre homem e o mundo natural nas terras brasílicas sempre foi questão de suma importância. Propõe-se pensar como que essa relação se fundamenta em princípios que dizem respeito à ideia de, por um lado, explorar, tirar proveito, lucrar com o que brota ou se esconde no solo, por outro, de maneira análoga e similar, de como essas histórias se inscrevem de acordo com certas tópicas e preceitos temáticos.

Roberto Ventura em *Estilo tropical*¹ destaca a influência, além do esplendor natural, também a do clima abaixo da linha do Equador, centrada no conceito de obnubilação. Segundo o escritor, inspirado pelo trabalho de Araripe Jr., a obnubilação consiste na transformação que sofre o colono ao atravessar o Atlântico, sua adaptação ao ambiente e ao meio físico, quando vencido pela rudez do meio, entontecido pela natureza, abraçado com a terra, se aproxima da condição nativa através de uma alteração psíquica resultante dessa relação. Assim, é possível destacar como os registros produzidos em solo nacional possuem, a partir da grandiosa diversidade natural, a relação entre homem e natureza como uma de suas mais notórias características. São produzidos também a partir de modelos mistos que derivam de relações antagônicas como as que se passam entre colonos e nativos, entre a palavra de deus e os ritos antropofágicos, entre os machados e os troncos das árvores.

Para tanto, como ponto de partida, se tome aqui a noção de roçagem enquanto ação que desapropria a mata natural para que nela seja instaurada uma nova vegetação. Do latim *ruptiare*, de *ruptus*, o vocábulo diz do movimento de rasgar, fender, dilacerar. A partir dessa noção, pensar a construção de uma possível historiografia possibilitada por esses movimentos de roçagem, simultaneamente presentes nas picadas abertas no mato e nas linhas grafadas nos documentos exploratórios. O avanço dos exploradores conquistadores rumo ao interior do país é também o avanço das letras que vão concomitantemente aferindo, atestando, nomeando e outorgando os propósitos

¹ VENTURA, Roberto. “Estilo tropical: a natureza como pátria.” In: *Remate de Males*. Campinas, (7): 27-38, 1987.

disseminados, tal qual a nova horta que se levanta sobre os escombros da vegetação nativa.

Possível é, também, investigar a tópica da roçagem em proximidade com os conceitos de *trace* e de *frayage*² em Jacques Derrida:

Les concepts de trace (*Spur*), de frayage (*Bahnung*), de forces de frayage sont, dès l'*Entwurf*, inséparables du concept de différence. On ne peut décrire l'origine de la mémoire et du psychisme comme mémoire en général (consciente ou inconsciente) qu'en tenant compte de la différence entre les frayages. Freud le dit expressément. Il n'y a pas de frayage sans différence et pas de différence sans trace.³

Os rastros não possibilitam o acesso à presença de uma entidade, nem à sua ausência quando modificada pela representação, não constituindo um acesso à origem do fenômeno, mas antes a marca de um abalo na estrutura ontológica entre presença, memória e representação. Os sulcamentos, os desbravamentos, as picadas abertas na mata, juntamente com a ideia de rastros, são inseparáveis do conceito de diferença. Adaptando tal entendimento ao propósito desta pesquisa, resulta que a construção das estruturas civilizatórias (e as representativas de modo geral) em território nacional, fundamentadas pela diferença, consumadas pela necessidade de alterar, de roçar os ordenamentos primeiros, para que tornem possível erguer as bases de novas estruturas políticas, sociais, econômicas, culturais e religiosas, permitem a criação desse espaço intermediário entre presença e ausência, entre potência e atualidade, uma civilização erguida sobre os escombros e vestígios de outros ordenamentos que se esvaíram.

Desde a chegada nas costas sul americanas que o europeu encara o exotismo desconhecido dessa *physis* tropical e busca meios de subjuga-la de modo que possa apropriar-se dela. Vencê-la primeiramente pela roçagem, pela picada. Alterar a paisagem, erigir habitação. Grafar uma história que seja espelhada nos temas que vieram do além mar, as ferramentas, as armas e as penas. A primeira carta endereçada à coroa lusitana informando-a do exuberante e promissor apossamento. Movimentos simultâneos, a abertura das trilhas que permitem o adentramento e a grafia das missões, bem como dos itens necessários e os adquiridos. As serras azuladas ao fundo como horizonte a ser atingido. Os rios que as cortam como veias e primeiras vias de acesso ao interior. A

² Adotaremos a tradução de *trace* por “rastro” *frayage* por “sulcamento”, de acordo com a edição: *Margens da filosofia*, trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães, Campinas: Papyrus, 1991.

³ DERRIDA, Jacques. *Marges de la philosophie*. Paris: Les éditions de minuit, 1972, p. 19

toponímia nativa que perdura, os nomes santos que batizam as primeiras *urbis*, os nomes de aves, árvores e plantas que marcam os caminhos abertos.

O escopo do trabalho consiste na investigação das narrativas exploratórias e de conquista em busca de elementos que indiquem os intuitos de possuir a terra, nela implementar e disseminar o *ethos* ocidental. Além das temáticas, buscar nos registros também certas tópicas e recursos técnicos que auxiliem na compreensão dos mecanismos estilísticos que sugerem movimentos representativos ocorrentes no país. Esboço inicial de que a noção de literatura avança em território desabitado juntamente com todo arcabouço civilizatório importado e difundido pelos europeus. Se dá, por exemplo, pelo estranhamento do colono quando diante dos costumes gentios, por uma necessidade de alterar, pela força, esses hábitos e promulgar as leis que visam orientar e alinhar esses nativos ao modelo de civilização ocidental, de modo que possam habitar a localidade em construção.

São forjadas em amálgama peculiar pois, se de um lado o europeu impõe ao índio sua língua, religião, costumes e organizações sociais, o nativo influencia o europeu através do modo de plantar, da medicina natural, da construção de embarcações, da relação com o mundo natural, entre outras questões essenciais próprias da vida nos trópicos. Dessa mescla complexa e plural surgem diversas características que refletem nas produções artísticas brasileiras. Oscilantes, tais produções podem ser pensadas a partir do pêndulo entre dois polos: um que tende à globalização e ao desenvolvimento urbano e civilizatório, outro que se volta para suas particularidades próprias, regionalizadas, que opera pelo resgate dessas situações específicas resistentes à imposição das alterações que lhe foram mandatórias.

Pensar as relações entre os processos de representação e os de roçagem a partir de três características presentes em ambos: a alteração, a utilização da força e o vazio ausente das sobras. Primeiramente, as ações subjugam os ordenamentos iniciais e os submetem a destituição de suas condições próprias. A ação da força é própria desse movimento, a lâmina que raspa o solo, a pena que grafa a superfície. Por fim o montante de esforços evoca, pela alteração forçada, a ausência. Os campos desmatados, os fenômenos que cessam diante das representações, os baldrames das edificações que se espalham nas valas sulcadas, o estabelecimento dessa cosmogonia, possibilitada pela roçagem, como importante aspecto dos propósitos executados na construção das literaturas brasileiras.

Para auxiliar o traçado dos caminhos, as investigações se orientam a partir de questões centrais que, de acordo com o entendimento aqui proposto, fundamentam a base metodológica desses esforços. A alteração a partir da questão sofisticada, o uso das contraditórias, a possibilidade de alterar condições substanciais pelo discurso, atuando e interferindo diretamente nas estruturas culturais, sociais e políticas. A construção de um ato de fala que pode reivindicar certa condição inicial e submetê-la a um contexto diverso daquele a que se refere. O uso da força através de uma retórica persuasiva que urge por condicionar o gentio nativo aos modelos civilizatórios perpetuados no projeto de urbanização do território brasileiro em nome da verdade propagada e de um propósito absoluto. O vazio restante desse hibridismo entre a condição nativa e a europeia que aponta para o cessar de sua experiência própria e a perpetuação, pela memória, de uma imagem ausente e remota que dialoga com a nova configuração sobreposta no campo desmatado.

O trabalho é estruturado pela divisão em quatro capítulos. O primeiro capítulo parte das margens do rio Corumbá pelos textos que narram a conquista do reino dos goyazes, bem como da construção do Distrito Federal. Relatórios das expedições exploradoras, como o da Missão Cruls, responsável pela análise e demarcação do território que viria a se tornar o Distrito Federal. A missão Cruls atravessa o rio Corumbá em direção ao cume da serra de Pirenópolis. Narrativas de viagens, como as de Saint Hilaire, e do padre Luís Antônio da Silva e Sousa, onde estão presentes importantes aspectos da historiografia goyana, contada desde a investida de Anhangüera sobre o reino dos goyazes.

Também integram esse capítulo os relatos de Couto de Magalhães e Joaquim Leite, ambos destinados a assumir a presidência da capitania de Goyaz, nos quais foram registrados os benefícios e a importância oriundos da navegação do rio Araguaia para o desenvolvimento civilizatório do interior. Texto do inventário dos produtos goyanos, como os do visconde de Taunay, a propósito da participação de Goyaz na exposição nacional de 1875, que analisava a condição dos produtos que seriam enviados para a exposição internacional nos Estados Unidos, a ocorrer no ano seguinte, em comemoração aos 100 anos da independência norte americana. A roçagem entendida como característica dos relatos que fundamentam a construção do estado de Goyaz sobre os escombros nativos. O nome que perdura enquanto marca de alteração. Nesse capítulo inicial é

apresentado como que um estado da arte do trabalho, partindo da questão local para em seguida adentrar individualmente em cada um dos tópicos propostos.

O segundo capítulo aborda a tópica da alteração. A partida é proposta através de um retorno ao cerne da discussão filosófica antiga que permite pensar a produção escrita em cizânia com o fenômeno representado. De início, destaque para a leitura que procede na comparação entre duas imagens, a primeira referente à pedra magnética presente no diálogo platônico Íon, a segunda sobre a pedra de amolar presente em *Contra os Retóricos* de Sexto Empírico. A investigação a partir dessas passagens introduzem a questão entre um discurso que é orientado por uma ideia absoluta de verdade e outro que pode induzir à persuasão mesmo quando destituído de qualquer fundamentação empírica. A pesquisa se insere assim na importantíssima e ancestral questão entre poética, sofística e ontologia, partindo do embate entre o *logos* e o ser enquanto alicerce do *ethos* ocidental. As considerações são voltadas em acordo com a pauta da dicotomia entre Górgias x Parmênides, entre sofística e ontologia, bem como o desenvolvimento de tais premissas nas escolas platônicas e aristotélicas. A inversão gorgiana das premissas parmenídicas como questão norteadora dos esforços aqui presentes.

Assim se desvelam os elementos que servem de base para entender como o discurso pode incidir sobre a cosmogonia nativa alterando-a, em parte com ela se mesclando, em parte a aniquilando, deixando restar os vestígios que marcam o falecimento dos fenômenos para surgimento das condições implementadas. Em seguida, investigar a tópica da alteração presente em certo recorte da poesia nacional, a partir de obras do padre Anchieta como *Os Feitos de Mem de Sá*, obra que relata os esforços dos portugueses para combater os costumes nativos, como a antropofagia e a poligamia, e também no combate à ameaça protestante francesas que fundava sua fortaleza no Rio de Janeiro. Também em alguns sonetos de Glaucestre Saturnio podem ser encontradas tópicas referentes à alteração da cosmogonia imposta pelo avanço da cidade sobre as matas, além da questão referente à poesia pastoril que resgata a condição dos pastores, desprovidos dos vícios que caracterizam o homem habitante das cidades modernas.

O terceiro capítulo trata da tópica da utilização da força no processo de ocupação do território. Sustentada pela condição primeira dos processos escriturais, também é possibilitada pela destituição dos ordenamentos como marca das literaturas produzidas em situações coloniais. A força compulsória que se imprime pelo texto e pelo discurso como artifício impositivo, seus efeitos aplicados para suprimir e dominar, para semear a

palavra divina quando alinhada à manutenção das conquistas territoriais. Estão presentes em textos como *A crônica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, de Gomes Eannes de Zurara, exemplos demonstrativos do poder conquistador exercido e validado pelo texto, pelo discurso que permite e outorga a invasão. A imposição pela força necessita dos caminhos trilhados, das vias de acesso, da expansão das rotas marítimas e comerciais. São investigados textos que apresentam as técnicas de marinharia, tão valiosas para o projeto lusitano de conquista, como o *Esmeraldo de Situ Orbis* e o *Tratado da Agulha de Marear*. Investiga-se, também, como a persuasão pelo discurso é tema frequente na utilização das forças, tanto para que os príncipes convençam el Rey da necessidade de invadir a cidade africana, como também o discurso do frey Johan Xira que valida a conquista alegando ser da vontade de Deus que esse território seja devolvido aos cristãos. A partir dessas tópicas se faz possível pensar a necessidade da roçagem, da preparação do solo, da alteração da estrutura que permite o levante das cidades e do modo de vida ocidental nas terras tropicais.

Por fim o quarto capítulo ocupa-se da ausência caracterizada pela falta oriunda do processo de construção civilizatória, restos e acenos para as ruínas do que fora destituído, a incompletude erigida sobre os escombros. Faz-se referência, aqui, ao mato que, no entendimento dessa pesquisa, é imagem representativa desse vazio, entendido como abrigo do inimigo e das feras perigosas, espaço que deve ser evitado e, quando possível, combatido. Partindo desse entendimento, é possível encontrar referências que o exemplifica, como nos diários de Langsdorff, quando relata as péssimas condições das estradas pelas quais viajava em contraste com o conforto em que era acolhido quando chegava em uma localidade mais estruturada.

A pintura de Almeida Júnior, *O derrubador brasileiro*, também auxilia na investigação dos espaços vazios e ocasiona algumas reflexões sobre os modos de cultivo e produções agrícolas vigentes no país. A partir daí, busca-se uma pequena historiografia, ordenada pelo estudo de Pádua, *Um sopro de destruição*, o qual apresenta a gênese da questão de preservação ambiental presente nos discursos produzidos por alguns alunos brasileiros que se formaram na Universidade de Coimbra sob a influência de questões de ordem da filosofia natural e preceitos científicos próprios do iluminismo. Esses discursos apresentam possibilidades para o desenvolvimento tecnológico dos modos de produção com vistas a torná-los mais eficientes e benéficos para as lavouras. Para obter a eficiência lucrativa desejada, torna-se imprescindível preservar certas áreas de vegetação nativa

garantidoras de recursos necessários para o bom andamento das searas e das safras produzidas.

Portanto a roçagem parece, de acordo com a proposta deste esforço, um importante movimento que auxilia na investigação dos processos que servem de esteio para o desenvolvimento das tópicas presentes nas narrativas exploratórias. É por ela que se destitui, é pela lâmina que se aplica a força, é sob o efeito de sua ação que resta o vazio das sobras. Partindo das margens do rio Corumbá, dos caminhos abertos até aqui, da toponímia dos arraiais que marca a rota dos exploradores, da extração das riquezas que jazem ocultas sob o solo, da distribuição e comercialização desses insumos, as tentativas se dão na busca por encontrar as relações de proximidade entre roçagem e escritura. Tal é o objetivo principal deste texto.

CAPÍTULO 1: UMA QUESTÃO LOCAL

No meio daquelas regiões saudáveis, vastas e belas, a vida deve correr muito mais cheia, do que sepultada na bacia úmida, melancólica e doentia em que existe atualmente a capital. – Couto de Magalhães.⁴

Ocorreu esse texto enquanto do chão era roçado o mato que crescia alto no terreno às margens do Corumbá em Alexânia, Goyaz. Gesto propício o de roçar para a ocorrência dadas as relações da escrita com o movimento do arado dos bois no solo⁵. Também o processo de produção textual de modo semelhante, onde faz-se necessária certa destituição de um ordenamento inicial que, alterado por via de força, cede diante dos propósitos representativos. Como o chão que deve ser sulcado para que nele seja o fruto plantado. Como o mato que deve ser ceifado para que seja o chão preparado para o plantio.

Ocorreu, em meio ao tilintar da lâmina da enxada no cascalho pedregulhoso e seco, também a possibilidade de pensar na roçagem, e o que dela se desprende, como grande característica de brasilidade. Uma terra marcada pela exuberância natural da mata que é consumida como recurso, a pátria que tem no nome a madeira da *ibirapitanga*, o pau brasil, sua extração como das primeiras atividades econômicas dos colonizadores em solo nacional. O nome do corante oriundo da árvore, o “*brezil*”, bem como sua cor vermelho brasa, utilizado principalmente para o tingimento de tecidos, nomeia a colônia e permite pensar em roçagem como importante aspecto da particularidade nacional.

Situado aqui às margens do Corumbá, na trilha dos caminhos abertos que, de modo semelhante à roçagem, fazem restar vestígios pelo nome de algo que foi destituído, ceifado, alterado em sua ordem primeira. Numa breve e curta pesquisa pelo nome do rio, encontram-se duas possíveis origens etimológicas: a primeira vem do vocábulo tupi *kuru'mba*, algo como banco de cascalho (que remete ao solo que é trabalhado); a outra proveniente de *kurupá*, aroeira, árvore abundante nas matas pantaneiras, madeira firme muito utilizada em cercas para demarcação e esteio de propriedades rurais. O cascalho do nome do rio que ressoa sob a lâmina da enxada, a árvore que é cortada, formando

⁴ MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 51.

⁵ βουστροφηδόν (*boustrophédon*), de *bous* e *strophé*, formar estrofes a partir do movimento dos bois. Sistema da escrita antiga que alternava a direção de leitura das linhas das estrofes, indo e voltando para direita e para a esquerda, análogo ao movimento dos arados.

estruturas que limitam o espaço da fazenda, vestígios vazios de vocábulos que restam como sobras dos insumos da exploração do solo e das matas.

O rio Corumbá nasce no pé da serra dos Pirineus e desagua no rio Paranaíba, formador do rio Paraná, que por sua vez forma a bacia do Prata. Tem, entre seus afluentes, o rio São Bartolomeu, que surge pela confluência dos rios Pípiripau e Mestre d'Armas, tributários das Águas Emendadas, consistindo num importantíssimo fenômeno de dispersão de águas, fluindo para lados opostos, formando a bacia do Tocantins-Araguaia ao norte e a bacia Platina ao sul. A partir das águas emendadas fluentes ao sul, é traçado o caminho quando o córrego Brejinho engrossa o córrego Fumal, desaguando no rio Pípiripau que, ao confluir com o Mestre d'Armas, forma o rio São Bartolomeu, correndo para o rio Corumbá que por sua vez corre para o Paranaíba, depois ao Paraná, que desagua na bacia platina. Esse caminho hidrográfico, espécie de *Ister* goiano, é parte fundamental da gênese da ocupação do território do Planalto Central do Brasil, bem como de sua capital, cidade na qual se desenvolveu essa pesquisa.

Foi em decorrência do artigo terceiro da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, datada de 24 de fevereiro de 1891, que previa a demarcação de uma zona de 14.400 quilômetros quadrados no Planalto central da República onde se instalaria a nova capital, que o então futuro Distrito Federal veio a constituir-se um Estado. Para o cumprimento da disposição, o Congresso Nacional destinou a verba e nomeou a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil”, chefiada por Luiz Cruls, que ficou conhecida como Missão Cruls, fundada em 17 de maio de 1892, responsável por levar a cabo a cartografia da região que abrigaria o Distrito Federal, bem como o estudo astronômico, climatológico, higiênico, hidrográfico, de quantidade e qualidade das águas, dos recursos naturais para o abastecimento e materiais de construção da nova capital.

A ideia de transferir a capital para o planalto central precede a república. No *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*⁶ estão presentes três referências às sugestões de transferência da nova capital do Rio de Janeiro para um território centralizado. A primeira se trata de um artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, datado de 1808, atribuído ao redator J. da Costa Furtado de Mendonça, cujos termos assim dispõe:

⁶ CRULS, L. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem na cidade, que se destina a ser a Capital do Império do Brasil; e se os cortesãos que para ali foram de Lisboa tivessem assaz patriotismo e agradecimento pelo paiz que os acolheu, nos tempos de seus trabalhos, fariam um generoso sacrifício das comodidades e tal qual luxo, que podiam gozar no Rio de Janeiro, e se iriam estabelecer em um paiz do interior, central, e immediato ás cabeceiras dos grandes rios, edificariam alli uma nova cidade, começariam por abrir estradas, que se dirigissem a todos os portos do mar, removeriam os obstáculos naturaes que têm os diferentes rios navegaveis, e lançariam assim os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo, no estado actual das nações que o povoam. Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso rio S. Francisco. Em suas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao norte e ao sul, ao nordeste e ao sueste, vastas campinas para a criação de gados, pedra em abundancia para a toda a sorte de edificios, madeiras de construção para todo o necessário e minas riquíssimas de toda a qualidade de metaes; em uma palavra, uma situação que se póde comparar com a descripção que temos do paraíso terreal.⁷

O argumento se faz possível, primeiramente, pelas cabeceiras dos caudalosos rios que correm ao norte e ao sul, ao nordeste e sudeste, sendo a abundância e qualidade das águas um ponto fundamental para a empreitada. Outra questão, que fundamenta os preceitos dessa investida, é relativa à também abundante riqueza natural, as pedras, as árvores, os metais, todos os insumos essenciais para erguer-se a nova capital. Reitera-se aqui a importância da roçagem, da ceifa, da extração e alteração dessa ordem natural primeira para que se erga a cidade. O propósito é pensar como a destituição desse ordenamento é um processo que pode ser comparado ao da escrita. A literatura como roçagem das coisas e edificação de uma coisa outra que altera sua origem, erguida no desmatamento gerado pela extração, permitindo somente ecoar suas perdas no vazio da sobra dos nomes.

A segunda referência corresponde à obra do Dr. Alexandre José de Mello Moraes, intitulada *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*⁸, que no segundo capítulo sob o título de “Negócios do Brasil”, em seu nono parágrafo, apresentada como proposta em sessão de 9 de Outubro de 1821, no Palácio do Governo de São Paulo, e aprovada no dia immediato, assim dispõe:

9.º Parece-nos tambem muito util que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da côrte ou da regencia, que podera ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 grãos, em sitio sadio, ameno, fertil e regado por algum rio navegavel. Deste modo fica a côrte ou assento da regencia livre de qualquer assalto e surpresa externa, e se chama para as provincias centraes o excesso da povoação vadia das cidades maritimas e mercantis. Desta côrte central dever-se-hão logo abrir estradas para as diversas provincias e portos de mar, para que se communicuem e circulem

⁷ CRULS, 1947, p. 12-13

⁸ MORAES, A. J. de Mello. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1871.

com toda a prontidão as ordens do governo, e se favoreça por ellas o commercio interno do vasto Imperio do Brasil.⁹

Neste trecho é possível perceber certa utilidade na transferência da capital, obviamente ainda atrelada às exuberâncias naturais dos ditos sítios sadios, bem como solo fértil regado pelos rios, mas também a preocupação com a defesa contra os assaltos repentinos que uma capital à beira mar está sujeita. Povoar o centro do país, bem como proteger a sede de seu governo. Aqui a roçagem se dá através da abertura das estradas que se comunicarão com as outras localidades do país, do centro até o mar, possibilitando o acesso e o commercio entre os estados do vasto império. Ceifa e extração para viabilizar a comunicação entre as províncias. Ceifa e extração para fomentar o comércio dos insumos extraídos. Um movimento análogo que se estabelece entre trilhas abertas, entre a circulação das mercadorias e o processo escritural, se faz aqui plausível. Comunicação que percorre estrada aberta em meio à mata densa e por ela leva mercadorias e insumos extraídos que fomentam economia. Por elas também percorrem certos movimentos literários, presentes nas narrativas de viagem, nos relatórios dos bens, na cartografia necessária para a expansão, conquista e outorga oficial dos territórios.

A terceira referência cita a *História Geral do Brazil*, escrita pelo Visconde de Porto Seguro, na qual são retratados os perigos a que fora submetida a cidade do Rio de Janeiro devido às atrocidades de ataques marítimos que visavam apossar-se do território carioca:

Valha-nos ao menos tamanha lição e tamanha vergonha para o futuro, se algum dia nos encontramos em situação análoga, o que Deus não permitia. E a primeira lição que devemos colher é a de, ja em tempo de paz, atendermos mais aos meios de resistência que deve offerecer este importante porto, do qual permita Deus que seja quanto antes retirada a capital do império, tão vulnerável, ahí *na fronteira*, e tão exposta a ser ameaçada de um bombardeo e a soffrel-o com grande prejuízo dos seus proprietários, por qualquer inimigo superior no mar, que se proponha a arrancar do governo, pela ameaça, concessões em que não poderia pensar, se o mesmo governo ahí se não achasse. E isto quando a própria Providencia concedeu ao Brazil uma paragem mais central, mais segura, mais sã e própria a ligar entre si os três grandes valles do Amazonas, do Prata e do S. Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de boas águas, e até de abundantes mármore, visinhos ao triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas, das quaes manam águas para o Amazonas, para o S. Francisco, e para o Prata!¹⁰

⁹ MORAES, 1871, p. 85

¹⁰ VERNHAGEN, F. Adolfo de. *História geral do Brazil, antes de sua separação e independencia de Portugal*. Tomo II. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1871, p. 814 – 815.

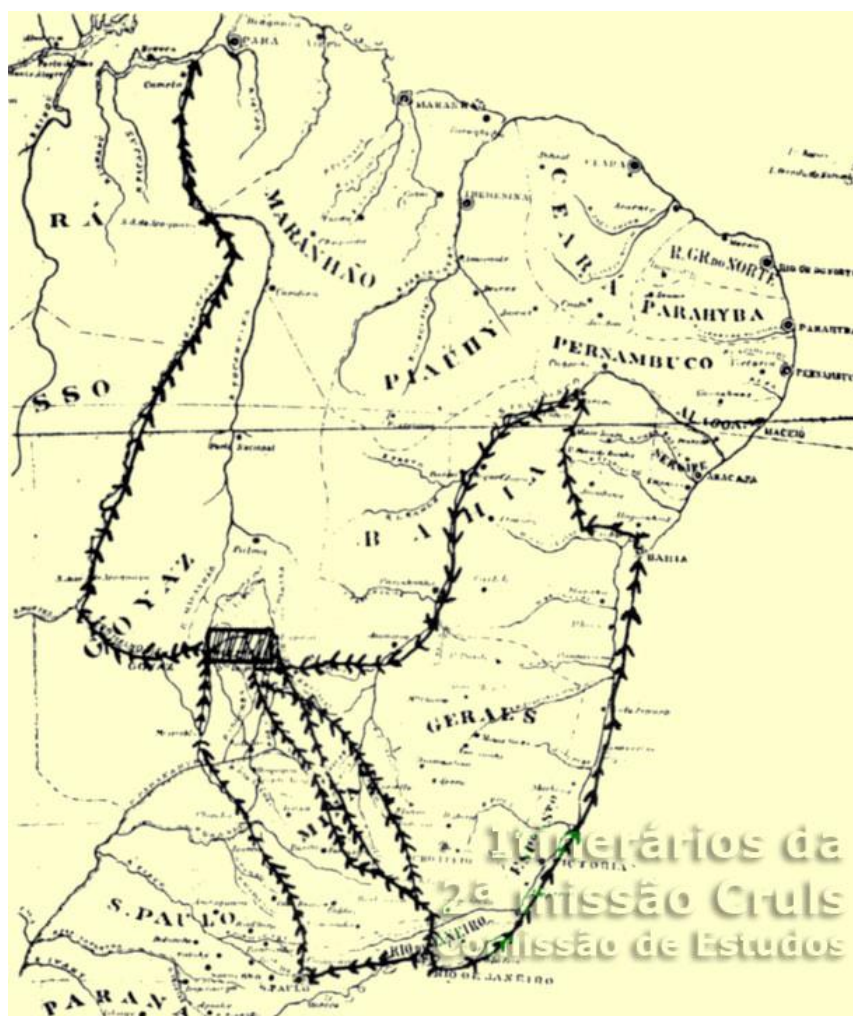
Primeiramente a defesa da capital do Império. Transferi-la para um ponto central como forma de evitar os bombardeios e invasões pela costa. Mas, mais sã e própria, se dá a paragem dos chapadões banhados pelas puras águas do planalto. Pelas referências às águas emendadas, através da Mestre d'Armas, que fluem ao norte e ao sul, que demonstram novamente a importância do fenômeno de dispersão do fluxo hidrográfico que flui aos extremos opostos do território nacional e formam as principais bacias hidrográficas brasileiras, fator fundamental para a ocupação (bem como a extração, roçagem, ceifa) do território central do Brasil. Este triângulo formado pelas três lagoas é essencial para o relatório da missão Cruls, peça fundamental para a demarcação do território referente ao Distrito Federal.

O relatório faz referência à viagem do visconde de Porto Seguro ao Goyaz em excursão pelo interior do país que, da cidade de Formosa, teria escrito ao Ministro das Obras Públicas, reiterando a fertilidade e a importância da confluência das conchas, ou bacias fluviais do país, formadas pelas Águas Emendadas, donde provém o fluxo que alimenta os três maiores rios do Brasil e da América do Sul: Amazonas, Prata e São Francisco.

A missão Cruls partiu do Rio de Janeiro em 9 de junho de 1892 por trem até Uberaba, ponto final da linha férrea da Companhia Mogyana. Devido a numerosa comitiva, bem como o elevado material de que dispunham, os preparativos para seguir de Uberaba até os Pirineus demorou 20 dias e somente a 29 de junho partiram de Uberaba, transportados por animais cargueiros. Guiando-se por bússolas, e com o auxílio de um podómetro, traçavam as distâncias, imprecisas, porém satisfatórias para um levantamento rápido. A 11 de julho chegaram às margens do Paranaíba, divisa entre Minas Gerais e o Goyaz, atravessando-o pelo "Porto Velho". Aferiram uma largura média de 155 metros, profundidade máxima de 12 metros e uma velocidade média na travessia de 0,80m por segundo. Obviamente dados aproximados, quantificados pelos métodos de averiguação disponíveis.

Durante o trajeto, a comitiva ia averiguando a altitude, a variação de temperatura. Relataram uma geada intensa ao aproximarem-se da cidade de Catalão, que teria atingido até mesmo temperaturas negativas, danificando as plantações, acometidas que foram por uma cobertura de camada de gelo. A 23 de julho atingiram o rio Corumbá e o atravessaram num lanchão, aferindo, pelas medições, uma largura de 115 metros. A 30 de julho acamparam no Engenho das Antas, de onde avistaram o cume de uma cadeia de

“montanhas”, ao que depois vieram a saber que se tratava da serra dos pireneus. Por fim atingiram o seu destino, Pirenópolis, a 1 de agosto, onde a comitiva se dividiu em duas: uma com destino direto à Formosa, passando pelas lagoas apontadas pelo relato do visconde; outra passando por Santa Luzia, atual Luziânia, devendo as duas se encontrarem em Formosa. Seguem abaixo os itinerários da missão¹¹:



Traçamos o caminho do rio Corumbá que nasce no pé dos pireneus, corre para o Paranaíba e desagua no Paraná. A missão Cruls atravessou o mesmo caminho, das margens do Paranaíba ao Corumbá, em direção aos pireneus. Muito da história do Distrito Federal, bem como do Goyaz, passa pela história destes rios, deste solo, deste cascalho do qual o mato é retirado com a enxada. Escrita pela mão dos colonizadores, dos conquistadores e desbravadores, das comitivas cartográficas que mapearam, dividiram e

¹¹ **Figura 1** – Itinerários da Missão Cruls. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1896-missao-Cruls-Pessoal-itinerarios.shtml>

nomearam serras e rios, resta ainda algo, guardado e esquecido, oculto debaixo de nomes que por ela ecoam. Corumbá. Paranaíba. Paraná. Goyaz. Há uma história oculta, desapropriada e mesclada à vigente, que se mantém viva, embora vazia e ausente, na toponímia de uma língua nativa. O que podem dizer essas palavras?

O estado de Goyaz - goiás, guayazes, goyazes, guaiás, guoya, goya ou goiá – provém do território da tribo indígena, o *paiz dos goyazes*. São encontradas, no belo estudo de Paulo Bertran¹², entre outras, referência às bandeiras de Domingos Rodrigues, mineralogista e fundidor, que assume o comando das expedições em 1597 após a inusitada prisão de João Pereira de Souza Botafogo, que teria capturado do sertão uma índia “Guayá”, ou da “nação Guoyá”, proveniente de Paraupava, região do rio Araguaia. Assim o nome do estado se deve a “uma quase ficção etnográfica”, conforme os termos do historiador, quando um século depois na região do rio Vermelho funda-se a cidade de Goyaz. A captura da índia guoyá está retratada no Inventário de Martins Rodrigues¹³, redigido aos 18 de junho de 1612: “Título das peças: uma negra da nação Guoya, escrava de Domingos Rodrigues, de Parapauva, com três filhos, avaliada em 22\$000.”

A etimologia do nome aponta para um problema identitário que é muito caro aos intentos aqui dispostos. A raiz semântica do termo guayá e goyá, de acordo com Teodoro Sampaio, é proveniente do tupi “gente da mesma raça”, “parecido”, “semelhante”. Também figura no dicionário Houaiss, quando do vocábulo goiano, lê-se a definição de “nome dos índios guaiás”, por corruptela Goiás, do tupi *gwa* e *ya* “indivíduo igual”, “gente semelhante”, “da mesma raça”, goyano. A questão que surge é relativa à semelhança. Seriam os goyazes indivíduos tupis que habitariam o universo Jê do Brasil Central, assemelhando-se aos tupis pela língua? Será que eles mesmos se reconheciam no nome de guayá, o semelhante, ou seria o nome pelo qual eram identificados pelos tupis? Atribuir semelhança a outra tribo implica aceitar, em certa parte, sua própria diferença. Pensar o topônimo atrelado ao contexto que se desenvolve aqui brevemente.

Bertran compara o resgate das toponímias goianas a um sítio arqueológico no qual as escavações não resgatam objetos, mas antes os nomes, retirados em meio aos entulhos degradados da história. Nas terras das pindoramas erguem-se vários brasis

¹² BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

¹³ Ver referência no artigo “O topônimo “Goyaz” de Antón Corbacho Quintela, publicado na revista *Signótica*, v. 15, n. 2, p. 153-172, jul./dez. 2003, que referencia também o estudo de Gilka Vasconcelos de Ferreira Salles, *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1992.

distintos, cada um atrelado a seus nichos ecológicos específicos, seus sedimentos interraciais, socioeconômicos e culturais característicos. O autor ainda destaca que, embora o movimento de exploração e construção de uma nacionalidade brasileira caminhe para a ideia de um mundo globalizado, há um outro movimento contrário que se aprofunda cada vez mais nos nichos particulares, essa *ecologia mínima*, que chega mesmo a profetizar sobre o *novo Sísifo do terceiro milênio* quando o homem, já afastado e destituído da natureza, buscará o retorno ao mundo natural como resgate de sua condição primeira.

E no resgate desses resíduos é referenciado o trabalho de Carl Friedrich Philipp Von Martius que, em 1920, concluía suas viagens pelo interior do Brasil, estudando e classificando nossas diversas situações ecológicas. Assim o estudo de Bertran evoca os diferentes ecossistemas e climas nomeados por Martius, uma espécie de “Olimpo poético-ecológico”, esquematizando essas áreas através das relações do clima e da vegetação com as ninfas olímpicas. No nordeste, o *Regio Extra Tropica et Calida Sicca*¹⁴, os sertões agrestes e caatingas que compreendem o médio São Francisco até o Piauí e Ceará, nessa estrutura do Olimpo poético e ecológico, seriam o reino das ninfas Hamadriades, as que fenecem nas secas e esplandecem em verdor quando as chuvas as renovam. O norte amazônico seria o reino das Náíades, as ninfas das águas, risonhas e murmurantes, cuja a sensualidade resultou em adultérios entre os deuses olímpicos. A mata atlântica seria o reino das Dríades, antigamente densa quando se estendia desde a Paraíba até o sul de São Paulo ao longo da serra do mar. O reino das Dríades é o primeiro a ser destruído no processo de colonização, sem consulta às ninfas sobre o sacrilégio da destruição de seus bosques, o que na Grécia antiga constituía crime a ser punido inclusive com a pena de morte.

O planalto central seria o reino das Oréades, as ninfas dos campos e planaltos, tutelares da *Regio Montano-Campestris*, segundo a citação de Martius. São os cerrados, a savana brasileira, os campos limpos e desérticos, de capões e matas, que compreendem o centro-oeste brasileiro em suas inserções com São Paulo, Piauí, Bahia, Ceará, Maranhão, Rondônia, Pará, Amapá e algo em torno da metade de Minas Gerais. Esse reino das Oréades foi conquistado quando se buscava ouro e diamantes, quando por um curto tempo furaram as serras em busca dessas jazidas ocultas, berços da promessa de riquezas infindáveis. É nesse cenário que Bertran evoca o mito do novo Sísifo, “o que

¹⁴ “Reino aquém-tropical, quente e seco”. BERTRAN, 2000, p. 17.

eternamente carregará pedras até o topo da serra em que se oculta sua recôndita natureza: o cerrado.¹⁵”

Do interesse de explorar o interior do Brasil, além da captura dos indígenas que fomentava o mercado de escravos das capitâneas litorâneas, muito se deve à busca gananciosa pelo ouro. Parte dessa história é contada pelas narrativas dos conquistadores que se lançavam no sertão em busca das riquezas escondidas sob a terra e nos leitos dos rios. O Eldorado sertanejo, a promessa de uma montanha dourada de cumes rochosos, escondida nas serras goyanas, as minas dos goyazes. Aqui a roçagem é levada a um grau mais profundo quando, não bastante a destituição do mato da superfície, alteração de sua ordem primeira, a mineração sulca a terra e revira o solo atrás dos preciosos metais. Portanto, uma sociedade que se forma movida pelo interesse exploratório, pela busca de riquezas minerais ocultas, a promessa esperançosa de descoberta das minas de ouro.

As narrativas de conquista surgem, na gênese e história da ocupação do território goyano pelos invasores, em grande parte, da elaboração de relatórios e estudos dirigidos e financiados pela coroa portuguesa, e posteriormente pelo interesse do império, de comitivas de pesquisadores e viajantes europeus, uma vez que eram escassos os recursos científicos de nosso país. Destaque-se primeiramente, no gênero das narrativas de viagem, para referenciar essas histórias, o *Quadro Geral da Província de Goyaz* de Auguste de Saint-Hilaire¹⁶ presente no registro de suas incursões ao interior brasileiro.

Nele consta a história de paulistas invadindo o sertão nas entradas com intuito de capturar indígenas, quando Manoel Corrêa chegou, antes de 1670, ao chamado Rio dos Araês e voltou carregado de ouro e índios capturados. Seu itinerário fora deixado em relatório após sua morte, mas conforme o registro, devido sua ignorância, não pudera ser aproveitado. Por volta de 1680 outro paulista, Bartholomeu Bueno da Silva chegou até Villa Boa, território dos pacíficos índios da nação Goyá. Chamaram sua atenção os adornos dourados que as mulheres da tribo usavam, sinal da riqueza ali existente. É narrada aqui a célebre passagem quando, para convencer os índios goyás a entregarem o ouro, Bueno acendeu um vaso cheio de aguardente diante dos índios e ameaçou queimar os rios se eles oferecessem resistência, motivo pelo qual recebeu a alcunha de *Anhanguera*, velho diabo, nome que perdura até hoje em caminhos que ligam São Paulo

¹⁵ BERTRAN, 2000, p. 20

¹⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem as nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz*. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. P. 279 – 284.

às Minas Gerais e ao Goyaz. O interesse se dá, na leitura dessas narrativas, a uma instância textual de ordem especulativa, cientes que estamos da existência de estudos que propõem outras interpretações dessas histórias, como os que afirmam que Anhanguera nunca estivera no território do Goyaz propriamente¹⁷. Porém, para o desenvolvimento deste esforço, é buscado justamente o ponto de tensão que o texto pode provocar entre a narrativa representativa e o acontecimento factual.

Em nota do tradutor Clado Ribeiro de Lessa, se encontra uma interessante consideração a respeito do nome Anhanguera. Segundo a nota, a palavra pertence à língua guarani e não é verossímil que os goyanos falassem o guarani, o que seria indicativo de que a alcunha poderia ter sido dada pelos índios do litoral ou pelos próprios bandeirantes paulistas que, como é sabido, falavam a língua geral, dialeto guarani. *Anhang*, em guarani, significa alma, demônio. O tradutor relata que ouviu de um índio paraguaio o termo *anhangue* ao referir-se a um pesadelo. Por fim o termo *ra* é uma expressão que significa semelhança. Portanto, conforme sugerido pela nota, anhanguera, além de velho diabo, significaria “homem semelhante ao mau espírito que produz o pesadelo”.

Durante anos o foco da exploração aurífera concentrou esforços na província de Minas Gerais, deixando de lado o interesse nas minas dos goyazes, Com a descoberta das minas de *Cuyabá*, Rodrigo Cezar de Menezes, então governador de São Paulo, retomou o interesse pelo território goyano, oferecendo altas recompensas aos aventureiros que para lá se dirigissem. Eis que o filho de anhanguera, de mesmo nome, o segundo Bueno, que estivera presente junto ao pai na referida investida ao território dos goyazes quando tinha 12 anos de idade, posto que crescera e mantivera a viagem viva na lembrança, ofereceu seus serviços a Menezes que prontamente os aceitou. Partiu então a comitiva pelo fim do ano de 1721, Bueno filho e seu genro João Leite da Silva Ortiz, dois religiosos e uma numerosa comitiva.

A primeira investida do segundo Bueno não obteve sucesso. Vagaram errantes por muito tempo quando chegaram a um rio largo que batizaram de “Rio dos Pilões”, rio que corre sobre uma areia aurífera, motivo pelo qual houve desentendimento entre a comitiva pois, uma vez que Bueno alegava que aquele não era o sítio que outrora estivera em companhia de seu pai, João Leite desejava fixar acampamento nas margens para explorar

¹⁷ Ver: MATTOS, Joaquim Francisco de. *Os caminhos de Goiás*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980, p. 100-101.

o ouro de seu leito. Depois de uma discussão, que fora amparada pelos dois eclesiásticos evitando uma briga, puseram-se novamente a caminho quando atingiram a margem de outro rio cujo nome fora dado de “Rio da Perdição”, nome que sugeria as desventuras da comitiva perdida em meio ao sertão goyano.

Novas brigas ocorreram quando encontraram ouro num braço de rio que chamaram de “Rio Rico”. Bueno agora queria fixar-se nessas margens, mas João Leite se opôs, provavelmente ressentido pelo episódio ocorrido nas margens do Rio dos Pilões. Diz o relato que pegaram em armas e teriam partido para o assassinato caso não houvesse a interferência, pela segunda vez, dos sacerdotes. Puseram-se então a caminho novamente, guiados por Bueno que procurava encontrar as plantações que seu pai anhanguera fizera no território dos goyazes. Chegaram enfim às margens do rio *Paranan*, Paraná, afluente do Tocantins, formado pela união do Paranaíba e do Rio Grande, cujas águas quando unidas às do Paraguai, vão até o *Rio de la Plata*.

Desgastados pela errância e com as forças esgotadas, a comitiva então se separou. Uns desceram pelo rio Tocantins até o Pará e, quando lá chegaram, foram encarcerados. Outros foram assaltados por índios. Bueno, quase só, voltou para São Paulo ao cabo de três anos, envergonhado, evitando o encontro com o governador. Porém Rodrigo Cezar de Menezes decidiu o enviar em uma segunda viagem, concedendo-lhe os recursos para tal empreitada. Partiu a comitiva de São Paulo no ano de 1726, quando possuía então 55 anos de idade. A segunda investida obtivera êxito muito maior.

Após meses de travessia pelos desertos sertanejos do interior do país, encontrou em um desfiladeiro os restos de freios de cavalo e outros destroços, vestígios da presença que só os homens da cidade podiam ter deixado. Ali acampou e mandou alguns homens realizarem uma varredura ao redor, na qual encontraram dois velhos goyás e os levaram ao encontro de Bueno. Quando perguntados se conheciam o lugar onde os brancos tinham estado antigamente, os velhos afirmaram positivamente e os conduziram até o local que, de acordo com o relato, consistia no povoado de Ferreiro, situado a uma légua de Villa Boa. Lá reconheceu o lugar onde estivera na infância. A mesma história é contada pelo padre Luiz Antonio da Silva e Sousa¹⁸ em suas memórias, onde afirma que há duas

¹⁸ SOUSA, Luiz Antonio da Silva e. “Memoria sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz.” In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XII, 4º trimestre de 1849, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1872. P. 429-510.

versões apuradas, uma que confirma a descoberta dos restos de freio gastos pelo tempo, outra que Bueno teria chegado à planície de Ouro Fino e enviado Antonio Ferraz d'Araujo para examinar o terreno até descobrir o local das antigas plantações que seu pai outrora fizera, o que teria conseguido após sete dias de diligência. De resto a narrativa de Saint Hilaire mantém o mesmo tom do relato do padre Silva e Sousa.

Bueno retornou a São Paulo com oito mil oitavas de ouro, onde foi nomeado pelo governador como “capitão mór regente do paiz dos goyazes”, encarregado de distribuir sesmarias aos novos colonos. Enviou então tropas ao Goyaz para garantir os direitos devidos ao tesouro régio, e é o marco do declínio da comunidade Goyá. De volta à região, o novo capitão mor tentou atrair as simpatias dos índios goyás, incentivando-os a cooperarem com as ordens vindas do seio da colônia nascente. Mas, entendendo que seriam cedo ou tarde escravizados ou expulsos de seu território, resistiram e tentaram expulsar os colonizadores. Desse modo iniciou-se a guerra que se tornou extremamente fatal aos indígenas, aniquilando-os por completo. Citando o trecho do registro: “Os desgraçados goyazes foram obrigados a abandonar completamente o território de que eram senhores legítimos; desapareceram pouco a pouco, e hoje deles apenas resta o nome.¹⁹”

Conforme ascendia uma numerosa população, atraída pelas promessas lucrativas, também o vício e o crime ali encontravam solo fértil. Bandos de criminosos aproveitavam-se do pouco policiamento e da distância da capital paulista para saquear as riquezas que encontravam nos grandes desertos goyanos. Sentiu-se a necessidade, então, de emancipar Goyaz de São Paulo e torná-la uma capitania, quando fora nomeado como primeiro governador D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, que tomou posse a 8 de novembro de 1749.

Faz-se possível, aqui, a partir da breve história relatada da ocupação do território goyano, a roçagem – ou ceifa, aniquilação – do ordenamento social nativo como fator decisivo para a expansão e incremento da nação brasileira. Parece muito propício, diante do esforço que se pretende aqui desenvolver, evocar o nome que resta diante do desaparecimento, uma história que só pode ser contada através do esvaziamento. Ainda ecoando, *goyaz* é marca e nome de uma identidade sertaneja construída sobre os escombros de uma outra, primeira, que também a nomeia, porém não mais a evoca. Evoca

¹⁹ SAINT-HILAIRE, 1937, p. 284

antes, justamente, a marca da sua diferença. O vocábulo indígena para “semelhante” nomeando o “diferente”, instituindo a partir dele a província, o estado, outro povo.

A nação Goyá é a mais desconhecida entre as etnias indígenas segundo os apontamentos de Antón Corbacho Quintela:

A não localização de fontes escritas, etno-textos ou documentos figurados e a ausência de produtos nas jazidas arqueológicas vêm impedindo a ampliação de informações sobre os índios que, precisamente, mais foram mitificados sob o ponto de vista folclórico, além de terem sido incorporados à parafernália indigenista que integra o imaginário construído em torno da identidade regional de Goiás.²⁰

Um povo que sumiu e não deixou vestígios, sem fontes escritas, sem imagens, sem jazidas, sem informação. Exceto pela marca mais característica que poderia deixar: seu nome. A escassez de registros é campo fértil para a especulação. Diversas teorias e diversas confabulações. Apropriação da palavra que sobra do desaparecimento para criar o aspecto goiano. Este fenômeno pode ser comparado aos acontecimentos análogos aos literários, nos quais certos traços característicos são evocados para representar o que não é representativo de si, mas de uma coisa outra, alterada. Ergue-se um discurso em nome dos restos vazios de algo que finda, que cessa e, carregando no nome sua marca, ecoa afastado da origem, sendo impossível rastreá-lo através desse vestígio esvaziado.

Voltando às narrativas exploratórias do território goiano, destaque-se a *Viagem ao Araguaya*²¹, de José Vieira Couto de Magalhães, viagem essa que trilhou em 1862, partindo do Rio para Villa Boa onde tomou posse da presidência de Goyaz. No começo do relato, no capítulo “Do Rio à Goyaz”, o autor chama atenção para a grafia do vocábulo, que segundo ele deve ser grafado como *Guayás* seguindo a forma como Anhanguera e os antigos escreviam. Uma variação desse vocábulo também pode ser encontrada no título de seu romance histórico “Os Guayanás”²², obra que retrata a formação da cidade de São Paulo.

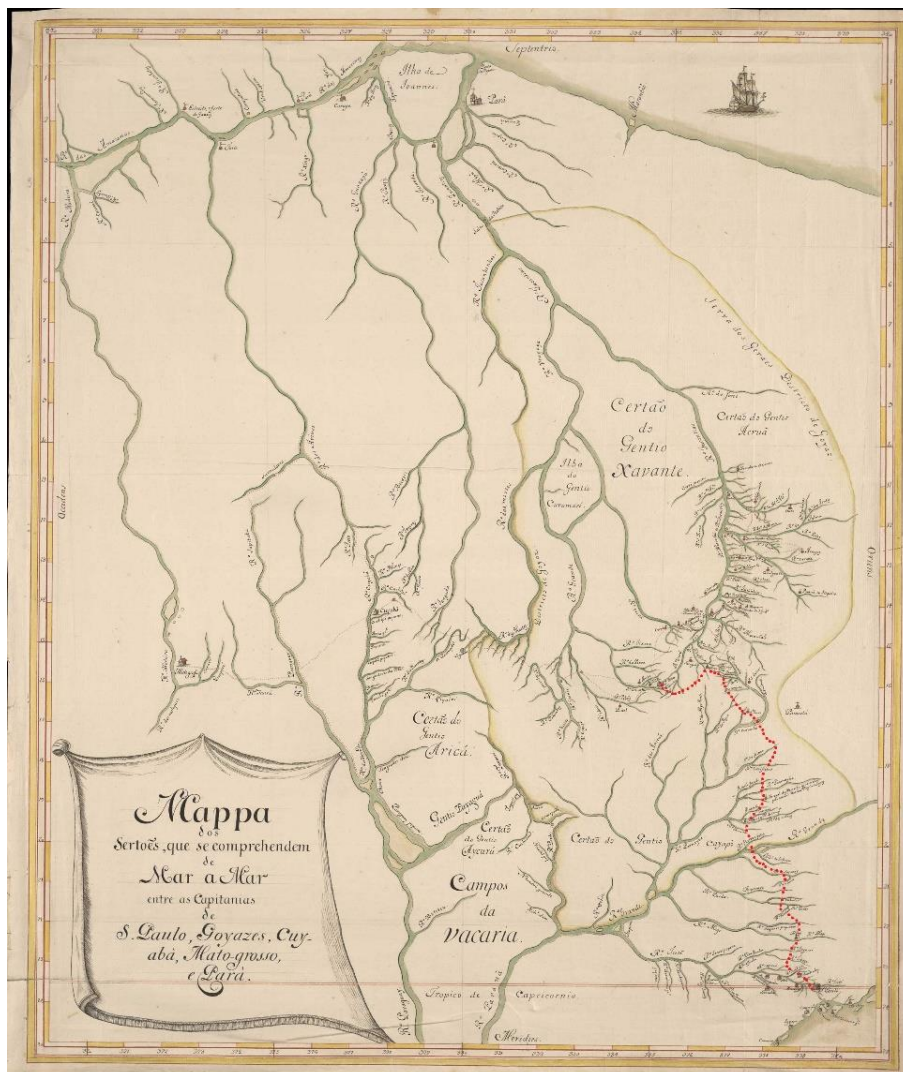
Couto de Magalhães partiu do Rio de Janeiro em outubro de 1862, aos 24 anos de idade, ao ser nomeado presidente da província de Goyaz. Ele descreve o itinerário trilhado

²⁰ QUINTELA, 203, p. 159

²¹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaya. “Edição definitiva.”* [Publicação dirigida por José Couto de Magalhães e Couto de Magalhães Sobrinho.]. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1902.

²² MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Os Guayanás: conto historico sobre a fundação de S. Paulo / General Couto de Magalhães.* Publicação dirigida por José Couto de Magalhães e Dr. Couto de Magalhães Sobrinho. Edição definitiva. São Paulo: Typ. Espindola, Siqueira & Comp., 1902.

pelo Anhanguera, roteiro seguido por diversos exploradores, quando saindo do Rio de Janeiro iam à Santos depois São Paulo, seguindo por Sant’Anna, Jundiahy, Campinas, Mogy, Casa Branca, Batataes e Franca. Daí a transposição do Rio Grande, fronteira com as Minas Gerais, pela Ponte Alta, mesmo diante da precariedade da travessia pois, ao invés de ser uma ponte de fato, era consistida de uma barca constituída a partir de duas canoas velhas de assoalho mal juntado por onde entrava água, oferecendo grande risco aos aventureiros. Então seguiam até Uberaba, atravessavam o rio *Paranahyba* fronteira com Goyaz, em Santa Rita, seguindo por Bonfim, Anicuns e finalmente Villa Boa, capital goyana. Esse itinerário pode ser ilustrado a partir do mapa abaixo, no qual destacamos o trajeto para melhor visualização²³:



²³ **Figura 2** – *Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitâneas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso e Pará.* (séc. XVIII) Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/21671>

Porém o general não percorreu o trajeto descrito. Partiu do Rio em direção à Petrópolis onde tomou o trem para Barbacena pela estrada União e Indústria, que constituía a primeira rodovia macadamizada da América Latina, inaugurada por Pedro II em junho de 1861, um ano antes da viagem. O autor relata que a diligência da União e Indústria era “então o ideal do transporte rápido”. Seguiu por Carandahy até Ouro Preto, Mariana, Santa Bárbara, Itambé, Conceição e Serro até Diamantina, onde ficou por um mês. Daí então seguiu por Gouvêa e Curvello, chegando ao sertão do rio São Francisco, onde atravessou na barra do rio Paraopeba, transpondo o sertão novamente até Patrocínio, pela Bagagem chegou ao Parnahyba, cruzando-o pelo local denominado Porto da Mão de Pau e seguindo até Catalão. Adiante atravessou “o divisor entre as águas do Prata e as do Amazonas” tendo antes superado um confluente da bacia platina, o Corumbá (ponto de partida dessa investida). No relato consta que aí, às margens do Corumbá, Couto de Magalhães teria encontrado os últimos representantes da família do capitão-mor Bartholomeu Bueno, o célebre anhanguera. Seguindo então por Bonfim, trilhando a estrada do Mato Grosso e Curralinho, chegou a Goyaz “por entre cerrações brancas de formosa madrugada, de um dia de que não tomei a data, mas que julgo ter sido ou de dezembro de 1862, ou de janeiro de 1863.”

Ressalte-se que essa viagem seria apenas o começo das expedições do General Couto de Magalhães pois, após atingir o Araguaia, o desceu para presidir a capitania do Pará e, dois anos depois, voltou ao Goyaz, de onde seguiu para Cuyabá e dali para o Corumbá mato-grossense, onde fora comandante de forças na Guerra do Paraguai, descendo depois até a Argentina e Uruguai. O autor gaba-se de que suas expedições não são inferiores às de anhanguera, afirmando inclusive que são superiores, julgando ser, em sua época, o homem que mais teria viajado pelas terras brasileiras.

O projeto de Couto de Magalhães era transferir a capital de Goyaz de Villa Boa para Leopoldina, ponto de confluência entre os rios Vermelho e Araguaya. Os motivos partiam da decadência em que se encontrava a capital após o frenesi da exploração aurífera, o abandono das estruturas, bem como o difícil acesso à cidade, encravada entre serras distantes, desconectada das províncias. Já pelo rio, que se conecta ao Tocantins, pelo norte, até o Grão-Pará, o custo de importação e exportação reduziria o impacto e permitiria o florescimento econômico e comercial do Goyaz.

A busca por condições propícias à exploração das riquezas naturais da província goyana é fator central no projeto de transferência da capital de Villa Boa para Leopoldina, conforme o relato. Seguem abaixo alguns trechos que ilustram este propósito:

Quando chegará, meu Deus, disse eu a mim mesmo, quando chegará o dia em que se verão espelhar florescentes cidades nas margens destes rios! Quando é que se verá o homem arrancar da posse das feras e das tribos selvagens dos índios tanta riqueza que ahi jaz sepultadas! (...) Que encerrarão estes desertos? Florestas virgens, ermas campinas, paludes, serras, rios caudalosos, valladas silentes, grutas profundas, cujos ecos não foram ainda acordados senão pelo grito do selvagem índio, ou pelo urro medonho da panthera? Quantas riquezas não dormirão ahi occultas? Tudo é mysterio! O pé do sertanista ousado nunca imprimiu seu rasto na areia destes desertos. Deus correu um véo sobre uma das obras mais grandiosas de sua criação; por ora, tudo ahi é obscuro como o infinito. Quando será devassado? Deus, só Deus o sabe...²⁴

Assim o plano é levar o progresso e o avanço econômico através de uma logística facilitadora que, de acordo com o plano do autor, se daria pela navegação do Araguaia e da foz do Rio Vermelho e suas conexões hidrográficas. O progresso chegaria no dia em que o homem pudesse arrancar da mão dos índios e das presas das feras as riquezas naturais que se escondem no deserto dos sertões, no dia em que as cidades se espelhassem nas águas e os pés dos sertanejos deixassem suas marcas nas areias das praias dos rios. Devassar, abrir o caminho, retirar o véu, sulcar a terra. Ceifa e Roçagem.

Evocando uma certa história da navegação entre o Grão-Pará e Goyaz pelo Araguaia e Tocantins, Couto de Magalhães recorreu às memórias do padre Luiz Antonio da Silva e Sousa, nas quais são encontradas e registradas as constituições dessas rotas fluviais. No relato do padre consta que o Sr. José de Almeida Vasconcellos de Sobral e Carvalho tomou posse da província em 1772, o décimo primeiro governante goyano. Chegando ao pontal fez a primeira expedição pelo rio Tocantins para examinar a navegação até o Grão-Pará, a 7 de setembro de 1773, comandada por Antonio Luiz Tavares Lisboa.²⁵ Teria concluído a viagem com elevado risco de vida, porém por ordem régia do governador do Pará não lhe foi permitido voltar, sendo necessário passar à cidade de São Luiz no Maranhão para regressar à capitania. Após esse feito, a navegação “se continuou ao depois, e ainda hoje é frequentada”.

Na edição que consultamos o relato do padre, encontramos uma interessante nota, acrescentada pelo redator, citando missões jesuíticas que teriam feito descer pelo rio Tocantins, de duzentas e cinquenta a trezentas léguas, milhares de índios *tupinambás* e

²⁴ MAGALHÃES, 1902, p. 80 e 103

²⁵ SOUSA, 1872, p. 455 – 456.

calingás, de acordo com as cartas do padre Antonio Vieira. Referencie-se aqui uma carta do padre Vieira, escrita a 12 de fevereiro de 1661, em resposta ao Senado da Câmara do Pará sobre o resgate dos Índios do *Certão*²⁶. A carta cita as necessidades a que padeciam devido à falta de escravos e a dificuldade de logística comercial pelo fato da terra ser cortada e alagada pelos rios, pelos escassos mantimentos naturais que se esvaíam com o passar do tempo, pela falta de governo político e pelas as guerras do reino que elevavam os custos das mercadorias, bem também como a vaidade que aumentava os gastos e o apetite.

Vieira diz que, conforme solicitado a El Rey, Sua Majestade, deviam ser libertados todos os “escravos do *certão*” dado que, pelos termos da carta, os índios seriam menos capazes no trabalho, menos resistentes às doenças e, por serem conhecedores das terras, fugiriam mais facilmente. Assim, as missões que encontrassem escravos cativos no sertão, nos casos da Lei, em cumprimento do regimento editado em 1655, depois de examiná-los, os resgatavam. Note-se que a carta sugere distribuição e substituição de escravos indígenas por escravos angolanos, como muitos fazendeiros teriam feito.

Enfim a referência à navegação do Tocantins-Araguaia se dá conforme o trecho:

Por quanto neste anno está já intentado o descobrimento do rio Iguassú, em que ha fama está a Nação dos Topinambás, o qual descobrimento se ha de fazer pelo rio dos Tocantins; e quando vossas merces no mesmo rio queiraõ entrar pelo braço de Araguaya, onde estaõ varias Nações, que se diz tem muitos escravos, e a dos Pirapés, que se podem trazer para o gremio da Igreja, e serviço da Republica, tambem se disporá a Missão nesta fôrma; porque em tudo nos desejamos accomodar, quanto pôde ser, ao bem ainda temporal de todos.²⁷

Portanto a rota era utilizada por algumas missões como se lê no registro citado acima. Também, conforme aponta Bertran²⁸, depois da bandeira paulista de Pedroso Alvarenga ao Rio Araguaia, datada de 1618, é documentada a bandeira do fundador de Belém, Francisco Caldeira Castelo Branco, entre 1616 e 1623, que levou onze dias a partir da junção Araguaia-Tocantins. Em 1644 Bartolomeu Barreiros de Ataíde, saindo de Belém, atingiu o Araguaia em busca de minas de ouro. Esteve com os índios Carajás e trouxe notícias de um massacre de bandeirantes paulistas que estiveram minerando ouro no Araguaia. Bertran também cita as missões jesuíticas do frei Cristóvão Severim de

²⁶ VIEIRA, Antonio. *Cartas do padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, Tomo Terceiro*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, 1746. p. 75 – 81.

²⁷ VIEIRA, 1746, p.81

²⁸ BERTRAN, 2000, p. 58.

Lisboa, por 60 dias em 1625, do padre Tomé Ribeiro em 1655 e 1658, ele que fora o primeiro jesuíta que esteve em Goiás e subiu pelo Araguaia até muito longe, e o padre Manuel Nunes que em 1659 subiu até a ilha do bananal e trouxe na volta mais de mil índios Poquiguara e duzentos e cinquenta Inheguera, sendo esses últimos todos presos de guerra.

Seguindo na historiografia do padre Silva e Sousa, em 1783 tomou posse Tristão da Cunha e Menezes²⁹, décimo quarto governante da província, quem promoveu a navegação do rio Araguaya até o Grão-Pará, cuja rota era constituída de 732 léguas, descoberta por ordem do ministério e sob os custos do coronel Ambrosio Henriques e outros comerciantes locais. A expedição iniciou em 1791, sob o comando do capitão Thomaz de Sousa Villa-Real, que embarcou no Rio do Peixe no arraial de Santa Rita, tendo retornado após três anos.

Quando teve de socorrer ao chamado da província do Grão-Pará com oitocentos homens quis descobrir uma nova rota pelo interior da capitania, a qual acreditava que fosse mais útil e mais breve. Partiram a 20 de março de 1789 do porto de Santa Anna no Capim-pumbá pelo rio Urubú em dois grandes bote, três *ubás* e nove *igaretés* sob comando do mesmo capitão Thomaz de Sousa Villa-Real. Encontraram muita dificuldade na alcantilada cachoeira do Facão aos arredores de Agua-Quente, que os obrigou a seguir com as embarcações por terra em carros. Depois entraram pelo rio Paraná e Tocantins em seguimento, onde travaram diversos confrontos com tribos indígenas, nos quais mesmo que saindo feridos, causaram bastante mortalidade. Chegaram ao Grão-Pará apenas oitenta inválidos, os demais teriam desertado ao longo do percurso. Mesmo se avaliando que a rota era mais breve, consta que por ela não mais se continuou.

Couto de Magalhães faz referência, em seu relato, aos feitos do capitão-general João Manoel de Menezes, transcrevendo a história extraída das memórias do padre Silva e Souza. João Manoel veio do Grão-Pará descendo o Araguaia até o porto do arraial de Santa Rita pelo Rio do Peixe, rio que Couto de Magalhães considerava fundamental em seu projeto de transferência da capital para Leopoldina. Abundante em pescado, supostamente aurífero e diamantino, pleno de caças em suas margens, areias compostas de silício, quartzo, fragmentos de carbonatos e sulfuretos de ferro, ocres e etc. Motivos

²⁹ SOUSA, 1872, p. 462 – 463.

pelos quais o extinto porto de Santa Rita e sua proximidade ao Rio do Peixe eram essenciais para o projeto de uma nova capital goyana.

Havia, entretanto, um projeto mais audacioso nos intentos do explorador Magalhães. Instituir uma rota fluvial entre o Pará, Goyaz e Mato Grosso, conectando a bacia do Amazonas com a bacia do Prata, concretizando o pensamento do marquês de Pombal e completando as tentativas das missões jesuíticas³⁰. Em 1866 obteve crédito do governo para desobstruir as cachoeiras do Araguaia, sendo necessário encomendar da Inglaterra um navio próprio para quebrar rochedos que se encontravam abaixo do leito da água do rio. Mandou rasgar os canais, capacitou mão de obra para guarnecer as embarcações exploradoras, fomentou prêmios para a navegação, em suma, incentivou e financiou a exploração do Araguaia para fins logísticos, econômicos e de expansão da produção agrícola e seu comércio.

Em 1868, presidindo Mato Grosso, comprou, desarmou e levou por terra até o Araguaia uma embarcação a vapor que se achava então em Cuyabá, no rio Paraguay, durante a guerra. O transporte foi efetuado em 16 carros que conduziram o vapor desmontado, em caixas, bem como as ferramentas necessárias para sua instalação e montagem e os equipamentos necessários para fundir ferro e bronze para, caso fosse preciso, reparar o maquinário da embarcação, junto de equipamentos enviados também pelo Pará e pelo Goyaz. O percurso foi de 100 léguas, amparados os carros por praças que abriam picadas com machados e enxadas, bem como dados à construção de pontes necessárias para a travessia.

Em 28 de maio de 1868 inaugurou, após a benção, o vapor *Araguaya*, em presença do governador de Goyaz, João Bonifacio Goes de Siqueira. Couto mandou gravar num rochedo da grande cachoeira, em tupi, a seguinte inscrição: “Sob os auspícios do Sr. D. Pedro II, passou um vapor da bacia do Prata para a do Amazonas, e veio a chamar á civilização e ao commercio os esplendidos sertões do Araguaya, com mais de 20 tribus selvagens, no anno de 1868.” A bordo do vapor percorreu 35 léguas do rio, embora sua intenção fosse de percorrer toda a extensão do Araguaya, impedido que fora pelos trabalhos referentes aos da guerra paraguaia. Mandara vir do Pará, pelo rio, munições que auxiliariam as tropas contra os inimigos.

³⁰ MAGALHÃES, 1902, p. X – XIII.

Não é possível escrever o rio, nem o atravessar de uma ponta a outra, sem a intervenção que altera seu ordenamento primeiro, sem destituir dele os perigos intransponíveis de suas pedras e cachoeiras. As pedras do rio que foram trituradas pelo navio britânico para possibilitar a rota comercial fluvial, a pedra da margem que recolheu, em língua tupi, a história escrita pelo explorador. Faz-se necessária a roçagem para que se estabeleça a rota e a escrita. A roçagem possibilita o chamado à civilização e ao comércio, devassa o caminho, torna viável o apossamento desse território, fundamenta e erige seus preceitos.

Joaquim de Almeida Leite de Moraes relata, em seus *Apontamentos de Viagem*³¹, as condições em que encontrou os vapores que transitavam na rota entre Goyaz e o Pará pelo Araguaia e Tocantins. Partiu de São Paulo em 27 de dezembro de 1880, seguindo por Casa-Branca, Cajurú, Matto-Grosso, Franca, Santa Rita do Paraíso, Uberaba, Monte-Alegre, Villa Bella de Morrinhos, Allemão, Annicuns e, finalmente, chegou na capital Goyaz em 31 de janeiro de 1881. Tomou posse da presidência da província a primeiro de fevereiro. Um de seus propósitos era elaborar relatórios sobre a possibilidade do prolongamento da estrada de ferro Mogyana até o Mato Grosso, publicados por ordem do ex-ministro da agricultura, o conselheiro Buarque de Macedo.

Joaquim não pretendia descer o Araguaia até o Tocantins, nem ao Pará. Sua expedição ao rio, primeiramente, era sob o intuito de conhecer o ponto indicado para a passagem do trilho da linha férrea. Em 10 de novembro de 1881 partiu da capital para Leopoldina, porto de embarque, onde subiu a bordo do vapor “Mineiro”, barco da empresa de navegação do Araguaia, legado de Couto de Magalhães, no qual navegou até o destacamento de S. José, em frente à primeira aldeia dos Carajás. Voltando à Leopoldina, embarcou no vapor “Colombo” até o Itacayú-Grande, depois regressou à capital, chegando em 30 de novembro.

Essa pequena viagem entre Goyaz e Leopoldina, trilhada em cavalo, agravou o incomodo adquirido na longa viagem entre São Paulo e a província goyana, convencendo-se que seria impossível retornar a São Paulo por terra e vencer a cavalo uma distância de pelo menos cento e cinquenta léguas. Ao receber a dispensa por parte do governo imperial, decidiu retornar à família, porém, não encontrou para a viagem os animais

³¹ MORAES, J. A. Leite. *Apontamentos de viagem*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011.

adestrados para viajar em um *trolly*, resolvendo então descer o Araguaia e o Tocantins até o Pará e, partindo de Belém, retornar para casa.

Quando em Goyaz, leu as memórias que encontrou sobre a província e destacou os escritos de Couto de Magalhães, onde citou as ásperas palavras: “Emfim, Goyaz é a terra do que foi!...”³² Primeiramente lhe pareceu exagerada a consideração, porém, percorrendo a capital, verificou que diziam que ali “houvera” uma fábrica florescente de tecidos, que o caminho da Carioca “já foi” uma bonita rua, que ali “existia” uma bonita chácara com um magnífico pomar, o que o leva a dizer: “Couto Magalhães tem razão, Goyaz é a cidade do que foi!”

O tom decadente do relato retrata as impressões de Joaquim sobre as condições gerais dos sobrados da cidade, bem como do próprio palácio presidencial. Com o mesmo tom ele descreveu sua viagem no vapor Colombo, em 21 novembro de 1881, quando o vapor, rebocando um bote, partiu do porto de Leopoldina com direção a Itacayú, na província de Mato Grosso:

O *Colombo* caminhava mal ; mal podia vencer a correnteza das aguas ; tinha as suas forças exaustas, ou a sua machina estava gasta. E, apesar disso, com ligeiros reparos do machinista, que de quando em quando applicava-lhe alguma *cataplasma*, fomos subindo e subindo até que veio a noite fundear-nos.³³

No dia 23 de novembro passaram pela foz do Rio-Claro. Desde o Itacayú-Pequeno até o Itacayú-Grande, onde notaram diferentes pontos possíveis para a passagem da linha férrea até o Mato Grosso, compostos de altas barrancas, leitos pedregulhosos e pouca água. Foram ao encontro do capitão Gomes em seu rancho a 4 léguas da margem direita do rio. Gomes era um paulista, maior de 60 anos, alto, moreno, forte e robusto, fora o responsável pelo transporte do primeiro vapor que Couto mandou trazer do rio Paraguai para o Araguaia. Na manhã do dia 24 encontraram com o paulista. Este lhes mostrou o estaleiro onde armou o vapor “Araguaya”, o primeiro que sulcou aquelas águas. Segue o trecho do relato em sua integralidade:

E como este vapor chegou ás barrancas daquelle rio?
O illustre Couto de Magalhães o comprára em Cuyabá, e como transportal-o a 150 leguas por caminhos abertos pelo facão do sertanejo, subindo e descendo a serra da Chapada, ou de S. Jeronymo, atravessando o sertão povoado de indígenas?
Appareceu-lhe um homem que disse-lhe um dia: -“Se *vancê* quiser eu levo e *bóto* esse vapor no Araguaya.”
Couto de Magalhães, que já o conhecia, contractou com elle o transporte de seu vapor.

³² *Ibid.*, p. 75

³³ MORAES, 2011, p. 89 - 90

Desmontal-o e collocal-o em pedaços no carro do intrépido sertanejo, foi a cousa mais facil deste mundo, e o resto? O resto corre por conta do audaz paulista, que diz – é possível – quando todos lhe bradam – é impossível!

E o capitão Gomes, com uma boiada em cada carro, enfia a sua caravana pelo sertão, sobe e desce serras, atravessa rios, recebe os ataques dos indigenas, que o perseguem por muitos dias, e defende-se, e, após mezes de trabalho insano, gigantesco, desesperado e horrorosamente pesado, chega na sua fazenda, levanta o estaleiro, e com o machinista que o acompanhava, arma o vapor e o atira nas aguas do Araguaya! Eis um admirável e grande feito!

E o rio, recebendo o choque das rodas do progresso, como que o proclamava heroe daquelas desertas paragens!³⁴

Consta nele ainda que Gomes teria aprovado o trajeto traçado por Joaquim que levava a linha férrea para o Mato Grosso, e teria ainda proposto algumas modificações, posto que ele era exímio conhecedor daquela região. Gomes apontou que, passando pelo Itacayú-Pequeno, a estrada devia procurar as margens do Rio das Mortes, ou Rio Manso, para que se tornasse uma linha reta até Cuyabá. Inclusive se prontificou a abrir com seu facão a picada exploradora. O capitão fora apontado no relato como braço da comissão exploradora da linha, enquanto sua natureza ainda possuía as forças inteiras para um trabalho tão pesado e perigoso.

A bordo do vapor, no curso do rio foram surpreendidos por uma ubá com oito índios que sulcavam as águas com velocidade. Joaquim ordenou que parassem a embarcação e os convidou a subirem. Atracaram a ubá ao vapor, uns subindo a bordo, outros desconfiados se mantiveram em sua embarcação. Um dos indígenas pronunciou algumas palavras em português. Lhes foram ofertados presentes e, após as despedidas, os índios seguiram seu curso. Carlos Augusto, companheiro de Joaquim, mergulhado em admiração profunda, pronunciou que esse encontro compensava de sobra as saudades da família e os perigos da viagem. “Comprehendemos finalmente que estavamos em terra de selvagens, e que nós eramos apenas uns restos de civilização que fluctuavam naquelas aguas...”³⁵

O Colombo sofria com a exigência da jornada. O maquinista, sr. Valladares, se empenhava na manutenção do vapor, atirando-se à fornalha, parafusando e desparafusando, engraxando e limpando as peças principais do motor, abrindo e fechando as válvulas, mas o barco não correspondia aos intentos. Assim, ora parando, ora flutuando, navegaram à mercê das águas, até que ancoraram no porto de Luiz Alves para

³⁴ *Ibid.*, p. 91 - 92

³⁵ *Ibid.*, p. 98

o concerto do maquinário. Recuperando as forças, o barco seguiu seu caminho, singrando por entre matas altas e escuras, caminhos desertos, repletos de animais que, quando passavam próximo do barco, serviam de mira à Joaquim, que atirava em tudo que se mexia diante da embarcação, peixes, aves, ariranhas, veados. Ele seguia na proa com sua espingarda em mãos, atento aos movimentos da fauna vizinha, treinando seus tiros e se vangloriando, no relato, de ter acertado uns, lamentando ter errado outros. “E o Colombo rompe essa natureza virgem com a helice; acorda aquelles milhões de seres animados com o seu sibilar agudo e penetrante... é o progresso que recua a barbaria ás suas ultimas fronteiras!³⁶”

Seguiram a bordo do vapor até o porto de Santa Maria onde despediram-se do Colombo e embarcaram em um bote, o *Rio-Vermelho*, comandado por Manoel Archanjo da Silva, aleijado de uma mão, melhor piloto e melhor práctico da região, junto de mais 16 remeiros, dos quais dois proeiros, dois popeiros e dois contra popeiros, locais do bote que exigem habilidades específicas e experiência para o seguimento da viagem. Entre os remeiros iam três índios, um carajá, um cayapó e um gavião. A tripulação partiu do porto de Santa Maria, deixando para trás os marinheiros e o maquinista do vapor, que trocaram presentes e se despediram com lágrimas nos olhos. “Levávamos o lenço ao rosto para que não vissem que um homem pranteava como se fôra uma creança.³⁷”

Atracaram o Rio-Vermelho ao dia 31 de dezembro no porto dos Chambioás, antigo presidio abandonado que recolhia o resto de casas, esteios de outras, assim como cafezeiros, laranjeiras, bananais, limoeiros, o que demonstrava ser um local fértil. Consta que existiu um caminho aberto pelo frei Salvino, ligando Chambioás com a cidade de Boa Vista, situada a 16 ou 18 léguas do porto. Joaquim ali vislumbrou a estrada de ferro de Patos até Chambioás, pela margem esquerda do Araguaia e Tocantins, bem como estradas de rodagem – uma do porto da via férrea ao Xingú, outra da ilha do Bananal ao Porto-Imperial, outra de Chambioás à Boa Vista.

A possibilidade de transformar as ruínas do presídio em belíssima capital de uma rica província, com suas divisas demarcadas: com o Mato Grosso pelo rio das Mortes ou dos Itapirapés, com o Goyaz pela serra da Bocaina, intercalada entre a ilha do Bananal e a Conceição, com o Piauí pela serra da Mangabeira, com o Maranhão pelas vertentes dos

36 *Ibid.*, p. 106

37 *Ibid.*, p. 134

rios Miguel Alves e Riachão, compreendendo a Carolina e Imperatriz, com o Pará pelo Xingú, fechando este círculo numa zona de cem léguas de largura e umas trezentas de extensão, contendo já os povoados de Conceição, Natividade, Porto-Imperial, Pedro Affonso, Carolina, Imperatriz, Boa-Vista, S. João do Araguaya, S. Vicente e Martyrios. Com a navegação a vapor do Tocantins, com comunicações ao Chambioás, de 16 léguas, e à ilha do Bananal, de 30 léguas e com o ponto terminal da via férrea ao Xingú e a da navegação ao Araguaia, donde escoariam os produtos ao mercado do Pará e, conseqüentemente, aos Estados Unidos e à Europa.

Encontraram com índios, visitaram aldeias, trocaram presentes. Enfrentaram a fúria do rio na cachoeira de S. Miguel, onde a igarité naufragou, resultando na morte de Barbosa, um de seus caros companheiros. Apuros na Cachoeira Grande, Taury-Grande, na Itaboca, local onde Couto de Magalhães também teria naufragado e sobrevivido ao atingir, a nado, a margem do rio. Chegando em Belém enfrentam a força contrária da maresia, *banzeiro* como eles dizem, e a fúria ondulante da pororoca.

Chegaram na capital paraense em 14 de janeiro de 1882, estranhando, após meses de travessia pelo interior selvagem, os sons e movimentos da cidade grande:

Agora, de pé, em cima do cáes, estamos perplexos e confusos, atônitos e admirados! Que vozeria enorme é esta que nos atordôa os ouvidos? Ruido estrondoso do tropel de um povo ; o rodar convulsivo dos carros, semelhando um trovão que não se interrompe... tudo nos aponta o commercio, que fala de viva voz com a America e com a Europa! Naquelle tumultuar de povo pelas ruas e elas praças, naquele estremecimento do proprio solo, sente-se o desenvolvimento progressivo de todas as forças vivas da civilização moderna.

Ha allí um povo... mais do que um povo – uma nação... o futuro dirá. Dorme ainda, mas já sonha todas as grandezas do mundo, tendo as plantas sobre o Tocantins e a frente recostada sobre o Amazonas!³⁸

Essas narrativas dependem da expedição que abre e trilha o caminho, que atravessa os nomes, permitindo e demarcando a rota, tornando viável e conhecida a travessia. Máquinas a vapor, igarités a remo, picadas de facão, linha férrea, lombo de trotador. Artíficos utilizados para transpor e atravessar os obstáculos originários, mas que deixam transparecer a fragilidade de suas forças quando diante da magnitude natural. O motor que falha, a embarcação que afunda, a espingarda que erra o tiro. Mesmo em face da decadência dos meios, da falência dos recursos, da agonia de um povo que se esvai diante do progresso, se faz a travessia. Tal qual a escrita, a travessia que se faz e

³⁸ *Ibid.*, p. 205 - 206

deixa transparecer o fracasso infalível de seu deslocamento, que altera e destitui o ordenamento inicial, sinalizando o caminho na trilha erguida pelos nomes.

Outra característica comum às narrativas de conquista do centro do país é referente ao modo como elas relatam, sob o ponto de vista do explorador, o vazio e a imensa solidão das matas naturais que, em contraste com os propósitos ocidentais, são avessas aos intentos do progresso civilizatório. Muitos desses viajantes, ocupantes de cargos oficiais na administração da colônia, império ou república, buscaram meios de transpor esse vazio e levar o modo de vida urbano e suas implicações comerciais, econômicas, bem como a imposição de seus modos sobre as comunidades nativas, sertanejas e indígenas. A roçagem vai além da literal devassidão dos caminhos, mas também avança através de um *ethos* urbano civilizatório, marcado pela língua, pelo *habitus* cristão, pela potencialização da produção e comercialização das riquezas, tecnologia e cultivo agropecuário.

Como exemplo, primeiramente, destaque-se o trecho do relato do padre Silva e Sousa:

Mas isto mesmo que encontrei é quanto basta para fazer conhecer a vantajosa situação de Goyaz, que, ainda mesmo na maior decadencia em que se considera, e a que diferentes motivos deram principio, tem proporções para se levantar, para se ressurgir, logo que se possam aplicar a seu beneficio os paternaes cuidados d'el-rei nosso senhor. E que quadro tão brilhante se apresenta agora á minha imaginação! Eu vejo reduzidos á sociedade civil tantos milhões de habitantes selvagens, que nos rodeiam, tornados em cidadãos uteis e laboriosos : vejo povoadas as margens de tantos rios navegaveis, gyrando por todas as partes as embarcações com as produccões do paiz, e ao mesmo tempo empregadas as aguas em mover pesadas machinas, que poupam o trabalho dos homens : vejo adiantadas as artes e as sciencias, promovida a industria animando o commercio, penetrados os sertões e descobertas as suas preciosidades : vejo marchar de um passo igual a agricultura e a mineração ; cobertas de rebanhos as campinas ; coroados de vinhas os outeiros ; crescerem as povoações, e fundarem-se as cidades. É verdade que para tudo isto é preciso tempo, são precisos dispendiosos sacrificios ; mas nada é impossivel. Os grandes reinos tiveram o seu principio em pequenas sociedades : em dois homens principiou a população do Universo.³⁹

No de Saint-Hilaire:

Fui testemunha da influencia que exerceu sobre os habitantes de Goyaz um sacerdote estrangeiro que, dando-lhes uteis conselhos sobre a maneira de cultivar as terras os edificou, durante algum tempo, por suas sabias exhortações e pelo exemplo de suas virtudes. Regeitem-se absurdos preconceitos de nacionalidade e preconceitos philosophicos que, hoje desprezados na Europa, porém novos para os brasileiros, passam ainda entre elles por força de espirito ; mandem-se vir para Goyaz alguns ecclesiasticos estrangeiros, afim de chamar esse povo a si mesmo e restitui-lo á dignidade de homens; renovem-se de tempos em tempos esses missionarios para que não se deixem amolecer pelo calor do clima e arrastar pelos maus exemplos;

³⁹ SOUSA, 1872, p. 509 – 510

estabeleça-se um seminário para educar os jovens sacerdotes na sciencia e bons costumes ; confiêm-se, emfim, as crianças a esses homens devotados que, depois que um genio poderoso os chamou novamente ao solo da França, prestaram tantos serviços á prole do pobre, e ver-se-á o povo de Goyaz reerguer-se, adquirir virtudes e tomar lugar na sociedade civilizada.⁴⁰

Também no de Couto de Magalhães:

Na lucta que o homem trava contra a natureza e o deserto, parece que, em Goyaz, tem este ultimo vencido o esforço do homem. Quanto não dera eu para ver povoadas essas campinas, que podiam sustentar numerosos rebanhos e que agora são ordinariamente pasto de feras? Ha de, porém, chegar um dia em que o povo desta provincia, compenetrado de seus verdadeiros e legitimos interesses, olhará para o Araguayá, assim como os phenicios olhavam para o Oceano e os mexicanos, para o seu Potosi.⁴¹

Só haverá futuro promissor quando as cidades se levantarem nos campos despovoados, quando os selvagens se converterem em cidadãos úteis e laboriosos, quando as máquinas distribuírem as riquezas pelas regiões do país, quando as crianças forem catequisadas e inseridas nos bons costumes. Em suma, quando o ordenamento original desse território for alterado, destituído. Não há compatibilidade próspera, no entendimento do conquistador, com a manutenção das estruturas nativas, sendo necessária a roçagem, a ceifa, a trilha aberta pela picada que escoá, conecta, permite o acesso e carrega os preceitos de um progresso civilizatório ocidental. Esse gesto modificador que desconfigura o arranjo primeiro e o submete, por via de força, a uma nova configuração, pautada e defendida por um discurso que a valida, é entendido como gesto que outorga a posse, contribuindo para a elaboração de um propósito que sustente a extração necessária para o desenvolvimento.

No ano de 1876, em comemoração ao primeiro centenário da independência norte americana, organizou-se a exposição universal na Filadélfia que visava expor as “maravilhas da indústria humana”, frutos do “progresso e prosperidade do novo mundo”. Para a participação no evento, estabeleceu-se no Brasil uma exposição nacional em 1875, que visava selecionar os principais produtos brasileiros das vinte províncias que seriam enviados aos Estados Unidos. Encontra-se em texto de Alfredo de Escagnolle Taunay, o célebre visconde de Taunay, *A província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875*⁴² a

⁴⁰ SAINT-HILAIRE, 1937, p. 340 – 341

⁴¹ MAGALHÃES, 1902, p. 75

⁴² TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *A província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

apresentação do quadro referente à produção da indústria goyana que visava atender ao chamado da exposição, bem como relato da situação da província e dos fatores que auxiliavam e dificultavam sua participação.

O texto exalta a opulência dos recursos naturais do Goyaz, seus grandes rios, seus campos ubérrimos, seus metais preciosos ocultos nas entranhas terrestres, suas matas de alentados madeiros, suas serras cristalinas, tesouros abundantes e, em sua maior parte, inacessíveis ainda. Em contrapartida, as dificuldades de participar em tal evento se fundamentam em fatores como a falta de uma densidade populacional para povoar seu território, falta do hábito do trabalho constante diante da não remuneração do labor, a baixa evolução do progresso pela vida languida e desanimada. Mesmo que vivendo sobre minas riquíssimas, não possuía um real do ouro que sob elas se escondia.

Decadente quadro é apresentado, comum às regiões auríferas, quando se esvai a promessa de enriquecimento pelo garimpo do ouro, chegando à situação próxima do aniquilamento total. Muitos arraiais se extinguiram quando o metal deixou de ser extraído, muitos deles deixaram como legado apenas o nome. Populações inteiras se retiraram, e eis que as que restaram, diante da inutilidade de escavar a terra, passaram então a cultivá-la. A mudança de uma economia aurífera para uma economia agrária recompensou o trabalho e trouxe novamente os benefícios da confiança no futuro.

Devido às grandes distâncias que separam o Goyaz do oceano Atlântico, a distribuição da produção era dificultosa, motivo que atrapalhava o almejado progresso econômico. Taunay reitera a importância das rotas fluviais, dado que o sistema hidrográfico goyano possuía essa característica, “que a natureza parece ter-lhe preparado meios de comunicação, que tão somente esperam por população mais condensada para fazer florescer o commercio e permittir-lhe enviar seus produtos ás duas extremidades do Brazil”⁴³. As já referenciadas rotas de comunicação ao norte, pela navegação do Araguaia e Tocantins, e ao sul, pela navegação dos rios Meia-Ponte, Turvo, dos Bois, Parahyba e Paraná, favoreciam a logística comercial, porém também ofereciam em troca os perigos dos obstáculos que se impunham nas travessias.

São referenciadas expedições que se lançaram no Araguaia, como a de Castelnau em 1844, que chamava a si a glória de ser o primeiro explorador, *à peu près inconnu*, querendo batizar sob seu nome. Mas como mostrado anteriormente, a navegação dessas

⁴³ TAUNAY, 1876, p. 12

rotas data de tempos mais remotos. Em 1669, Manoel Brandão e Gonçalo Paes subiram o Tocantins vindo do Pará e entraram no Araguaya até a ilha do Bananal, tendo Diogo Pinto da Gaya também feito o percurso em 1720. Muitas dessas referências encontradas no texto de Taunay retomam a historiografia do padre Silva e Sousa supracitada, como as expedições de 1722 sob ordem de José de Almeida e Vasconcellos, a de 1791 de Tristão da Cunha e Menezes, entre outras.

Porém se fazia necessário que a navegação fluvial pudesse encontrar um aporte significativo para potencializar seus resultados: “Só serão, contudo, devidamente auferidas todas as vantagens dessas largas vias de comunicação, depois de melhoradas e apropriadas ao commercio, quando uma estrada de ferro tiver, como eu já disse, alcançado ou a barranca direita do Rio-Grande ou a villa de Santa Anna do Parahyba.”⁴⁴

Note-se que a linha férrea Mogyana, criada em 1872, ainda não tinha atingido esses limites citados no texto no ano de 1876, vindo a atingir o Rio Grande no ano de 1888. Assim, para que a mão do progresso alcançasse esse território isolado do sertão, deveriam ser integradas as rotas fluviais com as rotas férreas, exemplificadas conforme o plano desenvolvido por Joaquim de Almeida Leite de Moraes, embora a extensão da linha até o Goyaz nunca tenha se concretizado.

Diante das dificuldades de enviar grandes amostras de seus produtos e devido ao alto custo do transporte, a província enviou amostras moderadas, coleções incompletas e deficientes, que não refletiam o esplendor de suas riquezas. Foram submetidas amostras de peles de onça como representativas da fauna local, madeiras reduzidas a delgadas lâminas, algumas resinas vegetais, minérios férreos, mármore, quartzos, outras pedras e cristais. Não se comparava a facilidade das províncias próximas ao porto de Santos enviarem suas amostras com a dificuldade que o Goyaz possuía, mesmo que tivesse, nesses departamentos, muito mais recursos naturais dos que os que foram ali apresentados.

Por fim, o prognóstico apontado por Taunay para a província seguia o tom dos recortes referenciados nessa investida:

No estado actual das cousas, o primeiro e mais vehemente empenho da província deve ser ver derramada a instrucção por todas as classes de sua sociedade, diffundidas quanto possível por todos os pontos de seu vastissimo territorio as luzes do espirito, que, abrindo horizontes novos á intelligencia, firmando melhor a doce e

⁴⁴ *Ibid.*, p. 13

imprescindível imposição da moral, e alargando as raias da iniciativa, avivam no coração humano o amor da família e da pátria, e no cidadão exaltam esses sentimentos nobres e dignos, que todos se derivam da consciência de si e do valor da personalidade. (...)

Convém, ainda mais, cuidar, sobretudo, na parte meridional, das estradas abertas, conservá-las com zelo, rasgar outras conforme as necessidades das povoações ; nos rios mais fundos e caudalosos lançar pontes ; regularizar os meios de transposição nos mais largos, e abaixar os impostos do pedágio, preparando assim todos os meios de comunicação, como que á espera do momento em que sybillar a primeira locomotiva naqueles distantes centros. (...)

Terminada, embora imperfeita e desalinhadamente, a grave tarefa que voluntariamente me impuz, resta-me exarar um voto partido do fundo d'alma e oriundo de imensa gratidão: é que a província de Goyaz, á quem tanto devo, rompendo de todo as barreiras que se oppõem ao seu progresso, grandeza e felicidade, utilizando os innumerables recursos naturaes que lhe constituem inexaurível cabedal, e pondo em acção o comprovado patriotismo de seus habitantes, alcance por fim, e em dia não muito afastado, o lugar que lhe compete entre as filhas desta grande pátria, a que todos pertencemos, o Imperio do Brazil!⁴⁵

Palavras que reiteram e reafirmam a necessidade de intervenção, de alteração, de implementação de uma política educacional, moralizadora que, aliada às obras de infraestrutura que visavam ampliar as estradas e caminhos ligados ao resto do território nacional, propiciaria o progresso, a grandeza e a felicidade. Sem as tais intervenções, as riquezas imensuráveis que se ocultam nos vazios das campinas goyanas de nada valeriam, não serviriam se não pudessem ser mensuradas, quantificadas, negociadas, transportadas, ou como convém aqui, se não pudessem ser escritas.

⁴⁵ *Ibid.*, 60 – 62

CAPÍTULO 2: DA ALTERAÇÃO

Um discurso é um grande senhor que, por meio do menor e mais inaparente corpo, leva a cabo as obras mais divinas. Pois é capaz de fazer cessar o medo, retirar a dor, produzir alegria e fazer crescer a compaixão. Que estas coisas são assim, mostrarei. – Górgias.⁴⁶

Para seguir adiante no intuito de escavar, a partir da noção de roçagem, a premissa da alteração como tópica textual, a questão sofisticada sobre os efeitos do discurso se faz necessária e oportuna. O retorno aos modelos antigos auxilia na apreensão de fundamentos teóricos presentes nos alicerces do pensamento ocidental, atemporais e enraizados no imaginário europeu, que no processo de tomada e conquista das terras sul-americanas são, de certo modo, misturados aos contextos regionais nos quais se inserem, alterando os ordenamentos e gerando múltiplos desdobramentos a partir dos diferentes elementos aos quais são combinados. Destaque-se que essas transformações são efeitos causados tanto pelos processos de roçagem quanto pelos de linguagem.

De início, a epígrafe propõe a entrada através dessas palavras de Górgias que conferem ao *logos* certa noção de soberania exercida por meio do mais imperceptível corpo. Ele tem o poder de alterar condições circunstanciais, atuando de maneira velada. O cessar do medo, a retirada da dor, a produção da alegria e compaixão, efeitos elencados que são gerados pelo discurso. Embora seja mínimo, atua substancialmente em seu interlocutor, tanto no âmbito das instâncias psíquicas como o medo, quanto das corpóreas como a dor. Também pela capacidade ora de cessar alguns eventos, ora de produzir outros. As obras capazes desses feitos são elevadas a naturezas divinas, similares aos feitos dos deuses.

O texto procura isentar Helena da infâmia sustentando três argumentos: ou ela foi raptada à força, ou persuadida pelos discursos, ou surpreendida pelo amor. Em todos os casos deve-se reconsiderar sua reputação pois, independente dos motivos, ela não teria meios para resistir à má sorte em que foi lançada. Trata-se de inverter a premissa acusatória que a concebe como traidora através da construção de uma narrativa defensiva,

⁴⁶ GÓRGIAS. *Elogio de Helena*. Trad. Daniela Paulinelli. Belo Horizonte: Anágnosis, 2009, parágrafo 08. Disponível em: <http://anagnosisufmg.blogspot.com/2009/11/elogia-de-helena-gorgias.html> Acesso em: 11/12/2019. Λόγος δυνάστης μέγας ἐστίν, ὃς μικροτάτῳ σώματι καὶ ἀφανεστάτῳ θεϊότατα ἔργα ἀποτελεῖ
• δύναται γὰρ καὶ φόβον παῦσαι καὶ λύπην ἀφελεῖν καὶ χαρὰν ἐνεργάσασθαι καὶ ἔλεον ἐπαυξῆσαι. ταῦτα δὲ ὡς οὕτως ἔχει δεῖξω •

na qual a traição de Helena seria produto de persuasão, submetida que fora aos efeitos do logos, o soberano imperceptível.

Górgias compara o poder persuasivo do logos com duas artes: “do sortilégio e da magia, as que são erros da alma e enganosa da opinião⁴⁷”. O discurso, entrando em contato com a opinião da alma, a enfeitiça, produzindo seus efeitos pela alteração da condição inicial, imprimindo prazer onde há dor, gerando alegria onde há tristeza. A opinião é envolvida pela instabilidade escorregadia do logos – que pode transitar entre polos opostos, capazes de produzir ou cessar, afirmar ou negar, outorgar ou destituir – pois seria ela mesma instável e escorregadia, sempre suscetível aos seus encantamentos. Há entendimento similar com os efeitos produzidos pela poesia, julgada e nomeada como “um discurso que tem metro⁴⁸”, igualmente incidindo sobre a alma, enfeitiçando, alterando-a. Assim a poesia, quando discurso metrificado, teria também dotes similares capazes de levar a cabo obras divinas. Pela opinião, que é múltipla e instável, o logos afeta e modifica a alma, a transformando por causa de sua instabilidade plural, despontando como acontecimento sustentado pelo discurso, não necessariamente pela entidade ou veracidade do ser.

No rastreamento do que se desprende no processo de alteração dos ordenamentos primeiros, se considere então o poder conferido ao discurso, à poesia e ao texto de maneira ampla, de interferir e produzir modificações substanciais. É cabível o pensamento, a partir da capacidade de levar a cabo as obras mais divinas, tomado também pelas palavras do diálogo platônico *Íon* na célebre passagem da pedra magnética que induz os anéis de ferro da corrente de metal (533c – 535a):

Sócrates – É o que me disponho⁴⁹ a fazer, Ião, para explicar-te o que me parece ser a causa do que dizes. O dom de falares com facilidade a respeito de Homero, conforme concluí há pouco, não é efeito de arte, porém resulta de uma força divina que te agita, semelhante à força da pedra que Eurípedes denomina magnética e que é mais conhecida como pedra de Hércules. Porque essa pedra não somente tem o poder de atrair anéis de ferro, como comunica a todos eles a mesma propriedade, deixando-os capazes de atuar como a própria pedra e de atrair outros anéis, a ponto de, por vezes,

⁴⁷ *Ibid.*, parágrafo 10. γοητείας δὲ καὶ μαγείας δισσαὶ τέχναι εὐρηνται, αἱ εἰσι ψυχῆς ἀμαρτήματα καὶ δόξης ἀπατήματα. As referências ao texto platônico no idioma grego são todas extraídas da “Perseus Digital Library”, disponível em: www.perseus.tufts.edu

⁴⁸ *Ibid.*, parágrafo 09. τὴν ποιῆσιν ἅπασαν καὶ νομίζω καὶ ὀνομάζω λόγον ἔχοντα μέτρον

⁴⁹ O fragmento citado inicia-se com o verbo *ver* conjugado na primeira pessoa do indicativo presente ativo (*ὄρω*), presente por exemplo na tradução lusitana de Vitor Jabouille colocado como “*Eu vejo, Íon, e vou fazer-te ver o que é, seguindo o meu entendimento*”, escolha próxima à do tradutor brasileiro Cláudio Oliveira, que traduz por “*Eu vejo mesmo, Íon, e vou te mostrar o que isso me parece ser*”. Na tradução inglesa de W.R.M Lamb “*I do observe it, Ion*”. Adotaremos as traduções do belo trabalho de Carlos Alberto Nunes como ponto de partida para nossos apontamentos.

formar-se uma cadeia longa de anéis e de pedaços de ferro, pendentes uns dos outros; e todos tiram essa força da pedra.⁵⁰

Uma questão fundamental ocorre quando Sócrates diz que o bem dizer de Íon sobre Homero “não é efeito de arte”, mas resulta de “uma força divina”. Platão destitui do discurso a instância de produção de conhecimento, já que o orador produz inspirado e, portanto, desconhece os princípios e motivos primeiros daquilo que cria. Górgias e o logos soberano que atua produzindo obras divinas – Platão e a replicação terceirizada da linguagem que emana do ser superior.

Ambas as situações necessitam de uma intervenção que desapropria as propriedades naturais, transformando-as. Utilizada para explicitar esse pensamento, a metáfora da pedra de Hércules diz como que ela pode induzir os anéis de ferro de modo que eles, inicialmente desprovidos do poder de atração magnética, sob sua influência, agora possam também atrair os outros anéis, resultando no encadeamento da ação. Para o pensamento platônico, as produções discursivas – também as textuais, poéticas e artísticas – dependem dessa origem que transfere e induz à capacidade aqueles que são por ela atraídos. A pedra magnética estaria para o poder inspiratório divino, como as musas, ao passo que o orador estaria para o anel de ferro, transmitindo aos outros interlocutores os efeitos que adquiriu das instâncias superiores.

Do mesmo modo, as Musas deixam os homens inspirados, comunicando-se o entusiasmo destes a outras pessoas, que passam a formar cadeias de inspirados. Porque os verdadeiros poetas, os criadores das epopéias, não compuseram seus belos poemas como técnicos, porém como inspirados e possuídos, o mesmo acontecendo com os bons poetas líricos (...) Porque o poeta é um ser alado e sagrado, todo leveza, e somente capaz de compor quando saturado do deus e fora do juízo, e no ponto, até, em que perde todo o senso. Enquanto não atinge esse estado, qualquer pessoa é incapaz de compor versos ou de vaticinar. Porque não é por meio da arte que dizem tantas e tão belas coisas sobre determinados assuntos, como se dá contigo em relação a Homero. É por inspiração divina, exclusivamente, que cada um faz tão bem o que faz, conforme a Musa o incita: ditirambos, panegíricos, danças corais, epopeias, ou iambos, revelando-se todos eles medíocres nos demais gêneros, pois não falam por meio da arte, mas por uma força divina.⁵¹

As musas deixam os homens inspirados (*enthéous*). O vocábulo possui em si a referência ao deus que inspira, algo como estar repleto de deus, estar endeusado. A musa produz o entusiasmo, sendo ela a origem afastada. O poeta replica o entusiasmo a outros

⁵⁰ PLATÃO, 1980, p. 228

⁵¹ *Ibid.*, p. 228 – 229

e, semelhante aos efeitos dos anéis de ferro que se atraem em cadeia, assim também os entusiasmados (*enthousiazónton*) são contagiados pela inspiração divina, capazes de transmitir a inspiração a outros entusiastas. Na tradução de Vitor Jabouille⁵² se lê: “Assim, também a Musa inspira ela própria e, através destes inspirados, forma-se uma cadeia, experimentando outros o entusiasmo⁵³”. Tal qual a corrente dos anéis induzidos, a cadeia de inspirados que partilham do entusiasmo é metáfora para o processo de produção poética, entendida aqui como emanção de ordem divina que, incidindo sobre o poeta, receptáculo dessa pulsão, a partilha com outros, induzindo e conectando.

A imagem da cadeia de entusiasmados é muito significativa como procedimento pelo qual a alteração gerada pelo logos influi sobre a imanência. É necessário que um portador transmita a palavra recebida a outros interlocutores, contagiando-os, enfeitando-os, para que ela se erga como acontecimento. No intuito de investigar o poder de alteração que se dá pela palavra, pelo texto e também pela força, no entendimento platônico, faz-se necessária a reflexão da transmissão comunicativa, as vias de acessos aos caminhos traçados, semelhantes às picadas abertas nas matas desbravadas. O poeta recebe a mensagem, é por ela modificado, e aos outros modifica, alterando os ordenamentos para que se assemelhem aos propósitos disseminados. Uma relação possível entre a catequese e a roçagem.

Novamente, de acordo com essa proposição, não se trata de arte, de técnica, mas de entusiasmo, de inspiração divina. Os bons poetas épicos produzem inspirados e possuídos pela pulsão superior. O poeta é descrito como um ser leve, sagrado, alado, destituído de si, replicando as palavras que recebe diretamente das musas. Distante do controle, não poderia produzir conhecimento pois desconheceria os motivos pelos quais agem os deuses. Portanto a técnica, a arte, implicaria conhecimento dos fundamentos de seus próprios domínios, de modo que poderia ter em comum com as outras técnicas proximidades e disparidades que lhe conferiria legitimidade. Quem poderia legitimar ou deslegitimar os feitos dos deuses?

⁵² PLATÃO, Íon. Trad. Victor Jabouille. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1988. p. 49.

⁵³ Em ambas as traduções ao português supracitadas notamos alternância entre os vocábulos derivados de *inspiração* e *entusiasmo*. Carlos Alberto Nunes utiliza: *inspirados* (...) *entusiasmo* (...) *inspirados*. Victor Jabouille *inspira* (...) *inspirados* (...) *entusiasmo*. Na tradução de W.R.M. Lamb para o inglês “*In the same manner also the Muse inspires men herself, and then by means of these inspired persons the inspiration spreads to others, and holds them in a connected chain*”, portanto *inspires* (...) *inspired* (...) *inspiration*. O texto em grego “ οὕτω δὲ καὶ ἡ Μοῦσα ἐνθέους μὲν ποιεῖ αὐτή, διὰ δὲ τῶν ἐνθέων τούτων ἄλλων ἐνθουσιαζόντων ὁρμαθὸς ἐξαρτᾶται ” *enthéous* (...) *enthéōn* (...) *enthousiazónton*.

Como contraponto à imagem da pedra de Hércules, destaque-se a da pedra de amolar, presente em *Contra os retóricos* de Sexto Empírico. O texto constitui um dos livros que integram a obra *Contra os professores*, caracterizada por ataques sistemáticos às artes técnicas ou ofícios, refutando seus fundamentos e sistemas por meio de controvérsias, colocando em aporias e instaurando, pelo dogmatismo negativo, um pretensioso critério dos métodos de produção de conhecimento.

Assim, eles [os professores] não são retóricos por causa da arte. Daí é possível rir-se deles quando, defendendo-se contra essa confutação, afirmam que, assim como as pedras de amolar não são feitas para cortar, mas, amolando a espada, tornam-na capaz de cortar, do mesmo modo, eles próprios, embora sejam incapazes de discursar por inexperiência, fazem outros homens falar instruindo-os por essa arte. Pois esses admiráveis retóricos não perceberam a dissimilaridade dessa comparação, uma vez que, se a pedra de amolar, por um lado, não possuía esse poder de implantar no ferro sua própria qualidade, eles professam, por outro lado, como principal tarefa, já que possuem tal arte, transmiti-la ao próximo.⁵⁴

Interessante e muito propícia a relação entre as pedras, a magnética e a de amolar, para a arguição dessa investida. Uma é dotada de capacidade atrativa e, incidindo sobre o anel de ferro, transfere seus dotes a ele, tornando-o apto para a atração de outros anéis; a outra, destituída da capacidade de corte, incide sobre o metal tornando-o afiado, capacitando-o para uma função que ela própria não possui. Se estabelece aqui certa disparidade já que o magnetismo induz o metal a reproduzir seus atributos por semelhança, ao passo que o amolar do fio induz o metal ao corte pela alteração díspar, já que por si só não pode fazê-lo. Mas também se aproximam pelo argumento de que, tanto a poética para Platão quanto a retórica para Sexto não constituem técnicas, não possuem fundamentos artísticos.

No diálogo platônico acima referenciado, Sócrates defende que, apesar de versar sobre diversas outras artes, Homero discorre sobre técnicas que, enquanto poeta, desconheceria com a propriedade necessária para delas emitir juízos adequados. Como quando diz que Nestor aconselha seu filho Antíloco a ser cauteloso na manobra da corrida de carros realizada nos funerais de Pátroclo, quando diz que Hecamede deu a beber uma poção para curar o ferido Macaóne, além de passagens sobre a pesca e a arte da adivinhação. Portanto, sendo um rapsodo, o poeta não poderia dizer verdadeiramente sobre a auriga, nem a medicina, ou a pescaria, pois isso demandaria conhecimento

⁵⁴ EMPÍRICO, Sexto. *Contra os retóricos*. Trad. Rafael Huguenin e Rodrigo Pinto de Brito. São Paulo: Unesp, 2013, p. 11

técnico. A rapsódia, a retórica e a poética como possíveis elocuições discursivas que sustentam simulacros vazios quando, tanto os poetas quanto aqueles que os recitam (Íon, atendendo ao pedido de Sócrates, recita breves versos sobre os conselhos de Nestor e é interrompido pelo filósofo que, a partir de então, recita as outras passagens, demonstrando que ele também, mesmo não sendo considerado bom rapsodo como seu adversário, podia evocar com precisão as palavras do poeta) apenas repetem a casca sonora dos ritmos e harmonias que receberam dos deuses. Não constituiriam técnica, não sistematizariam arte, não produziram conhecimento.

O texto de Sexto inicia ao propor certa definição platônica de retórica, presente no diálogo *Górgias* (453e), citada como: “A Retórica é criadora de persuasão por meio de palavras, tendo sua eficácia nas próprias palavras, sendo persuasiva e não instrutiva.”⁵⁵ A definição proposta se sustenta nas palavras pois existiriam outros modos de persuasão que não necessitariam do discurso, tais quais a riqueza, glória, prazer e beleza. A referida passagem é assim apresentada na tradução de Carlos Alberto Nunes:

Sócrates – Quer parecer-me, Górgias, que explicaste suficientemente o em que consiste para ti a arte da retórica. Se bem te compreendi, afirmaste ser a retórica mestra da persuasão⁵⁶, e que todo o seu esforço e exclusiva finalidade visa apenas a esse objetivo. Ou tens mais alguma coisa a acrescentar sobre o poder da retórica, além de levar a persuasão à alma dos ouvintes? Górgias – De forma alguma, Sócrates; acho tua definição muito boa. A persuasão é, de fato, a finalidade precípua da retórica.⁵⁷

Górgias retoma, pela fala que confere à persuasão a finalidade da retórica, a linha do argumento que isenta Helena, enfeitada que fora pelo poder do discurso. Sexto reitera que, mesmo quando lançados às desventuras da guerra por sua causa, ainda assim os anciãos do povo, em Homero, são submetidos à persuasão de sua beleza, quando dizem: “Não é motivo de repreensão que Troianos e Aqueus, de belas grevas, por tal mulher muito tempo dores padeçam⁵⁸”. A persuasão pela palavra não é exclusividade da retórica, uma vez que exemplos citados como a medicina, a aritmética e a geometria também se

⁵⁵ *Ibid.*, p. 3

⁵⁶ λέγεις ὅτι πειθοῦς δημιουργός ἐστιν ἡ ῥητορικὴ. A retórica é mestra da persuasão *peithous*. Na tradução inglesa de W.R.M. Lamb “*rhetoric is a producer of persuasion*”. O vocábulo *demiourgós* traz uma ideia de artifício para a construção da persuasão, como se ela pudesse ser tecida, manufaturada, produzida de maneira substancial.

⁵⁷ PLATÃO. “Górgias” in: *Diálogos. Vol. III – IV*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980i. p. 118.

⁵⁸ EMPIRICO, 2013, p. 5

valem do discurso para atingir a efetividade, porém nessas artes o intuito é instruir e não somente “induzir” à persuasão.

Propõe-se a observação de como as artes consideradas técnicas possuem compromisso com a finalidade de instruir, de operar em nome dos fundamentos, de legitimar suas capacidades. Já a retórica é apresentada sob certo lapso de finalidade, cabendo a ela induzir, alterar, pela palavra persuasiva, convencer o interlocutor de um posicionamento, sem a necessidade de explicitar seus princípios. Portanto as *technai* operariam pela produção de conhecimento, motivo pelo qual Sexto sustenta que a retórica não constitui arte.

A argumentação que visa destituir a retórica do campo das artes se dá por três vias, as quais resumidamente podem assim ser entendidas. A partir da sentença: “toda arte é um sistema composto por apreensões exercidas em conjunto e dirigidas a um fim útil para a vida⁵⁹”, primeiramente se coloca que a retórica não seria um sistema composto por apreensões se não há apreensão das coisas falsas. No tribunal muitas vezes, com o intuito de defender o ladrão, faz-se necessário enganar o juiz ou impeli-lo à piedade. Em segundo lugar sua finalidade seria questionável pois, diferente da Filosofia, Gramática, Navegação, e outras artes em geral, não possuiria um fim estável. Embora o retórico tenha objetivos específicos, pelo seu discurso muitas vezes acaba atingindo outra causa que não a almejada inicialmente, encontrando um fim diferente de sua investida inicial. Em terceiro lugar lhe seria negada a utilidade, uma vez que o seu possuidor deveria munir-se de palavras afiadas, ser incisivo e contundente para que pudesse impor-se pelo discurso, bem como ser as vezes falacioso e trapaceiro. Também não seria útil às cidades quando, pela retórica, as leis seriam questionadas através de artifícios como distinções e frases ambíguas, na tentativa de manipular a opinião dos juízes de acordo com seus propósitos. Se não é apreensão, não possui finalidade nem utilidade, não é *techné*.

Voltando às passagens das pedras, as questões que delas derivam possibilitam o entendimento que aqui é sugerido. O poeta inspirado não produz por arte já que não possui as apreensões, desconhece a finalidade e não aplica a utilidade. Porém, na imagem da pedra magnética, há uma vontade divina, verdadeira, estável, que se replica e se reproduz, justificando a operação, contagiando a outros, espalhando-se como mensagem irrefutável. A imagem da pedra de amolar aponta para certa instabilidade, a possibilidade de produzir

⁵⁹ *Ibid.*, 2013, p.7

uma situação a partir da ausência dela, não pela replicação ou reprodução de suas características, mas que atua pela diferença, pela indução de outra circunstância, a alteração da condição que é viabilizada pela força modificadora, sem apreensão, finalidade ou utilidade, senão tornar capaz o outro naquilo em que é incapaz em si mesmo.

Outra noção muito propícia que ocorre em auxílio é a de “efeito-mundo”, de Barbara Cassin, ou o poder de fazer coisas com palavras, nas quais tais produções seriam colocadas para além do mero efeito persuasivo, conforme apontado por Platão, mas colocadas também pela capacidade de criar, alterar, produzir coisas substanciais. Essa noção se estende pela obra de Cassin, na qual se adentra aqui através do artigo intitulado “Sofística, Performance, Performativo”⁶⁰, com base no entendimento do discurso sofístico como um *happening*, um *event*, e da indicação de Górgias como o inventor do discurso *ex tempore* de acordo com Filostrato.

A relação entre performance e performativo, como questionamento ao estatuto da retórica a partir de Austin, é proposta pela “performance anterior ao performativo”, quando para além da dicotomia entre “locucionário”, por um lado, e “ilocucionário” ou performativo por outro, é apontado o “perlocucionário”, como performativo precisamente. Ambos os termos são provenientes de atos de fala e, através de suas definições, o locucionário, ou constativo, é indicado por uma enunciação que “diz algo”, exemplificado no texto como “o gato está no capacho”, podendo ser verdadeiro ou falso. O ilocucionário, ou performativo *stricto sensu*, atua “ao dizer”, como “peço desculpas”, possui uma força e é suscetível ao sucesso ou fracasso. Por fim o perlocucionário produz algo “pelo ato de dizer”, podendo convencer, persuadir, induzir ao erro, possuindo efeito e gerando consequências. Tais relações são indicativas de uma certa área de instabilidade entre “força” e “efeito”, a partir da qual a autora busca situar seu pensamento através da relação entre Parmênides e Górgias, tema recorrente em sua obra, da qual se vale aqui a investida também, como relação norteadora da investigação sobre o poder de alteração próprios dos discursos e dos processos de roçagem.

Antes de adentrar efetivamente na relação Parmênides e Górgias, e ainda em referência ao artigo de Cassin, faz-se necessário notar a importância da *epideixis*, termo consagrado por Platão, apontado como modelo metodológico performativo da sofística,

⁶⁰ CASSIN, Barbara. “Sofística, Performance, Performativo”. In: *Anais de Filosofia Clássica*, vol. 3 nº 6, 2009. Tradução de Fernando Santoro publicada em vol. 10 nº 20, 2016.

que se refere ao tipo argumentativo expositório, algo como conferência, ou performance como convém neste contexto, que difere do método socrático das questões. O termo é pensado em contraste com a *apódeixis*. A *deixis* como ato de mostrar sem fala, tal qual o dedo esticado de Crátilo, a indicação direta ao que se busca designar.

A *apódeixis* é caracterizada pela demonstração, pela prova, mostrar a partir do que é mostrado, nome da técnica que constitui o cerne da retórica aristotélica. Parte de premissas verdadeiras ou melhores conhecidas, as causas da conclusão. Busca encontrar as causas primeiras, universais, através das quais podemos derivar as propriedades do objeto que está sob investigação. Ressalte-se que pela *apódeixis* não é possível atingir as *archai* ou princípios, que se mantêm ocultos, porém através de suas manifestações busca-se, pelo método, investigar suas propriedades características.

A *epideixis* é a arte de mostrar diante de todos, uma exposição, um ato de fala que se dirige ao público, aos interlocutores. O discurso construído não se fundamenta em proximidade com as premissas verdadeiras, primeiras e universais, atendo-se especificamente ao contingente particular. Pela *epideixis* o que se constrói é uma possibilidade argumentativa, não o acesso à propriedade que está atrelada a um princípio legítimo e originário, podendo inclusive ater-se única e exclusivamente aos seus próprios efeitos, no caso da performance discursiva.

Portanto, a *apódeixis* poderia provar, outorgar, confirmar, enquanto a *epideixis* poderia inverter a situação, inocentando Helena, confortando os sofreadores, alegrando os tristes, utilizando-se da eloquência e da instabilidade da palavra. É pelo dizer, pela instância perlocucionária, que o mundo pode ser transformado e os efeitos produzidos, tal a importância da noção de *epideixis* para nosso esforço.

Entrando na cena Parmênides/Górgias, os apontamentos auxiliares são tomados de *O efeito sofístico*⁶¹. Para tais, não se trata de pensar a sofística como campo pertencente somente à retórica, mas como um importante momento para a filosofia quando, refutando a abstração vazia da verdade absoluta, seria possível a atuação direta sobre o mundo sensível, incidir diretamente sobre as coisas substanciais. A sofística como um possível momento de lucidez da filosofia, um empirismo fundamentado na sensação, na pluralidade, no movimento e não no ser afastado, uno, imóvel e eterno. Portanto, de um

⁶¹ CASSIN, Barbara. O efeito sofístico. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Maria Cristina Franco Ferraz. São Paulo: Editora 34, 2005.

lado temos a percepção da realidade sensível, sua mobilidade plural e volátil, do outro uma recusa ao campo da sensação em nome do conhecimento adquirido através do pensamento que espelha uma verdade imóvel, eterna e absoluta.

Cassin retoma o fragmento de Górgias conservado por Sexto Empírico⁶², o tratado sobre o não-ente ou sobre a natureza, título que inverte a premissa dos escritos filosóficos “sobre a natureza” (*peri physeos*), especificamente o poema de Parmênides. O tratado gorgiano se contrapõe ao poema quando sustenta as teses de que “nada é, se é é incognoscível (não pode ser apreendido pelo homem), se é e é cognoscível, não pode ser mostrado aos outros (não pode ser formulado e explicado a seu próximo)”.

Após o título e a série, finalmente, cada uma das três teses de Górgias se apresenta, por sua vez, como uma inversão irônica ou grosseira do Parmênides escolar que cada um de nós, de Platão aos nossos dias, teve que memorizar: inicialmente, que há o ser pois o ser é e o não-ser não é; em seguida, que esse ser é por essência cognoscível, já que: ser e pensar são a mesma coisa; por meio disso a filosofia, e mais especificamente essa filosofia primeira que foi denominada de metafísica, pôde se engajar muito naturalmente em seu caminho – conhecer o ser enquanto ser – e se cunhou em doutrinas, discípulos e escolas. Ser, conhecer, transmitir: não é, não é cognoscível, não é transmissível.⁶³

Tal é a questão sofística que sustenta a investida quanto aos meios de se pensar as alterações mundanas ocasionadas pelos efeitos discursivos. A fundamentação escolástica da filosofia metafísica pautada pelo conhecimento, pelo ser e pela transmissão versus a sua inversão estabelecida pelo não-ser, pelo desconhecido e não transmissível. Sugere-se a ideia de contraponto pois há quase que uma dependência dissonante entre os dois polos. Como se corressem de maneira perpendicular, de modo que convergem em certo ponto e eclodem, incidindo um sobre o outro, na mesma plataforma – a escrita. Ambos dizem do processo próprio de produção dessa escrita, dos mecanismos, ora explícitos, ora abstratos, da linguagem, dita a partir dela mesma, do lado de dentro. Algo como o efeito da linguagem em pender, de acordo com seus propósitos, para ambos os polos, ora voltando para si mesma, ora apontando para o exterior afastado.

Assim são colocadas as premissas de Parmênides conforme a tradução presente na edição do *Efeito Sofístico*⁶⁴:

Os dois únicos caminhos de busca que se pode pensar: O primeiro que é e que não é [possível] não ser, é caminho de persuasão, pois segue a verdade. O segundo que não é e que é necessário não ser, esse, eu te digo que é uma vereda muito enganadora pois

⁶² EMPÍRICO, Sexto. *Contra os professores*. VII, 65-87 - Contra os dogmáticos I - Contra os lógicos I.

⁶³ CASSIN, 2005, p. 17

⁶⁴ *Ibid.*, p. 19

não poderias conhecer justamente aquilo que não é [pois não se pode realizar isso] nem dizê-lo⁶⁵.

De um lado o que é e não pode não ser pois, junto da verdade, é princípio e causa primeira das existências. Note-se que a verdade é caminho de persuasão *peithous ésti kéleuthos*. Portanto, pela ontologia parmenídica, o persuasivo é aquilo que demanda do ser, o que dele sofre influência direta e incondicional. Todo o dizer, mostrar, referir, só poderia, de acordo com essas premissas, manifestar no caminho originário do que é. Contrapondo-se à persuasão retórica que pode sustentar-se numa falácia, numa conveniente formulação momentânea, descompromissada com a legitimidade dos princípios, tornando existente o que não acompanha a verdade.

Do outro lado o que não é, o caminho enganador pois não pode ser conhecido, visto nem dito. Cassin aponta a ontologia parmenídica como grande obra sofista pois, operando pelo discurso, utilizando a *epideixis*, cria, na artificialidade movediça da palavra, o caminho da verdade absoluta, persuasiva, onde tudo que é dito deve corresponder à verdade pois o que não a acompanha não pode ser mostrado. De um lado a legitimidade ontológica, do outro lado a construção discursiva logológica, O ser que é, precisa ser verídico e dele emanado; o constructo que não é e pode alterar as condições, submetendo-as aos seus efeitos propositais.

Diante do problema ontologia/logologia, o desenvolvimento dessas premissas também pode ser colocado a partir do diálogo platônico *Eutidemo*⁶⁶. O texto inicia nomeando os interlocutores que estiveram com Sócrates, os pancratiastas, que são hábeis tanto na arte da luta como na do ensino quando, em troca de dinheiro, capacitam pessoas a lutar e também a falar bem, podendo arguir e defender os pleitos no tribunal. Esses sofistas seriam capazes de refutar qualquer premissa, tanto verdadeira quanto falsa, fazendo-as variar de acordo com seus intentos.

Primeiramente a cena se desenvolve através de uma pergunta colocada ao jovem Clíncias: o homem que aprende é o sabedor ou o ignorante?⁶⁷ Dionisodoro alerta Sócrates

⁶⁵ Na tradução para o português de José Gabriel Trindade Santos, publicada pela editora Loyola (SP) em 2002, temos: “Vamos, vou dizer-te – e tu escuta e fixa o relato que ouviste – quais os únicos caminhos de investigação que há para pensar: um que é, que não é para não ser; é caminho de confiança (pois acompanha a verdade); o outro que não é, que tem de não ser, esse te indico ser caminho em tudo ignoto, pois não poderás conhecer o que não é, não é consumável, nem mostrá-lo”

⁶⁶ PLATÃO. “Eutidemo” in: *Diálogos. Vol. I – II*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980ii. p. 118

⁶⁷ 275d – 276d.

que, independentemente da resposta o jovem seria refutado. Respondendo que o sabedor é quem aprende, seria refutado sob a premissa de que quem aprende, aprende aquilo que não sabia, logo aprendem quando ignorantes. Depois, quando interpelado por Dionisodoro que o pergunta se quando o professor das primeiras letras ditava uma lição, quem aprendiam eram os alunos que conheciam as letras ou os que desconheciam? Respondendo que eram os alunos conhecedores, a premissa seria invertida, portanto aprendem os que sabem, não mais os ignorantes. Todos então caem em gargalhadas.

Esta cena é demonstrativa de como pode operar o discurso sofisticado, fazendo as vezes de um pêndulo, oscilando entre a afirmação e a negação, fundamentado pelo modo de refutar das respostas, independente se elas são verdadeiras ou não. A palavra pode oscilar, os constructos podem mover-se, fazendo surgir ora uma ora outra possibilidade. De acordo com esse entendimento, a premissa não dependeria da origem superior, divina, do ser que é e emana a verdade, mas antes, da intenção, do efeito que seria criado para atender a um propósito, torná-lo convincente, possível e persuasivo.

Após o jogo de perguntas e respostas, as quais eram refutadas e apresentadas como afirmações opostas, Sócrates intervém e exemplifica a exortação que considera apropriada. A linha de argumentação é sustentada pela fala de que todo homem deseja ser feliz, adquirir muitas riquezas, coisas boas como ter saúde, ser belo, temperança, justiça, etc., e entre eles o maior dos bens: o bom êxito. Sabedoria como bom êxito, os melhores flautistas seriam os que alcançam maiores êxitos, assim como mais bem sucedidos nos perigos do mar seriam os pilotos competentes. Portanto, ser hábil, instruído, faria os homens prosperarem. A sabedoria não erra, procedendo no acerto e no bom resultado. Para atingir a felicidade não bastaria possuir os bens, mas estes deveriam ser dotados de utilidade, assim como não bastaria a variedade de alimentos se deles não se pudesse desfrutar. Logo, para ser feliz, seria necessário possuir os bens e também usá-los, caso contrário não se obteria deles nenhuma vantagem. O valor dos bens estaria atrelado ao bom uso empregado e, guiados pela sabedoria e conhecimento, os homens teriam proporcionada uma vida melhor. Se a sabedoria não provém da posse dos bens, não sendo a eles atrelada, ela poderia ser ensinada.

A exortação socrática a respeito do valor dos bens (inclui-se aqui também o do uso exitoso da palavra) depende do bom uso, da utilidade e da vontade em conhecer os fundamentos, tanto das riquezas possuídas como dos modos de operação da sua utilização. Não bastaria possuir a flauta para ser bom flautista, assim como também não

bastaria apenas assoprá-la aleatoriamente, devendo-se antes conhecer tanto o instrumento quanto as técnicas de harmonização dos sons. O conhecimento como a viabilização da consumação, sendo a educação através da ética, o bom valer-se dos fundamentos, o grande projeto filosófico de Sócrates. Opõe-se aos propósitos da exortação dos sofistas estrangeiros na medida em que eles, descompromissados com o “bom uso” das palavras, criam jogos artificiosos, propondo viabilizar, não os fundamentos, mas as contradições que ludibriam seus interlocutores.

A cena central do diálogo, diante da tentativa de proceder na investigação dos efeitos próprios da alteração como roçagem, se inicia após a fala de Sócrates quando Dionisodoro o questiona se ele desejaria que Clínias se tornasse sábio, a qual segue em trecho abaixo referenciado:

Então falou Dionisodoro: Reflete bem, Sócrates, para que não venhas a contradizer o que ora afirmas.
Já refleti, foi a minha resposta; não há perigo de vir a contradizer-me.
Que dizeis, então, continuou: quereis que ele se torne sábio?
Perfeitamente.
E neste instante, prosseguiu, Clínias é sábio ou não é?
Não, pelo que ele próprio afirma; e não é presunçoso.
E vós, disse, desejais que ele fique sendo sábio, não ignorante?
Concordamos.
O que quereis, portanto, é que ele venha a ser o que não é e deixe de ser o que é neste momento.
Essas palavras causaram confusão em meu espírito, e ainda não me restabelecera de todo, quando ele prosseguiu desta maneira: Nesse caso, se quereis que ele deixe de ser o que é agora, desejais, ao que parece, venha ele a morrer. Que bons amigos e apaixonados, em verdade, para se empenharem tanto na morte do bem-amado!⁶⁸

Tornar o jovem Clínias sábio implicaria em alterar sua condição inicial, vindo, após a interferência, a ser aquilo que não era. O desejo de modificar, pelo conhecimento, implicaria a “morte”, a falência de certo ordenamento originário, para que fosse possível edificar a sabedoria como novidade inovadora. A morte pode ser colocada de maneira literal, elevada à instância de jogo ludibrioso sofisticado. É possível destacar como a roçagem, de maneira semelhante, deve findar a configuração primeira e permitir que a nova configuração ali se estabeleça. Quem deseja erigir conhecimento deveria antes fazer cessar a ignorância. Depois dos apontamentos referentes à certa relação entre a catequese e a roçagem, propõe-se também uma possível relação com a instrução, inclusive como objetivo essencial das missões catequizadoras.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 326 – 237

Ctesipo tomou as dores e se levantou contra Dionisodoro, dizendo que as palavras proferidas eram caluniosas, quando Eutidemo interferiu da seguinte maneira:

Como assim Ctesipo, disse Eutidemo, pensas mesmo que é possível mentir?
Sim, por Zeus, respondeu Ctesipo, se não perdi o juízo.
De que modo: enunciando o objeto da conversa, ou não enunciando?
Enunciando, respondeu.
Então, ao enunciá-lo alguém, não se refere a outros objetos existentes, mas apenas ao mencionado.
Como poderia ser de outra maneira? Perguntou Ctesipo.
E esse objeto mencionado é distinto dos demais objetos existentes?
Perfeitamente.
Nesse caso, quem o enuncia diz o que é?
Sim.
Então, quem o enuncia diz o que é, e quem diz o que é, diz a verdade. Desse modo, se Dionisodoro diz o que é, diz a verdade e não poderá levantar contra ti nenhuma calúnia.
Sim, disse Ctesipo; mas quem afirma semelhante coisa, Eutidemo, não diz o que é.
Ao que retrucou Eutidemo: As coisas que não são, falou, não existem, não é verdade?
Não existem.
Então, em parte alguma há o que não existe.
Em parte alguma.
De que modo, então, poderá alguém fazer algo com o que não existe, de maneira que se torne seja o que for o que em parte alguma existe?
Penso que não pode, disse Ctesipo.
E então? Quando os oradores falam nas assembleias, não agem de algum modo?
Agem, sem dúvida, respondeu.
E se agem, também fazem alguma coisa?
Perfeitamente.
Logo, falar é, a um tempo, agir e fazer?
Concordou.
Por conseguinte, continuou, ninguém diz o que não é, pois com isso estaria fazendo alguma coisa. Tu mesmo já admitiste que ninguém é capaz de fazer o não existente. Assim, de acordo com tua conclusão, ninguém pode dizer o que é falso, e se Dionisodoro fala, enuncia a verdade e o que existe.⁶⁹

Nesta passagem se encontra a reafirmação das premissas parmenílicas. Não seria possível experienciar, dizer, partilhar o que não é. Quem diz o que é diz a verdade. Faz-se mister aqui a noção de que o discurso está atrelado diretamente ao ser que por ele é manifestado, a palavra verdadeira que conduz ao cerne do fenômeno. Justamente essa questão que é colocada em cheque pelas premissas gorgianas quando propõem que o discurso cria o efeito, destacado do objeto, não mais referenciando-o, mas antes suspendendo suas atribuições, apresentando assim, não o que é, mas justamente a possibilidade de afirmar ou negar seus próprios fundamentos. A própria ideia de verdade soberana do ser como artifício, a criação de um discurso que se quer verídico, factual: a ontologia como grande obra sofística.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 327 – 328 (283e – 284c)

Sob o entendimento de que a fala é ação e produção, não há a capacidade de falar o que não é, pois assim produziria entidade. No último parágrafo de *Elogio de Helena*, Górgias afirma que produziu o texto, por um lado como elogio à Helena, por outro como um brinquedo, descompromissado com a veracidade ou finalidade. Ele tem intenção de afastar as infâmias que considera injustas, mas o faz como num jogo, sem garantia de sua objetividade factual, deixando operar a refutação que possibilita uma segunda via. Sob esse prisma, o discurso teria a capacidade de tornar viável aquilo que ainda não é, mas que pode vir a ser, caso seja levado a cabo o efeito persuasivo de uma argumentação consistente.

Para além da enunciação que se quer verídica, é possível apontar em *Eutidemo* questões referentes à utilidade dos bens. Não bastaria possuir, nem produzir, se das obras não fosse feito bom uso. De início pode-se recorrer às narrativas exploratórias referenciadas nesse esforço, como elas colocam que as esplendorosas riquezas naturais do Goyaz de nada valeriam se não houvessem meios de usufruí-las, se não fosse possível arrancá-las das mãos dos selvagens, se os braços do progresso não chegassem aos desertos do sertão para retirá-las, alterá-las e distribuí-las pelo país. De modo análogo, na fala de Sócrates não bastaria produzir um discurso se não houvesse finalidade e utilidade, como o artesão que fabrica uma lira mas não a pode tocar porque desconhece as harmonias. O conhecimento buscado “é aquele em que a faculdade de produzir coincida com o conhecimento de utilizar o que ele mesmo produziu.”⁷⁰

É retomada nesse ponto a proximidade entre a arte de produzir discursos e a de encantamentos, porém um pouco mais restrita pois, enquanto a dos encantamentos poderia amansar serpentes, aranhas e outros animais, a do discurso pacificaria juízes, membros de assembleias, grupos de pessoas. Efeitos próximos aos dos referenciados por Górgias, como os erros da alma e os enganos de opinião. Sócrates, porém, compara também com a arte da guerra, definida como caça aos homens. Depois de perseguir e capturar seriam incapazes de utilizar: os caçadores entregam a caça aos cozinheiros, os generais entregam os territórios aos políticos. Portanto, se a busca deveria encontrar uma arte capaz de utilizar o que ela própria produz, não deveria ser a da retórica, nem a da caça, nem a dos generais. Sócrates aponta para a possibilidade de uma arte real, que a todas dominaria, a arte magna responsável por receber os produtos das outras artes. A

⁷⁰ *Ibid.*, p. 335. (289b)

condição para essa possibilidade é que fosse útil, que tornasse os homens sábios, que comunicasse conhecimento e proporcionasse felicidade.

No diálogo *Sofista*⁷¹ é colocada em questão a aproximação das artes de produzir discursos com as artes aquisitivas, como as da caça e da pesca. Teeteto e o Hóspede⁷² conversam no intuito de encontrar a definição mais apropriada para a atividade do sofista. O caminho sugerido pelo hóspede consistia em, diante da dificuldade e complexidade da tarefa, primeiramente partir dos temas menores e mais simples e somente depois investir nos temas maiores. É utilizada a divisão (*diairesis*) como método de definição que consiste em subdividir os temas em dois ou mais sub temas, de modo a criar um caminho de relações entre as partes para aproximar a definição do tema maior pelas investigações de seus sub temas correlatos.

O ponto de partida para a investigação é o da atividade do pescador. Seria a pesca atividade artística ou desprovida de arte? Se fosse artística, resultaria na subdivisão das artes em duas espécies: as que lidam com o corpo mortal, bem como seus utensílios, e as imitativas. Ambas seriam artes produtivas, pois trariam para existência o que antes não existia. Além dessas existiriam as artes aquisitivas, que nada produzem, mas pela ação ou pela palavra se apropriam do que existe ou foi produzido, ou impedem que os outros se apropriem. Assim, se as artes fossem ou criadoras ou aquisitivas, a da pescaria se encaixaria na classe das artes aquisitivas, uma vez que visa a captura. Por sua vez as aquisições se dividiriam em trocas voluntárias exercidas por meio de presentes, locação ou compra e em aquisições obtidas pela captura, através do discurso ou da força. As capturas se subdividiriam nos gêneros da luta, o que seria feito ou descoberto, e no da caça, o que seria exercido de modo oculto. “Até aqui, por conseguinte, o sofista e o pescador de linha trilham a mesma estrada, a da arte aquisitiva.”⁷³

Porém o sofista se diferiria do pescador pois não caçaria animais aquáticos, e sim os terrestres, que se dividiriam em domesticados e selvagens. Sendo o homem um animal domesticado, a caça aos animais domesticados se dividiria em caças violentas, como

⁷¹ PLATÃO. “Sofista” in: *Diálogos*. Vol. X. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980iii.

⁷² Encontramos duas traduções do vocábulo ξένοϋ, ambas creditadas a Carlos Alberto Nunes. A primeira por *Hóspede*, presente na referenciada edição impressa dos Diálogos publicada pela UFPA, adotando a noção de hospitalidade conferida ao estrangeiro, a *guest-friend* como colocado no Lidell Scott, um amigo. A segunda encontramos em versões digitais, disponíveis em e-books, como *Estrangeiro*, assumindo um tom menos amistoso, um *stranger, foreigner*, como presente na edição da eBooksBrasil.com, Fonte Digital: “O Dialético” www.odialetico.hpg.ig.com.br/

⁷³ *Ibid.*, p. 32. (222a)

pirataria, tráfico de escravos, artes bélicas em geral, e as caças persuasivas, nas assembleias, tribunas, podendo ser particulares ou públicas. Assim conclui o hóspede:

O Hóspede – Assim, Teeteto, de acordo com a presente exposição, parece que essa parte da arte apropriativa, em sua variedade aquisitiva, de caça, de caça aos animais, aos animais vivos, aos da terra, aos domésticos, ao homem, ao cidadão particular, com imposição de salário e em troca de dinheiro, aparentemente instrutiva, a caça que visa a apanhar mancebos ricos e de famílias ilustres, conforme indica a presente exposição, deverá ser denominada sofística.⁷⁴

Continuando na busca pela definição da sofística, o hóspede sugere que as artes aquisitivas se dividissem em duas, uma com base em donativos e a outra com base na compra e venda, essa última se dividiria em venda direta da produção e a outra em troca de produtos de origem diferente. Parte das vendas desses produtos se destinaria ao alimento do corpo e parte para alimento da alma, tal como a música, comprada e levada de cidade em cidade para deleitar os cidadãos. Nesse esquema de vendas e trocas, uma parte do comércio de mercadorias da alma se ocuparia de vender conhecimento, designado por tráfico de artes.

Das modalidades da luta como condição para a arte aquisitiva, se dividiriam em competição e pugna. A que se exerceria no confronto corpo a corpo seria qualificada como violenta, e a que consistiria no conflito de discursos seria denominada controvérsia, que por sua vez seria dividida em digressões sobre justo e injusto, a qual leva o nome de forense ou judicial, e a que seria realizada entre particulares por meio de perguntas e respostas que recebe o nome de contenda. Das contendas, uma parte seria feita sem técnica, a qual não recebeu dos antigos nenhuma designação especial, e a outra parte, feita com arte, com técnica, nas disputas entre justo e injusto, seria denominada erística. Uma parte da erística visaria ganhar dinheiro, a outra a dissipá-lo. Diante dessas reflexões, surgiria outra compilação de definições do que seria o sofista:

O Hóspede – Isso mesmo. Conforme já vimos, é do gênero lucrativo, da arte erística, da arte de disputas, das controvérsias, da arte do combate, da arte da luta e da do ganho, segundo neste momento provou nossa argumentação, que o sofista provém.⁷⁵

Após a exposição que aproxima a sofística das artes aquisitivas, o hóspede inicia a investigação incluindo-a nas artes ilusórias, dos simulacros, a qual primeiramente seria

⁷⁴ *Ibid.*, p. 34. (223a – 223b)

⁷⁵ *Ibid.*, p. 38 (226a)

dividida entre a arte de copiar, que buscariam reproduzir com perfeição as proporções e cores do modelo original, e as ilusórias que, para produzir obras monumentais, distorceriam as proporções para gerar os efeitos desejados. Assim pode ser retomada a ontologia parmenídica quando, ao manifestar-se e parecer sem que o seja, o simulacro distorcido constituiria possibilidade de dizer o que não é verdade, de afirmar a existência do que não é. Tal é a sentença de Parmênides referenciada no diálogo: “Nunca chegarás a entender que o não-ser possa ser. A alma conserva afastada de tais reflexões.”⁷⁶

A questão é desenvolvida sobre a impossibilidade de referir-se ao não ser, a relacioná-lo com alguma coisa. Quem se dispõe a enunciar o não ser deve antes calar-se. É considerada a possibilidade de referir-se a um ser através de outro ser, sobrepondo-lhe outra entidade diferente da sua, porém é defendido aqui a impossibilidade de sobrepor uma entidade sobre o que não é. Por exemplo quanto aos números quando, ao referir-se ao não ser, seria necessária a noção de unidade, e aos não seres a noção de multiplicidade. O não ser não seria nem múltiplo nem singular. Novamente aparecem as premissas parmenídicas:

O Hóspede – Estás vendo, pois, que é absolutamente impossível enunciar ou dizer alguma coisa, ou sequer pensar seja o que for a respeito do não-ser em si mesmo, por ele ser inconcebível, indizível, impronunciável e indefinível.⁷⁷

Se a imagem é uma coisa retirada de outra verdadeira, sua representação, podendo ser pensada como oposta, embora seja semelhante a ela, não pode ser verdadeira na medida em que dela se difere. Portanto, no diálogo, o pressuposto se dá na medida em que o semelhante não existe, posto que ele não é o verdadeiro. Mas de certo modo existe, apenas como imagem. Tal complexidade da questão entre ser e não ser que envolve a imagem semelhante ao objeto representado. Diante dessa complexidade e, em busca de certa valorização dos preceitos da ontologia parmenídica, o diálogo ataca as premissas gorgianas quando diz que “deve ser considerada falsa a proposição que afirma a existência do não-ser ou a não existência do ser.”⁷⁸ Porém é isso que o sofista insiste em não admitir, já que não fundamenta o seu discurso na verdade imutável, mas antes na volatilidade instável da palavra.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 53. (237a)

⁷⁷ *Ibid.*, p. 55. (238c)

⁷⁸ *Ibid.*, p. 59. (241a)

O interesse pelas questões sofisticadas consiste em traçar um possível paralelo com certas características das obras produzidas no Brasil, bem como as formações de seus aspectos particulares. Julgamos que a construção dessas estruturas, impulsionadas pelas explorações conquistadoras do território sul americano, se dá por um projeto que contém vários elementos que foram referenciados nesse breve quadro sobre a questão sofista. É possível, inclusive, indicar como esse projeto encontra, no contexto particular do caso brasileiro, o solo mais fértil para colocar em prática as premissas que permitem a eficiência dessa exploração.

Diversos pontos podem ser elencados e representativos da utilização de modelos discursivos, adotados no processo de conquista e apossamento das terras brasileiras, que retomam algumas premissas sofisticadas, como as práticas retóricas dotadas da possibilidade de alterar os ordenamentos naturais; as capacidades da palavra em replicar os intentos dos deuses, inspirar os homens e disseminar seus propósitos; as características persuasivas do convencimento, não atuante pela instrução, mas antes pela imposição da força; o caráter aquisitivo, lucrativo e exploratório referentes às práticas discursivas; as construções discursivas que são amparadas pela disseminação do logos enquanto verdade irrefutável e absoluta.

Tais pontos auxiliam a compreensão de como o processo de construção das literaturas brasileiras, e de amplo modo, das sul-americanas e das outras produzidas em situação colonial, estão intrinsecamente atreladas ao contexto exploratório a que foram submetidas, pelos discursos, pela força aplicada e pelo espelhamento da vontade dita superior. Uma configuração estrangeira que quer se sobrepor à nativa em nome da verdade e do progresso civilizatório, que acaba por dissolver grande parte de seus fundamentos, enquanto ainda faz restar alguns outros como vestígios resistentes. De certo modo, boa parte dessas literaturas atuam na busca e reconstrução desses resíduos que perduraram frente ao processo de alteração a que foram submetidos.

Mesmo diante do caráter misto na formação das tradições literárias brasileiras, há uma imposição discursiva que atesta a superioridade da influência portuguesa como condição exclusiva de possibilidade formativa, sem a qual não haveria tradição, nem lirismo, nem religião, nem instituição política ou social. Imposição essa que era marca do projeto de dominação e conquista dos territórios pela disseminação da língua, como destaca Cândido em *Iniciação à Literatura Brasileira*. A importância do padre José de Anchieta, apontado como espécie de patriarca da literatura nacional, se dá através do

poema épico sobre os feitos de Mem de Sá, publicado em latim em Lisboa em 1563.

Cândido chama atenção para os versos de Anchieta compostos em idioma tupi:

Mas é singular a produção poética no idioma dos Tupi, grupo linguístico que ocupava quase todo o litoral à disciplina gramatical e ele se tornou, com a designação expressiva da “língua geral”, o principal veículo de comunicação entre colonizadores e indígenas; depois, entre os descendentes dos colonizadores, muitos deles mestiços. A obra de Anchieta e a prática extensiva da língua geral indicam que poderia ter-se desenvolvido no Brasil uma cultura paralela e um bilinguismo equivalente ao que ainda existe no Paraguai (devido também à catequese jesuítica). Essa concorrência alarmou as autoridades metropolitanas, interessadas em usar o seu próprio idioma como instrumento de domínio e homogeneização cultural, a ponto de, no século XVIII, proibirem o uso da língua geral nas regiões onde ela predominava. Isto é dito para destacar uma das funções da literatura culta no Brasil Colonial; impor a língua portuguesa e registrá-la em escritos que ficassem como marcos, ressaltando a sua dignidade de idioma dos senhores, ao qual todos deveriam submeter-se, como afinal acabou acontecendo.⁷⁹

A possibilidade de uma cultura fundamentada nos mistos bilíngues é extinguida no século XVIII com a proibição do uso das línguas nativas que tinha o objetivo de impor o idioma português, usado como ferramenta de conquista, para homogeneizar a cultura nacional e silenciar as diversas outras vozes existentes nas línguas ameríndias. Nos versos tupis do padre, destaca-se um interessante movimento que dialoga com os propósitos apontados nessa investida. A edição consultada é referente ao *Teatro Tupí de Anchieta*⁸⁰, belo estudo de Maria de Lurdes de Paula Martins. Nessa obra são analisados um diálogo e uma trilogia, presentes entre as poesias de Anchieta no caderno pertencente aos documentos da Companhia de Jesus em Roma, o qual foi traduzido por d. João da Cunha no século XVIII, tradução essa que também integra esse estudo.

Na tentativa de convencimento dos índios quanto a devoção à virgem, o diálogo evoca a luta entre o bem e o mal, personificados nas figuras do anjo e do diabo. Seria a virgem que poderia purificar as almas dos selvagens e expulsar as moléstias decorrentes da influência do demônio. Portanto os versos adquirem um caráter catequizador, produzidos em língua nativa para melhor assimilação no processo de conversão e devoção dos indígenas brasileiros. Escritos sobre a métrica das redondilhas maiores, possuem esse caráter típico dos cânticos, e podem, também pela forma à europeia, disseminar-se nos

⁷⁹ Candido, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 19.

⁸⁰ MARTINS. M. de L. de Paula. *Teatro Tupí de Anchieta*. São Paulo: Boletins da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1941.

ritos típicos dos povos nativos com maior facilidade de apreensão através dessa característica de uma sonoridade rápida e agradável.

A referida edição fornece duas versões do diálogo em tupi, uma que mantém a grafia da cópia original conforme presente nos cadernos da cia de Jesus em Roma, outra que fora adaptada para a grafia moderna do tupi pela própria tradutora. Aqui foi utilizada a versão copiada com a ortografia moderna:⁸¹

Cópia do Original	Trad. M. de L. de Paula Martins	Trad. d. João da Cunha
<p>– Dia da Assunção, quando levaram sua imagem a Reritiba –</p> <p>Anjo no caminho</p> <p>Ejorí, Virgem Maria, Tupásý, ko tába súpa, mamó añánga mondýia, Teikatú, nde rausúpa, de resé ojeboryría!</p> <p>Eipeápa maraára – takúba, teikoarugúy, iygueaíba, uú asý – tojerobiá, tapijára, Tupã nde membýra ri.</p> <p>Diabo</p> <p>Aani! Erejú teñé, tába súi che peábo Ojemomotá pabé tapijára che resé, che rekopotakatuábo.</p> <p>Ekoajebý nde rekoápe; naipotári nde reiké. Ybytyruguára e, arekó ko che rupápe, nasoryíbi nde resé...</p> <p>Anjo</p> <p>Teté marã ejábo mã! Ybytyruguára abé osasú paí Tupã. Ekoá eá tatá pupé</p> <p>Iché, ko tabá raroána, oromondoñé ichuíne, oiké Tupásy koríne. Ke! Iché sóu nde repañána!</p>	<p>– Dia da Assunção, quando levaram sua imagem a Reritiba –</p> <p>Anjo no caminho</p> <p>Vem, Virgem Maria, mãe de Deus visitar esta aldeia e expulsar dela o demônio. Oxalá por teu amor ela se santifique!</p> <p>Afasta as enfermidades – febres, desintérias, as corruções e a tosse – para que os tabajaras creiam em teu filho, Deus.</p> <p>Diabo</p> <p>Tentas de balde afastar-me da aldeia. Os tabajaras gostam de mim e conservar-me-ão.</p> <p>Retoma teu caminho; eu não consentirei que entres. Como estes índios da serra, aqui estou em minha casa e eu não me dou bem contigo...</p> <p>Anjo</p> <p>Que absurdo estás dizendo! Os habitantes da serra amam o Nosso Senhor. Vai tu para o fogo eterno!</p> <p>Anjo custódio da aldeia, Dela expulsar-te-ei; reinará a mãe de Deus, Cuidado! vou atacar-te!</p>	<p>– Dia da Assunção, quando levaram sua imagem a Reritiba –</p> <p>Anjo no caminho</p> <p>Vinde cá, Virgem Maria, Mãe de Deus, amor desta aldeia. Onde o demônio assistia. Hoje só vós quer a nós. Põe amor, ora Princeza.</p> <p>Si os corações estão limpos. Com o amor que vos tem. Esquecidos do demônio. Vos pedem vos lembreis deles. Que também são do vosso filho.</p> <p>Diabo</p> <p>Não; vos vindes cá de balde. E esta aldeia, que é minha, E por mim, os seus moradores. Me dão toda posse dela. Este lugar todo é meu.</p> <p>E eu não quero sair dele. E a nação Butigara. Que aqui está neste lugar. Toda está na minha mão. E não por amor de vós.</p> <p>Anjo</p> <p>Detem-te, para que falas? Os Botigaras também. Amam ao Senhor Deus. E tu vais para o fogo eterno.</p> <p>Eu defendo esta aldeia. E te mando com império. Porquê hoje a mãe de Deus. Aqui está como Senhor.</p>

⁸¹ MARTINS, 1941, p. 19 – 34.

<p>Diabo</p> <p>Che poreausubeté mã! Oipysyrõ Tupãsy che retáma che sui... Tupãsy che sumará!</p> <p>– <i>fala com seus companheiros</i></p> <p>Tiasó tába pobú, jandé mondo janondé!</p> <p>Diabos</p> <p>Neí! Tiasó taujé angaipaba amõ rerú...</p>	<p>Diabo</p> <p>Pobre de mim!</p> <p>A mãe de Deus liberou a terra que era minha... A Virgem é minha inimiga. – <i>fala com seus companheiros</i></p> <p>Vamos fugir da aldeia antes que nos expulsem dela!</p> <p>Diabos</p> <p>Eia! vamos depressa longe os pecados levar...</p>	<p>Diabo</p> <p>Eu fico hoje muito pobre...</p> <p>Hoje livra a mãe de Deus Esta terra de meu poder Como cruel inimigo – <i>fala com seus companheiros</i></p> <p>Vamos, habitantes da aldeia, Porquê nos manda partir,</p> <p>Diabos</p> <p>Sim, vamo-nos, basta, Fulminemos outros pecados.</p>
---	--	---

O diálogo é iniciado pela invocação da santa virgem, para que ela afaste o demônio e purifique as mazelas que ele provoca. As febres, tosses e desintérias são elencadas como efeitos da presença do diabo na aldeia, embora sejam efetivamente resultados do contato do nativo com os conquistadores europeus. O estudo de Paula Martins aponta para os efeitos de uma epidemia de influenza capaz de dizimar toda uma tribo quando, aos primeiros sintomas de febre, o índio lançava-se às águas em busca de amenizar os efeitos, mas acabava por torná-la ainda mais fatal. Também para o fato de que os Chavantes recusavam o contato com os Carajás e os Bororos civilizados, embora as relações tenham sido outrora muito amistosas, devido às moléstias surgidas após os contatos com os homens brancos. Assim, atribuir as moléstias aos efeitos da presença do diabo para isentar a própria presença do europeu como danosa aos índios tinha um objetivo muito propício aos colonizadores.

Cessar o medo das moléstias pelo discurso purificador, a virgem invocada que afasta a causa dos males, a aldeia que agora é libertada dos domínios do diabo e inserida no amor divino. O estudo aponta para processos idênticos na Grécia antiga, quando os antigos demônios do campo e da vegetação eram expurgados nas danças em honra de Dionísio, também em Roma pelos *ludi romani*, as homenagens divinas que visavam combater a virulência da peste que enlutava o consulado de Stolo e Péticus⁸², e também na Idade Média, em procissões que se organizavam pelo fim das secas e epidemias.

⁸² Conforme nota da edição: 394 a.C. (Tito Lívio, Décadas, VII, 2).

É possível que as produções nacionais nasçam a partir dessa mescla formal e temática, quando a tópica da purificação e expulsão das mazelas é composta em língua nativa e metro estrangeiro, com intuito de submeter o índio à cosmogonia cristã. Essa mescla encontra-se, por exemplo, no vocábulo *Tupã* para designar o “Nosso Senhor” e *Tupãsy* para “Mãe de Deus”. O primeiro verso evoca a virgem grafada em língua portuguesa: *Ejorí*, Virgem Maria, sucedido pelo desígnio em língua tupi *Tupãsy*, a mãe de deus. Nesse primeiro verso encontra-se um prelúdio de certa característica literária brasileira quando pensada sob o viés dos modelos mistos, quando a virgem é chamada a interceder pelo deus traduzido em língua tupi. Esse deus alterado, traduzido, apropriado e grafado em língua indígena.

O verso inicial utiliza o verbo no imperativo e invoca a virgem, seguindo o modelo épico do início da *Ilíada*: *μῆνιν ἄειδε θεὰ Πηληϊάδεω Ἀχιλῆος*. Na tradução de Carlos Alberto Nunes⁸³: “Canta-me a Cólera – ó deusa! – funesta de Aquiles Pelida”. Na tradução de Trajano Vieira⁸⁴: “A fúria, deusa, canta, do Pelida Aquiles”. Nota-se nesses versos, tanto pela invocação como pela proposição, o tema central da obra, na *Ilíada* a fúria do Pelida, no diálogo anchieteano a expulsão do diabo pela força da santa virgem. Portanto é possível pensar nos versos, para além da construção de uma via de acesso à catequese, também através da adaptação dos modelos mistos, formais e temáticos, passíveis de serem instaurados em nossos contexto e língua particulares. Enxerto, mescla, sobreposição e, sobretudo, alteração e destituição. *Tupã* Nosso Senhor, *Tupãsy* Virgem Maria.

A outra obra analisada por Paula Martins é uma trilogia de poemas presentes no mesmo caderno de Anchieta. A primeira parte, *Parati*, é citada pela tradutora como inédita até sua publicação, ou pelo menos, não pode encontrar reprodução presente nas prévias publicações das “Primeiras Letras” do padre. As duas outras, *Reritiba* e *Tupinambá*, aparecem ali como poesias avulsas. De acordo com a hipótese levantada por B. Caetano a partir de cópia da revista do IHGB⁸⁵, onde se encontra, em nota à parte, pela sequência e a disposição especial que o manuscrito apresenta, o argumento que essas poesias formariam uma peça única, precedidas pelo título comum “POESIA”. A autora corrobora com a tese de que a obra seria uma pequena trilogia do teatro anchieteano.

⁸³ HOMERO. *Ilíada*. Trad. Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Ediouro, 2009.

⁸⁴ HOMERO. *Ilíada*. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2020.

⁸⁵ De acordo com notas da edição: Rev. do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, t. 84, p. 589. Nota H.

Segue abaixo a trilogia em sua composição original e a respectiva tradução⁸⁶:

PARATIÝ	RIO DO PARATÍ
Che Paratiý sui ajú Tupāsý repiáka guiñemojeguajeguáka che rorybauáma ri.	Eu do rio do Paratí venho, para ver a mãe de Deus, tendo-me pintado todo porquê ia estar alegre.
Sory katú che mbyá iporangatú resé. Sorybá che iabé che rúba túpa kyá.	Exulta o meu povo pela sua virtude, alegre como eu meu pai estando enfeitado.
Arobykatupeká iporáng epiakatuábo, jasó korí imombeguábo guaibí moesa yá mbá.	Quero aproximar-me muito para contemplar sua beleza; vamos todos hoje, louvando-a, acabar a antiga cegueira.
ORAÇÃO	ORAÇÃO
Tupāsý porangeté, che anáma nde rausú; tosarõ pai Iesu che retáma, nde abé.	Mãe de Deus muito formosa meus parentes te amam; guarde o senhor Jesus minha terra, tu também.

RERYTYÝBA	RERITIBA
Rerytyýba, che retáma, taba angaturangatú! Che anáma che mboú Tupāsý repiakaráma.	Ó Reritiba, minha terra, aldeia virtuosíssima! Mandaram-me os meus parentes para ver a mãe de Deus.
Iporáng ko tupã-óca jeguakabetá rerúpa. Aujeté ko ánga andúpa, asejá kuesé che róka ko pupé missa rendúpa.	Esta igreja é bonita trazendo muitos adornos coloridos Na verdade, atendendo esta alma, deixei ontem minha casa para ouvir a missa aqui.
ORAÇÃO	ORAÇÃO
Ejorí, S. Maria, che anáma rausubá! Jangaipá parapará ojemoryýirirýia.	Vem, ó Santa Maria, protetora de meus parentes! De seus inúmeros pecados eles se apavoram.
Tiasó marataoãme ojupé ojobaúpa? Che te che ánga rausúpa, abyrarý che retáme.	Continuaremos maus, prejudicando-nos uns aos outros? Eis que eu, por amar a minha alma venho à minha terra.

⁸⁶ MARTINS, 1941, p. 42 – 68.

TUPINAMBÁ	TUPINAMBÁ
<p>Che Tupinambá guasú Pai suas irundýba, opakatú karaiba che mombaeté katú. Che anáma erimbaé tekó ypýramo sekóu; ichupé rañé Abaré Tupã mombeguábo ichóu.</p> <p>Oré tupã ogetá ipupé oroñemboébo, Tupã rekobyaretébo, tekó poéra mombopá.</p> <p>Ajuri guijererurébo S. Maria supé, omembý porangeté tomojerekuáb orébo.</p>	<p>Eu (sou) o grande Tupinambá. Os companheiros do bispo, todos os cristãos, me apreciam muito. Antigamente meus parentes viviam segundo usos primitivos, antes que os padres a eles fossem, anunciando Deus.</p> <p>Dentro de nossas igrejas nos instruindo, substituindo Tupã, destruíram os antigos hábitos.</p> <p>Eu venho suplicar a Santa Maria, torne benigno para nós seu formosíssimo filho.</p>
ORAÇÃO	ORAÇÃO
<p>Paraná guasú rasápa ajú; de repiapotá. Ejóri oré rausubá! Teikatú de kuaápa che rúba Tupinambá!</p>	<p>Atravessando o grande rio venho; quero ver-te Vem, nossa protetora! Oxalá possa conhecer-te o meu pai Tupinambá.</p>

Das falas de três tribos distintas se constitui a obra. São os nativos dessas tribos que a protagonizam, não mais anjos e diabos. A cena acontece na celebração da imagem da virgem que foi transportada para Reritiba, atual cidade de Anchieta no Espírito Santo, motivo que também introduz o diálogo referenciado anteriormente, e que recebeu a consagração de um bispo, espécie de marco da fundação de uma estrutura civilizatória na aldeia.

Na primeira fala, o índio vindo do rio Parati está ornado de suas pinturas corporais para ver a beleza de *tupãsy*. Destaca a alegria com que vai contemplar a mãe de deus. Paula Martins aponta a sensibilidade essencialmente material dos indígenas, as tribos ainda em processo de catequização, atrelados à beleza (*poránga*), muita beleza (*porangeté*), mais do que os sentidos de virtude e veneração. Como se os índios, afastados ainda da possibilidade de compreensão dos valores espirituais tidos como elevados, apenas pudessem desfrutar dos aspectos estritamente sensitivos, atendo-se à contemplação da beleza da imagem. A fala também descreve a alegria em que se encontra, sendo ela a força motriz do projeto escolástico de Anchieta, o *deletare*, uma educação pelas festas, pela celebração, pelo teatro, como sugere a autora, “uma escola amável.” É

pela contemplação alegre da beleza que se extinguirá a *antiga cegueira* de seu povo. Temos em seguida a oração, na qual o índio pede a proteção de *Iesu* para sua terra.

A segunda obra inicia com a exaltação à taba de Reritiba, aldeia virtuosa. Taba que gradualmente vai se transformando em cidade conforme avança o projeto civilizatório da metrópole. O índio, atendendo aos parentes, sai de sua casa para ouvir a missa na igreja, para ver *tupãsy*, novamente impressionado pelos adornos coloridos, remetendo à contemplação de ordem mais sensitiva do que espiritual. Em seguida também reza, invocando Santa Maria, em língua portuguesa, “*Ejorí, Santa Maria*”, para que ela proteja seus parentes e purifique seus antigos pecados, dos quais eles se arrependem. A segunda estrofe da oração, iniciada pelos versos “continuaremos maus, / prejudicando-nos uns aos outros?”, traz um indicativo da alteração que se produz pela catequização ao referir-se ao passado do nativo como berço do pecado. Seus modos devem ser corrigidos, adequados, a cegueira que deve ser curada, o arrependimento dos atos que lhes eram característicos. A reza questiona se devem insistir no caminho do *mau* ou se podem, pela redenção da virgem, purificar suas almas.

A fala do terceiro índio é apontada pela tradutora como fala orgulhosa. O grande tupinambá, companheiro do bispo, apreciado pelos cristãos, características de um estágio mais avançado no desenvolvimento das premissas catequizadoras. Ciente de que os “usos primitivos” de seus antigos parentes eram avessos aos hábitos cristãos, ele celebra a modificação e adequação desses novos instruídos nas igrejas. Utilização da primeira pessoa do plural, “nossas igrejas, nos instruindo”, como demonstrativa da inserção do nativo no espaço sacro. Os padres anunciam deus, substituem *tupã* e destroem os antigos hábitos. Alteração pelo combate que aniquila a voz contrária ao projeto conquistador. Mesmo quando ancestral, marca de uma característica singular, deve ser destituída e impedida. Ao final, a reza invoca novamente *tupãsy*, o desejo de poder vê-la, de que seu pai tupinambá também a possa conhecer, ela a *nossa* protetora.

Destaque-se aqui uma interessante questão entre o último verso da segunda estrofe “fossem, anunciando Deus” e o terceiro verso da terceira estrofe “*substituindo Tupã*”. Em tupi os versos são “*Tupã mombeguábo ichóu*” e “*Tupã rekobyaretébo*”. Um verso que anuncia *tupã*, pela instrução e discurso do padre, outro que substitui *tupã*, pela destruição dos antigos modos, ou deuses. O mesmo vocábulo para essa dualidade tão fundamental, a tradução do deus cristão e seus hábitos que, quando enxertado em língua nativa, opera destruindo o que lhe é mais próprio, esse deus duplicado, para em seguida

aniquilar a imagem e poder reinar soberano. Primeiramente tornar-se semelhante, infiltrar-se, mesclar-se, para então, do lado de dentro, inverter e destituir.

Tomando a noção de enxerto e de destituição dos antigos hábitos para que fossem instaurados os padrões europeus, encontramos na *Historia da Litteratura Brasileira*⁸⁷ de Sylvio Romero, especificamente no capítulo destinado às tradições populares brasileiras, como que essas tradições são mais vastas que a portuguesa, pois a elas foram acrescentadas as heranças indígenas e africanas, ricas que são em cantos e danças. A perpetuação desses cânticos dependia da transferência das línguas nativas para a língua portuguesa, podendo assim circular entre as populações. Diversos cantos são compostos a partir da justaposição das línguas, cabendo ao índio e ao negro, em condição de escravatura, adaptar-se ao bilinguismo, podendo entoar as canções originais entre os seus e comunica-las aos descendentes na língua adotiva.

Sylvio Romero afirma não ter tido conhecimento de composições poéticas a partir de línguas africanas, alegando não haver documentos disponíveis para erigir a poesia popular a partir dessas matrizes. Em tupi, embora poucas, ainda é possível encontrar quando essas são compiladas por escritores europeus ou descendentes. São citados alguns versos tupis, estes coligidos por Spix e Martius⁸⁸:

Nitio xa potar cunhang Setuma sacai waá; Curumú ce maua mamane Boia sacai manajé.	Não quero mulher que tenha As pernas bastante finas, A medo que em mim se enrosquem Como feras viperinas.
Nitio xa potar cunhang Sakiva açu waá Curumú ce monto-montoque Tiririca manajé.	Tambem não quero que tenha O cabello assaz comprido, Que em matos de tiririca Achar-me-ia perdido.
Scha mann rumaé curi Tejerru iaschió. Aiqué Caracara-i Serapiró aramú curi.	Quando me vires sem vida, Ah! Não chores, não, por mim, Deixa que o Caracara-i Deplore meu triste fim.
Scha mann rumaé curi Ce nombôre caá puterpi Aiqué Tatú memboça Ce jutûma aramú curi. ⁸⁹	Quando me vires sem vida Attira-me á selva escura, Que o tatú há de apressar-se Em me dar a sepultura. ⁹⁰

⁸⁷ ROMERO, Sylvio. *Historia da Litteratura Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.

⁸⁸ Conforme nota da edição: *Reise in Brasilien*, München, 1823; tom. III, pag. 1085.

⁸⁹ ROMERO, 1902, p. 78. Tradução de Norberto Silva.

Na citação dos cantos da festa do *Sairé*, no Pará, como se leem em Baena, se apresenta, para além da justaposição linguística, também um enxerto de cunho religioso, no qual a celebração cristã é cantada em língua nativa:

Itá camuti pupé
Neiássucana pitanguê
Puranga ité...

E Jesus e Santa Maria.

Santa Maria caian puranga
Imembuira inauerá
Iuáté pupé.
Sicou curussá.⁹¹

Na tradução: “*Em uma pia de pedra foi baptisado o menino Deus ; Santa Maria é uma mulher bonita ; o seu filho é como ella ; no alto céu está n’uma cruz grande para guardar a nossa alma*”⁹²

Também Couto de Magalhães, além da citada inscrição que fizera em português e em tupi numa pedra na beira do Araguaia, coligiu diversos tupis, entre eles:

A RUDA
Rudá, Rudá,
Iuká pinaié,
Amâna reçaçu...
Iuáka pinaié,
Aiueté Cunhã –
Puxiuéra oikó
Ne mumanuára ce recé
Quahá caarúca pupé.

Na tradução: “*O’ Rudá, vós que estaes nos céus e que amaes as chuvas... vós que estaes no céu... fazei com que elle (o amante) por mais mulheres que tenha as acha todas feias ; fazei com que elle se lembre de mim esta tarde quando o sol se ausentar no occidente*”

A’ LUA NOVA
Cairé, cairé nú
Manuára danù çanù.
Erê ci, erú cika
Piape amu

⁹¹ *Ibid.*, p. 80

⁹² Conforme nota da edição: Ant. S. M. Baena, *Ensaio corographico sobre a provincia do Pará*, pag. 130.

O manuara ce recé
Quahá pituna pupé⁹³

“Eia, oh minha mãe (a lua); fizeti chegar esta noite no coração delle (do amante)
a lembrança de mim.”

A' LUA CHEIA
Catiti, Catiti
Iamára notιά
Notιά iamára
Epejú... (fulano)

Emu manuára
Ce recé (fulana)
Cuçukúí xa ikó
Ixé anhú i pia póra.

“Lua Nova, oh Lua Nova! Assoprae em fulano a lembrança de mim ; eis-me aqui
estou em vossa presença ; fizeti com que eu tão sómente occupe o seu coração”⁹⁴

Também são citados alguns versos colhidos por Barbosa Rodrigues em sua *Poranduba Amasonense*. Para Sylvio Romero, sobretudo, esses fragmentos não são testemunhos da poesia primitiva brasileira pois, compiladas mais de três séculos depois da conquista portuguesa em populações miscigenadas, não são representativas de uma poética nativa. Inclusive considera que a produção poética nacional é produto da atividade dos europeus e seus descendentes, conforme indica através do seguinte fragmento:

Não creio que os tupys-guaranyts tivessem uma verdadeira poesia. Esta começa na phase do polytheismo, ou, pelo menos, nas ultimas phases do feitichismo, e nossos índios não tinham chegado a tal grau de cultura.
Sua poesia devia ser ainda muito indecisa. É certo que Fernão Cardim, Ivo d'Evreux e Gabriel Soares falam a miudo das danças dos índios acompanhadas de cantos ; estes porem deviam ser muito rudimentares e de mui pouco alento poetico.
Certamente não tinham ainda uma mythologia nem uma historia dramatizada com seus heróes. Não possuíam uma poesia cyclica que, se existisse, deveria chamar a attenção de homens como José de Anchieta e Nobrega. Todavia, é de crêr que possuísem cousa melhor do que os fragmentos citados.
Dos negros, como disse, nada existe colligido ; e elles ainda menos do que os índios eram senhores de uma poesia, no sentido que esta tem entre os povos, cujas mythologias são conhecidas.⁹⁵

⁹³ *Ibid.*, p. 81

⁹⁴ Conforme nota da edição: *O Selvagem*, pag. 140 e seguintes da 2ª parte.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 82

A formação de uma tradição literária brasileira, segundo a concepção de Romero, deve orientar-se, apesar do predomínio e necessidade da utilização do português, pelas mesclas que se fazem a partir das três etnias, brancos, negros e índios. Nelas, a influência das línguas indígenas se destaca devido às relações entre os colonizadores e os nativos, considerados desde cedo como objeto de curiosidade e estudo, bem como sua elevação a símbolo nacional posteriormente. Opostamente, as línguas dos escravizados africanos não. Arrancados de suas pátrias, ninguém lhes estudava as línguas, não dispunham de tempo senão para o trabalho forçado, resultando que sua contribuição para a formação literária se dá de maneira muito mais anônima e indireta, passando despercebida aos olhos do antigo cânone.

Romero propõe conferir, apesar da escassez de documentos, o lugar da língua africana na construção da historiografia das literaturas brasileiras. Cita alguns versos que coligiu em Pernambuco, mistos que são de português e língua crioula:

Você gosta de mim
Eu gosto de você;
Se papae consentir,
Oh, meu bem,
Eu caso com você...
Alê, alê, calunga,
Mussunga, mussunga-ê

Se me dá de vestir,
Se me dá de comer,
Se me paga a casa,
Oh, meu bem,
Eu moro com você...
Alê, alê, calunga,
*Mussunga, mussunga-ê.*⁹⁶

Essa mistura de línguas era também prática recorrente na idade média quando se notava a mescla do latim às línguas novas, conforme exemplifica através de uma quadrinha bem conhecida:

Tristis est anima mea,
Com saudades de meu bem;
Et quare conturbas me,
Eu não quero mais ninguém⁹⁷

⁹⁶ *Ibid.*, p. 85

⁹⁷ De acordo com nota da edição: Velho da Silva, *Gabriella*, p. 28.

Em tais fragmentos há uma espécie de agente transformador importante na concepção das produções literárias nacionais: o mestiço. O mestiço é ele próprio a alteração, fruto de inúmeras misturas, amalgamas, criando pela transformação sua própria característica. As poéticas, as prosas, os cantos brasileiros surgem desses baralhamentos, dessas eclosões. Porém é necessário ressaltar como, independentemente da existência ou não das poéticas nativas, só adquirem substancialidade ao serem submetidas às imposições e modelos da língua portuguesa. Portanto a própria noção de poesia, de escritura, de língua e literatura nacional enquanto sistema, já está atrelada à alteração e transformação pelo código. Ainda em Sylvio Romero:

Mas será verdade, repito, que os tupys e os africanos tivessem uma viva poesia rudimentar, que haja passado ás nossas populações actuaes? Eu o creio, mas eis ahi uma grande dificuldade. Fala-se muito da poesia dos índios dos tres primeiros seculos da conquista ; mas mui poucos e insignificantes são, como já se viu, os fragmentos colligidos ; e quanto aos africanos nada se tem colhido. Demais, os hymnos lyricos e epicos, cantados pelo povo brasileiro, são, como disse, vasados nos moldes da língua portugueza. Como marcar o veio negro e o vermelho em canções que affectam uma só fórma? As dificuldades abundam. Incontestavelmente o portuguez, é o agente mais robusto de nossa vida espiritual.

Devemos-lhe as crenças religiosas, as instituições civis e politicas, a língua e o contacto com a civilização européa. Na poesia popular a sua superioridade como contribuinte é, portanto, incontestável.⁹⁸

O argumento que justifica a maior influência da língua portuguesa na formação das tradições literárias nacionais, segundo a passagem supracitada, seria que os hinos líricos e épicos que as constituem são moldados pelas formas herdadas dos europeus. Para Romero seria difícil traçar as matrizes indígenas e africanas desse processo. Mesmo que sejam abundantes e existam anteriormente à presença dos colonizadores, são por ela alteradas, destituídas, transformadas pela imposição da língua estrangeira. Tal domínio é consequência além da causa, uma vez que o projeto de conquista visa implantar o idioma oficial. Assim, a construção do lirismo brasileiro coincide com o aniquilamento das vozes nativas, quase como que condição essencial.

Como exemplo desse aniquilamento, encontra-se nos *Feitos de Mem de Sá*⁹⁹ do padre Anchieta, o marco inicial da poesia épica em território nacional, conforme a indicação referenciada de Antônio Cândido. A obra, escrita em latim, publicada em Coimbra no ano de 1563 sem autoria, foi traduzida ao português pelo Padre Armando Cardoso no século XX. A principal fonte textual do poema, conforme nos aponta o estudo

⁹⁸ *Ibid.*, p. 87

⁹⁹ ANCHIETA, José de. *Feitos de Mem de Sá*. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1970.

de Leonardo Ferreira Kaltner¹⁰⁰, é a publicação pela tipografia da Universidade de Coimbra, a *editio princeps*, editada por João Álvaro, na qual não consta o nome de Anchieta como autor, o que gerava certa polêmica com Serafim Leite, historiador da Companhia de Jesus. Foi o Padre Armando quem atestou a autoria de Anchieta a partir da comparação do texto com outras obras do autor. Porém outra fonte textual é um manuscrito, sem título e sem data, conhecido pelo nome de *Manuscrito de Algorta*, cidade na qual foi encontrado, no ano de 1928, em um imóvel que pertenceu à família do padre. Foi a partir desse manuscrito, pelas fotocópias que foram enviadas ao Brasil, tendo o original depois se perdido em um incêndio, que Armando Cardoso traduziu os feitos de Mem de Sá, constituindo assim a primeira edição moderna do poema, publicada em 1958 pelo Arquivo Nacional, quando ainda era então desconhecida a publicação da *editio princeps* de Coimbra. A segunda edição moderna do poema é de 1970, e traz como novidade a utilização da edição de 1563 como fonte, na qual alguns versos são acrescentados e outros alterados, a partir da comparação com o manuscrito de Algorta.

O poema canta os feitos do governador geral do Brasil, destinado a enfrentar os inimigos indígenas e também os franceses que ocupavam a costa do Rio de Janeiro. Mem de Sá é apresentado como um herói enviado por Deus que veio “salvar” o país das atrocidades dos selvagens e garantir a soberania portuguesa pela expulsão dos estrangeiros que se apossam do território da colônia. Essa missão é expressa já nos primeiros versos da epístola dedicatória: “Eis que vês, potentado supremo, quão grande façanha realizou a força do onipotente Deus. O indômito Brasil já seus anchos orgulhos depôs, e tombou, rendido às tuas armas.”

Trata-se aqui de uma missão colonizadora, a missão de converter os gentios aos propósitos cristãos: “Do fundo do coração ao Pai celeste dá graças e rende a Jesus as merecidas honras. Foi ele quem quis que fosses tu nas regiões brasileiras primeiro propagador de seu bendito nome. O primeiro a vingar os ultrajes do gentio inumano e dobrar-lhe a cerviz às tuas ordens justas. Ao peso do teu braço, os altivos Brasis esqueceram seus ferozes costumes e seus sangrentos ritos. Eia! novo ardor, ancião! extermina as maldades, submete ao Deus eterno essas nações selvagens! No céu te espera um trono, grande Mem; para aí te convidam os fulgurantes templos do firmamento azul.”

¹⁰⁰ KALTNER, L. Ferreira. *Armando Cardoso e a Obra de Anchieta, à Luz da Historiografia Linguística*. Revista Philologus, Ano 25, N° 73. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2019.

Cabe ressaltar que essa epístola desempenha funções análogas às do *exordium* das cartas jesuíticas, conforme nos aponta Alcir Pécora em seu *Máquina de Gêneros*¹⁰¹, cujo objetivo é proceder na introdução dos fatos e tornar o destinatário receptivo, *captatio benevolentiae*, ao conteúdo narrado. Pécora resalta procedimentos comuns da *captatio*, como referir toda ação como causa, não da vontade pessoal, mas do cumprimento da obediência ao Superior e à Companhia; trazer à tona as dificuldades terríveis da missão proposta, como a salvação do gentio, até mesmo a aceitação voluntária da própria morte. Anchieta então inicia sua obra a partir desses modelos retóricos dos exórdios.

O livro I inicia com um verso aos moldes dos grandes épicos antigos: “As glórias do Pai celeste e sua força divina teu nome, ó Cristo Rei, e teus feitos gloriosos começarei a cantar. Num arrojo gigante, emprenderei a celebrar em versos tuas magnas empresas”. O diálogo anchieteano entre o anjo e o diabo é iniciado com o verbo no imperativo de modo análogo ao início da *Ilíada*, enquanto nesse caso é utilizado em primeira pessoa: *começarei a cantar*, de modo similar ao início da *Eneida* de Virgílio, que a tradução de Carlos Alberto Nunes¹⁰² assim coloca: “As armas canto e o varão que, fugindo das plagas de Tróia por injunções do Destino, instalou-se na Itália primeiro e de Lavínio nas praias.” A súplica pela intervenção divina no imperativo é substituída, aqui, pela voz do narrador, intentando celebrar em versos as grandes empresas dos deuses.

Também Jesus é invocado para iluminar a alma do poeta: “Tu, Jesus, ó clara luz do firmamento sereno, ó fulgor sem ocaso, ó imagem do brilho paterno, ilumina-me a mente cega, aclara-me a alma com esplêndidos lampejos”. Em seguida, a descrição da colônia é apresentada pela descrição de um território dominado pelo tirano infernal, desprovida de luz divina, “imersa na mais triste miséria, soberba, desenfreada, cruel, atroz, sanguinária.” Tal crueldade se firma na característica antropofágica dos povos nativos sul americanos que, sob o julgo do rei dos infernos, dilaceravam os corpos, enlutavam os cristãos. Quando então um dia o “pai onipotente volveu os olhares dos reinos da luz à noite das regiões brasileiras”, enviando para cá um herói que veio com a missão de vingar os crimes e salvar o povo da influência maligna.

Essa salvação dos povos se sustenta num discurso afiado, evocando os preceitos retóricos milenares da persuasão, onde o modo de vida dos nativos pudesse ser submetido ao modo europeu, alterar seus costumes, como por exemplo através da implementação da

¹⁰¹ PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

¹⁰² VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

monogamia, frequência de escolas e igrejas, mudança dos hábitos alimentares, entre outros. A missão de Mem consistia na implementação das leis civilizatórias que visavam tornar semelhantes aqueles que, na visão portuguesa, viviam desvirtuados e afastados da luz divina.

Após atravessar o oceano e atracar no porto baiano, enviou seu filho Fernão ao sul para combater, no Espírito Santo, os ferozes tamoios. “Deu à terra seu próprio nome o Espírito Santo. Habitam-na portugueses. Guerras horrendas desfecha sobre ela o Tamoio feroz: é este o nome que a fera tribo herdou dos avós¹⁰³. Inúmeros danos causa por toda a parte, talando as culturas em fruto e arrebatando os homens. Afastam-se altivos com a presa e fartam-se de sangue humano os ávidos ventres.” Mem então falou ao filho para que ele se espelhasse na virtude e na palavra divina. “A glória conquistada em guerra pela honra divina te será muito doce: eis, filho, teu belo futuro!” Caso viesse a falecer em combate, a ele estariam guardados os “louros e honra perene, glória imorredoura dourará nos céus teus destinos.”

Parte Fernão para a primeira cena de combate junto de cem homens afim de “domar com as armas a altives do selvagem.” São descritas algumas habitações nativas, “umas se ocultam em selvas sombrias, outras, escondidas juntos dos litorais arenosos, ouvem o troar das ondas que se enrolam e quebram.” Numa dessas edificações que se juntam os tamoios, com seus arcos e setas velozes, são descritos os tacapes ornados de penas, os escudos de couro peludo, as faces pintadas com listras vermelhas e o resto do corpo com listras pretas. “Com estes e muitos outros adereços, medonhos e feios, cobrem os membros nus os selvagens ferozes.”

Ao avistá-los, o jovem discursou diante de sua tropa impelindo-a ao feroz combate. “Adientemo-lhes a morte que contra nós preparavam, e que eles merecem. Eis a hora dos valentes e bravos! Alento e energia nos dará o Deus poderoso que domina as alturas. Sua mão vingadora sobre o inimigo desumano descera justiceira. Vingando as ofensas sacrílegas, sua cólera santa dizimará com a morte as alcatéias ferozes.” Após concluir a fala, se ajoelhou diante do sacerdote para sua confissão que visava a purificação dos pecados. Assim tornava-se justa a ira que lhe fervia nas veias, tornava-se justo o crime quando esse visava vingar as atrocidades do inimigo, validados e justificados pelo discurso, outorgados pela benção do sacerdote. Partiam em seguida para o confronto, brilhavam as armas, espumejavam as águas sob os remos.

¹⁰³ Tamoio vem de *ta'mōi*, “avós” em tupi, afirmando que a etnia era a mais antiga no litoral brasileiro.

Fernão avançava afugentando os tamoios, descrito como um típico herói, referência de bravura para o restante da tropa, “esbelto mais que todos os outros, trazendo como um sol prateado nas armas fulgentes.” Os índios entocados reagiam com flechas lançadas pelas frestas dos fortes que cediam ao avanço dos portugueses. Uma vez rompido o muro, invadiram a edificação nativa, quando fora atingido um soldado no peito por uma “seta emplumada”, caindo ao chão e exalando o suspiro derradeiro. Novamente o “selvagem” disparava uma segunda flecha e derrubava um segundo soldado, levantando a horda nativa, inflamando os indígenas com o furor do combate. A descrição dessas cenas de combate possui uma tônica visceral, repleta de imagens de corpos rasgados, membros decepados, entranhas expostas, imagens bastante significativas e representativas de certos efeitos da roçagem quando obtidos através da imposição e uso das forças violentas.

A primeira batalha foi vencida por Fernão e sua tropa, motivo que levou o chefe a discursar aos vencedores: “Triunfadores meus, vossa espada valente, armas e destros estão tintas ainda do sangue maldito; sem tardar, lancemo-nos contra o inimigo vencido, enquanto o abate o terror das últimas duas batalhas. Vedes quantos aí estão prostrados a gemer moribundos, quantos outros na fuga receberam mortais ferimentos. Ou exterminar de vez esta raça felina com a ajuda de Deus, ou sepultar-nos na areia gloriosamente.” Recorrente é a comparação dos nativos com as feras selvagens, seus hábitos são descritos com repudia, sendo a alteração dessa condição a justificativa do emprego dessa violência.

Porém a tropa sentia o número cada vez maior de índios ao redor. O pavor covarde os assolava, muitos recuavam e retornavam às naus abandonando o chefe no campo de batalha. Fernão os convocou: “Para onde fugis, desgraçados? que medo vil vos assalta o coração sem brio? que inimigo estais perseguindo tão à pressa?” Seu projeto era livrar o território da horda selvagem, dizimar por completo os tamoios dessas costas, mas os números do exército inimigo eram muito superiores, ainda mais quando aliados à fuga covarde de parte da tropa portuguesa. Ao se perceber cercado por todos os lados, e que seus companheiros levavam para longe as embarcações para fugir da fúria dos tamoios, disse assim o comandante “Pois, rompamos à ponta de espada essas hordas! Paira sobre nós a morte? que paire! Oh! que belo deixar por Deus as vidas caras na arena sangrenta e comprar com esse sangue a vida de muitos!”

Invocando o nome de Cristo se lançava sobre o inimigo “postado a arrastar na própria morte os corpos de mil inimigos e a rasgar com o punhal reluzente mil feridas sangrentas.” Chegava à sua derradeira hora, fincado de lanças nas costas, nos flancos,

caia sucumbido pelas feridas. “Ó venturoso moço, prostrado na arena sangrenta depois de devastar valente as hordas selvagens, bela morte juncou teu sepulcro de mil setas e corpos. Não te assediou o peito a fome do ouro nem da vaidade; mas a paixão imensa da glória divina e a honra imaculada de Cristo de imola nesse altar, para que sejam tuas feridas a vida de muitos. Vencido pelo amor da pátria e liberdade dos teus, vergaste a cabeça ante a morte, sob a espada inimiga tombando na juventude em flor, primavera da vida.”

Teve o fim com a mais alta honra para o herói, morreu lutando pelas virtudes que defendia, pela tentativa de alteração, fundamentada no uso da força, dos hábitos considerados impuros dos nativos. Não foi pela riqueza, pelo ouro, pela vaidade, mas pelo amor à pátria. Assim fora descrito o fim do filho de Mem de Sá, sua história cantada no livro I do poema, como exemplo de bravura, estar apto a morrer em defesa de sua convicção cristã. Sua morte foi comparada à morte de Cristo, também doando a sua própria vida pela salvação da vida de muitos outros.

No livro II os feitos de Mem de Sá são narrados como cumprimento dos desígnios dos deuses. É possível pensar o propósito da missão do governador lusitano como alteração da ordem nativa e implementação de uma lei moldada pelos princípios éticos cristãos. “Pois quem lembrará o tempo das tribos ferozes quando ainda os selvagens não te viam, chefe valente, impor santas normas aos povos e lançar justos freios?” A dualidade entre cristão e indígena refletindo o maniqueísmo de deus e o diabo, o bem e o mal, o herói e o inimigo. “O bárbaro expandindo sua ira quebrantava as leis santas da mãe natureza e os divinos preceitos do Pai onipotente.” Trata-se de impor essas leis a partir da destituição de seus hábitos seculares característicos, entendidos pelo poema, e pelo projeto conquistador, como desvirtuados pela influência de uma atividade demoníaca, sendo necessário então combatê-la. “Essa raça selvagem, sem a menor lei, perpetrava crimes horrendos contra os mandados divinos, proferindo impunemente ameaças contínuas e altivos discursos.” A guerra santa aqui como possível movimento de roçagem, da lâmina que raspa o solo, um movimento de subtração, de destituição dos ordenamentos.

O governante lusitano designado para “impor justo freio ao furor dos selvagens” é retratado como ato heroico que se inspira na força divina, o entusiasmado. Ele é o portador da palavra e sua missão é firmá-la pela implementação das leis cristãs nas terras da colônia. Primeiramente mandou capturar o índio que espalhava injúrias e ameaças

contra os cristãos, o *Cururupeba*, em tupi “sapo achatado”, que “tal o sapo escondido na cova, enchendo a pele e a bocarra, parece ameaçar de morte cruel com a baba empestada, e mal do buraco o tiram com a mão, desaparecem os sinais da raiva e deixa-se arrastar impotente.” Capturado e mantido em um cárcere escuro, gerou a notícia que se espalhou pelas aldeias amedrontando os nativos que temiam sofrer punições semelhantes, “terror indizível se apodera dos índios. Pasmam todos e temem cada qual pela própria sorte.”

“O piedoso Mem de Sá” então, desejoso de “ver adorado o Senhor do céu, do mar e da terra e venerado nas plagas do Sul o nome de Cristo”, impôs uma série de leis aos índios que “vivem quais as feras”, refreando seus “bárbaros costumes.” A grande alteração imposta foi a de proibir a antropofagia entre os nativos “Logo desterra a antropofagia cruel: não permite mais que movidos de gula infrene bebam o sangue fraterno, nem mais se violem os santos direitos da mãe natureza e as leis do Criador.” Tal medida gerou desconfiança entre os colonos, pois poderia essa lei persuadir os nativos ou, impedidos de consumir seus rituais característicos, voltariam suas zangas a todos os habitantes das cidades? “Como é possível julgar que mudem agora costumes que se embeberam na torrente dos séculos?” Novamente a imagem dos indígenas comparados a feras quando afirmavam que, assim como os tigres e os leões não deixariam de comer suas presas, o índio não deixaria de comer carne humana. Os colonos pediram ao governador que permitisse os ritos entre os nativos para que sua ira não recaísse sobre eles. “Não impeça que mutuamente se provoquem à guerra e se matem horrendamente, e, despedaçando seus inimigos, lhes assem a carne no rito paterno e lhe roam os ossos à maneira de cães, celebram as festas dos seus antepassados e não pensem em lançar contra nós os braços ferozes, nem desafoguem em nós suas iras de brutos e sedentos de sangue nos passem ao fio da espada a nós, nossas esposas e filhos, conspurcando de morte toda a cidade.”

Mas o governador respondeu com a confiança que tinha nos propósitos divinos, afirmando que deus interviria em auxílio dos cristãos, livrando-os de tantas desgraças. Ordenou que se formassem cidades, se construíssem casas, e que “comecem a deixar os antigos costumes de feras; não vagueiem daqui e dali, como tigres, pelos cerrados, sem moradia certa, sempre duma terra pra outra, sem nunca fixar-se em aldeias estáveis.” Assim o projeto civilizatório se fundamentava na alteração dos costumes, fazendo cessar a antropofagia, erguendo cidades, impondo o modo de vida ocidental no cotidiano nativo. “Roçados os tojais, revolvidos os campos ao labutar auspicioso do arado, fecunde ele esta

gleba e enfim a esplêndida messe pague aos lavradores os gemidos e as lágrimas que com as sementes lançara, por anos a fio e com o coração aos pulos, encham os celeiros vazios.”

A ingestão da carne humana era apontada como “a raiz primeira e causa de todos os males, a obsessão de matar inimigos e tomar-lhes os nomes, para a glória e triunfo do vencedor, foi desterrada.” Essa era uma das principais alterações necessárias para a consumação do projeto civilizatório das terras sul americanas. Outra era a exigência em frequentar a igreja e converterem-se ao cristianismo: “Também a seus ouvidos soava a voz de Cristo: Força-os a entrar em meu santuário! que de povos diversos a minha casa transborde!” A monogamia era outra alteração imposta pelo *ethos* cristão, antes “presos à torpeza de muitas à maneira dos porcos”, agora “escolhem uma, companheira fiel e eterna, vinculada pelo laço do matrimônio sagrado que lhe guarda sem mancha o pudor prometido.” Foram proibidos também os rituais medicinais ministrados pelos pajés das tribos, “já não enganarás com tuas artes os pobres enfermos, que muito creram, coitados! nas mentiras do inferno.”

Pensar aqui a roçagem como descaracterização dos costumes, alteração dos hábitos, imposição, pela força, pela lei, pela palavra, de um modo de vida que nega o modo de vida ancestral para que seja possível, ao europeu, habitar nessas terras e torná-las semelhantes aos seus propósitos civilizatórios. Tais alterações são celebradas no poema que, a partir delas, canta certa prosperidade e calma que se instalou após a série de imposições. “A recente cidade do Salvador florescia em doce sossego, e a nova assembleia dos cristãos, com plácido aspecto, cantava os louvores de Deus: nenhum temor inquietante os oprimia: nem boatos de guerra futura vinham sequer turbar a bela paz renascente.”

A calma estabelecida fora abalada pela notícia de um súbito ataque indígena “rompendo as doces cadeias da antiga amizade”, ao qual reagiu o governante, içou as naus e partiu em busca de punir aqueles que descumpriam as leis impostas. Nesse ponto se encontra a descrição de outra cena violenta de batalha entre o gentio e os soldados, atravessando a noite e vindo a eclodir novamente com o raiar do dia. Após derrotar os nativos na batalha, os que sobreviveram, temerosos dos castigos que poderiam sofrer, pediram clemência ao governador. “Vão ter com o ilustre Chefe e imploram sua aliança e direitos de amigos. Leis que impuser, sejam quais forem, prontificam-se a cumpri-las. Pedem paz e perdão.” Mem de Sá, o piedoso, aceitou os pedidos de paz. “Recebe-os com mansidão o Chefe valente. Dá-lhes a paz e mais as leis. Em seguida lhes manda que

abstenham de festas sangrentas, onde dantes soíam cevar-se em carne humana, como feras vorazes. Reúnam-se em aldeias, onde possam aprender a lei santa e os mandamentos divinos do Pai celestial.”

A paz tinha alto custo. Primeiro, se dava pela adequação necessária do nativo ao *ethos* imposto. A alteração violenta forjada na guerra abria o caminho para o medo da punição que se seguia ao descumprimento da lei. Além disso, “também ordena por fim que, pacificados e mansos, paguem tributo anual ao grande Rei lusitano, cujo maior anseio é espalhar entre os povos selvagens a doutrina de quem é o eterno Senhor do universo.” Primeiro amansar, pela violência, depois cobrar tributo à coroa.

O final do livro II descreve como a intervenção portuguesa nas terras brasílicas era justificada pela vontade divina, uma vez que a expansão territorial levava também a palavra celestial. Como se não fossem movidas pelas riquezas e extração dos inúmeros insumos que a conquista se daria, mas antes pelas consequências da intervenção celestial. “Não foram as pedrarias do Oriente e as grandezas do Ganges, nem as especiarias perfumosas que a Índia derrama do seio fecundo, terra donde o sol lança à corrida seus chamejantes cavalos: foi, sim, o zelo abrasado de levar teu nome, ó Cristo, a todas as gentes, em qualquer clima da terra, o que moveu o régio peito a afrontar sendas desconhecidas, trabalhos na terra, ameaças no mar, e a rasgar com esquadras inteiras oceanos enfurecidos e dantes jamais navegados. Por isso o Pai onipotente, rei do imenso universo, tornou temido de todos o nome de nosso monarca: depois da Europa, Ásia e África com seus vastos desertos, deu-lhe agora o domínio desses povos brasis, peitos ferozes, gente indomável que no sangue dos homens dessedenta as fauces sequiosas. Ele os curvou ao Império e os fez tremer diante das lusas quinas gloriosas.”

O livro III inicia sob a promessa de cantos que tratam de feitos ainda mais elevados. “Guerras de maior vulto me restam por cantar, mais gloriosas empresas do magnânimo Chefe.” Chegaram até Salvador a notícia de três cristãos pescadores que teriam sido atacados e trucidados pelos nativos. Novamente o governador convocou os soldados e partiu para a punição do crime. Ao chegar na cidade, atual cidade de Ilhéus, Mem de Sá fora recebido com cantos e danças, porém, abalado pela notícia, “envia ao feroz inimigo embaixadores que exijam se lancem em cordas e entreguem a ele os assassinos, que sofrerão o merecido castigo pelo crime cometido, pagando morte por morte”. Uma confusão então se estabelece pois, se por um lado temiam a punição, por outro o cuidado fraterno os coibia. Impelidos então a não cumprir as ordens e entregar os

assassinos, eclodiram em guerra. O governador contava com uma horda de índios já convertidos para lhe auxiliar no confronto. “Manda arrolar de todas as partes batalhões de indígenas já submissos ao jugo de Cristo.”

A perseguição e a batalha resultaram em mais uma vitória dos lusitanos. “O horror cruel da guerra se espalha: já os selvagens começam a tombar feridas: ao baque dos corpos a terra estremece e fica toda juncada de mortos.” Após o confronto, quando já descansavam depois do árduo combate, ouviram uma notícia que os perturbou: “Dizia-se que um braço fora cortado e roubado a um cadáver dos muitos que aí prostrados deixara o inimigo. Furtava-o talvez algum índio dos nossos, vencido do antigo costume, para devorá-lo em segredo.” O chefe então discursou em alta voz, ameaçando com a morte aquele que cometera tal crime, caso não restituísse o braço para junto do corpo. Sob o medo da punição, o responsável devolveu o braço furtado às ocultas, “o manjar mal havido e em vão cobiçado.”

As tropas lusitanas invadiram as matas por mais de quinze dias, dizimando os nativos, incendiando as ocas. “Quem poderá contar os gestos heroicos do Chefe à frente dos soldados, na imensa mata! Cento e sessenta as aldeias incendiadas, mil casas arruinadas pela chama devoradora, assolados os campos com suas riquezas, passado tudo a fio da espada!” Após longa investida, retornaram então aos barcos e partiram rumo ao porto. Quando chegaram de volta foram recebidos com longos louvores pois, enquanto devastavam o solo inimigo, preces eram entoadas para que deus concedesse a vitória aos cristãos e refreasse a cólera dos nativos. “Já agora exultam de gozo, já tudo revibra de ruidosa alegria, entregam-se a danças e cantam à volta do grande Chefe, desfraldando a bandeira da cruz vencedora e das cinco chagas que tu, ó Cristo, sofreste em teu corpo exangue pelo gênero humano, e que domaram para sempre o feroz tirano do inferno.”

Três dias após o retorno de Mem de Sá apareceram algumas canoas singrando o mar em direção à cidade. Traziam elas dois índios de braços amarrados com as mãos ainda úmidas do sangue cristão derramado, colocaram-nos aos pés do governador e suplicaram por paz. “Os dois principais e cruéis assassinos dos homens que junto da praia lançavam as redes de pesca, conseguiram, fugindo, escapar à terrível vingança de teu braço. Ei-los aqui: nós te entregamos agora: lavem com o sangue sua culpa, paguem vida por vida! Vencidos, pedimos paz: já não recusam os ombros o peso da sujeição. Dá-nos a paz, nós te pedimos, ó Chefe! Impõe-nos as leis que quiseres, que nós as cumprimos.”

O governador então justificava as atrocidades pelo descumprimento das leis estabelecidas, motivo pelo qual então fora impelido a agir com tamanha violência. Novamente, o piedoso, acatou o pedido de paz desde que fossem cumpridas as leis que ele ditava novamente: “Manda então que refreiem suas rixas contínuas que expulsem do peito a crueldade e o hábito horrendo de saciarem o ventre, à maneira de feras raivosas, com carnes humanas. Também lhes ordena que guardem os mandamentos do Pai celeste e a lei natural e ergam igrejas ao eterno Senhor das alturas em seu torrão natal; aí serão instruídos na lei divina e de vontade abraçarão com os filhos a fé de Cristo, porta única do caminho do céu. Além disso, tudo quanto roubaram dos Cristãos às ocultas ou por assalto, em tantos anos, os próprios escravos mortos ou devorados, tudo pagarão e mais os tributos.”

Tais eram as leis imprescindíveis para a paz em terras brasílicas. Que os costumes fossem alterados, que cessassem os rituais antropofágicos, que erguessem igrejas para a instrução de todos na palavra de deus, que se devolvessem os bens furtados e que pagassem os impostos devidos à coroa. Os que se submeteram às condições primeiramente o fizeram pelo medo da punição. A alteração e imposição pela força como garantias da ordem e pilares do progresso civilizatório ocidental.

Ao fim do terceiro livro é referenciada a história do Bispo Sardinha que, após embarcar em Salvador com destino ao litoral espanhol, naufragou devido a uma tempestade e fora morto pelos nativos na costa brasileira. “Aí a terra está sempre empapada no sangue dos pobres prisioneiros, a quem os malvados esmagam as cabeças com crueldade.” Ao chegar em terra junto dos sobreviventes, fora recebido pelos gentios e julgava que eles ofereceriam hospitalidade “logo o gentio malvado lhes sai ao encontro: traz no peito feroz o ardil preparado e dá provas de fingida amizade; acolhe os cansados e necessitados náufragos e os conduz às ocas traidoras.” Ofereceram alimento e acenderam fogueira para que aquecessem seus corpos frios e úmidos.

Os náufragos, quando perceberam o perigo que lhes ameaçava, fugiram pelas praias tentando escapar da má sorte em que se encontravam. Muitos foram encurralados e mortos pelos nativos. “Começa a matança: a estes mil setas varam o peito todo ensanguentado, àqueles o tacape parte a cabeça, a outros o ferro da espada rasga as entranhas. O chão estremece ao baque dos corpos feridos, e o sangue em borbotões tinge as brancas areias.” O bispo ainda tentou escapar, fugindo pela praia, onde ajoelhou-se e clamou piedade ao pai celeste, também tentando acalmar o tropel ruidoso dos nativos,

mas em vão, quando fora atingido por um golpe fatal na cabeça, caiu exalando o último suspiro. “Ei-los que jazem nus os corpos dos portugueses crivados de enormes feridas, mesa posta à rapina das aves e à gula não menos feroz dessa bárbara gente.” O governador estava disposto a vingar a morte do bispo se não houvesse outra missão a cumprir mais ao sul da costa brasileira.

O livro IV começa narrando as tratativas entre os nativos e os franceses, que “querem para si o que os lusos com grande trabalho alcançaram.” Para combater, não apenas os tamoios, mas também os franceses, partiram o governador e seus soldados para o Rio de Janeiro. De início atacaram uma pequena nau francesa que, rendida, fora amarrada à popa da embarcação lusitana. Da fortaleza fora disparada a chuva de balas de projéteis que anunciava a furiosa batalha. Então, ciente que estava de que seria uma batalha sangrenta, o “piedoso chefe”, tentando a vida da paz diplomática, enviou um bilhete ao general francês alegando que a terra em que ele se encontrava era de domínio lusitano, que resistir seria lutar por uma causa injusta, que se ele abandonasse o país seria suprimida a investida militar e, caso não obedecesse, seria impelido, contra sua vontade, a atacar as fortalezas e manchar de sangue as areias brancas das praias cariocas.

Por sua vez o general francês respondeu que não seria ele quem poderia decidir sobre quando ou como deixariam a costa brasileira, já que estavam ali a mando de Henrique, o soberano, e que sem ordem do grande Francisco, “a quem coube por ditar o governo da França, que dirige os destinos da pátria de cetro ilustre na mão e coroa na frente”, jamais abandonariam as muralhas erguidas na costa. Terminou dizendo que possuíam bastante munição e armamento e que estavam a postos para defender o forte. Tornava-se inevitável o combate.

Antes da batalha, o governador pediu reforços militares e tropas de índios que se situavam na cidade de São Vicente. Atendendo ao chamado, “preparam ligeiros naus velozes e armas e, sem tardar, conforme o pedido chegam, e com eles a flor dos guerreiros brasis, na mão esquerda o arco e na direita as rápidas flechas.” Junto dele veio um jesuíta membro da Companhia de Cristo Rei, responsável pela confissão dos soldados e pela súplica aos céus que demandava vitória no confronto. Preparavam-se então para o ataque ao forte. O plano levou cerca de vinte dias para ser colocado em prática, “vinte vezes a aurora erguera ao mundo o manto de trevas, desdobrando sua púrpura sobre o pálido rosto.”

Os conselheiros o alertavam da impossibilidade de escalar o forte, cercado que era por rochas gigantes, mas decidido e “apoiado de força divina” a todos contrariou e insistiu no plano. Discursou diante da assembleia afirmando que não havia força mais poderosa do que a vontade divina. “Ele incutirá forças e ajudará compassivo a causa do justo e do fiel e com a destra potente abaterá e esmagará o inimigo, castigando co’ a morte corações ímpios, vazios da fé verdadeira.” Assim, apoiado na força do deus invencível, contagiou sua tropa que, incendiada pelo discurso do chefe, se inflamou, dispostos que estavam a destruir as fortificações francesas ou “perder a vida em morte gloriosa.”

Mem de Sá então traçou um prodigioso plano: mandou que as naus se dirigissem à esquerda da praia, por onde descia um rio que se encontrava com o mar, de modo que fizesse com que os franceses acreditassem que a tropa lusitana estaria desabastecida de água e, nessa manobra, abandonasse a colina para interceptá-la na praia. Manobra bem sucedida que permitiu aos portugueses ocupar, fundar trincheiras e fincar a bandeira da cruz no alto da colina esvaziada. A batalha então se intensificou. Balas de canhão, flechas, espadas. A artilharia portuguesa conseguiu atingir a estrutura de uma das casas, partindo as vigas e desabando a construção. De um lado as balas abalavam as estruturas das torres francesas, do outro as balas inundavam os conveses das naus de sangue. “Ora é a bombardinha inimiga que arromba o casco das naves, ora é nosso canhão que fere a torre altaneira.”

A extenuante batalha atravessava o dia e começava a adentrar pela noite. “Já as forças começam a faltar aos nossos, cansados de tanta peleja, já lhes nasce o desejo da fuga.” Devido ao número elevado de baixas, as naus já não bombardeavam os muros e se afastavam da terra. O cansaço prostrava as tropas em terra, a pólvora fora toda utilizada e acabou. O medo e a dúvida ameaçavam os soldados, freava o bravo ímpeto. Foi quando estavam cansados e desacreditados que o golpe derradeiro fora lançado. Veio através das preces do governador, que olhava para o céu e suplicava ao supremo criador que intercedesse pela vitória lusitana pois já lhes faltavam meios e recursos para derrotar o inimigo que se abrigava no alto das torres impenetráveis.

O desfecho da batalha então se daria através da intervenção divina. “Ouviu o Rei celeste estas vozes, ouviu juntamente as que os jesuítas e os povos fiéis nesse tempo arrancavam do peito, abalando com gemidos e prantos as portas do céu compassivo.” Deus convocou um “ministro do exército alado” e lhe ordenou “afugente os inimigos do posto altaneiros, insuflando-lhes o terror pelas trevas da noite.” Cumprindo então as

ordens divinas, fora envolto em um manto de sombra e, apresentando feições horríveis, invadiu a fortaleza inimiga, envolvendo os franceses em terror e no espanto. “Tudo incute terror a essas mentes turvadas, e ameaça, aos valentes de há pouco, morte cruenta.” Fugiram então apavorados, “tamanho era o terror que o Senhor Deus onipotente lhes metera nas mentes e corações apavorados!” O governador contemplava a cena e vertia louvores ao deus pois “forças humanas jamais com arma nenhuma poderiam arrasar” as edificações inimigas.

Os portugueses, ao adentrarem as casas esvaziadas após a fuga dos franceses aterrorizados pela intervenção divina, encontraram um grande móvel com diversos livros “que encerram doutrinas crivadas de impiedades e erros.” Foram citadas as obras de Martim Lutero, João Brêncio, Melanton e Calvino. “Martim Lutero os compôs com mente perversa e mandou a seus filhos observá-los à risca. Enraivado, muitas blasfêmias arrojou contra o papa, Sumo Pontífice e contra a Igreja, esposa de Cristo. Muitas outras vomitou de seus lábios impuros João Brêncio, raça de Lutero e digno de infâmia paterna; e o petulante Melanton de coração mal cheiroso. Também aí estava a fera que os abismos do inferno há pouco arrotaram de suas vasas imundas, dragão inchado de todo o veneno que o mundo preparou em seus monstros. É Calvino, a serpente de coleio variado e horrendo, que abraça no rolo de suas espirais o forte, vibra olhares de fogo e agita a língua trífida em ruídos de morte. É este quem te protegerá contra força celeste ó ímpio francês? Estes são os arcos, estas as balas de fogo que para ti preparaste? Calvino vencer a Cristo, Senhor do céu e da terra?”

O final do poema é como uma ode ao poder de deus e da palavra de cristo, reafirmando a vitória cristã diante do protestantismo francês. “Arrancadas às trevas e iluminadas pelo sol fulgurante da luz divina, também virá um dia adorar-te a nação que se ceva agora em carnes humanas. A terra em que sobre o Sul, conhecerá o teu nome e ao mundo austral advirão os séculos de ouro, quando as gentes brasílicas observarem tua doutrina”.

Tratava-se então de livrar as terras brasílicas, no primeiro momento, da selvageria diabólica dos hábitos selvagens e, também, da ameaça protestante francesa. O poema coloca a vitória e o êxito dos portugueses como reflexo direto da vontade divina, justificando toda a peleja pela garantia de que o discurso estava conectado à origem verdadeira. Cristo vencendo os selvagens e Calvino. A promessa de um futuro iluminado

onde brilhará o sol da luz divina e a nação futura que se eleva estará, também, alinhada a esse novo ordenamento.

O esforço empregado nesse capítulo buscou traçar uma breve noção de como o *logos*, instável e oscilante, pode transitar pelos polos distintos, na capacidade de afirmar ou negar, habilitar ou proibir, criar ou cessar circunstâncias pelo efeito discursivo. Também como pode se alinhar ao reflexo prático de um discurso que se quer absoluto, condicionando toda referência à instância de veracidade, espelhando a vontade de deus. A utilização dessas instâncias discursivas como uma potente arma e seu “bom uso” fundamentando e justificando o processo, mesmo quando muito violento, de atualização dessas potências. Alterar para tornar semelhante, fazer cessar o que era pelo erigir de uma nova condição, que embora aparente ser verossímil, ainda guarda certo vestígio vazio que denuncia sua diferença.

As tópicas referentes aos processos de alteração, de roçagem, bem como os vestígios reminiscentes que restam destituídos de suas ordenações primeiras, também permeiam e podem ser encontradas na poética de Glauceste Satúrnio:

VII

Onde estou? Este sítio desconheço;
Quem fez tão diferente aquele prado?
Tudo outra natureza tem tomado;
E em contemplá-lo tímido esmoreço.

Uma fonte aqui houve; e eu não me esqueço
De estar a ela um dia reclinado:
Ali em vale um monte está mudado:
Quanto pode dos anos o progresso!

Árvores aqui vi tão florescentes,
Que faziam perpétua a primavera:
Nem troncos vejo agora decadentes

Eu me engano: a região esta não era:
Mas que venho a estranhar, se estão presentes
Meus males, com que tudo degenera¹⁰⁴

A transformação é o motivo do canto. O sítio alterado se diferencia do monte que outrora ali havia e agora resta, degenerado pelos males, na vivaz insistência da memória. Também a fonte, os troncos, a perpétua primavera, tudo cessado na constatação escrita do poema. Nota-se o intento de resgatar essa memória que insiste em se fazer presente,

¹⁰⁴ COSTA, Cláudio Manoel da. *Obras Poéticas de Glauceste Satúrnio*, Edição de Referência: “A Poesia dos Inconfidentes”, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1996.

que quer cantar a retomada do estado anterior ao desfalecimento degenerativo dos acontecimentos, mas é detida justamente diante da falência que se anuncia. O estranhamento na alteração, o enfraquecimento diante deste novo monte agora mudado, uma ode à roçagem que possibilita a cessão e o reordenamento desse sítio.

Destaque-se também, para além da alteração constatada pelo canto do poema, o movimento intrínseco a ele que, operado pela própria condição escritural, faz com que a palavra possa atuar transformando, alterando, destituindo o sítio retratado. Enquanto simulacro, dele se difere, instaurando um outro sítio possível, estranho e desconhecido do poeta, diferente do que ele traz na memória e diferente também do que tem diante dos olhos. É possível, de acordo com essa premissa, pensar a palavra como sobra da experiência, como reminiscência ausente que se refere antes ao falecimento e cessão do prado alterado do que sua constatação significativa.

Portanto, o sítio que o poema descreve é outro, diferente do que o poeta lembra e vê. A roçagem aqui em sua dupla sugestão: a alteração própria do espaço pelos efeitos do progresso devastador e também como metáfora para a própria condição da representação escritural. O canto do poema acompanha o duplo movimento posto que constata o avanço desapropriador do progresso que altera o prado e que reconhece e estranha a nova configuração que recebe, transportada e escrita em outra plataforma. Agora não há florescer, nem fonte, nem troncos, nem primavera, há somente a falência degenerativa resultada da alteração que sobre ela incidiu.

A alteração é tema recorrente dos sonetos de Glaucestre:

IV
Sou pastor; não te nego; os meus montados
São esses, que aí vês; vivo contente
Ao trazer entre a relva florescente
A doce companhia dos meus gados;

Ali me ouvem os troncos namorados,
Em que se transformou a antiga gente;
Qualquer deles o seu estrago sente;
Como eu sinto também os meus cuidados.

Vós, ó troncos, (lhes digo) que algum dia
Firmes vos contemplastes, e seguros
Nos braços de uma bela companhia;

Consolai-vos comigo, ó troncos duros;
Que eu alegre algum tempo assim me via;
E hoje os tratos de Amor choro perjuros.

O pastor que habita os campos entre as relvas fluorescentes, onde os troncos namorados personificam a ausência da antiga gente que ali habitara, testemunhas das juras proferidas. Eles que consolam o pastor, outrora alegre, hoje choroso. As transfigurações dos seres em troncos duros remetem às *Metamorfoses* de Ovídio. A perpetuação se dá pela alteração que se coloca como, ao mesmo tempo, marca do que cessou e totem silencioso da memória que ainda resta:

VIII

Este é o rio, a montanha é esta,
Estes os troncos, estes os rochedos;
São estes inda os mesmos arvoredos;
Esta é a mesma rústica floresta.

Tudo cheio de horror se manifesta,
Rio, montanha, troncos e penedos;
Que de amor nos suavíssimos enredos
Foi cena alegre, e urna é já funesta.

Oh quão lembrado estou de haver subido
Aquele monte, e as vezes, que baixando
Deixei do pranto o vale umedecido!

Tudo me está a memória retratando;
Que da mesma saudade o infame ruído
Vem as mortas espécies despertando.

Montes, rios, troncos e penedos. Ainda a mesma floresta que fora cenário de amores antigos e hoje resta enquanto urna funesta do que findou. O poema evoca a saudade do que foi experienciado no alto daquele monte, motivo das lágrimas que verteram sobre o vale, saudade essa que, ao mesmo tempo que é retratada pela memória ruidosa, desperta as espécies mortas, conjurando-as junto dos lamentos. Não é relatado no canto o que fora experienciado em cima do monte que resta como memória, nem as cenas alegres que entre as árvores ocorreram, apenas indicações vazias que remetem às faltas que agora jazem ecoando.

XXII

Neste álamo sombrio, aonde a escura
Noite produz a imagem do segredo;
Em que apenas distingue o próprio medo
Do feio assombro a hórrida figura;

Aqui, onde não geme, nem murmura
Zéfiro brando em fúnebre arvoredo,
Sentado sobre o tosco de um penedo
Chorava Fido a sua desventura.

As lágrimas a penha enternecida
Um rio fecundou, donde manava
D'ânsia mortal a cópia derretida:

A natureza em ambos se mudava;
Abalava-se a penha comovida;
Fido, estátua da dor, se congelava.

Fido, o pastor, chorava suas desventuras sobre as pedras guardadas debaixo das grandes copas, guardiãs dos segredos produzidos pela escuridão da noite, na qual nem um mísero murmúrio fazia o vento. Suas lágrimas amoleciam as pedras e fecundavam um rio, donde manava sua cópia derretida. As lágrimas que dissolviam a cópia de Fido pelo rio formado, alteravam ambas as naturezas, a dele e a da pedra, e se erguiam como estátua da dor, monumento que perpetuava o lamento, congelando-o. Assim a lamúria do pastor, sua imagem distorcida, se mantém no rio, se conserva e se esvai pela metamorfose transubstancial.

Os sonetos de Glauceste retomam a tópica nostálgica da poesia pastoral que durante o setecentos mineiro vigorava como modelo. Tomemos como referência a *Arte Poética*¹⁰⁵ de Francisco José Freire, importante estudo na construção de uma teoria poética em língua portuguesa, que busca nos antigos a possível origem da poesia entre os pastores por ser este o primeiro estado dos homens, fundamentando o argumento através das citações do livro III das *Leis* de Platão e do livro I da *Poética* de Aristóteles, além de Cícero e Plínio.

No terceiro livro das *Leis*¹⁰⁶ a conversa entre Clínias e o Ateniense aborda uma possível origem do governo das cidades. São consideradas aqui as inúmeras catástrofes e infortúnios a que fora submetida a raça humana, pensadas a partir do grande dilúvio que destruiu a maior parte das civilizações, bem como dizimou toda as cidades costeiras e litorâneas, quando restaram apenas os pastores que habitavam os cumes das montanhas. Neles que resistiram a fagulha do gênero humano, desconhecendo a ambição e a avareza típica dos habitantes das cidades, alheios aos malefícios da vida em sociedade. O mundo, transformado num imenso deserto pela inundação, campos inabitados a se perder de vista, poucos rebanhos de víveres e recursos escassos para a própria subsistência.

Esses pastores desconheceriam a riqueza e a pobreza. Pelo isolamento, não precisavam lutar pelo alimento, tendo à disposição o que lhes ofertava a natureza, como

¹⁰⁵ FREIRE, Francisco José. *Arte Poética, ou regras da verdadeira poesia*. Lisboa: Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.

¹⁰⁶ PLATÃO. “Leis” in: *Diálogos*. Vol. XII – XIII. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980iv. (677a – 679e)

leite e carne dos rebanhos, caça, cobertas, casas e vasos, todas as artes práticas que não demandam a utilização do ferro. Não havia crime, nem inveja, nem violência, habitantes de um mundo de virtudes pois, ingênuos como eram, pela simplicidade que viviam, aceitavam o que ouviam como verdades, acreditavam nos contos de dignidade verdadeira e vícios inescrupulosos. Não havia a suspeita sobre a possibilidade de serem enganados pela mentira, mas aceitando como verdades orientavam suas vidas pelos ensinamentos dos deuses e dos homens.

XIV

Quem deixa o trato pastoril amado
Pela ingrata, civil correspondência,
Ou desconhece o rosto da violência,
Ou do retiro a paz não tem provado.

Que bem é ver nos campos transladados
No gênio do pastor, o da inocência!
E que mal é no trato, e na aparência
Ver sempre o cortesão dissimulado!

Ali respira amor sinceridade;
Aqui sempre a traição seu rosto encobre;
Um só trata a mentira, outro a verdade.

Ali não há fortuna, que soçobre;
Aqui quanto se observa, é variedade:
Oh ventura do rico! Oh bem do pobre!

Tomadas como modelo ideal, essas imagens pastoris então remetem às *archai* da condição humana, sem vícios, sem crime, sem mentira, uma organização sustentada pela providência natural, lugar idílico e isento dos atos degenerativos da civilização que, ludibriada pela ganância e em nome do progresso, inventava artifícios para lucrar e explorar os recursos de acordo com seus interesses próprios. A poesia pastoril como resgate possível da nostalgia de um mundo anterior que, ao se deparar com a transfiguração do sítio operada pelo avanço do progresso que desapropriava a ordem natural, secava as fontes e cortava as árvores, estranhava e esmorecia diante dessa nova configuração.

A citação de Freire referente ao livro I da *Poética* de Aristóteles, insere-se na opinião que considera as invenções das coisas provenientes dos homens mais antigos, tomando a imitação e harmonia como atividades inatas ao homem. É referenciada no texto a linha 20 do livro I que, na tradução de Eudoro de Sousa, é assim proposta:

Pois tal como há os que imitam muitas coisas, exprimindo-se com cores e figuras (por arte ou por costume), assim acontece nas sobreditas artes: na verdade todas elas

imitam com o ritmo, a linguagem e a harmonia, usando estes elementos separada ou conjuntamente.¹⁰⁷

Assim é colocada a origem da poesia na *Arte Poética* de Francisco José Freire, como arte nascida entre as aldeias e cabanas de lavradores e pastores, quando descida das montanhas passa às cidades e, influenciada pelos cidadãos, deixa de cantar os assuntos humildes e simples da vida pastoril, passando a adotar argumentos e ideias próprias de seus caracteres e condições. A poesia então se dava ao resgate das ações ilustres dos heróis e dos louvores de Deus, como elegias às virtudes e vitupérios aos vícios dos homens perversos. Novamente é citada a *Poética* aristotélica pela passagem do capítulo IV, assim traduzida ao português no texto de Freire¹⁰⁸:

Foy pois a Poesia dividida pelos homens, segundo os seus proprios costumes: porque os mais magnificos representaraõ as excelentes açções feitas por outros semelhantes a elles ; porèm os de mais baixa condição compozeraõ cousas vis, obradas por outros, que as praticaraõ : huns representavaõ estas cousas, e outros compunhaõ hymnos, e ecomios.¹⁰⁹

A poesia era abordada, portanto, como uma filha da filosofia moral, devendo ater-se à imitação das grandes virtudes, capacitar os homens nos ensinamentos da Religião, felicidade, beleza e verdade. O tema da vida pastoril como retorno à bondade desprovida dos vícios típicos da avareza humana. Enquanto operador de arte imitativa, o poeta deveria abster-se de falar em sua própria pessoa, pois fazendo como tal não seria devido à imitação. Imitar os grandes, os primeiros, os universais, tal seria um dos fundamentos da poesia épica como proposta pastoril. Freire critica a noção de imitação em Aristóteles por julgá-la genérica, pouco específica, podendo confundir-se com outras artes imitativas como a pintura ou escultura. Assim coloca:

A poesia toda naõ he imitação, porque os 38 livros, ou Poemas de Orfeo nenhuma imitação tem, como tambem os 18 de Homero, exceptuando 7, e menos os 9 de Hesiodo, dos quaes muitos nem ainda contêm em si Fabula. Antes que se pozesse no theatro a Tragedia, a Satyra, a Comedia, e outras semelhantes, naõ havia imitação na Poesia, ou era esta rarissima. Diz Aristoteles, que o Poeta imita por meyo do falar ; ao que digo, que tambem o Orador, e outros muitos, que naõ saõ Poetas, fazem essa mesma imitação de palavras ; e se a imitação faz ser Poeta, Demosthenes, Cicero,

¹⁰⁷ ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994. p. 103.

¹⁰⁸ FREIRE, 1759, p. 10 -11

¹⁰⁹ O referente trecho na tradução de Eudoro de Sousa (1448b 24): A poesia tomou diferentes formas, segundo a diversa índole particular [dos poetas]. Os de mais alto ânimo imitaram as ações nobres e dos mais nobres personagens; e os de mais baixas inclinações voltaram-se para as ações ignóbeis, compondo, estes, vitupérios, e aqueles, hinos e encómios. p. 107

Livio, e Sallustio o foraõ ; porque imitaraõ igualmente por meyo de palavras. Quanto mais: se unicamente a imitaçaõ fizesse o Poeta ao menos mais perfeito, do que naõ seria o Poetizante sem imitar, seria sem duvida alguma a Poesia Comica, a Mimica, e a Satyrica de mais valor, e preeminência, que a Heroica, a qual nem sempre imita.¹¹⁰

Tal seria o projeto ético moral derivado dos fundamentos aristotélicos: construir, pela poesia, e através da imitação das ações consideradas nobres e dignas, uma espécie de cartilha ética capaz de difundir os preceitos considerados elevados, auxiliando na implementação do sistema político em obediência aos intentos do Estado. Deveria ser utilitária e instrutiva, capaz de replicar os modelos doutrinários, mas também servir ao deleite e entretenimento do espírito, gerar prazer através da contemplação da beleza. Daí a importância da poesia épica fundamentada pelos valores do heroísmo, entendida como aquela que imita as virtudes elevadas com as quais se pretende construir o protocolo de um *ethos* moral apropriado, diferente das *Satyras* e *Comedias* que imitariam os vícios e as falhas desse projeto doutrinário.

Outra interessante questão aristotélica que é considerada no texto de Freire é como a imitação pode representar naturezas universais ou particulares. Na representação das naturezas particulares, a representação se atém aos efeitos perceptivos, replicando as coisas como “*ellas em si saõ*” ou como as percebemos. Seria a representação das características, dos acidentes, atrelados que estão à ordem dos sentidos. Portanto, se imitam as coisas particulares, são das ordens das representações *Icásticas*. Se pretendem pintar as coisas de naturezas universais, as quais não são apreendidas pelos sentidos, mas antes pela ideia e opinião, mantendo-se assim ocultas como princípios inacessíveis, a estas representações se considera *Fantásticas*.

Cabe aqui então a sugestão assertiva de que os poemas heroicos, quando se propões a imitar as glórias de empresas ilustres, de grandes feitos e conquistas, a partir da construção de uma possível representação fantástica que se mistura e dilui os feitos produzidos nas expedições, são utilizados como marcos fundadores da sociedade e do estado nacional, desejosos de construir a honra e a moralidade no território conquistado como produto do sucesso de seu projeto. Fora proposto, inicialmente, como que através das narrativas exploratórias do sertão goiano se dá a disseminação desse *ethos* cristão, urbano e civilizatório, agora é proposto que, através dos poemas épicos, ao seu modo,

¹¹⁰ FREIRE, 1759, p. 22

pelas tópicas dos grandes feitos, da outorga e cumprimento de um projeto civilizador orientado pelas virtudes cristã, se constroem certos aspectos das produções brasileiras fundamentadas nas imitações desses modelos.

O crescimento da cidade, na esteira do progresso civilizatório e da vida social, aniquila o ordenamento natural, fazendo ecoar pelos campos perdidos os cantos lamuriosos e esmorecidos. Muitos dos esforços literários produzidos em países que vivenciaram a exploração característica dos sistemas coloniais investem em parte do resgate dessas perdas através da construção de uma mitologia retrospectiva que vislumbra o acesso às situações anteriores, geralmente associadas com o ideal de felicidade, perfeição, beleza, modelos elevados que devem ser imitados e reproduzidos. A artificialidade do constructo, erigido sobre o campo devastado, roçado, fundamentado em delicado solo, não seria capaz de sustentar o peso imaculado da verdade pois, de acordo com esse esforço aqui proposto, parece antes apontar para a perda e falta dessa experiência alterada do que erigir, pela representação, a credibilidade verossímil do que se apresenta.

Assim as produções brasileiras, como sistemas, seriam assistidas por quatro grandes temas, em dialogo possível com Candido, a partir de certa consciência nacional: conhecimento da realidade local, valorização das populações aborígenes, desejo de progresso e incorporação aos padrões europeus. Essas produções estariam pendentes numa estranha baliza entre nativismo e estrangeirismo, pieguice e realidade, utilitarismo e gratuidade. Seriam exercidas através das imposições dessas características, enxertos de orientações morais, religiosas e filosóficas em um povo que se orientava por tradições milenares, as quais devem ser roçadas, alteradas, diluídas diante desse novo projeto. Quando tal ordenamento natural é destituído e inserido nos preceitos civilizatórios trazidos da Europa pela tradição clássica, quando os restos sobram e perduram como ruínas vazias, o conhecimento da realidade local é misturado às artificialidades impostas pelas novas configurações, as populações aborígenes são apresentadas já contagiadas pela leitura estrangeira que delas é feita. O desejo de progresso e a incorporação aos padrões europeus sintetizam o projeto que avança sobre o território brasileiro, fazendo com que a roçagem altere e destitua aquilo que nos era mais característico e significativo.

CAPÍTULO 3: DA FORÇA

*Que cidade tão forte por ventura
Haverá que refita, fe Lifboa
Não pode refitir á força dura
Da gente cuja fama tanto voa?*
– Luís de Camões.¹¹¹

Em seus ensaios críticos¹¹², Humberto de Campos inicia o capítulo dedicado a Capistrano de Abreu com uma frase dita pelo Sr. Coelho Neto: “que a história do Brasil estava escrita com tinta de café¹¹³”. Teria, com isso, atribuído aos registros certa instabilidade, falta de fixidez, sujeitos que estão ao apagamento devido, pela analogia, aos efeitos voláteis dessa tintura. Poderia, também, referir-se a uma história escrita pela tinta da cafeicultura, implantada em solo brasileiro a partir da primeira metade do século XVIII, vindo a ser, no século XIX, fonte fundamental de recursos que sustentaram as divisas do Império e, posteriormente, da República Velha. Sendo assim, uma história escrita com tinta instável, com tendência ao apagamento e financiada pelo lucro da exploração dos insumos.

Destaca, na missão de resgatar minúcias desses registros, comparado a químico com seus poderosos reagentes que age na busca por restaurar a coloração da tintura que se esvai, o trabalho de Capistrano de Abreu. Em *O Descobrimento do Brasil*¹¹⁴ é levantada a questão sobre qual povo teria atingido primeiro o litoral brasileiro. Cronologicamente, os franceses teriam chegado antes de Cabral à costa baiana, assim como, por exemplo, Pinzon teria atingido o cabo de Santo Agostinho em 26 de janeiro de 1500, o qual nomeou de “*Santa Maria de la Consolación*” três meses antes da frota cabralina. Mas, se franceses e espanhóis desembarcaram antes, foram os portugueses que a descobriram sociologicamente, conforme o trecho destacado por Campos: “neles se inicia a nossa história, por eles se continua por séculos, a eles se devem principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribos nômadeas.¹¹⁵”

¹¹¹ CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Porto: Companhia Portuguesa, 1916. p. 163.

¹¹² CAMPOS, Humberto de. *Crítica - Segunda Série*. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1962.

¹¹³ *Ibid.*, p. 115.

¹¹⁴ ABREU, Capistrano de. *O Descobrimento do Brasil*. Biblioteca Pedagógica Brasileira Brasileira, Vol. 253. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

¹¹⁵ CAMPOS, 1962, p. 119)

Portanto, mesmo que aventureiros franceses tivessem visitado regularmente a costa brasileira em expedições informais e que os espanhóis também tivessem antes atingido e nomeado esses novos territórios descobertos, coube aos portugueses apossarem-se oficialmente dessas conquistas e estabelecerem, através de documentos que outorgavam a posse das terras pela coroa portuguesa, o domínio oficializado, garantindo assim os direitos de exploração e intervenção violenta nesses novos sítios. Cabral, ao se apossar do território, enviou uma nau para Portugal para oficializar a conquista, o que resultou em sua ocupação e, posteriormente, no povoamento. Não se tratava de uma primeira missão com destino à costa brasileira, o que teria segundo as hipóteses acontecido anteriormente, mas a chegada da frota cabralina iniciou o processo de conquista da terra, de invasões e alterações que caracterizam o processo de colonização. Faz-se, antes de tudo, necessária certa validação jurídica que garanta a soberania do direito de explorar os bens e instaurar um regime socioeconômico, militar e religioso, como extensão adaptada das instituições ocidentais de poder. A chegada, a posse, a conquista e a disseminação dos valores.

Navegantes de diversas nacionalidades europeias foram precursores dos portugueses nas expedições marítimas, conforme nos aponta a breve historiografia apresentada por Abreu:

Em 1270 Lanzarotto Maloncello encontrou as Canarias e conquistou a ilha que do seu nome ficou a chamar Lançarote e aí edificou um castelo que foi visto em ruínas pela expedição normanda de 1402. Os irmãos Ugo e Guido Vivaldi equiparam em 1291 dois navios, partiram de Genova, atravessaram o estreito de Gibraltar e tomaram o rumo da costa ocidental da África para não só procurar a desejada passagem ao sul, como mesmo tentar a navegação e chegar por esse caminho marítimo à Índia. O genovês Nicoloso de Recco e o florentino Angionilo del Tegghia de Corbizzi, em 1341, com dois navios providos pelo rei D. Afonso IV de Portugal e com equipagem de florentinos, genoveses, catalães e espanhóis, aportaram às Canarias, já anteriormente descobertas por Maloncello. Jaime Ferrer, natural da Maiorca, em 1346, com um navio atingiu a costa africana no Rio do Ouro. Segundo Carlo Errera, mais ou menos em 1330 os genoveses descobriram o arquipélago da Madeira e em 1340 o dos Açores. De 1394 a 1405, ocorreram os seguintes fatos: o veneziano Nicolau Zeno navegando para a Holanda, foi arrastado por um temporal para uma das ilhas de Féroe por ele denominada “*Frislanda*”, onde foi bem acolhido pelo senhor da mesma. À vista disso, mandou chamar na Itália o seu irmão Antonio e ambos durante quatro anos percorreram o Atlântico Norte, descobrindo a Islândia e a Groelândia. No ano de 1402, o normando Jean Bethencourt tendo partido de Rochelle, atingiu as Canarias onde desembarcou na ilha de Lançarote com cerca de 50 homens, construindo um pequeno forte aí, onde se manteve com grandes dificuldades durante algum tempo, findo o qual pediu o auxílio de Castela que lhe foi concedido, sob a condição de se reconhecer feudatário dela. Depois disso, Bethencourt partiu para a costa ocidental da África onde desembarcou ao sul do cabo Bojador e, no ano de 1405, voltou à França. (ABREU, 1946, p. 3-5)

O autor resume esse recorte temporal em três períodos: no primeiro, os capitães italianos em viagens ao Atlântico, no segundo, os espanhóis com navios equipados também exploraram o Atlântico sob o comando dos genoveses e, no terceiro, os venezianos viajando ao norte e os franceses de Rochelle tentando conquistar as Canárias e explorando a costa ocidental da África. Somente depois de todos esses esforços é que aparece a figura do Infante D. Henrique na conquista de Ceuta, dando o impulso ao projeto de expansão marítima lusitana e, conseqüentemente, o apossamento das terras da costa brasileira décadas depois. Após colher os lucros da investida na costa africana, inspirado pela cartografia medieval e pelas lendas que apontavam a existência de ilhas imaginárias além dos Açores, tais como Antilhas ou Sete Cidades, S. Brandão, Man Satanazio, Brasil, entre outras, D. Henrique envia expedições marítimas ao extremo oeste para verificar a existência dessas ilhas.

Em 1431, manda Gonçalo Velho Cabral para essa expedição, que resulta no redescobrimto de parte dos Açores, terras que foram povoadas por colonos portugueses e flamengos. Entre os povos dos Açores, bem como em Portugal e nos demais países da Europa, havia uma tradição segundo a qual o oceano estaria repleto de ilhas, o que levou os açorianos a se lançarem ao mar em busca dessas terras. Capistrano de Abreu segue o trabalho referenciando as mais notórias dessas expedições em busca das terras do extremo ocidente, dentre as quais destaca a de João Vaz Corte Real, que, enaltecido entre os historiadores modernos de Portugal, recebeu uma homenagem na cidade de Lisboa, onde foi gravada em mosaico nas calçadas da Avenida da Liberdade a legenda: “Descoberta da America 1472 – João Vaz Corte Real Descobridor da America¹¹⁶”.

Na historiografia apontada pelo autor consta que João Vaz é filho de Vasqueanes da Costa Corte Real, o primeiro a adquirir o sobrenome Corte Real após ter vencido em combate dois cavaleiros estrangeiros que o desafiaram ao confronto pelas armas, feito que entusiasmou D. João I, que lhe concedeu o sobrenome. Cronistas, como por exemplo Diogo Barbosa¹¹⁷, afirmam que o sobrenome vinha do destaque de Vasqueanes no combate contra os mouros na tomada de Ceuta, onde fora o primeiro a entrar na fortaleza,

¹¹⁶ ABREU, 1946, p.24

¹¹⁷ Conforme nota da edição: “Diogo Barbosa Machado, por alcunha “Xisto Tavares”, foi Conego da Catedral de Lisboa, onde morreu em 1525. O seu trabalho sobre genealogia denominado – “*Livro dos Principaes Linages de Portugal*” é de tal valor, que basta lembrar ter D. João III ordenado a Damião de Góes, Guarda-Mor da Torre de Tombo, que adquirisse o original, a fim de figurar no arquivo do reino.” (ABREU, 1946, p.25, nota 22)

arvorando o estandarte português¹¹⁸. Pela bravura demonstrada, D. João o autorizou a acrescentar em seu brasão um braço armado empunhando uma lança de ouro.

A João Vaz Corte Real é creditado o feito de ter descoberto a América antes de Colombo em 1472, conforme citação do Padre Antonio Cordeiro em *Historia Insulana*, livro VI, capítulo II, quando a mando de *elRey* de Portugal tinham ido João Vaz Corte Real e Alvaro Martins Homem em expedição para descobrir a “terra do bacalhau”, da qual voltaram com novas e feitos sobre a nova terra. Seguindo ainda a historiografia, é citada a declaração de Frutuoso, na qual João Vaz Corte Real vinha da descoberta da “Terra Nova dos Bacalhaus”, mandado que fora pelo rei de Portugal. Questionando a autenticidade desse fato, Abreu cita que D. João II aceitou a divisão dos hemisférios seguindo a bula do Papa Alexandre VI, em 4 de maio de 1493, cuja demarcação passava “a cem léguas ao oeste dos Açores e Cabo Verde¹¹⁹”, sendo que a Terra dos Bacalhaus está situada, até mesmo nos mapas portugueses mais antigos, a 43° de longitude, estando a parte mais próxima da América em relação à Europa situada na posição de 54° de longitude de Paris.

Outro indício da chegada lusitana à América antes dos quinhentos pode ser encontrado no registro de Duarte Pacheco Pereira, intitulado *Esmeraldo de Situ Orbis*¹²⁰. Essa obra, segundo o prefácio da referida edição, consiste no mais preciso documento sobre as grandes questões cosmográficas do começo do XVI, servindo de base de dados para os navegadores por conter as distâncias em graus das rotas utilizadas pelos portugueses, principalmente as da costa da África e dos caminhos até as índias. Também serve como espécie de manual para a operação e o entendimento das aferições através de instrumentos como o astrolábio e a agulha de marear, sobre o movimento de declínio do sol e a relação dos ciclos lunares com as cheias das marés.

Duarte Pacheco, além de escritor, fora um exímio navegador, célebre e invencível soldado, referenciado em diversas obras devido aos seus grandes feitos. Destaque-se, primeiramente, uma curiosa comédia composta em versos, que encontramos na referida edição do *Esmeraldo*, em idioma castelhano, escrita pelo alferes Jacinto Cordeiro, publicada em Portugal no ano de 1630, presente na coleção dos impressos reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, vol. 271, em que Pacheco, voltando da Índia, relatou seus

¹¹⁸ Conforme nota da edição: Fernão Lopes. *Chronica del Rey D. João I*, parte III, cap. LXXXI.

¹¹⁹ ABREU, 1946, p.29

¹²⁰ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

feitos ao rei D. Manoel. Vangloriava a força lusitana capaz de conter o avanço de sessenta mil soldados do rei de Cochim, contando com uma tropa de apenas sessenta homens, uma caravela armada e dois barcos, conforme se lê nos versos:

pues contra fefenta mil
hombres, que en tierra, y armada
pufo el Zamori, me hallé
con fefenta hombres, eftraña
temeridade pues com ellos,

y una caravela armada,
y dos barcos defendi
al Rey el pafo en el agua,
de fuerte, que con la vida
temio perder la efperança ;
hyeron los de Cochim,
que en mi ayuda feñalara
fu Rey a efa flerte emprefa,
y ni por effo defmayan
tus valientes Portuguefes,
antes en fus fuerças hallan,
mas folos, mas refiftencia,
efta perfida canalla.¹²¹

Na sequência da peça, Pacheco narrava ao filho os serviços prestados à Coroa, e dizia que, se Alexandre vivo estivesse, poderia ter seu destino e memória afetados, sugerindo que as conquistas lusitanas eram tamanhas que poderiam superar os grandes feitos antigos.

Pafé a la India, y gané
tanta opinion que Alexandre
fi viuiera en tempo mio,
embidia pudieran darle
afombros de mis vitorias,
como penas mis pefares,
fi em recompensa de todas
llegó a viver miferable.
Que a cinco Reyes venci
em feis batallas navales,
com dos caravelas folas,
para prueba defto bafte,
com fetenta hombres no mas,
me opufe a la furia grave
de fefenta mil gentiles,
y los venci, i no os efpante,
con ciento y diez Portuguefes,
que vinieron a ayudarles
a los fefenta que avia
por defensa de mi parte,
que veinte mil les matamos,
y que pidieron pazes

¹²¹ *Ibid.*, p. XXVI

los cinco Reyes vencidos,
y alo fabeis, y que tales,
fueron las hazañas mias¹²²

O ímpeto lusitano de que seus feitos são capazes de alterar e superar as conquistas dos antigos é uma premissa recorrente nos *Lusíadas*, como por exemplo logo nos primeiros versos do canto I, no qual é apresentado o tema geral da obra, já se encontra o levantar de outra força, mais elevada, pela qual há de se fazer cessar e calar os feitos cantados pelas antigas musas. Asseguram que são os desbravadores que primeiro singraram mares antes nunca navegados, que com um número muito reduzido de soldados fizeram frente a um número tão elevado de inimigos que nunca antes houvera êxito possível em tal proporção de desvantagem, que suas conquistas são as maiores até então já obtidas, capazes de erigir um vasto e novo reino em terras ignotas e distantes.

As armas e os barões affinalados
Que da Occidental praia Lufitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Paffárão ainda alem da Taprobana,
E em perigos e guerras efforçados
Mais do que prometia a força humana,
Entre gente remota edificárão
Novo Reino, que tanto fublimárão,

E também as memórias gloriofas
D'aquelles Reis que forão dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciofas
De África e de Afia andarão devaftando,
E aquelles que por obras valerofas
Se vão da lei da morte libertando,
Cantando efpalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

Ceffem do fabio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizerão,
Calle-fe de Alexandre e de Trajano
A fama das victorias que tiverão,
Que eu canto o peito illuftre Lufitano
A quem Neptuno e Marte obedecerão;
Ceffe tudo o que a Mufa antiga canta,
Que outro valor mais alto fe alevanta.¹²³

Fazer cessar as disposições diante de uma outra força mais alta que se levanta é ação comparável às da ordem de roçagem. Atuam, de modo similar, pela devastação das terras viciosas onde pretendem erguer novo reino, marca da nova configuração

¹²² *Ibid.*, p. XXX

¹²³ CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Porto: Companhia Portuguesa, 1916. p. 1 – 5.

sobreposta. Cantar as armas e o peito ilustre lusitano como modo de destacar o poderio bélico necessário para as conquistas, mas também cantar o engenho e a arte como forma de expressar, além do poder da força militar, certa força retórica. Ordenar e disseminar esses discursos também é ato de conquista. Portanto, as armas e os engenhos, cantados no início do poema, permitem a leitura a partir das premissas buscadas aqui, pelas noções de força bélica e força discursiva que serão devidamente desenvolvidas ao longo do esforço. Roçar, erguer e disseminar os feitos por toda a parte.

Porém, nem mesmo as célebres conquistas capazes de subjugar os grandes feitos antigos livraram Duarte Pacheco do castigo do exílio. De volta a Portugal, casou-se e foi premiado pelo rei com a posse da capitania de São Jorge de Mina, localizada na costa oeste africana, atual Gana. Lá fora envolto numa densa trama de intriga e difamação promovida pelos habitantes locais, dentre eles um clérigo que teria ofendido sua reputação com ultrajes. Tomado pela fúria cega, matou o padre com um golpe na cabeça e, pelo crime, foi condenado ao exílio. Do reino desterrado, por ordem de João III, despediu-se da mulher e dos filhos, tecendo críticas ao desprezo de seus feitos diante do castigo que lhe fora conferido:

Quantas proefas y glorias
con mi valor he adquirido,
cuya verdadera prueba
guardaua el debil archivo,
deftos papeles que veis
hechos pedaços deftintos,
que mi enojo aqui há rafgado,
y mi colera rompido.
Todos quiero que fe pierdan,
todos mueran como vivo,
que el premio em el defdichado,
Vienem a fer los caftigos.¹²⁴

Os débeis arquivos que relatam e remontam os feitos, os pedaços de papel que recolheram as glórias dos labores, se não esquecidos, são agora condenados. Prefere que se rasguem todos e que sejam apagados como obra da dura pena desse castigo imposto. A instabilidade dos registros, aqui, pode ser pensada sob outro prisma, como se a passagem da condição de herói a vilão, espécie de destituição da virtude necessária às honrarias, fosse motivo para o esquecimento das conquistas de outrora. Pacheco, o herói esquecido, escanteado, deseja que se aniquilem os documentos e que sua história se

¹²⁴ PEREIRA, 1892., p. XXXI - XXXII

apague, se esvaia com seu corpo; tem por ímpeto o desfazimento dos mal feitos registros, que lhe inspiram nojo e raiva. No exílio, já bastante adoecido e à beira da morte, enviou uma carta ao rei D. João III. A carta fora lida por Gonçalo, o gracioso, e assim fora retratada na comédia em questão:

Rey Don Juan, fin offenderte,
por efte me deferrafte,
tratando me de traydor,
fi yo fuy, tu lo fabes.
Plega al cielo que algun dia
no echas menos, ni te falte
efte traydor en la India,
que le ganó con fu fangre
a tu padre, mas vitorias
que me acompañan pefares,
Eftos caftigos, feñor,
ingraticudes tan grandes,
rigores tan inauditos,
plega el cielo que no paguen,
tus hijos por tu ocafion :
que el Reyno donde fe hazen
tan injuftas tyrantias,
que mueren por hofpitaes,
quien fu grandefa adquirio,
caftigo no efpere tarde.
Yo muero em tanta pobrefa,
que no fê fignificante
el alegria que tengo
de que tengan fin mis males.
Si os enternecem, feñor,
eftas quexas y pefares,
merezca Dona Beatriz
y mi hijo Juan Fernandez,
que vós l eles deis por mi muerte,
lo que em vida me negafteis.
Duarte Pacheco Pereira. (*Ibid.*, XXXII¹²⁵)

Mesmo desejoso de ter sua história apagada, nessa questão não obtivera êxito, pois, além da breve comédia supracitada, os infortúnios de Pacheco foram registrados por Damião de Goes na *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, no capítulo C da primeira parte¹²⁶, dedicado à história do valente navegador. O cronista utiliza a sina de Pacheco Duarte para lembrar aos leitores dos revezes dos reis, príncipes e nobres, e da pouca lembrança que fazem dos grandes serviços que prestaram os exploradores para garantir as conquistas que sustentaram e enriqueceram seus reinos. Mesmo tendo sido tão importante nesses apossamentos, morreu desterrado, pobre e esquecido, sem desfrutar em

¹²⁵ *Ibid.*, p. XXXII.

¹²⁶ GOES, Damião de. *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1749, p. 136 – 138.

vida das recompensas pelos esforços empenhados nas conquistas. Fato é que, após sua morte, D. João III reconheceu a importância dos serviços e premiou seu filho, João Fernandes Pacheco, em 1533, com uma tença de 20\$000 réis e outra igual, em 1534, a ser recebida pela sua mãe.

Registrados seus feitos também, e certamente o mais célebre registro, no décimo canto dos Lusíadas, sob o epíteto de grão Pacheco, o Aquiles lusitano. Além de ser memorado pela bravura e pela força, como na batalha que subjugou o rei de Cochim, também o é pelo canto das lamúrias que a deusa entoa às custas do desfecho triste de sua vida. Na estrofe vinte e dois do décimo canto, a ninfa abaixa a voz e canta entristecida o esforço mal agradecido do explorador lusitano, criticando os reis que obedecem mais às vontades próprias do que à justiça e verdade:

Mas nefte paffo a Nympha o fom canoro
Abaxando fez ronco e entristecido,
Cantando em baxa voz envolta em choro
O grande efforço mal agradecido.
«O Belifario » diffe «que no coro
Das Mufas ferás fempre engrandecido,
Se em ti vifte abatido o bravo Marte,
Aqui tens com quem podes confolar-te.

Aqui tens companheiro affi nos feitos
Como no galardão injufto e duro;
Em ti e nelle veremos altos peitos
A baxo eftado vir, humilde e efкуро,
Morrer nos hofpitais em pobres leitos
Os que ao Rei e á lei fervem de muro.
Ifto fazem os Reis cuja vontade
Manda mais que a juftiça e que a verdade.

Ifto fazem os Reis, quando embebidos
Nua aparência branda que os contenta,
Dão os prêmios de Aiace merecidos
A' lingoa vã de Uliffes fraudulenta.
Mas vingo-me, que os bens mal repartidos
Por quem fó doces fombas aprefenta,
Se não os dão a fabios cavalleiros,
Dã-os logo a avarentos lifongeiros.

Mas tu, de quem ficou tão mal pagado
Hum tal vaffallo, ó Rei, fó nifto inico,
Se não és pera dar-lhe honrofo eftado,
He elle pera dar-te hum reino rico.
Em quanto for o mundo rodeado
Dos Apollineos raios, eu te fico,
Que elle feja entre a gente illufre e claro,
E tu nifto culpado por avaro.»¹²⁷

¹²⁷ CAMÕES, 1916, p. 2-14 – 216

Tais versos tecem críticas aos nobres que conferem honras a avarentos ao passo que deixam o valente conquistador morrer esquecido em pobres leitos. Encontramos, nas notas de Augusto Epiphânio da Silva Dias presentes na referida edição, a referência aos prêmios merecidos de *Aiace*, forma italiana de Ajax, filho de Télamon, o guerreiro mais esforçado, depois de Aquiles, dos gregos que estiveram no cerco de Tróia. Trata-se, em Homero¹²⁸ de Ajax pretendendo a posse das armas de Aquiles após sua morte e Ulisses interpondo-se na disputa, quando foram então conferidas as armas ao Odisseu. A nota diz que Camões tinha em mente os versos de Ovídio¹²⁹ nas *Metamorfoses*: *fortisqui viri tullit arma disertus* (foi um orador que alcançou as armas de um guerreiro). Portanto pode-se, a partir dos versos, relacionar o descrédito das brandas aparências ao subterfúgio da atividade de uma língua vã. O efeito criado pelo discurso pode sobrepor-se de modo a alterar uma predisposição natural, como fazer passar um avarento lisonjeiro por sábio cavaleiro. Ser mal pago pelos esforços é ser conferido ao esquecimento e, contra essa injustiça, pode ter seu destino cantado em tom melancólico pelas musas de Camões, se não por reparação, como redenção final.

Porém, para além dos grandes feitos de Pacheco no oriente e seu triste fim, o interesse por esse personagem curioso se dá pelo conteúdo do *Esmeraldo de Situ Orbis*, principalmente a partir de dois motivos que orientarão o desenvolvimento das premissas. O primeiro é referente aos trechos que possivelmente tratam da chegada na costa sul americana por volta de 1498, enviado que fora para descobrir as terras do “novo mundo”, o segundo é pelas instruções de utilização dos instrumentos de navegação que tornavam possíveis e embasavam tecnicamente as grandes expedições marítimas lusitanas.

Com a chegada de Colombo à América em 1492, e com a demarcação do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 pelos reis D. João II, de Portugal, e Fernando II de Aragão, de Castela, o interesse se volta à existência dessas novas terras do extremo ocidente na travessia do Atlântico. Após a assinatura do acordo, sendo o próprio Duarte Pacheco um dos integrantes da comissão lusitana responsável pelas tratativas, coube a ele também ser o capitão da missão que tinha como objetivo atingir o limite ocidental do tratado e averiguar a existência dessas novas terras localizadas dentro do domínio português estabelecido pelo tratado. Foi enviado para tal missão em 1498, após a morte

¹²⁸ *Odiss.* XI 542 – 546.

¹²⁹ *Met.* XII 620 – XIII 383.

de João II, por D. Manuel, tendo atingido possivelmente a costa norte brasileira e também o mar do Caribe.

Os indícios possíveis dessa chegada podem ser encontrados logo no prólogo do Esmeraldo, quando exalta que D. Manuel, mesmo em tão pouco tempo como regente, era já o responsável pelo descobrimento de terras nunca antes avistadas e pela navegação possível em mares nunca antes navegados:

como que em tam pouco tempo voffa alteza defcubriffe quafy mil & quinhentas leguas alem de todolos antigos & modernos as quaes nunca foram fabidas nem nauegadas de nenhuma naçoês defte noffo oucidente agora por moor feguranfa defta nauegaçam comuem que voffa alteza mande tornar a defcubrir & apurar efta cofta do Ilheo da Cruz em diante por que he certo que no feu primeiro defcubrimento fe foubem em fama & nom pelo meudo como a tal cafo convinha, & por que voffa alteza me dife que fe queria nifto fiar de *mim* portanto preparei fazer um liuro de cofmographia & marinharia cujo prologo he efle que aqui he efcrito¹³⁰

Teria o capitão atingido a costa do *Ilheo da Cruz*, uma descoberta não oficial, cabendo então ao rei que mandasse uma nova frota para que seu descobrimento ocorresse de modo a seguir o decoro apropriado. Para partilhar suas experiências de marinharia, escreveu a obra com fins de tornar mais viável essas expedições, motivo que faz do Esmeraldo uma obra quase secreta, misteriosa, repleta que está de informações valiosas para o reino lusitano e, paralelamente, aos interesses dos outros reinos que também visavam possuir esse conhecimento, apontado como o estudo mais técnico e preciso disponível no começo do século XVI, mantida assim sob segredo e tratada como bem precioso demais para a ampla publicidade.

No segundo capítulo do primeiro livro, dedicado à grandeza da terra e à quantidade de água presente no orbe, encontramos outra referência que possivelmente trata da chegada à terra nova. Antes, porém, o autor contrapõe duas teorias sobre a relação entre a quantidade de terra e a quantidade de água dos oceanos. A primeira, sustentada pelos antigos, como Homero, é a que considera que a terra é cercada de água, de modo que as porções de terra são como ilhas, sendo a água o elemento predominante na superfície terrestre. A segunda, teoria que ele adota como a mais apropriada em seus registros, considera que o orbe é côncavo e, em seus seios, a terra recolhe em si os oceanos, sendo assim a terra maior que as águas pois ela seria o sustentáculo dos oceanos. Essa teoria é embasada por trechos bíblicos, como os salmo cento e três, o salmo trinta, o

¹³⁰ PEREIRA, 1892, p. 3 – 4

primeiro capítulo do gênesis e também uma passagem do capítulo sessenta e sete do segundo livro da história natural de Plínio, conforme nos aponta o trecho:

nifto muito afirmadamente teuerom afaz fundadas oupinioês & alguns dos Doutores modernos defuairadas & contrarias tençoees; os quaees quiferom mostrar por autoridades da fagrada Efcritura & foficientes Rafoêes contrarias aos antigos como a terra he muyto mayor que totalas aguas dellas todas juntamente jazem metidas dentro na fua concauidade & fundura & ellas fom cercadas pella mefma terra pello qual deumos notar o que diz Jacobo bifpo de Valença excilente letrado & méitre na facra Theologia fobre efte paffo em huma fua glofa que fez fobre todo ho falterio & falando no falmo cento & três que comeffa *benedict anima mea domino*, o qual tem hum verfo que diz, *quy fundafte terra fuper eftabelitatem fuant* que as auguas todas jazem metidas dentro na comcauidade da terra & ha terra he muito mayor que todas ellas, & plinio no feu fegundo liuro da natural iftoria capitolo fafenta & fete diz que totalas auguas fom poftas no centro da terra & ifto he concrufam que fe nom deue negar & por que fe mais craramente mostre a uerdade notemos o primeiro capitolo do Genefy que diz afim *ajuntente as auguas em hum lugar ha terra*; emquanto diffe o mandou que efte ajuntamento foffe feyto em hum fo lugar bem parefe que a terra nom he cercada pello mar; & fe a terra pellas auguaas ouuera de fer cercada nom difera o preceito que fe ajuntafem em hum foo lugar nem era neceffario dizerfe. (...) mas como lhe foy pofto termo particular dado que fe ajuntafem em hum foo lugar loguo fe manifetou que as auguas ficaram dentro na comcauidade da terra por que fua natureza he fempre correr pera parte mais baixa & ellas feguindo naturalmente feu epiteto fazerom ho mandado do Sumo Creador & portanto podemos dizer em que ifto fe fez naturalmente & como quer que a mais baixa parte da terra he ho feu centro & ho meo della fobre ho qual as auguas efiam fundadas por tanto diffe o profeta David no falmo trinta & dous que comeffa *exultate iufti, afy como em odre as auguas do mar pôs os tefouros em ho avifo*; & como afim. feja que o havifo da terra he ho feu centro dos tefouros das auguas fom poftos no mefmo lugar que he ho feu proprio afento fegue fe que a terra tem augua dentro em fy & ho mar nom cerca há terra como homero & outros autores diferom, mas antes a terra por fua grandeza tem cercadas & incultas todas auguas dentro da fua concauidade & centro¹³¹

Essa teoria que considera o orbe como côncavo é fundamental para a investida das missões marítimas lusitanas pois, orientadas por este preceito, deveriam encontrar necessariamente porções de terra abundantes do outro lado do oceano. Considerada como moderna, inovadora, contrapondo-se aos preceitos antigos com intuito de superá-los, mesmo quando fundamentada por dados inconsistentes, possibilita a investida naval que visava tanto alcançar as terras do novo mundo como, também, estabelecer o traçado do caminho para a Índia. Os oceanos, dispostos sobre a terra como água em um odre, serviriam de vias de acesso aos territórios desconhecidos. O interesse da coroa no apossamento e exploração desse novo mundo era força que movia as grandes expedições marítimas. Portanto, sustentada por tal teoria, essa descrição do *situ* do orbe era considerada como avanço tecnológico fundamental e visava alterar a percepção cosmográfica dos oceanos.

¹³¹ *Ibid.*, p. 6 - 7

O texto sugere que o capitão teria alcançado uma vasta e imensa terra no ano de 1498 quando, a mando de D. Manuel, adentrara o Atlântico para atingir e explorar as terras do limite ocidental do território português, tendo em vista a divisão das Tordesilhas. Este é o trecho que sustenta a possível “descoberta” do Brasil:

por tanto bemaventurado Principe temos fabido & vifto como no terceiro anno de voffo Reynado do hano de noffo fenhor de mil quatrocentos noventa & oito donde nos voffa alteza mandou defcobrir ha parte oucidental paffando alem ha grandeza do mar ociano honde he hachada & naeguada huma tam grande terra firme com muitas & grandes Ilhas ajacentes a ella que fe eftende a fatenta graaos de Ladeza da linha equinocial contra ho polo artico & pofto que feja afaz fora he grandemente pauorada, & do mefmo circulo equinocial torna outra vez & vay alem em vinte & oito graaos & meo de ladeza contra ho pollo antratico & tanto fe dilata fua grandeza & corre com muita longuura que de huma parte nem da outra nem foy vifto nem fabido ho fim & cabo della pello qual fegundo ha hordem que leua he certo que vay em cercoyto por toda a Redondeza, afim que temos fabido que das prayas & cofta do mar deftes Reynos de Portugal & do promontorio de finis terra & de qualquer outro lugar da europa & dafrica & dafia hatravefando alem todo ho oceano diretamente ha oucidente ou ha loeft fegundo hordem de marinharia por trinta & feis graaos de longura que feram feifceotas & quarenta & oyto leguoas de caminho contando ha defoyto leguoas por graao, & ha liguares algum tanto mais lonje he hachada efa terra nom naeguada pellos nauios de voffa alteza & por voffo mandado & licença os dos voffos vaffallos & naturaes; & findo por efa cofta fobredita do mefmo circulo equinocial em diante per vinte & oyto graaos de ladeza contra o pollo antartico he hachado nella munto e fino *brazil* com outras muitas couzas de que os nauios neftes Reynos vem grandemente carregados¹³²

Pela descrição e localização dessas terras encontradas além do oceano, pode-se supor que se referem ao território brasileiro. Se tomamos a relação métrica que estabelece, para cada légua, tomada pela razão de dezoito graus, um equivalente de seis mil cento e setenta e três metros, de acordo com *Memória sobre os pesos e medidas de Portugal, Espanha, Inglaterra e França* de Fortunato Jose Barreiros¹³³, temos que da costa do reino português na direção ocidental, do promontório de *finis terra*, são seiscentas e quarenta e oito léguas navegadas, aproximadamente quatro mil quilômetros, até que em algum lugar mais distante é encontrada essa terra, grande a ponto de não permitir avistar seu início nem seu fim, abundante de *brazil* e diversas outras especiarias. Tal terra se estende a setenta graus a partir da linha equinocial ao polo ártico, torna ao círculo equinocial e vai a vinte e oito graus e meio ao polo antártico, imensa a ponto de não poder ser notado seu fim. Esses dados sustentam as teorias que apontam Duarte Pacheco Pereira como pioneiro

¹³² *Ibid.*, p. 7

¹³³ BARREIROS, Fortunato Jose. *Memória sobre os pesos e medidas de Portugal, Espanha, Inglaterra e França que se empregão nos trabalhos do corpo de engenheiros e da arma de artilheria*. Lisboa: Typografia da Academia, 1838.

na navegação da costa brasílica ao ter, supostamente, atingido o litoral antes de Pinzon e Cabral, se desconsiderarmos a presumida chegada anterior de Corte Real.

Quanto às instruções para obtenção e interpretação desses dados, o Esmeraldo fornece uma descrição detalhada e precisa de como utilizar a geolocalização medindo, em graus, sua posição em relação à altura do sol. Primeiramente deve-se juntar os graus referentes à subida solar em relação aos graus de sua declinação própria. No capítulo nove do primeiro livro é descrito o curso que o sol faz contra cada um dos trópicos. Pelos dados apresentados, temos que durante o ciclo anual o sol entra duas vezes na linha equinocial, o que produz dois equinócios, um a onze dias do mês de março, no signo de áries, outro em catorze de setembro, no signo de libra. Movendo-se o sol de áries em seu curso atinge o trópico aos doze dias de junho, no signo de câncer, marcando sua maior angulação em vinte e três graus e trinta e três minutos e a partir daí declina e, após o equinócio de libra, segue até tocar outro trópico aos doze dias de dezembro no signo de capricórnio, marcando sua maior declinação em vinte e três graus e trinta minutos. Atualmente, guarnecidos de dados mais preciso, verificou-se que os solstícios ocorrem no período entre os dias vinte e vinte e três de junho e dezembro, variando as datas em ciclos pois, além do ano tropical do planeta não possuir um dividendo exato de dias, existe também o evento da precessão dos equinócios, gerado pelo fato da Terra girar de forma inclinada, resultando em uma diferença de aproximadamente um grau por ano, o que antecipa o equinócio cerca de vinte minutos a cada ano tropical.

Para aferir a localização é necessário mensurar a declinação diária do sol em graus e minutos a partir dos movimentos que faz o astro em direção aos trópicos. Deste modo, medindo a altura do sol ao meio dia e descontando os graus relativos à declinação, encontra-se a localização em referência ao círculo equinocial e aos polos. Assim, quem tomar a medida ao dia onze de março ou catorze de setembro, e marcar uma altura de noventa graus, estará sobre a linha equinocial e, do mesmo modo, quem a fizer ao meio dia de doze de junho e encontrar vinte e três graus e trinta e três minutos, estará sobre a linha do trópico de câncer. A aferição dos graus era atestada pelos dados obtidos no uso do astrolábio ou quadrante, instrumento que possibilitava aferições mais precisas, essenciais para as grandes expedições marítimas lusitanas.

No capítulo doze do primeiro livro, o Esmeraldo fornece as instruções para utilização da agulha de marear, orientando a leitura a partir da relação entre os ciclos lunares e os movimentos de cheia e baixa das marés. O instrumento é dividido em quatro

partes indicadas pelos quatro pontos cardeais, suas quartas, e os meio rumos ou oitavas, remetendo às subdivisões que se encontram entre cada uma das direções cardeais, os oito pontos de referência. A descrição diz que cada oitava da agulha constitui um total de três horas, de modo que a volta completa pelos oito pontos seja equivalente a um dia inteiro. Conforme a lua gira em ciclos pelas direções da agulha, sua influência nas marés é indicativa das manobras tomadas pelas frotas como, por exemplo, quando a lua nova em conjunção com o sol está a sudeste, o mar é vazio na costa da Espanha, do estreito para fora. A interpretação dos ciclos das marés a partir da localização da lua auxilia no aporte à costa dos territórios, bem como indica a direção na qual a proa da embarcação deve apontar e a relação que se estabelece com a dinâmica das marés.

Ainda sobre a utilização e importância da agulha de marear, destaque-se o “Tratado da agulha de marear”, presente no chamado *Livro de Marinharia* de João Lisboa¹³⁴, datado de 1514, cuja versão tomamos na bela comunicação de Luís de Albuquerque¹³⁵. A curiosidade desse tratado é a sistematização da aferição da influência dos polos magnéticos na agulha da bússola, representada pelo desenho da flor de lis. A agulha, conforme se observa devido ao fenômeno, é postada fora do meridiano fixo, ora nordesteando, ora noroesteando, por uma diferença de uma quarta e duas aproximadamente.

O capítulo IV do tratado¹³⁶ apresenta o sistema utilizado para melhor encontrar o norte quando os navegantes singravam os mares situados acima da linha equinocial. Devem em tais casos os marinheiros tomarem como referência a estrela do Norte e, na busca pela linha direta que liga os polos do orbe, devem observar as guardas alinhadas ao nordeste ou sudoeste, pois pela declinação magnética essa é a linha traçada no sentido norte e sul com os polos, pendendo diagonalmente quando transposta ao plano de pontos fixos. A direção norte assim declinaria, pendendo ora ao oriente, ora ao ocidente e a diferença encontrada no sentido norte também seria encontrada no sentido sul de maneira inversa. O texto ainda indica que o norte pode ser melhor encontrado a partir da estrela

¹³⁴ *Livro de Marinharia, Tratado da Agulha de Marear, por João de Lisboa, Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos a navegação, códice do século XVI ... adquirido ...pelo Exm.º Sr. Duque de Palmeia e a expensas suas publicado.* Copiado e coordenado por Jacinto Ignacio de Brito Rebelo, págs. 17-24 e 30, Lisboa, 1903.

¹³⁵ ALBUQUERQUE, Luís de. “O ‘Tratado da Agulha de Marear’ de João de Lisboa; reconstituição do seu texto, seguida de uma versão francesa com anotações”. In: *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXIX – Ano 1981 – pág. 129-162.

¹³⁶ *Ibid.* p. 142.

chamada Meca, pois quando as guardas do instrumento alinham o norte com a estrela, ali se encontraria a verdadeira direção setentrional.

O capítulo V trata da navegação quando ocorre ao sul da linha equinocial, a qual deve ser orientada pelo regimento do Cruzeiro do Sul. O cruzeiro é formado por cinco estrelas: quatro grandes, de segunda grandeza, e uma menor, da quinta grandeza. Faz-se necessário tomar a direção quando as estrelas da cabeça e do pé estiverem alinhadas com o polo, assim estará a estrela do pé afastada dele por trinta graus e, caso estejam desalinhadas, não será possível aferir o eixo norte-sul com precisão. A técnica utilizada percebe que, de modo proporcional, a distorção sudeste ou sudoeste da agulha em relação ao polo sul é a oposta exata à do nordeste e noroeste em relação ao polo norte, quando tomada em sentido contrário. A observação do cruzeiro também orienta a localização em relação à linha equacional, quando os graus tomados somarem mais de trinta graus, a embarcação estará ao sul da linha e quando somados menos de trinta graus estará ao norte.

A causa da declinação magnética que influi sobre as agulhas é encontrada no capítulo VIII do tratado. Na falta de uma compreensão física mais fundamentada, a explicação parte da observação e mesura dessas alterações, indicando o fenômeno como influência divina:

Convém saber: o mundo é redondo, como ele mesmo se mostra e por muitas experiência[s] é sabido; e os pólos sobre que estes céus [do mundo] se movem são dois, pólos ártico e antártico.

E temos sabido que a dita agulha de marear tem um ferro de norte e sul; e sendo este ferro cevado na pedra de cevar, assim o [seu] pólo norte como o [seu] pólo sul são tão sujeitos aos pólos ártico e antártico do mundo, pelo dito cevamento da pedra, por Nosso Senhor influir nela uma tão singular virtude, que em nenhuma parte repousa nem descansa, senão quando diretamente [os ferros] com a flor de liz se enfiam em direito com os ditos pólos do mundo.

E quando a dita agulha se acha em parte onde se diante põe a redondeza da terra e mar entre a agulha e pólo, pelos desejos naturais que tem o dito pólo, se inclina aquela onde [o pólo] lhe é mais propínquo, o que lhe causa o seu noroeste e nordeste. E quando faz este movimento, tendo o dito pólo à sua vista em muita altura, também se lhe causa esta diferença da muita influência que recebe do dito pólo.¹³⁷

Pelo entendimento que os efeitos causados pela inclinação dos polos terrestres são de ordem da vontade divina, podemos retomar novamente a imagem platônica da pedra magnética em Íon. A pedra de cevar utilizada como base da agulha de marear também possui qualidades magnéticas e, respondendo a esses estímulos, indica o alinhamento com os polos, acompanhando a influência que deles que recebe. O tratado vale-se das ideias

¹³⁷ ALBUQUERQUE, 1981, p. 147

de polos fixos e polos móveis, um que se vale da fixidez dos pontos cardeais, outro que se orienta pela inclinação magnética e considera as declinações no traçado das rotas marítimas.

Assim destaca-se a importância da utilização do astrolábio e da agulha de marear para o sucesso das expedições marítimas. A sistematização técnica, a instrumentalização e operacionalidade dessas ferramentas, suportadas pelas noções astronômicas, como uma poderosa arma lusitana, comparável ao poder dos canhões, as terríveis *columbrinas* de bronze que tanto dano causavam nos disparos. Inclusive podemos chamar a atenção para as insígnias de alguns dos canhões resgatados do galeão “Santíssimo Sacramento” que naufragou na baía de todos os santos em maio de 1668 após chocar-se com um banco de areia¹³⁸. As peças de artilharia são marcadas, além do brasão das Armas de Portugal, com a representação da Esfera Armilar, cujo símbolo fora implementado no reinado de Dom Manuel, propondo um duplo significado, de acordo com Adler Homero Fonseca de Castro¹³⁹: retratar o poderio bélico do reino pelas armas e sinalizar o conhecimento astronômico, científico e geográfico que viabilizava as viagens marítimas. Portanto, duas armas poderosas, as *columbrinas* de bronze e os instrumentos de navegação.

Ainda sobre os conhecimentos astronômicos, destaque-se a história e os feitos do astrólogo Abraham bem Samuel Zacuto. Nascido em Salamanca no ano de 1450, publicou uma obra em hebraico intitulada *Biur Luhot, Origem das táboas*, no ano de 1473, a qual foi traduzida ao latim por José Vezinho e impressa em Leira em 1496 sob o título de *Almanach Perpetuum*. Encontramos referência à sua biografia no apêndice da *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*¹⁴⁰, obra de Eannes de Zurara, introduzida, prefaciada e publicada por Francisco Maria Esteves Pereira. Consta nesse registro que fora banido dos reinos espanhóis quando em 1492 os reis de Castela D. Fernando e D. Isabel expulsaram os judeus de seus domínios, vindo Zacuto e sua família a fugir para Portugal e estabelecer residência em Beja.

¹³⁸ BROWN, Ruth Rhynas. “Seis canhões do século XVI provenientes do Santíssimo Sacramento: uma reestimativa” in: *Navigator*. V.1 – N.2, pp. 21-34. RJ, dezembro de 2005. Trad. Almirante Armando de Senna Bittencourt.

¹³⁹ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. “O troar dos canhões” in: *Patrimônio Arqueológico subaquático na Marinha do Brasil: objetos oriundos de sítios de naufrágios na costa Brasileira*, 2017, pp. 46-57.

¹⁴⁰ ZURARA, Gomes Eannes de. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

O rei D. João II saldou uma quantia de dez espadins de ouro junto ao astrólogo através de um mandado de pagamento datado de Torres Vedras, a nove de junho de 1493, assinado pelo próprio rei, que assim dispõe:

Ruy Gill mandamosuos que dees a Raby abraão estrolico dez espadijs douro que lhe mandamos dar. E asentaram em vosso caderno pera vollo depois asynarmos. feyto em torres vedras a ix dias de Junho, pero lomelim o fez de mil iiiijl Riiij [anos]. Rey. Pera Ruy Gill que dee a Raby Abrão x espadins pera o caderno.¹⁴¹

Não se sabe qual o serviço prestado por Zacuto, mas devido à referência feita a *estrolico* no mandado, infere-se que tenha sido um serviço em função da astrologia, como determinar o lugar do sol através da utilização das tábuas astrológicas que publicara em seu livro. É referenciada a obra de Gaspar Correia, *Lendas da Índia*¹⁴², que apresenta registros dos trabalhos do astrólogo em Portugal, motivos pelos quais se conectam seus feitos com o registro de Pacheco Duarte Pereira.

D. Manuel assumiu o reinado em 1495 e, querendo dar continuidade ao descobrimento da rota para as Índias, ele que era entusiasta da astrologia, mandou chamar Zacuto para dar conselhos sobre como encontrar a melhor rota no contorno do cabo em direção ao oriente.

O judeu tornou para Beja, e depois de fazer as diligências, voltou a el rei, e o informou, que a província da Índia era muito afastada de Portugal, separada por longas terras e mares, povoada de gente preta, e em que havia muitas riquezas e mercadorias, que corriam por diversas partes do mundo; e lhe prognosticou que el rei descobriria a mesma Índia, e em breve tempo submeteria ao seu domínio grande parte dela. El rei deu-lhe os agradecimentos por tão boas novas, e mandou-lhe que de tudo guardasse segredo.¹⁴³

O rei então mandou os navios capitaneados por Vasco da Gama para a missão até às Índias, o qual antes da partida teria travado uma conversa particular com o judeu astrólogo, que lhe teria fornecido várias instruções sobre como proceder na viagem. Partiu Vasco da Gama de Lisboa a 25 de março de 1497 e, após atingir Calicut na Índia, voltou ao reino em setembro de 1499¹⁴⁴. Por ser muito inclinado à astrologia, D. Manuel muitas vezes consultava Zacuto, como por exemplo quando a armada de João da Nova chegou

¹⁴¹ PEREIRA, Francisco Maria Esteves. “Apêndice II, Notícia da tomada de Ceuta dada por Abraham Ben Samuel Zacuto, escritor judeu no princípio do século XVI” in *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. XCIX – CVIII.

¹⁴² Conforme nota da edição: Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lenda de João da Nova, cap. viii, (tom. I, p. 265)

¹⁴³ *Ibid.*, p. CI

¹⁴⁴ *Ibid.*, cap. iii e xxi (tom. i, p. 15 e 138)

da Índia em 1502, não tendo encontrado o caminho temporal contrário e os pilotos não sabiam explicar o ocorrido, o astrólogo explicou os motivos devidos às diferentes estações do ano de acordo com os lugares por onde navegaram, ora situados ao norte ora ao sul da linha equinocial.

Consta nos registros que foi Zacuto quem desenvolveu o instrumento de lâmina de cobre com divisões e régua, ao qual deu o nome de *estrolabio*, com o objetivo de medir a altura do sol ao meio dia e obter a localização com a ajuda das tabuadas do regimento astrológico. Teria sido ele também o criador de grandes cartas com riscos de diferentes cores contendo os nomes dos ventos ao redor da estrela do norte, a qual batizou como *agulha de marear*. Ensinou a tomar o ponto em que se estava no percurso através da estrela do norte, para servirem-se quando o sol estivesse encoberto. Tais feitos renderam ao astrólogo grande contentamento por parte de D. Manuel, de quem recebeu grandes mercês. Zacuto, junto de muitos outros judeus, teria depois fugido de Portugal para Gulfó (*var. Julfo*)¹⁴⁵, onde morreu em sua erronia.

Essas histórias sobre os feitos do astrólogo, escritas por Gaspar Correia em 1561 na Índia, cerca de sessenta anos depois dos acontecimentos, possuem caráter lendário e, de acordo com as notas de Francisco Maria Esteves Pereira, “parecem ter sido muito desfiguradas por confusão das pessoas e dos acontecimentos”:

Com efeito nem na *Historia do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* por Fernão Lopes de Castanheda, nem nas *Décadas da Ásia* por João de Barros, nem nas *Crônicas del rei D. João II* por Rui de Pina e Garcia de Resende, nem na *Crónica del rei D. Manuel* por Damião de Goes, se faz alusão ao regimento da altura do sol e ao astrolábio, que Gaspar Correia escreveu que tinham sido feitos por Zacuto, nem aos seus ensinamentos sobre a navegação dados aos pilotos portugueses.

Alguns escritores portugueses do século XVI conservaram a memória das pessoas, com as quais el rei D. João II e D. Manuel determinavam os assuntos, que diziam respeito à navegação, à cosmografia e aos descobrimentos marítimos; mas entre eles não é nomeado Zacuto.¹⁴⁶

É curioso como o nome de um personagem tão importante para a história da expansão marítima lusitana, e conseqüentemente do projeto colonizador e civilizatório, que tantas riquezas geraram para o reino, não figure nas páginas de célebres registros como os citados acima. Presume-se a influência indireta de Zacuto por conta das tábuas astrológicas, do cálculo da angulação solar, bem como sua longitude e declinação, das

¹⁴⁵ Conforme nota da edição: Golete, próximo de Tunes.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. CIII

instruções que eram passadas aos pilotos portugueses como parte dos regimentos. Essas tábuas e ferramentas utilizadas poderiam ser extraídas do *Almanach perpetuum*, no entanto sem creditá-lo os esforços.

Em 1496 D. Manuel cede às solicitações dos reis de Castela e também manda sair de Portugal todos os judeus que não fossem convertidos à religião cristã. Provavelmente, se tomamos o lado dessas histórias lendárias, os textos do Esmeraldo bem como do Tratado da Agulha de Marear seriam influenciados pela técnica do astrólogo que fora ensinada aos marinheiros lusitanos. A tecnologia adquirida era como uma poderosa arma, mantida sempre sob rigoroso sigilo, registrada em poucas cópias, geralmente manuscritas. Quem as possuísse poderia obter maior vantagem e conquistar territórios longínquos no além mar. Portanto, essas histórias possuem quase que uma predisposição ao esquecimento, seja pela relação instável entre o registro e a memória, seja através de uma política de sigilo, na qual essas informações técnicas devem circular o mínimo necessário para o cumprimento das missões.

Para pensar a relação entre registro e memória, destaque-se a história egípcia, narrada por Sócrates, de Thoth e Ámmon presente ao final do diálogo platônico Fedro¹⁴⁷ analisada por Jacques Derrida em *A farmácia de Platão*¹⁴⁸, quando Thoth, pai das letras e outras *technai* como astronomia e geometria, dos números, do gamão e dos dados, apresenta seus inventos a Ámmon, rei dos deuses, alegando que o conhecimento das letras tornaria os egípcios mais sábios e lembrados, pois esse seria o fármaco da memória e da sabedoria. Diz o rei em resposta que as letras servem ao contrário dos motivos expostos pois, ao invés de evocar a memória, produziria antes o esquecimento, uma vez que a escrita é constituída de impressões alheias e não pelos eventos que incidem diretamente na alma dos indivíduos. Portanto, não serviria de fármaco para a memória (*mneme*), mas para a recordação (*hypomneme*). Quanto à sabedoria, do mesmo modo, não seria o conhecimento transmitido diretamente, mas antes uma aparência de conhecimento, tornando os egípcios sábios aparentes ao invés de sábios.

Uma das análises derridianas do episódio sugere que a escrita funciona como espécie de *techné* auxiliar, não fundamentando a memória no sentido de experiência das ideias quando incidentes na alma, mas antes como rastro de uma origem ausente, afastada

¹⁴⁷ PLATÃO. *Fedro*. Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo: Editora 34, 2016. (274c – 275b)

¹⁴⁸ DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

e configurada sob a luz de um sentido diverso, não sendo capaz de conduzir novamente ao seio da experiência. Entendida como instrumento auxiliar, não teria valor em si mesma, somente na medida em que deus-o-rei a estime¹⁴⁹. A partir desses preceitos podemos pensar a relação instável entre registro e memória que nos cabe aqui, e também certa relação com a outorga por parte das autoridades competentes que se faz necessária para que a escrita, esse trêmulo suplemento inconstante, possa adquirir a fixidez basilar e a pretensão de respaldar as ações movidas. Quanto à política de sigilo, tomada como parte fundamental do projeto de expansão e conquista marítima lusitana, será adiante novamente abordada.

Zacuto então, junto de seu filho Samuel, deixou o reino português em 1497, vindo, conforme dito, a residir em Tunes, onde escreveu, em 1504, uma obra intitulada *Sefer há-Juhasin*, o “Livro de genealogias”, contando a história do povo judeu desde a criação do mundo até o ano de 1500. Nessa obra o astrólogo menciona a tomada de Ceuta pelo rei D. João I, referenciando, de acordo com a edição publicada em Cracóvia no ano de 1580¹⁵⁰, nos seguintes termos:

E no ano de [5]175 [E.M.], D. João, rei de Portugal, tomou a cidade de Cepta, a qual foi edificada por mão de Sem, filho de Noé; ella está situada no mar do Estreito, que faz a separação entre Castela e África; e ali a largura do mar é de tres parasangas; dizem, que [el rei D. João] a tomou, porque recebeu os perseguidos e os Judeus de Castela. E [D. João] reinou oitenta anos.¹⁵¹

Zacuto se refere à tradição de que a cidade de Ceuta foi fundada pelo filho de Noé, Sem, a qual Eannes de Zurara também evoca em sua crônica, sugerindo que fora fundada 232 anos depois do dilúvio, isto é, aproximadamente 792 E.M. Destaque-se a curiosa menção ao fato de que D. João I teria tomado a cidade porque recebeu os perseguidos e os judeus que fugiram de Castela. A palavra *perseguidos*, seguindo o entendimento da tradução de L. D. Barnet que traduziu por *persecuted*, também pode referir-se, segundo J. Benoliel¹⁵², aos judeus portugueses e hispânicos que foram obrigados a converter-se ao cristianismo. No texto de Zurara, crônica mais completa sobre a tomada de Ceuta, não há

¹⁴⁹ DERRIDA, 2005, p.22

¹⁵⁰ Conforme passagem da edição: “O *Sefer há-Juhasin* foi publicado por Samuel Salom, com muitas omissões e adições suas, em Constantinopla, em 1566; e foi reimpresso em Cracovia em 1580; em Amsterdam em 1717; em Königsberg em 1857; a edição completa da mesma obra foi publicada em Londres em 1857.” (PEREIRA, 1915, p. CVI). A referida citação está presente na edição de Cracovia, 1580, fol. 134, a.

¹⁵¹ PEREIRA, 1915, p. CVI

¹⁵² *Ibid.*, p. CVII

menção a judeus estrangeiros, convertidos ou não, que oferecem auxílio ao rei português, o que leva Pereira a considerar que Zacuto pode ter confundido os feitos de D. João II com os de D. João I, além de querer exaltar seu povo entre os que tomaram parte na conquista. Por fim o dado referente ao período em que reinou D. João I, que não seriam 80 anos, mas cerca de 50, de 6 de abril de 1385 a 14 de agosto de 1433, de acordo com a leitura de Kayserling¹⁵³ que em vez de *phe* (80) entenderia como *nun* (50), devida a certa proximidade da grafia entre os dois números no idioma hebraico.

Os instrumentos que supostamente foram apresentados por Zacuto aos marinheiros lusitanos tornam possíveis as conquistas além mar. As grandes conquistas e apossamentos são frutos dessa força técnica que, em expansão, busca superar as antigas configurações estabelecidas. Pode-se considerar, sob esse ponto de vista, uma força com intento de alteração, apagamento e nova configuração que, pela atualização interventiva, quer superar os ordenamentos primeiros. Desse modo, uma força com características de roçagem, como operação a partir da instrumentalização técnica que se aplica sobre um território com intuito de suprimi-lo, deixá-lo para trás, apagar sua característica própria, erigir e registrar a nova proposição que, a partir desse evento, inicia um novo arranjo. Retomando o mote inicial deste capítulo, a história escrita com tinta de café, volátil, inconstante, funciona como um palimpsesto escrito com tinta instável, apagando a anterior e com tendência ao próprio aniquilamento devido à sua inconsistência mais característica.

Para entrar no campo das conquistas especificamente, destaque-se, como ponto de partida da expansão marítima, a conquista de Ceuta pela frota de D. João I e seus filhos infantis. A crônica da tomada de Ceuta, de Zurara, é o registro mais completo da investida portuguesa no norte da África, de modo que o apossamento desse território impulsionou as missões que visavam atingir terras mais longínquas. Destaque-se, primeiramente, a posição longitudinal do sol e da lua, conforme foi registrada na obra, em dois dias do ano de 1415, em 18 de julho o falecimento da rainha D. Felipa, longitude do sol em dois graus do signo de Leão, e 21 de agosto, a tomada da cidade de Ceuta, o sol a seis graus do signo de Virgem e a lua a um grau do signo de Gêmeos. Ainda no apêndice da referida edição, nas considerações biográficas, encontramos referência às taboas astronômicas que podem ser consideradas as fontes que originam o cálculo desses dados, porém trata-se de

¹⁵³ De acordo com a nota da edição: *Geschichte der Juden in Portugal*, von Dr. M. Kayserling, Berlin, 1867, p. 44, nota I.

conjectura especulativa devido à falta de registros diretos e específicos. Zurara, que era um notório astrônomo, pelas probabilidades levantadas na edição, pode ter deduzido as posições solares e lunares pelas taboas que Isaac ibn Sid, de Toledo, redigiu em 1252 por ordem de D. Afonso X, rei de Castela, ou pelas que Jacob Carsono (al-Carsi) calculou a mando de D. Pedro IV, rei de Aragão (1336 a 1386)¹⁵⁴. Entretanto, a hipótese do editor é inclinada ao uso que Zurara fizera das *Taboas Alfonsinas*, pois as eras mencionadas nos capítulos LXXXVII e CV na crônica são as mesmas presentes no começo dessas taboas. Fato é que Zurara não só conhecia esses registros como também sabia calcular as declinações de maneira bastante técnica.

Adentrando o texto da crônica, já nas primeiras linhas do prólogo, é referenciada uma importante passagem do “segundo livro da natural filosofia” de Aristóteles:

Concrusam he dAristoteles no segundo liuro da natural filosofia que a natureza he começo de mouimento e de folgança. E pera declaraçam desto aprendamos que cada huña cousa tem calidade, per a qual se moue ao seu proprio lugar quando esta fora delle entendendo aly ser confirmada melhor. e por aquella mesma propriedade faz assesegamento depois que esta onde a natureza rrequere. Exempro desto he a pedra que por sua graueza e peso descende ao lugar que lhe pertence. e depois que o percalça nom se moue mais.¹⁵⁵

O prólogo sustenta o conceito aristotélico de *kinesis* como motivo natural pelo qual se justifica o avanço e apossamento do território africano. A tradição elegeu o termo “movimento” como tradução direta de *kinesis*, embora o termo possua sentido mais estrito de “locomção”, como nos aponta Lucas Angioni em *A filosofia da Natureza de Aristóteles*¹⁵⁶, e muitas vezes possa ser equivalente de vocábulos mais gerais, como “vir a ser” (*genesis*), “mudança” (*metabole*), noções que se reúnem em quatro gêneros de fenômenos: 1) o surgimento de um novo ser, 2) mudanças de tamanho, 3) alterações de qualidade e 4) locomoções.

A doutrina cristã se vale dos dois princípios opostos, movimento e repouso, como os primeiros elementos que a sabedoria do criador estabeleceu na gênese de todo mecanismo dos seres, conforme propõe Gregório de Nissa em *A criação do homem*¹⁵⁷. De acordo com a acepção do padre capadócio, a natureza recebe da potência divina os

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. XVIII - XIX.

¹⁵⁵ ZURARA, 1915, p. 3

¹⁵⁶ ANGIONI, Lucas. “A filosofia da Natureza de Aristóteles”. *Ciência & Ambiente*, vol. 28. Janeiro / Junho de 2004.

¹⁵⁷ NISSA, Gregório de. *A criação do homem; A alma e a ressurreição; A grande catequese*. Trad. Bento Silva Santos. São Paulo: Paulus, 2011.

dois princípios pelos quais “se produz a geração das coisas que ainda não existem e a conservação daquelas que existem¹⁵⁸”. Tal entendimento se sustenta na declaração de Moisés, que no princípio deus criou o céu e a terra diametralmente opostos, remetendo ao céu a noção de fixidez do repouso e à terra a do movimento dinâmico. A criação estaria situada ao meio, servindo de conexão entre os polos contrários, como processo que instaura alteração na substância que está em repouso, movimento na natureza imutável, pois nem aquilo que se transforma ou que permanece sempre em repouso pode ser considerada divina.

O discurso da narrativa evoca inicialmente os dois princípios, origens das quais se predicam as qualidades e orientam os acontecimentos. Curioso notar que, ainda nos apontamentos de Angioni, a natureza como princípio restringe-se apenas aos fenômenos que são “auto-determinados e voltados à preservação e/ou reprodução daquilo em que se dão”, as “causas internas” pelas quais as coisas se movem, alteram, se reproduzem. Como exemplo pode-se tomar a interpretação da angulação do sol e dos ciclos lunares para obtenção da localização. Porém não seriam princípios os movimentos gerados por técnica ou forças específicas que os caracterizam particularmente. Não seriam naturais os movimentos e alterações que se originam através de intervenções externas, da ordem dos artificios. O natural entendido como continuação do ser naquilo ao que ele tende como sua condição ontológica auto determinada. Portanto, iniciar o discurso evocando um princípio, comparando o apossamento do território como movimento natural, possui forte estratégia retórica que outorga e justifica a força e a violência aplicadas.

É necessário fazer cessar certo ordenamento natural para que outra disposição possa se instalar, sustentada por princípios irrefutáveis, técnicas precisas de intervenção e força beligerante na conquista. Se a vontade divina é da ordem dos acontecimentos naturais, bem como o mover-se em busca da auto preservação e da perpetuação dos seus motivos próprios, não são naturais os movimentos que interpretam os sinais da suposta manifestação da vontade celestial, nem os de utilização técnica com fins de alteração das estruturas preestabelecidas. Parece que o esquema discursivo utilizado consiste em insuflar hermeneuticamente os supostos sinais celestiais, uma vez que esses são movidos por meios obscuros, em busca de uma interpretação e esquematização que possa vaticinar as marcas cabalísticas, as sustentações das intervenções técnicas. Pela consideração do

¹⁵⁸ NISSA, 2011, p.33

movimento cristão europeu em busca da expansão territorial como movimento natural, conduzindo o invasor ao local destinado à sua posse, o texto apresenta a sustentação teórica e discursiva como justificativa dos atos que serão descritos a seguir.

Assim continua o prólogo da crônica:

Semelhavelmente cada hum homem tem deseio de conseruar sua vida aa qual sam neçessarias muitas cousas sobre que elle nam há posiçaam. e por tanto he mester que as peça por seu mouimento a quem entender que as pode outorgar. e depois que as teuer cobrara folgança vsando dellas segundo o que deue. E por quanto a grandeza de nosso Senhor Deos jnfinidamente he liberal. a elle conuem que peçamos.¹⁵⁹

Aqui é evocado o desejo de conservação da vida, viabilizada pela posse de coisas necessárias ao seu provimento. É deus que as pode outorgar, quem permite que delas se faça uso. Se a conservação da vida é semelhante aos princípios naturais e às coisas que tendem a preservar suas condições auto determinadas, o apossamento, por ser da ordem particular das coisas artificiosas, necessita de validação superior. Tomar o norte da África como reconquista de territórios cristãos e, uma vez fundada ali a igreja, encabeçar o cristianismo que dali se espalhará por todo o continente.

Pensar a aplicação da força em relação ao movimento pelo qual se busca atingir uma finalidade, a mudança ontológica da condição vigente que encontra nesse artifício o limiar de sua existência, a prática de ceifar o fenômeno para que em seu lugar seja erguida uma alteridade impositiva. Se a trajetória violenta da pedra em locomoção que deflora o caminho até o lugar onde resta em repouso é da ordem dos acontecimentos naturais, não deve ser da mesma ordem a posse pela intervenção violenta das tropas lusitanas que aportaram na costa africana. Porém, justificam-se os acontecimentos quando amparados pela vontade celestial.

Os movimentos artificiosos são possibilitados pela vontade divina, uma operação que podemos comparar novamente à metáfora da pedra magnética em Platão. De modo similar é evocada, na narrativa, outra passagem aristotélica:

E pera conhecimento da primeira saibamos que no primeiro liuro da logica diz o filosofo que se alguã propriedade conuem a duas cousas. e huã a tem por azo da outra. he neçessario que tal perfeiçam compridamente seja em a primeira. cujo exemplo he aqueste. Certo he que a quentura nam conuem ao ferro esquentado se nam per o fogo. porem nam embargante que ambos sejam quentes. ella mais pertence ao fogo. Sobre a qual dereitamente podemos fundar nosso preposito em aqueste meo

¹⁵⁹ ZURARA, 1915, p. 3

creendo que nenhum bem fazer com conuem aos homeẽs se nom por azo do Senhor Deos.¹⁶⁰

A vontade divina como origem que justifica e fundamenta, pelo discurso, os acontecimentos. O fogo que esquento o ferro como metáfora da interferência divina nos grandes feitos humanos, que nada poderiam realizar de bem que não fosse fruto da vontade superior. O texto faz referência à tal intervenção elencando passagens da escritura, como em Mateus XI, quando diz “*vinde a mim todolos que trabalhaes em vossos desfaleçimentos e sooes encarregados, eu vos outorgarey abondança do que deseiaaes*”, João XVI, quando “*manda que peçamos e rreçebamos*” e que “*deuemos rrogar que nos ajude, pois que elle mesmo se ofereçe pera nos outorgar o que lhe pediremos*”, e também nos salmos XLIX, “*chamame em o dia da tribulaçam e eu te liurarey e tu me louuaras*”. Pedir em clemência aos céus para que seja outorgado o direito de intervir no mundo.

Fato crucial apontado no início da crônica foi o firmamento da paz com o reino de Castela, motivo pelo qual se iniciou um período de tranquilidade no reino lusitano. Não seria pelo cansaço da peleja, ou alguma outra fraqueza como falta de virtude, mas principalmente por se tratar de uma guerra travada entre reinos cristãos onde a violência praticada feria o mandamento sagrado. Matar ao próximo, seu semelhante, como ação penosa que atordoava D. João:

E amaua o próximo em quanto se doya de qualquer damno que lhe viesse. ca posto que aquellas vitorias ouuesse contra elles sempre os rrequeria e amoestaua que toda via ouuessem paaz. E esto era forte cousa. que elle auia de seer rrequerido por ella polla vitoria que auia. elle mandaua rrequerer. mas esto fazia elle a dous fins. o primeiro por que lhe pesaua de seu damno em quanto eram christãos. e o segundo por que guerreando com elles nam podia auer lugar pera seruir a Deos como deseiaua. Em este passo tem alguũs pouco menos que ereges que todallas criaturas rrazoaees de qualquer ley que seiam deuemos de contar por próximos. o que se assi fosse seria erro fazermoslhe damno de çerta çiençia.¹⁶¹

Só é passível de compaixão a vida dos semelhantes, sendo inclusive justificada a força e violência contra os mouros na tomada de Ceuta, conforme será apontado, justamente porque é considerada justa quando aplicada sobre os infiéis. Uma vez firmada a paz com o reino de Castela, o rei emitiu diversas cartas para todas as cidades informando as amigáveis alianças que haveriam de perdurar para todo o sempre. Se anuncia assim o

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 3 – 4

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 16

tempo de grande abundância pois, além da grande produção de vinho, azeite e mel, a riqueza dos pescados vindos dos rios e da costa, frutas e legumes variados, bem também como da segurança dos portos agora, Portugal de um lado faz fronteira com o mar e do outro com Castela, estando livre das ameaças, podendo fruir dos bens e comercializar os frutos sem nenhum entrave.

Tão logo a paz se estabeleceu, o rei mandou celebrar festas reais com duração de um ano inteiro, repletas de jogos e danças, para as quais mandou convidar todos os fidalgos do reino. Além de promover as dádivas comemorativas, essas celebrações também tinham a intenção de conferir os títulos de cavalaria aos seus filhos. Porém tal intenção não repercutiu de maneira positiva entre os príncipes que, desejosos de conquistar feitos que fossem provas de coragem e bravura, resolveram pedir ao rei que os enviasse a uma missão honrosa e perigosa pela qual pudessem obter os títulos através da consumação de suas forças. Aí se estabelece um embate retórico no qual os príncipes tentam persuadir o rei para que lhes confira tal missão heroica. Os discursos apresentados pelo texto da crônica são indícios de uma estrutura argumentativa elaborada, de modo que se faz necessária certa fundamentação, a nível de registro, para que tal empresa ambiciosa possa ser colocada em prática. Na busca pela outorga e implementação oficial, os embates constroem as premissas pelas quais se valida a conquista e apossamento desses territórios.

Surge, primeiramente, como ideia apresentada por Joham Affonso, veador da fazenda do reino, que sugere aos príncipes a tomada dessa cidade africana. Para ele, as intenções dos infantes eram legítimas, devendo fundamentar suas glórias em grandes feitos e não em festas e convites para banquetes, pois essas memórias firmadas com pequeno louvor prescrevem rapidamente:

E esto he a çidade de Cepta que he em terra dAffriqua que he huia muy notauel çidade e muy azada pera se tomar. e esto sey eu principalmente per hum meu criado que la mandey tirar alguis catiuos de que tinha encarrego. elle me contou como he huia muy grande çidade rriqua e muy fermosa. e como de todallas partes a çerqua o mar afora huia muy pequena parte por que am sayda pera a terra. E segundo o grande desejo de vosso padre e o vosso nam sento per o presente cousa em que mais honrosamente podesses fazer de vossas honrras como no filhamento daquela çidade.¹⁶²

Joham Affonso já havia expressado seu pensamento ao rei, porém lhe fora negado o projeto devido à grande dificuldade dessa ação. Desse modo foi pelo aconselhamento

¹⁶² *Ibid.*, p. 27

do veador que os infantes foram juntos comunicar a D. João os intentos sobre a tomada de Ceuta, a prova de coragem necessária para consumação das honrarias. Porém o rei, *“cujo coração nom se mouia assi ligeiramente”* riu diante da exposição, de modo semelhante com o que fizera diante de Joham Affonso pois, conforme o relato, o coração magnânimo era firme e não se deixava levar ou consentir sem que antes pudesse mensurar os custos e os lucros que extrairia com a ação. Era necessário um tempo maior para que o discurso fosse elaborado de maneira mais consistente, que expusesse as razões bem fundamentadas e também que visasse estratégias e meios de obter os êxitos.

Formularam então o discurso, partindo de três motivos centrais. O primeiro se referia ao grande serviço prestado em nome de deus pois, se honrado fora o divino nas pazes firmadas com Castela, ainda maior seria a obra no apossamento desse novo território. O segundo era pela honra que se seguiria, fruto dessa grande conquista, pois nenhum grande príncipe deve escusar oferecer seu corpo para defender seu reino e, caso fossem tornados cavaleiros sem tal contestação, não seriam validados através de tais provações. O terceiro era pela grande boa vontade que o rei teria em honrar seus filhos com os títulos de cavaleiros ofertados e honrados pelos grandes feitos, o que seria eternamente reconhecido na história do reino português. Expostos os motivos os infantes então pedem ao rei que considere seus argumentos e que possa, por possuir um juízo mais agudo e elevado, esclarecer eventuais razões que deixariam escapar em seus apontamentos.

Inclinado a considerar as razões expostas, D. João convocou os freis Johan Xira e Vasco Pereira, seus confessores, juntamente do infante Duarte, seu filho, e outros letrados, para consultar se era ou não da vontade divina que se levasse a cabo a obra anunciada. Novamente a estrutura retórica, agora assumida pelo rei, se sustenta em três motivos, pelos quais pede consulta aos oráculos. Primeiramente que possam agir por amor ao senhor que houverem de aconselhar, pois pelo amor que se devem mover as coisas honrosas e proveitosas e, na falta dele, não se justificariam as ações. Em segundo lugar que falem com sabedoria pois sem ela não podem fornecer dados consistentes referentes a uma tarefa tão elevada. E por fim, que caberia aos conselheiros a manutenção do segredo, fundamental para que o projeto seja exitoso. Assim pede Dom João que ajam por amor, com sabedoria e que guardem segredo sobre todos os propósitos ali elencados.

Partiram os freis para os mosteiros para consultar as escrituras e fazer juízo sobre as ações que se apresentavam. Dados alguns dias responderam ao rei, sustentados por

argumentos escritos das histórias de outros príncipes, como por exemplo quando Dom Affonso, na batalha das Naves, queria atravessar uma serra para combater o grande Miramollim de Marrocos e, na dúvida sobre qual caminho tomar para atravessá-la, deus enviou um amigo celestial que o levou pela trilha certa, guiando o caminho que, após a travessia, nunca mais foi achado. Também quando o rei Dom Fernando tomou Coimbra dos mouros, combatendo-os novamente em Castela, e seu filho Dom Affonso tomou Toledo, todos obtiveram êxito pelo amor que dedicavam ao senhor.

Veede senhor os signaaes que trazees em uossas bamdeiras, e pregumtaae e sabe como e per que guisa foram gaanhados. os quaaes certamente de todallas partes mostram a paixom de nosso Senhor Jesu Christo, por cuja rreueremça e amor o bem auenturado Rey ofereçeo seu corpo em no campo dOurique ueemdo aquelles çimquo rrex como uossa merçee sabe. E comsijraae jssso mesmo senhor, se elle duuidara se o seguinte trabalho era seruiço de Deos, nom teueres uos oje esta muy noble çidade nem a uilla de Santarem com outros lugares em uossos rregnos, homde foram per elle começadas mujtas e grandes jgreias e moesteiros, e acabadas per outros fiees e cathollicos christaãos, em que o offiçio deuino com tanta sollempnidade cada huũ dia he trauado e adorado. E se esto assy nom acomteçera, muy pequena parte ouuera no mundo homde os mandamentos do samto euangelho emteyramente foram guardados. Sayba uossa merçee que o estado militar nom he por outra cousa tamto louuado amtre os christaãos, como por guerrearem os jmfiees, ca nom he neçessario nem ha hi mandamento de nosso Senhor Deos que façamos guerra a nenhuũs christaãos, amte nos emcomemda que nos amemos huũs aos outros como jrmãaos que deuemos seer em elle que he nosso Senhor, segumdo he escripto per sam Paulo em mujtos lugares de suas epistollas.¹⁶³

Por esses argumentos fora outorgada e justificada a intenção de conquistar a cidade de Ceuta, uma vez que os sinais da bandeira foram conquistados com muita peleja, além dos territórios que foram tomados e agora são povoados por povos cristãos. Se não fosse obra da vontade divina, não seria Portugal um reino tão vasto e tão respeitado pelos outros reinos vizinhos. Se matar cristãos é ato penoso, declarar guerra contra povos infieis não infringe as leis dos mandamentos. Faz-se necessária aqui a busca pela outorga e justificativa que sejam extraídas de leituras interpretativas dos acontecimentos como obras a serviço da santa fé. Encontrar esses sinais, interpretá-los, alinhá-los aos princípios dos quais se predicam as virtudes que devem ser disseminadas impreterivelmente. Buscar nas linhas da sagrada escritura os motivos que melhor se adequam aos propósitos pretendidos, de modo que mesmo a matança de outros humanos seja entendida como necessária e até louvada. Deve ser declinada da vontade de deus em primeira instância,

¹⁶³ *Ibid.*, p. 36

interpretada pelos freis e conselheiros no trato com as insígnias, outorgada pelo rei como mandatário do poder e aplicada pelos soldados como intervenção técnica no mundo.

Abasta que nos que aqui somos presentes per autoridade da samta escriptura, assy como homeês que ssem nosso mereçimento teemos graao na sacra theollesia, determinamos que uossa merçee pode mouer guerra comtra quaaesquer jmfiées assy mouros como gentios, ou quaaesquer outros que per alguũ dos artigos da samta ffe catholica, per cujo trabalho mereçerees gramde gallardom do nosso Senhor Deos pera uossa alma.¹⁶⁴

Nessa passagem encontramos não só a justificativa à invasão de Ceuta, mas também ao projeto colonizador português de um modo geral, pois o combate aos infiéis ou aos gentios, como foi o caso no apossamento das terras brásílicas, é trabalho que reflete a vontade divina, visando o salvamento e conversão dessas almas. Assim obteve o rei a permissão e o emparelhamento da missão com os artigos da santa fé católica, necessitando agora descobrir se era viável ou não a realização de tal empreitada. Para mensurar seus poderes, com intenção de saber se tinha recursos suficientes, o rei sustentou suas dúvidas em cinco premissas. Novamente a presença das estruturas discursivas características do registro de modo que, antes de levar a cabo uma ação, faz-se necessária a validação discursiva eficiente, persuasiva, fundamentada e validada por princípios essenciais.

A primeira premissa se referia às grandes despesas, as quais o rei afirmava não possuir e, caso desejasse solicitar ao povo, geraria assim dois problemas: o escândalo popular e a quebra do segredo sobre a intenção. A segunda era pela longa distância entre Portugal e a cidade de Ceuta que necessitava de uma frota muito maior do que tinha à sua disposição, sendo necessários novos navios, novas armas e vasta tripulação constituída de forasteiros. A terceira dizia justamente sobre a necessidade de aumentar a tropa, o que era difícil pela falta de dinheiro, além do que, uma vez que todos os homens estivessem empenhados na conquista, ficaria o reino sem um efetivo de tropa para defendê-lo no caso de um ataque por parte de Castela, por exemplo. A quarta era sobre os danos que podiam superar os lucros na tomada da cidade, exigindo um esforço maior para invadir e tomar Ceuta do que o reino de Granada, por exemplo. A quinta se referia às numerosas dúvidas a que era acometido antes do início da investida, pois os homens devem considerar, além das ações presentes, também os motivos futuros. Portanto, “*posto que matemos no seu*

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 37

filhamento grande multidon de mouros, esto nom pode seer sem nosso dampno e perijgo”, tais foram os motivos relatados que afligiam D. João.

Em resposta, ainda no embate retórico pela validação da empresa, responderam os infantes às questões levantadas pelo rei. A primeira, quanto ao montante de dinheiro necessário para investida, disseram que poderia encontrar várias soluções, como pelo provimento de metal, pelo escambo de mercadorias a ser combinado com os mercadores do reino, pelo corte de despesas e remanejamento do orçamento e, sobretudo, se o rei considerava prover dinheiro para custear as festas nas quais desejava tornar os infantes cavaleiros, que poderia prover as quantias para mover na conquista de Ceuta, ação que traria maiores benefícios ao reino. A segunda, quanto ao tamanho da frota, responderam que era a menor das torvas pois poderia solicitar por recados enviados ao longo de toda a costa da *Galliza* e de *Bizcaya*, como na Inglaterra e Alemanha, além de outras partes donde poderiam vir os navios, sem levantar muita suspeita devido ao frequente trânsito para o frete de sal, azeite e vinho. Pela terceira, quanto ao receio da pequena tropa e do enfraquecimento das fronteiras, disseram que o reino era repleto de gente fiel e bem disposta a qualquer trabalho em nome do rei, não havendo motivos suficientes para suspeitar de invasões por parte de Castela, uma vez que estavam firmadas as pazes. Quanto à quarta e à quinta premissa, assim é colocado pelo texto:

E tornando a meu primeiro proposito digo que sobre a quarta rrezom, em que elRey dizia que filhando a çidade de Cepta daria aazo ao rregno de Castella como filhasse o rregno de Graada, sobre esto se fallou alguũ pouco primçipallmente pollo Iffamte Dom Hamrrique. E assy esta quarta duuida como a quimta ficaram por aquella vez sem determinaçom. e esto foy por quamto elRey per sua uoomtade se apartou damtre seus filhos mostramdo que por emtom nom queria mais ouvir daquelas rrezões.¹⁶⁵

Ficaram em aberto as duas últimas premissas por conta da vontade do rei. Passados alguns dias, mandou chamar o infante Dom Henrique para que pudesse ouvir o posicionamento individual de seu filho. Os argumentos utilizados pelo infante se sustentaram nos três tempos: no passado, no presente e do vindouro. Quanto ao passado, se referiu como que Dom João, seu pai, obtivera o título de rei, quando não tinha apenas uma pequena parte da cidade e os castelos eram contra ele, mas que fora da vontade de deus, devido a sua obediência e sujeição aos mandamentos que ele obtivera as glórias. Quanto ao presente ele evocou a grande fé e clamou pelo consentimento que travassem

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 45 – 46

guerra contra os infiéis, pois eles, por natureza, queriam o mal aos cristãos. E pelo tempo futuro ele profetizou a grandeza do feito, a boa disposição, ao dizer que o apossamento de Ceuta seria um melhoramento de suas conquistas. O infante terminou seu discurso evocando a potência divina: “*Pois que o Senhor he na minha ajuda, nom temerey cousa que me faça o homem.*”

Por fim temos a conclusão do rei, agora decidindo em favor da vontade dos infantes, sustentando que a virtude não pode ser perfeita se não for exercitada. Uma vez que a virtude dos cavaleiros se dá pela força, ou eles travariam combates entre si, tal qual os romanos após o fim das guerras, ou testariam as forças contra os do reino de Castela. Deveriam, portanto, mover em exercício essa virtude provando a bravura contra os infiéis. Se a deus pertence o destino final dos trabalhos, a manutenção e governança desses territórios também caberia à vontade celestial:

Ora disse meu filho, eu nom quero mais rreposta pera a derradeira comclusom, por quamto eu mesmo a tenho comsijrada. e esto he que eu acho que nenhuia virtude nom pode ser em perfeiçom sem alguñ exerçio. E assy todollos offiçios cada huñ em sua guisa. primçipalmente dos caualleiros em que sse rrequere fortelleza, o que se os fidalgos e outros boõs homeẽs deste rregno nom acharem em quem exerçitar suas forças, he neçessario que de duas cousas façom huña. ou trauaram arroidos e comtemdas amtre ssey, como sse lee que fizeram os Romaãos depois que teuerom suas guerras acabadas. ou faram taaes danos aos de Castella, per que seia aazo de sse as pazes quebrarem. a qual cousa eu nom queria per nenhuia guisa. E porem me parece que ajmda que pera all nom aproveitasse o filhamto daquela çidade, pera esto somente deuemos dauer por bem despeso todo nosso trabalho e gasto de dinheiro. E quamto he açerqua do mantijmento que pera sua gouernança ao diamte perteeçe. este carrego quero eu leixar de todo ao Senhor Deos, que assy como elle he poderoso pera fazer do pouco mujto, e de pequenas cousas mujto gramdes, assy poderá por sua grande merçee abrir aazo e caminho, como sse aquella çidade gouerne e mantenha se for sua uoomtade de a trazer a nosso poder.¹⁶⁶

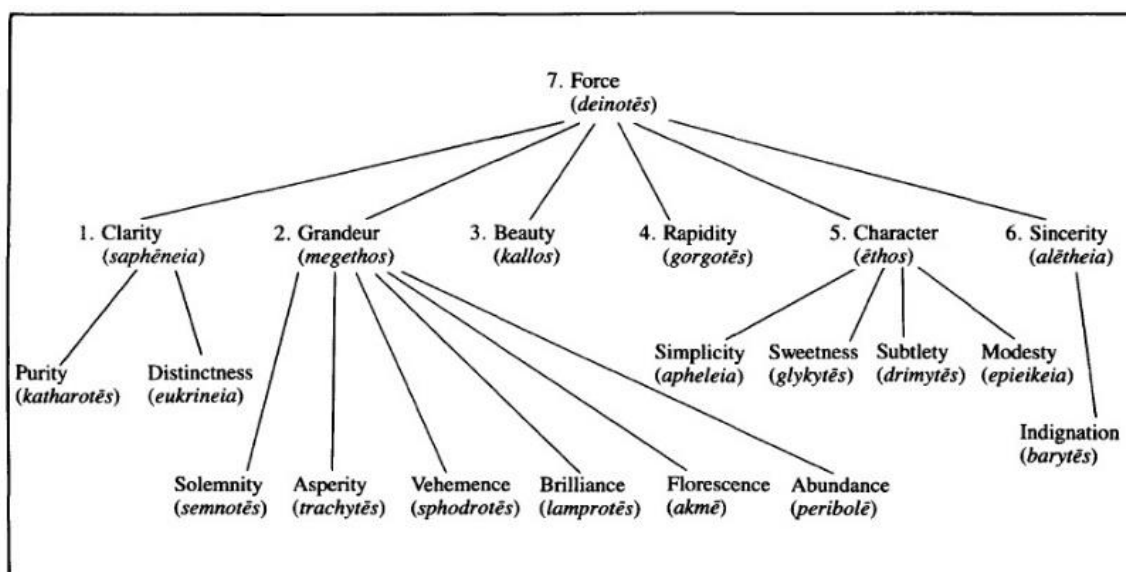
Esse embate travado para decidir se devem ou não avançar no projeto da conquista de Ceuta pode ser pensado a partir da noção de força (*deinotés*), presente em Hermógenes, da qual nos valem através da obra de Cecil W. Wooten em sua tradução para o inglês¹⁶⁷. A força retórica é proposta aqui como uso adequado de todos os estilos, bem como dos elementos que lhes são característicos, para criar o corpo do discurso e melhor se predispor aos fins que se destina. O orador que aplicasse esses estilos, destinando cada tipo ao propósito devido, seria capaz de manipular as circunstâncias, fazendo com que sua fala fosse forte (*forceful*) ao expressar certa inteligência argumentativa. Saber quando

¹⁶⁶ *Ibid.*, 47 – 48

¹⁶⁷ WOOTEN, Cecil W. *Hermogenes' On Types Of Style*. Chapel Hill: The University of North Caroline Press, 1987.

usar ou quando não usar cada estilo em particular, como se dirigir ao interlocutor, por quanto tempo e de que modo, essa é a noção de força em Hermógenes que pretende-se destacar.

Os tipos são divididos em sete formas de estilo: Clareza (clarity, *sapheneia*), Grandeza (grandeur, *megethos*), Beleza (beauty, *kallos*), Rapidez (rapidity, *gorgotés*), Caráter (character, *ethos*), Sinceridade (sincerity, *aletheia*) e Força (force, *deinotés*). Porém, a Clareza se divide em dois subtipos, Pureza (purity, *katharotés*) e Distinção (distinctness, *eukrineia*); a Grandeza em outros seis, Solenidade (solemnity, *semnotés*), Aspereza (asperity, *trachytés*), Veemência (vehemence, *sphodrotés*), Brilho (brilliance, *lamprotés*), Florescência (florescence, *akmé*) e Abundância (abundance, *peribolé*); o Caráter é dividido em outros quatro, Simplicidade (simplicity, *apheleia*), Doçura (sweetness, *glykytés*), Sutileza (subtlety, *drimytés*) e Modéstia (modesty, *epieikeia*) e, por final, a Sinceridade se subdivide em Indignação (indignation, *barytés*), totalizando vinte tipos e subtipos de estilos. Essa estrutura pode ser melhor visualizada pela imagem a seguir¹⁶⁸, presente na introdução da referida edição:



Para Hermógenes, o discurso possui um ou mais pensamentos (*thought or thoughts*), uma abordagem (*approach*) desse pensamento e a utilização do estilo apropriado para melhor expressar esses propósitos. O estilo possui suas propriedades, tais como as figuras discursivas, as cláusulas, o ordenamento das palavras, cadência e ritmo. Esses elementos combinados e utilizados apropriadamente geram a força retórica do

¹⁶⁸ **Figura 3** – Gráfico dos tipos de estilos. WOOTEN, 1987, p. XII

discurso, tornando-o mais robusto e mais capacitado para atingir os efeitos desejados. Poderíamos exemplificar a utilização dos estilos nos argumentos referenciados na crônica, como quando os freis utilizam a Solenidade para responder ao rei que é da vontade de deus a tomada de Ceuta, pois esse estilo é caracterizado pela aplicação de passagens que remetem aos preceitos divinos, como por exemplo Hermógenes nos aponta esse estilo na passagem da Ilíada: “*The son of Cronos grasped his wife in his arms*”¹⁶⁹, ou na referida citação: “*God wanted all things to be good and nothing to be bad as far as was in his power*”. Ou, também, quando os infantes falam com Brilho ao rei sobre seus propósitos, uma vez que esse estilo é caracterizado pela convicção que o orador possui em seus argumentos, seja pela nobreza dos motivos, ou pela honra evidente dos atos que defende, fazendo com que o discurso “brilhe” diante da audiência.

Destaque-se aqui a noção de força, para além da força física, marítima e militar, necessária para o apossamento de Ceuta, uma força retórica, discursiva, utilizada para validar a empresa da conquista. É preciso que o discurso seja construído de maneira apropriada, convincente, que justifique as ações pretendidas. Antes da aplicação da força militar, é pela força retórica que se constrói a tomada. Antes do tilintar das lanças e espadas, é na cadência das palavras, nos estilos, nos ritmos e metros que se constrói e se valida o apossamento. Uma vez justificado, se inicia o projeto que culmina na aplicação da força física que visa subjugar os infiéis e tomar posse do território para ali difundir os preceitos construídos pelo uso da força retórica. Como se o discurso fosse a primeira manifestação justificativa do *ethos* que deve ser replicado e disseminado pela força violenta da invasão e, posteriormente, da colonização.

Após validar o plano pela força retórica, o rei decidiu verificar se a ação era viável ao mandar fazer um levantamento do assentamento de Ceuta, a altura dos muros, os que são acompanhados de torres, de modo que pudesse montar o plano militar, quais artilharias seriam convenientes levar para a tomada. Também um estudo sobre os locais próprios para a ancoragem e o desembarque dessas tropas, se eram praias livres ou se o mar incidia diretamente nos muros. Foram destinados para a missão o *priol*¹⁷⁰ do Espirital e o capitão Afonso Furtado, um para medir a cidade e o outro para medir a costa. No entanto, para que essa investida obtivesse sucesso, eles precisavam de um álibi para que

¹⁶⁹ Hom., Il. 14.346

¹⁷⁰ Prior: designação do pároco de certas freguesias. Superior do convento. Fonte: <https://pt.thefreedictionary.com/prior>

seus intentos fossem disfarçados. Por isso o rei dissimulou uma embaixada à rainha de *Cezilia*, viúva que teria pedido a Dom João que aprovesse de casá-la com seu filho Duarte. Essa embaixada levaria o requerimento para o casamento, porém, com outro filho, Pedro, posto que o rei sabia que ela não consentiria com esse novo arranjo, já que Duarte era herdeiro do trono enquanto Pedro era sujeito ao irmão “*por rrezam de sua primeira naçemça.*” Fizeram então a viagem e o reconhecimento do território sob o disfarce da embaixada do falso casamento.

De volta à Lisboa, foram apresentar o resultado das impressões obtidas durante a expedição. Note-se aqui a resposta apresentada pelo capitão, que no registro se dá sob a tópica de uma profecia. Primeiro disse ao rei que a costa possuía boa praia para ancoração, que era possível desembarcar sem dificuldade e que, com a graça divina, seria a cidade posta sob seu poder, como também muitas outras. Depois evocou uma lembrança profética dos tempos da infância, quando no trono sentava-se o rei Dom Pedro, pai de Dom João. O capitão, quando criança, acompanhou seu pai em uma embaixada enviada por Dom Pedro até a costa africana, na cidade de Ceuta. Lá, andando pelas ruas, chegou a uma fonte com um chafariz, onde descansou para admirar a beleza dos cavalos que nela iam beber água, quando fora interpelado por um velho que lhe perguntou de onde vinha. O garoto afirmou ser natural de Lisboa e, quando questionado sobre quem era o rei vigente em Portugal, respondeu que era Dom Pedro, filho do nobre Dom Affonso.

O velho então perguntou quantos filhos barões o rei possuía, o que lhe foi respondido haver três: Dom Fernando, Dom Joham e Dom Denis. E não teria algum outro filho, perguntou o velho. O jovem disse não ter se lembrado de imediato do nascimento do então muito novo Dom João, filho bastardo de Dom Pedro. “*E emtom lhe disse. amigo, he muy gramde uerdade que elRey tem ajmda huñ filho pequeno que chamam Dom Joham. mas eu nom me nembraua delle, porque amtre nos os filhos bastardos nom sam auidos em tamanha comta como os lidimos*”¹⁷¹. Diante dessa resposta o velho abaixou o rosto e começou a chorar.

O motivo do choro se explica pela resposta profética:

Amigo, o meu choro nom he tanto como eu tenho rrezam, nem entemdas que choro cousa nehuña que seia presente, mas pollo conhecimento que tenho da perda que a de uijnr a meus naturaas e amiguos. E porque a tua uemtura te trouue aqui, nota bem o que te agora disser. Sabe que esse Rey Dom Pedro que uos agora teemdes por uosso rrey em esse rregno, nom há mujto de uiuer, per cuja morte rregnara em seu lugar o

¹⁷¹ ZURARA, 1915, p. 57

Iffamte Dom Fernando seu primeyro filho. o qual sera casado com huia mulher, per cujo aazo o rregno depois da morte de seu marido ficara em grande rreuolta. e os outros dois filhos per emgano de sua cunhada serem lamçados em Castella, homde faram fim de seus dias. E finallmente esse filho pequeno que tu uees menos preçado em comparaçom com seus jrmaãos, sera ajmda em esse rregno como huia pequena faísca, de que sse leuamta muy grande fugueyra. ca dias uijram, em que elle primeiramente uimgara a desomra de seu jrmaão. e depois per escolhimento do pouoo sera aleuamtado por rrey. o qual auera grandes desmamdas com o rregno de Castella, de que sempre ficara uemçedor. e elle sera o primeiro rrey dEspanha que teera posse em Africa, e sera o primeiro começo da destruiçom dos mouros. e ajmda elle ou os de sua geeraçom uijram a este chafariz dar de beuer a seus cauallos.¹⁷²

Essa fala retoma a história de Dom João escrita por Fernão Lopes na *Chronica de el-Rei D. João I*. De acordo com o relato, D. Fernando, seu irmão mais velho, era casado com D. Leonor que o traia com o conde João Fernandes d'Andeiro. A fama desonesta da rainha era notória entre os senhores do reino. O próprio rei tivera a intenção de matar o conde, tendo mandado a seu escrivão da Puridade que redigisse uma carta endereçada ao seu irmão mais novo, futuro rei, então *Mestre de Aviz*, pedindo para que ele buscasse meios de assassinar o amante de sua esposa. Porém, aconselhado pelo escrivão, desistiu de enviar a carta.

Tendo falecido o rei Fernando, D. Leonor assume o reinado, o que trouxe instabilidade ao reino português pois, ciente de sua delicada situação, o rei de Castela prendera os dois outros herdeiros, D. João e D. Affonso, pois planejava juntar as tropas e proceder em um ataque à Portugal. Consta que foram os fidalgos Nuno Alvares e Ruy Pereira que solicitaram ao Mestre de Aviz que vingasse a honra de seu falecido irmão assassinando o conde. Dom João primeiramente considerou uma manobra arriscada, pois diante da ameaça iminente de uma guerra com o reino de Castela, os feitos da rainha já não tinham mais a mesma força sobre o povo como antes tivera. Arquitetaram o plano para que o futuro rei tivesse o apoio do povo e assim levaram a cabo a ação que resultou na morte do conde:

O Mestre, que mais tinha em vontade de o matar que de estar com elle em razões, tirou logo um cutello comprido e enviou-lhe um golpe á cabeça; porem, não foi a ferida tamanha que d'ella morrera se mais não houvera. Os outros todos, que estavam d'arredor, quando esto viram, lançaram logo a espadas fóra, para lhe dar, e elle, movendo para se acolher á camara da rainha, com aquella ferida, e Ruy Pereira, que era mais acerca, mettu entonce um estoque d'armas por elle, de que logo cahiu em terra morto. Os outros quizeram-lhe dar mais feridas, e o Mestre disse que estivessem quedos, e nenhum foi ousado de lhe mais dar.

E mandou logo Fernão d'Alvares e Lourenço Martins que fossem cerrar as portas, que não entrasse ninguém, e disseram ao seu pagem fosse á pressa pela villa bradando:

¹⁷² *Ibid.*, p. 57

“Que matavam o Mestre”; e eles fizeram-n’o assim. E era o Mestre, quando matou o conde, em idade de vinte e cinco annos, e andava em vinte e seis, e foi morto a 6 dias de dezembro, era já escripta de 421.¹⁷³

O plano consistiu em matar o conde dentro do paço, com as portas fechadas, enquanto espalhavam pela cidade a notícia de que queriam matar ao Mestre de Aviz, chamando os cidadãos a saírem na rua, pois se tratava do filho do rei Pedro. Se ajuntaram aos montes pelas ruas, inflamados pela notícia, “quem matou ao Mestre?” desejosos que estavam de vingar o crime. Quando chegaram às portas dos paços, encontrando-as cerradas, ameaçaram quebrar as janelas e atear fogo ao prédio para poderem entrar. Os que estavam dentro gritavam que o conde João Fernandes havia morrido no combate, mas custavam a crer, a menos que pudessem ver o mestre vivo. De dentro do paço aparece, numa grande janela que dava para rua, a figura de Dom João, dizendo diante da multidão: “*Amigos, apacifícae vos, ca eu vivo e são sou, a Deus graças*”. A aparição do mestre vivo gerou grande comoção entre as pessoas, muitos foram levados às lágrimas.

Oh! Que mal fez, pois que matou o trédor do conde, que não matou logo a aleivosa com elle! Crêdes em Deus: inda lhe ha de vir algum mal por ella. Olhae, olhae e vêde que maldade tão grande: mandarem-n’o chamar onde ia ja de seu caminho, pera o matarem aqui por treição! Oh! Aleivosa! Já nos matou um senhor e agora queria matar outro! Leixae-a que ainda ha de acabar mal por estas cousas que faz.¹⁷⁴

Tal é, de breve modo, a referência à coroação de Dom João presente na fala profética proferida à beira da fonte na cidade de Ceuta. Que seria ele, o filho bastardo do rei Pedro, que assumiria o trono através de uma grande revolta, motivada pela traição da rainha Leonor Teles com o conde João Fernandes, após o falecimento de seu irmão D. Fernando, e que seria ele também o primeiro rei a tomar posse na África, motivo da ruína vindoura e causa das lágrimas do velho mouro.

Voltando à crônica da tomada, diante da resposta do capitão, D. João deu de ombros na profecia relatada, rindo-se do que julgava feitiçaria, e questionou sobre as condições das praias, se eram ou não propícias para poder ancorar as tropas. O capitão respondeu a todas as perguntas, assegurando que eram seguras, e não mais tornou a repetir a profecia. Por sua vez o prior, para relatar as informações que coletou na costa de Ceuta, solicitou areia, dois novelos de fita, favas e uma escudela. Diante dessa solicitação, no

¹⁷³ LOPES, Fernão. *Chronica de el-Rei D. João I*. Lisboa: Escriptorio, 1897. p. 43 - 44

¹⁷⁴ LOPES, 1897, p. 49

mínimo curiosa, o rei se incomodou acreditando que era novamente alguma matéria relacionada à profecia ou feitiçaria, porém não se repetiram os desígnios proféticos pois, com o material solicitado, o encarregado montou uma maquete que reproduzia o relevo e as edificações da costa, possibilitando com que o plano fosse moldado e ajustado às condições ali descritas.

Ja elRey começaua de tomar alguũ queixume pemssamdo que os embaxadores nom arrecadarom seu feito per a guisa que lho ele mamdara. Veede disse ele comtra seus filhos, que bem comçertadas duas respostas pera homeês de tall autoridade, estoulhe pregumtamdo per as cousas a que os mamdei, e huũ me fala em *estrollomia*, outro me fala em semalhamça de feitiços.¹⁷⁵

A frase do rei, quando se referiu de forma queixosa à *estrollomia*, comparando-a aos feitiços que não interessam ao projeto, pode ser pensada como uma maneira de desviar a atenção, de ocultar a importância que esse conhecimento tinha para o sucesso das missões marítimas. Jaime Cortesão, em *A Política de Sigilo nos Descobrimentos* chama atenção para o *auto do disfarce* promovido pelos lusitanos:

Mas eis que o pequeno país solta as asas – queremos dizer as velas – e poisa num dos lados do Estreito do Gibraltar, no Algarve de além-mar, em Ceuta, porta de três mundos: o mediterrâneo, o africano e o atlântico. Todas as possibilidades implícitas nesta singularíssima posição fazem que a expedição de Ceuta se rodeie do maior mistério e de uma verdadeira comédia de simulações e dissimulações. Um belo dia e de súbito ergueu-se o pano e Portugal apareceu aos olhos de Castela sobre o palco da África. Muitos capítulos da *Crónica da Tomada de Ceuta* de Azurara se ocupam desse *Auto do Disfarce*, que vai repetir-se ao longo de um século e faz dos grandes estadistas portugueses da expansão leões com pele de raposa.¹⁷⁶

Portanto, a fala do rei pode ser alinhada às dissimulações características da crônica, como a falsa embaixada de casamento que disfarçava o mapeamento da costa. O próprio cronista era versado na arte da astronomia, conforme referenciado acima pelas aferições da posição solar no falecimento da rainha D. Felipa e na data da tomada de Ceuta. Dentre as políticas sigilosas adotadas por Portugal para dissimular e esconder a força, destaca-se, a partir da obra de Cortesão, a proibição da venda de caravelas ao estrangeiro, também saída de capitães, pilotos, cosmógrafos e cartógrafos, bem como a manutenção do segredo relativo às cartas de marear e dos dados referentes às distâncias náuticas e às posições dos astros, mantendo os tratados em manuscrito para dificultar a

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 58, grifo nosso

¹⁷⁶ CORTESÃO, Jaime. *A política de sigilo nos descobrimentos*. Lisboa: Coleção Henriquina, 1960. p. 19

circulação. Manter oculto o poderio técnico, bélico e astronômico como forma de preservar a hegemonia lusitana nas conquistas do além mar.

Fato é que, em posse das informações apresentadas, D. João decidiu levar adiante a empreitada da tomada de Ceuta junto aos infantes. Restava, ainda, duas condições para que prosseguissem nos feitos. Primeiro deviam ter o consentimento por parte da rainha e, em seguida, do *comdestabre*¹⁷⁷ que tinha muita influência no reino. Os infantes ficaram descontentes com tais recomendações pois viam certos impedimentos, como o temor que a rainha tinha pelos perigos que viessem a subjugar seus filhos, motivo que atribuíam à sua natureza de mulher, e também pela idade avançada do condestável que agora já vivia em descanso, no proveito devido de seus feitos de outrora. Decidiram então por comunicarem pessoalmente a rainha e obter a permissão materna para dar segmento à missão.

Dois embates retóricos ainda deviam ser travados para que o plano fosse colocado em prática. O primeiro deles, com a rainha, resultou na permissão materna concedida a partir de dois argumentos: pelo amor que ela devotava ao rei devido às virtudes que ele possuía e pela nobre linhagem dos filhos que naturalmente buscavam o alinhamento com essa força. Assim, depois de comunicar aos infantes sua permissão, resolveu ir ter com o rei para sustentar sua posição, dizendo que aceitava a perigosa empreitada dos filhos para que eles pudessem exercitar suas forças e provar suas virtudes de acordo com a linhagem de imperadores e reis da qual eles eram descendentes.

O segundo, que devia resultar no convencimento do condestável, se deu através de um conselho de senhores e fidalgos, no qual o rei primeiro falou sobre os propósitos da empreitada. A fala iniciou com um juramento de segredo, não devendo ser dita nem escrita palavra alguma ao que ali fosse partilhado, tomando então o rei o juramento no lenho da vera cruz sobre o livro dos evangelhos a promessa do segredo, novamente revelando a política do sigilo, mister para o sucesso da expansão marítima lusitana. O argumento central do discurso do rei retomou a pena que era ter que combater cristãos na antiga guerra com Castela, como recusou a ajuda de Granada para combater seus inimigos, já que não eram seguidores da santa fé. Já que a paz com Castela estava firmada, e desejoso de continuar a prestar serviços em nome de deus, disse o rei que lhe fora

¹⁷⁷ Condestável, estribeiro-mor. Do latim *comes stabūli*, “estribeiro”, e francês antigo *connestable*, hoje *connétable* “condestável”.

apresentado ao juízo a possibilidade do filhamento de Ceuta como modo de prestar tais serviços da santa fé contra os infiéis. Obtendo do conselho e do condestável a aprovação dos motivos fundamentados pela vontade divina, a missão estava pronta para ser executada.

Com o plano em andamento, o reino logo foi tomado por um grande fervor, uns limpando suas armas, outros preparando as guarnições como biscoitos, salgando carnes e pescados. As ribeiras lotadas de naus e navios, vacas decepadas e toneis carregados de mantimentos. Todo esse trabalho gerava murmúrios sobre quais os propósitos secretos, qual seria o destino da viagem grandiosa que se anunciava. Uns especulavam que o rei manda os infantes à Inglaterra para lá casar honradamente um filho seu, ao passo que os irmãos acompanhavam para ajudar o primo a conquistar o reino da França. Outros afirmavam que a comitiva iria à Nápoles, porque a rainha estava viva e queria desposar um dos filhos de D. João. Também acreditavam uns que, desde que firmara as pazes com Castela, o rei prometera ir em romaria até a casa santa de Jerusalém, para agradecer ao senhor pela vitória obtida diante dos inimigos. O cronista relata que essas histórias, e muitas outras, foram trovadas por um servidor da rainha Dona Filipa, um judeu chamado Yuda Negro, que em uma trova enviada ao escudeiro do Infante Dom Pedro chamado Martim Affonso da Atouguia, contava as novas da corte e discorria sobre as especulações, porém no último pé da quarta trova disse que os mais sisudos afirmavam que o rei investia sobre a cidade de Ceuta. Destaque-se neste trecho da crônica a passagem: *“Mas esto emtemdiam que elle nom soubera tamto por nenhuñ sinall çerto que uisse, soomente per juizo destrellomia em que elle mujto husaua.”*¹⁷⁸ Novamente aqui a astronomia referenciada como fonte imprecisa de conhecimento, indo na contramão de sua importância, talvez como medida de dissimulação conforme colocado acima. Fato é que o sigilo se mantinha em meio ao turbilhão de especulações que se espalhava pelo reino.

Um fato crucial que teve impacto direto no andamento do projeto foi a morte da rainha, falecida em 18 de julho de 1415, com o sol em dois graus do signo de leão conforme registrado pelo cronista. A rainha morreu em virtude da peste que se espalhou no reino devido ao grande trânsito de materiais e insumos necessários para mover a missão da tomada de Ceuta. Dona Filipa era bastante devota, notória pelos seus jejuns e

¹⁷⁸ ZURARA, 1915, p. 93

suas longas orações, percorrendo diversos mosteiros e igrejas onde passava o dia inteiro e as vezes até a noite. Contrariando o conselho do rei que, ao ficar ciente que a doença se espalhava no distrito de Sacavém, aconselhou que ela não se demorasse pois era perigoso permanecer ali junto de outras pessoas, disse a rainha que só partiria dali após acabar os ofícios, já que ela orava pelo bom sucesso da missão e pela segurança de seus filhos. Em seu leito de morte ela recebeu os filhos, entregando uma espada a cada um deles, espadas que mandara *Joham Vaasquez dAlmadaã* forjar e guarnecer de ouro e pedras preciosas, as quais ela abençoou dizendo que, embora não fosse usual receber as espadas pelas mãos de uma mulher, ela se valeria de seus antepassados para conferir as armas aos filhos.

O luto que se seguiu ao falecimento da rainha foi generalizado, chegando a colocar em xeque o desenvolvimento da missão. São relatados três sinais divinos pelos quais deveriam repensar o plano da conquista: a grande peste que se espalhava, a morte da rainha e um grande eclipse solar que precedeu o falecimento em alguns dias, o qual teria, pelo relato, durado duas horas e escurecido o céu de tal maneira que todas as estrelas e os outros sinais celestiais estiveram visíveis. Diante disso, os infantes foram ter com o rei para saber se deveriam prosseguir com a missão, ao que lhes respondeu D. João que, por estar em profundo luto pela perda, deixava ao encargo deles e do conselho discutirem sobre o futuro do projeto e, tendo um posicionamento, que voltassem a ele para que determinasse sobre qual era a melhor decisão a ser tomada.

Se reuniram os três infantes junto a onze membros do conselho para decidirem se deveriam ou não partir rumo à costa africana. Novamente se travou um embate retórico onde os três infantes e quatro membros do conselho afirmavam que sim, que deveriam partir, sustentando os argumentos nas despesas já feitas e nos trabalhos realizados, que seriam em vão caso não seguissem com o plano. A morte da rainha não deveria ser empecilho ao projeto, senão pela tristeza que causava a todos e que a vitória conquistada no filhamento de Ceuta seria um ótimo remédio para abrandar o luto que por ora sentiam. Já os outros sete membros do conselho eram contra a partida, pois a peste que assolava o reino poderia acometer a todos dentro do navio, aumentando as perdas e perpetuando o luto. Também disseram que com a morte da rainha perdiam uma forte arma espiritual, a dedicação às orações que ela a tanto se dedicava, como mostravam os sinais divinos que eram relacionados ao falecimento como lamúrias de ordem divina. Outro argumento era que, por razão da doença da rainha, os atrasos na partida deveriam ser levados em consideração, pois já era quase fim de julho e, caso partissem em um mês, estariam ao

final de agosto, começo do inverno, o que dificultaria o sucesso da missão devido às intempéries inverniais.

Voltaram os infantes para comunicar ao rei o embate travado no conselho. Tendo ouvido os argumentos, D. João tomou os sinais apresentados como motivos contrários ao projeto e os reinterpreta, fundamentando justamente neles os argumentos para que a missão fosse levada a cabo. Essa é uma estratégia retórica muito eficiente, valer-se dos argumentos que fundamentam a posição contrária e, ao invertê-los, sustentar agora os motivos que lhe interessam. Para o rei, o eclipse, a morte da rainha e a peste que assolava o reino eram sinais de purgação dos pecados, sendo necessário que se arrependessem dos erros passados e que provassem suas forças como redenção purificadora. Derramar o sangue dos inimigos, exaltar as virtudes da santa fé, destruir os que eram contrários às virtudes, seriam maneiras de servir à vontade de deus pela penitência.

Creemdo que o aparecimento destes synaaes he muy grande amoestaçam de nossa ficada, o que eu todo emtemdo pollo contraíro, porque notório he, que pera proseguinto de tamanho feito nom compre mais que hirmos arrependidos e purgados de nossos peccados, emclinamdo ao Senhor Deos nossas almas, tornamdonos a elle de todo coração, fazendo penitemçia dos erros passados que contra elle cometemos, e demamdamdolhe muy humilldosamente que nos liure de nossos jmmijgos, e que lhe praza dar gloria a seu nome, exallçamdo a sua samta ffe, quebramtamdo e destroimdo todollos seus contrayros com a sua própria uirtude. Esto deuemos tamto com mayor dilligemçia fazer, quamto a nossa teemçom he mouida a mais certa fim.¹⁷⁹

Os sinais foram tomados pelo rei como indicativos da vitória, pois o fim da tristeza é a ledice e, como estavam tristes pelos motivos citados, após a provação penitente seriam ledos. A morte da rainha também fora tomada nesse sentido, pois por ser uma devota tão empenhada, deus a teria tirado da miserável casa da carne, seu cárcere corporal, para que, ascendendo aos céus, lá lhe pudesse ouvir melhor as orações e ela de lá pudesse rogar pela vitória dos lusitanos. A determinação então foi para que movessem o plano e apressassem os últimos preparativos para a iminente partida, gerando grande alvoroço na cidade. Se no dia anterior as naves pareciam árvores que perderam suas folhas, com as velas baixas em respeito ao luto, agora floriam novamente, intensificando o fluxo das pessoas e dos preparativos necessários para a viagem.

Novamente circulavam diversas especulações e teorias sobre o motivo daquela grande missão. Fora retratada a admiração que acometia os cidadãos diante da magnitude

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 148

do movimento das naves na cidade de Lisboa, ainda sem saber quais eram os verdadeiros propósitos. Era uma sexta feira quando, antes de partir, o rei corregeu seu altar no desfraldar das velas, pôs-se de joelhos, levantou as mãos para o céu e rogou aos céus pedindo clemência e vitória aos seus. Partiu a frota, todos abordo rumo ao destino secreto. Os que assistiam em terra a partida se emocionavam e também pediam proteção para os marinheiros. Ao sábado dobraram o cabo de São Vicente e à noite juntaram-se todos os navios da tropa para ancorar na baía de Lagos. Ao domingo o conselho determinou que finalmente fossem expostos para a tropa as verdadeiras intenções daquela viagem, motivos que se mantiveram em segredo até aquele momento. Coube ao frei Joham Xira pregar à vista de todos para revelar o plano da tomada de Ceuta.

O discurso do frei teve por prólogo a importância do segredo mantido como garantia do sucesso da missão, tal a magnitude do feito a que se lançavam. Depois a intenção era justificar a tomada e inflamar a tropa, que até então desconhecia a complexidade dos labores a que estariam sujeitos. Para obter tal efeito, Joham Xira utilizou diversas passagens para sustentar a premissa de que eles estavam agindo para fazer serviços importantes a deus e, entre esses, não haveria serviço maior e mais honroso do que guerrear contra os inimigos da santa fé cristã.

Ca aquelle que pode contradizer ao erro e nom o contradiz, por esse meesmo comssetimento parece que o aprova, segumdo he escripto na terçeyra causa e na terçeyra questam do degedo, dizemdo que aquelle que pode contradizer e empachar aos maaos e nom o faz, nom he outra cousa saluo darlhes fauor a sua malldade, e nom carece descrupollo da sospeyçom da companhia escomdida, o que manifestamente uee o peccado contra a samtaffe, e nom o comtraria. Polla quall cousa parece aquelle que sse teem por cathollico e uerdadeyro christaão, e com toda sua força nom sse despoõe a deffemder a sua santa ffe, nom he uerdadeiro caualleiro nem nembro de Jesu Christo, nem teem parte alguña com elle, e que he pior que cada huñ daquelles jmfiies.¹⁸⁰

Contradizer o erro, combater o contrário. As premissas dessa primeira parte do argumento do frei possibilitam evocar novamente a imagem da roçagem como controle e erradicação dos contrários através da aplicação de uma força que sobre eles é desferida. Aquele que diante do outro podendo contradizer não o contradiz acaba por consentir na alteridade. Assim como não há lavoura de café possível sem a eliminação da vegetação nativa que lhe é contrária, não há estado cristão possível sem o combate forçoso que defenda os preceitos pelos quais deve a santa fé prevalecer diante dos ordenamentos

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 157

políticos, econômicos, sociais e religiosos que são tidos como infiéis e contrários aos propósitos pretendidos.

Ca todo aquelle que uiue sob alguã ley, he theudo de sse poer a perijgo de morte polla guardar e mamteer. Ca diz Tullio no primeyro liuro dos offiços, e o philosofo no terceiro liuro das eeticas, que aquelle he uerdadeiramente forte, que uiuamente sofre a morte por deffemssam de sua ley. Ora quamdo o homem he obrigado a deffemder as leys de sua terra, quamto mais deue seer polla ley de nosso Senhor Jesu Christo, polla quall somos certos, que posto que moyramos em esta uida, uiueremos sempre na outra, segumdo da testimonho sam Leam papa na uiçesima terçia causa e na oitaua questam dos degredos dos samtos padres, omde diz. Tyraay todo paur e espanto, e estudaae em pelleiar esforçadamente contra os jmmijgos da samta ffe. ca Deos todo poderoso sabe, que sse alguũ de uos outros morrer, que morre polla uerdade da ffe e saluaçom da sua ley. pollo quall elle meesmo lhe darã o çellestriall guallardom.¹⁸¹

Forte é aquele que defende as leis com o risco de perder sua própria vida. Essa segunda premissa do discurso trata da morte dos cristãos quando a serviço da vontade divina. Se lhe é permitido matar os infiéis, também lhe é necessário doar sua vida pela garantia e perpetuação das leis sagradas da santa fé. Lutar a grande guerra, morrer a grande morte, prestar com bravura o ofício em defesa das leis e contra aquelas lhe se são opostas. Tais premissas foram utilizadas para inflamar a bravura da tropa na luta contra os mouros, para que a força fosse aplicada no combate aos contrários e na defesa das leis cristãs.

Ca podees saber que a cidade de Cepta com toda a outra mourisma depois da sua paixom foy comuertida aa sua samta ffe, na quall durou ataa o tempo do comde Julliam que a per sua uoomtade deu aos jmfiees. os quaaes tornaram as suas samtas egreias em mizquitas, tiramdo dhi as cousas samtas e lamçamdoas em nosso doesto per lugares çujos e uijs. e dalli fezeram depois mujtos danos na Espanha, pollos quaaes nos justamente podemos fazer aquelle pramto¹⁸²

A terceira questão tratava da reconquista de Ceuta pelos cristãos, citando a história do conde Julião, que era súdito de Roderick, rei visigótico da Hispânia no século VIII, residente de Toledo. O conde teria enviado uma de suas filhas a Roderick, senhor de Andalus, para seus cuidados e educação, mas ela teria engravidado dele, o que gerou a revolta do conde. Como forma de punição, Julião negociou com Tariq ibn Ziyad, líder muçulmano e comandante da invasão *Umayyad* da península ibérica, no intuito de juntar-se aos árabes na investida contra a Hispânia¹⁸³. Portanto, evocar esse passado como forma

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 157 – 158

¹⁸² *Ibid.*, p. 158

¹⁸³ Ver referência em: Ibn Abd-el-Hakem *Dhikr Faṭḥ Al-Andalus: Ibn Abd-el-Hakem's History of the Conquest of Spain*. Translated by John Harris Jones. Gottingen: W. Fr. Kaestner, 1858.

de exaltar os portugueses na missão de reconquistar Ceuta pelos cristãos, reerguer as igrejas e restabelecer a santa fé no norte da África. O propósito de inflamar os ânimos é explicitado pelo frei como forma de espantar o temor e incitar a força nos combates.

nem queyraes temer nehuia cousa com o seu espanto, nem queyraes fugir com o seu temor, ca nosso Senhor Deos em meo de nos pelleiara contra nossos auerssavros, por que uos liure do seu perijguo. E esto meesmo comfirma sam Tomas jn secumda secumde R q. no artigo segumdo, homde trauta esta matéria, comcludimdo que ajmda que aos prellados e clérigos nom comuenha pelleiar, pêro a elles princípalmente comuem e he justo e meritório animar e emduzir e esforçar a todollos fiees christaãos, por que justamente possam pelleiar polia maneira que ja tenho dito. Açerqua do quall propósito diz sam Leam papa, fallamdo de ssi meesmo na xxij causa e na oitaua questam do degredo, que elle fez ajumtar o seu pouoo contra os mouros, que era fama que uijnham a huñ porto de mar. e elle per sua própria pessoa ssahio com elles.¹⁸⁴

Se aos clérigos não convém a peleja, cabe a eles a indução da força para que os soldados possam combater sem espanto, convictos da missão que defendem, e por ela doarem suas próprias vidas. A tópica dos discursos exaltadores das forças é de uso recorrente nas narrativas de conquista, outorgando e validando a morte dos contrários, como por exemplo o discurso de Mem de Sá para encorajar a tropa contra os gentios da costa brasileira, bem como a evocação das leis que devem ser defendidas e disseminadas. Embora a conquista tenha como objetivo a expansão comercial que se daria pelo domínio das rotas na costa africana que ampliariam substancialmente o poderio econômico do reino, os motivos relatados aqui se fundamentam na replicação da vontade divina ou nas provas de força necessárias às honrarias da cavalaria. Combater os erros e pecados em defesa das leis da santa fé são instâncias irrecusáveis aos cristãos, por isso o discurso persuasivo se sustenta por essas premissas como princípios absolutos.

O segundo discurso do frei Xira se dá na missa celebrada em Ceuta, já invadida e tomada pelos portugueses. A conquista ocorreu, segundo a crônica, aos vinte e um dias do mês de agosto, quando o sol estava a seis graus do signo de virgem e a lua sobre o primeiro quarto do seu crescimento, no primeiro grau de gêmeos, passadas sete horas e meia depois do meio dia, quando a cidade foi de todo livre dos mouros. Andava a era de Adão a 5176 anos, a era do dilúvio em 4527 anos, a era de Nabucodonosor em 2162 anos, a era de Phillipe da Grécia em 1723 anos, a era de Alexandre da Macedônia em 1726 anos, a era de César de Roma em 1453 anos e a de Jesus Cristo em 1415 anos.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 161

Também são referenciadas a era dos reinados de Portugal, iniciada pelo primeiro rei Dom Afonso, em 313 anos e a era de Dom João, em 32 anos solares.

Como marco da conquista, o rei mandou chamar Joham Vaaz dAlmadaã, portador da bandeira de São Vicente, e ordenou que ele juntasse alguns homens para que a hasteassem sobre a mais alta torre do castelo, a torre de Feez. Além da bandeira, outro marco da tomada pode ser contado pelos inúmeros corpos dos mouros desfalecidos após a invasão. A crônica sugere que era difícil precisar o número de mortos, uns falavam em cinco mil, outros em dez mil, outros em dois mil, mas fato é que os corpos se espalhavam pelas ruas da cidade, conforme registra o trecho:

os quaaes jazemdo em terra nom podiam dereitamente seer conhecidos, e tamto eram atormentados das feridas, que nom dauam nehuũ uagar aas almas pera sayr das carnes, e taaes sse lhe partiam os spiritos apressados, que lhe leixauam as caras tam feas, que uerdadeiramente arremedauam a semelhamça dos amjos jmfernaaes. cuja fera e áspera companhia elles em breue tempo auiam de conhecer. Nem creaaes que a todos geerallmente a morte leixaua huũ jeito de jazeda. ca huũs jaziam com os corpos temdudos e as mãos apertadas e os demtes fechados, outros jaziam com os focinhos sobre a terra, emburilhados no seu sangue meesmo. outros com os corpos embuizados, apertando com seus punhos a rroupa que traziam, outros jaziam assy espedaçados, que homem nom poderia dereitamente julgar quall fora primeiramente sua queeda. taaes hi auia que os gollpes primeiros nom eram tam feros, como o trilhamento dos uiuos, quamdo sse açertaua de sse rreuolluerem com os pees sobre elles.¹⁸⁵

A desfiguração dos corpos é apresentada como efeito causado pela partida acelerada do espírito frente a matéria no momento da morte, tornando-os semelhantes aos espíritos infernais com os quais haveriam de partilhar a companhia após a morte. Pelo texto, se tratava mais da influência de espíritos malignos sobre os mouros infiéis que tornava os corpos desfigurados, do que o ataque invasor da conquista que deixava o rastro de desolação. A mórbida cena das ruas cobertas de corpos e regadas de sangue era motivo de grande estorvo dos portugueses. Alguns corpos ainda vivos e mutilados levantavam seus rostos sujos de sangue e terra, o que, conforme o registro, “*acreçemtauam mujto mais sua fealldade.*” Como forma de limpar as ruas dos corpos caídos, de roçar o insalubre resultado da aplicação da força invasora, o rei ordenou que os recolhessem e os enviassem ao mar. Desse modo o número exato de quantos foram dizimados na invasão não pode ser averiguado com precisão, ao passo que o texto afirma que dos cristãos foram oito que morreram naquele dia.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 246

Na sexta feira seguinte, contada a vinte e três dias de agosto, o rei mandou chamar o frei Johan Xira e seu capelão Affomso Eannes, dizendo que haveriam de celebrar uma missa solene na mesquita maior da cidade, e que a preparassem de modo adequado ao decoro de semelhante ato. A descrição das condições em que o capelão encontrou a mesquita também possibilita um interessante paralelo com a premissa da roçagem. Primeiro os cristãos julgaram que ela deveria ser limpa e o chão bem ladrilhado, pois as esteiras utilizadas em oração, sobrepostas umas sobre as outras e decompostas pelo tempo, foram comparadas a esterco. Depois trouxeram uma taboa larga para erigir o altar, onde ocorreram os ofícios da missa. Portanto, deve-se alterar a condição predisposta da mesquita, roçar os vestígios de outra configuração sagrada, reduzida a escombros e detritos, para ali erguer uma nova estrutura que seja decorosa aos ofícios pretendidos. A transformação da mesquita em igreja alinha-se à roçagem do mesmo modo pelo qual a mata se transforma em cafezal. Alteração pela implementação de uma força que subjuga a estrutura original e dissemina outro ordenamento.

A missa iniciou com o sacerdote fazendo esconjurações sobre o sal, pedindo bênção através desse elemento, rogando pela saúde daquela geração. Em seguida semelhante foi feito com a água, postada em uma caldeira de prata. Depois das preces, foi juntada a água ao sal sob as insígnias do sinal da cruz. Tal água benta foi utilizada para ungir as paredes da mesquita enquanto todos os clérigos cantavam.

Esta he a casa do Senhor Deos, a quall he bem fundada sobre firme pedra, leuamtesse o Senhor, e destruya os seus jmmijgos, por tall que fujam todos aquelles que auorreçeram aa sua face. Dizemdo ajmda. A minha casa sse chamara casa de oraçam. recomtarey o teu nome aos meus jrmaãos, em meo da tua egreia te louuarey.¹⁸⁶

Após a missa o frei Xira pregou diante de todos. O discurso partiu da reconquista da igreja no território tomado. Se deus não refez as paredes do templo, maior merecimento tinha pelo poder de tirar delas a influência dos infiéis, onde seriam praticados abomináveis sacrifícios. Assim justificava a peleja e a destruição, mostrando que vencer aos inimigos da santa fé e reconquistar esses espaços sagrados servia de modo a perpetuar a “nossa lei”. Devem ser quebrantadas quaisquer manifestações contrárias aos princípios dessa lei, desapropriado qualquer espaço dedicado às liturgias que lhe são características e transformado em igreja ou mosteiro os locais onde podem consumir os verdadeiros

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 253

sinais da adoração ao evangelho. Como exemplo é citado Moisés, a quem coube primeiramente pela velha lei que fizesse um tabernáculo, montado como uma tenda, onde os filhos de Israel faziam suas orações e seus sacrifícios a deus. Depois evocado o nome do rei Salomão, quem construiu o templo de Jerusalém, a primeira casa de oração que os judeus tiveram. Do mesmo modo os cristãos ergueram igrejas à semelhança do templo onde realizavam suas preces e rogas ao poder divino. Portanto, serviram os cristãos em Ceuta a deus por dois motivos essenciais, primeiro quando afastaram os infiéis e tiraram de suas posses os templos, e o segundo quando tornaram aquela mesma casa em um templo verdadeiro, a igreja do nosso senhor. Ali deveria ser fundada a cabeça da igreja de toda a África.

Outros sinais que sugerem que a cidade estava predestinada a ser o ponto de partida da disseminação cristã no continente são sustentados pelas letras do nome de Ceuta. Suas três vogais remetendo à santíssima trindade e as cinco letras remetendo às cinco chagas de cristo.

porque per duas guisas sse comtem em o nome desta cidade a uerdadeyra essencia do nosso Senhor Deos. A primeira em quanto o seu nome comtem em ssey três sillabas, que rrepresentam como nosso Senhor Deos em perssoall ternario he sua essemçia em rroda escpita. Cujo çentro segundo diz Hermes, he em todo lugar, a circumferença nom he em alguũ. E porem som tres ternarios em geerall uniuersidade do mundo, compridos de todo em çircullaçom. Ho profundo fillosofall theologo grande Alberto sobre o primeiro capitullo da çelestiall gerarchia poõe tres graaos demtemdimento, per que sse ha de conhecer Deos. A segurada maneira he, porque em o nome desta cidade se comtem cimquo leteras, que rrepresentam as çimquo chagas, per que nosso Senhor Jesu Christo rremyo a linhagem humanall. E assy que nom he a Cepta pequena gloria, quando o seu nome traz taaes sinificações.¹⁸⁷

O trecho faz referência, em primeiro lugar, ao aforismo 18 do *Liber XXIV philosophorum*¹⁸⁸, cuja autoria é atribuída a Hermes Trimegisto, que diz que “Deus é a esfera cujo todo tem tantas circunferências quanto pontos¹⁸⁹”. Tal concepção se alinha aos preceitos instituídos pelo Credo de Niceia no século IV, a partir do qual se determina o entendimento da totalidade de deus mesmo quando em relação às diversas esferas e pontos que, múltiplos como a diversidade de entidades no cosmos, encontram-se todos na mesma esfera divina totalizante. Destaque-se, por exemplo, o Credo Atanasiano

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 255 – 256

¹⁸⁸ Livro dos XXIV Filósofos. Ver refererência em: “The Book of Twetnty-Four Philosophers”, Editio Minima, disponível em: <https://www.themathesontrust.org/library/book-of-xxiv-philosophers-minor>

¹⁸⁹ De acordo com a referida edição: “*Deus est sphaera cuius tot sunt circumferentiae quod puncta.*” “God: the sphere which has a many circumferences as points.”

(*Quicumque vult*), um dos sustentáculos da teologia nicena, que, nos aforismos 3 e 4, propõe: “E a fé católica é esta: Que nós adoramos um Deus em Trindade, e Trindade na Unidade. / Sem confundir as pessoas, sem dividir a Substância¹⁹⁰”.

A noção de um deus tripartite, em que cada parte é nele reunida, opõe-se fundamentalmente à doutrina arianista, sustentada pelos seguidores de Ário, segundo a qual o filho, entendido como criatura ou obra, não era consubstancial (*homoousios*) ao pai, mas gerado pela substância (*ek tês ousías*), possuindo assim uma natureza diferente (*anomois*) da criadora. Assim, a teologia nicena opõe-se à doutrina do anomeísmo, pois, para os antinicensos, a essência divina é não-engendrada e a do filho, engendrada, distinção entre criador e criatura, sendo o filho dessemelhante do pai por natureza diversa. Os anomeus fundamentavam tal noção, entre outras, através da passagem dos Provérbios 8,22, que afirmava: “*O Senhor me criou, princípio das suas vias em vista das suas obras.*¹⁹¹” O filho seria, nesse sentido, uma das obras criadas pelo criador, não podendo possuir a mesma substância do não-engendrado.

O Credo Atanasiano sustenta a consubstancialidade entre as partes do ternário: “Qual como é o Pai, tal é o Filho, tal é o Espírito Santo. / O Pai é incriado, o Filho é incriado, o Espírito Santo é incriado. / O Pai é imenso, o Filho é imenso, o Espírito Santo é imenso. / O Pai é eterno, o Filho é eterno, o Espírito Santo é eterno. / E contudo não são três eternos, mas um só eterno.¹⁹²” A santa divindade é *mónos*, o pai incriado (*agénêtos*), o filho engendrado unido ao seio do pai. Se são diferentes quanto às propriedades, são unidos em uma só divindade quanto à natureza e único ser¹⁹³. Embora sejam três seres adorados, ou, como sugere o discurso do frei Xira, três graus de entendimento pelos quais podemos conhecer a manifestação das vontades divinas, trata-se, pela trindade, de uma só natureza divina: os seres que derivam do criador não-engendrado retornam a ele através da unidade.

¹⁹⁰ Em latim: “*Fides autem catholica hæc est: ut unum Deum in Trinitate, et Trinitatem in unitate veneremur. Neque confundentes personas, neque substantiam seperantes.*”

¹⁹¹ Ver: CORBELLINI, Vital. “A participação de Antanásio do Concílio de Nicéia e a sua defesa do *homoousios*.” In: *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 157, set. 2007, p. 401.

¹⁹² Credo Antanasiano, aforismos 7 ao 11: “*Qualis Pater, talis Filius, talis [et] Spiritus Sanctus. Increatus Pater, increatus Filius, increatus [et] Spiritus Sanctus. Immensus Pater, immensus Filius, immensus [et] Spiritus Sanctus. Æternus Pater, æternus Filius, æternus [et] Spiritus Sanctus. Et tamen non tres æterni, sed unus æternus.*”

¹⁹³ Ver: CORBELLINI, Vital. “A trindade na visão de Gregório de Nazianzo”. In: *Kairós - Revista Acadêmica da Prainha* Ano III/1, Jan/Jun 2006, p. 18 – 19.

Por fim, no discurso do frei, além da trindade explicitada pelas vogais de Ceuta, notabilizam-se as cinco letras como os sinais que representam as chagas de Cristo, marcando, no nome da cidade, o destino de ser a matriz da igreja cristã no continente africano. O filho teve trespassadas as duas mãos, os dois pés e o lado do peito, perfurado que fora pela lança de Longino. As feridas são adoradas como penitência pelas quais os cristãos serão curados, na esperança de que, pelo sangue derramado, possam adentrar ao reino dos céus. Chega-se ao sangue como símbolo da ressurreição.

Atribuir as cinco letras do nome de Ceuta às cinco chagas é muito simbólico para os portugueses, uma vez que o brasão de armas de Portugal possui a representação de cinco escudos centralizados em forma de cruz, cada qual contendo cinco pontos brancos que foram podem ser referidos à cada uma das chagas de Cristo e às trinta moedas pelas quais Cristo fora vendido. Portanto, o encontro dessa simbologia através das cinco letras é repleto de força discursiva para os soldados cristãos lusitanos, já que eles lutam contra os infiéis sob as insígnias do brasão de armas e da esfera armilar. De acordo com os versos presentes no terceiro canto dos *Lusíadas*, estrofes 53 e 54, tem-se que Dom Afonso, após vencer a batalha mandou pintar em suas armas sinais que fizessem referência à derrota dos cinco reis mouros, em forma de cruz, para simbolizar o que se passou em terra e no céu, atribuindo a vitória lusitana aos desígnios celestiais.

Destaque-se a necessidade de fundamentação discursiva que aponte as relações obtidas através da interpretação exaustiva dos possíveis sinais da vontade divina incidentes na matéria, seja manifestada pelos fenômenos naturais, seja inscrita como evidência no próprio nome. O empenho na leitura desses sinais se dá na medida em que Deus atuaria de modo misterioso e o homem, preso na ignorância que lhe é característica, teria certa dificuldade em conseguir decifrar os enigmas das manifestações celestiais. Encontrar as marcas, elucidar os mistérios, elaborar os discursos, alinhá-los aos propósitos pretendidos e, sobretudo, justificar as ações perante as sagradas escrituras. Quanto maior a capacidade de composição desses motivos e de demonstração dessa força retórica, tanto maior é a capacidade de intervir e atuar, amparada pela ânsia etérea, diretamente na matéria.

Não apenas a força bélica, aplicada na dizimação dos infiéis, mas também o vigor retórico, a construção de discursos que sustentem a conquista, que incentivem e motivem as tropas aos golpes mortais e que, além de tudo, sejam sigilosos, capazes de ocultar os interesses econômicos, os vastos lucros obtidos e as capacidades técnicas utilizadas.

Garantir, pelo sigilo e pelas forças, a hegemonia das rotas na costa africana, primeiro impulso em direção à formação de vasto império além mar onde serão replicados e disseminados novamente os mesmos preceitos. Esses discursos devem ser fortes a ponto de alterar profundamente, ou até mesmo fazer cessar, apagar e superar, as estruturas preexistentes, mesmo as mais honrosas, os maiores feitos da história ocidental. A habilidade na combinação dos estilos apropriados, aplicada de modo que permita encontrar as marcas da vontade divina que afetam a matéria e nelas justificar os intentos, resulta em um ímpeto maior de expansão. Uma vez possuidores desses êxitos, se vangloriam como merecedores e possuidores da capacidade de superar as grandes conquistas do passado.

Algumas tópicas aqui levantadas são premissas que sustentam e caracterizam outras narrativas de conquista, como por exemplo os discursos de incentivo às tropas diante dos combates iminentes, a disseminação da santa fé em territórios distantes, a defesa das leis e dos costumes cristãos diante dos hábitos nativos e o ímpeto de superação e aniquilação das estruturas adversas. Tanto nos textos de conquista do interior goiano, bem como nos poemas épicos referenciados e nas narrativas de marinharia lusitana, pode-se encontrar essas características que atuam na formação de um discurso e na implementação do *ethos* ocidental que se quer soberano. O esforço na construção desse discurso resulta no acúmulo de bens, domínio das rotas comerciais, expansão territorial do império, formação social nos modelos ocidentais e ampliação da fé cristã sobre os gentios. Esses interesses nem sempre são explicitados, talvez devido à política de sigilo muito aplicada pela coroa portuguesa, talvez por estarem encobertos pelos propósitos atribuídos à vontade divina, pois é mais fácil justificar a invasão, tomada e conquista através de princípios de ordem celestial, irrefutáveis aos cristãos, do que pelo enriquecimento e fortalecimento do império propriamente.

Pela força retórica são construídos os discursos fomentados pelos sinais celestiais incidentes na matéria, pela busca e interpretação excessiva dessas marcas que justificam as missões, as invasões e todo o derramamento de sangue. Pela força bélica é consumada a conquista, a intervenção técnica que atua de modo a subjugar as forças antagônicas e opostas aos fins pretendidos. As armas a serviço das prédicas construídas podem ser ilustradas pelo episódio das armas de Aquiles ofertadas na disputa entre a língua vã de Ulisses e a destreza militar de Ajax, sugerindo a relação pretendida nesse esforço entre a necessidade de construção das forças retóricas, atuantes na outorga e justificativa dos

motivos, e a aplicação das forças bélicas interventivas no processo de ampliação dos territórios, domínios econômicos e expansão da santa fé.

CAPÍTULO 4: DA AUSÊNCIA

*Do agro camará, da quina tonica
Extingue a raça o misero colono,
Juncto a cabana em que desliza a vida,
Sem na terra enxertar um garfo ao menos.
- Araújo Porto Alegre.¹⁹⁴*

A relação entre as forças bélicas e discursivas é basilar no processo de colonização do território nacional, utilizadas para sujeitar os povos nativos aos costumes ocidentais, estabelecer e difundir as leis e os mandamentos divinos aos quais devem obedecer. Além da imagem da disputa entre Ulisses e Ajax pelas armas de Aquiles, encontra-se, também em Camões, uns tercetos dedicados ao Dom Lionis Pereira, a propósito do livro oferecido por Pero de Magalhães Gandavo, o primeiro esforço historiográfico contendo as descrições e a história da província de Santa Cruz¹⁹⁵, no qual a premissa é justamente a relação em questão.

No enredo do poema¹⁹⁶ consta que, após escrever o tratado sobre a terra da província, ainda em busca de quem seria o destinatário da dedicatória que creditasse e

¹⁹⁴ PORTO-ALEGRE, M. de Araújo. *Brasilianas*. Vienna: Imperial e Real Typographia, 1863. p. 79.

¹⁹⁵ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil / História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008.

¹⁹⁶ TERCETOS DE LUÍS DE CAMÕES: Depois que Magalhães teve tecida / A breve história sua que ilustrasse / A Terra Santa Cruz pouco sabida; / Imaginando a quem a dedicasse, / Ou com cujo favor defenderia / Seu livro, de algum zoilo que ladrasse / Tendo nisto ocupada a fantasia, / Lhe sobreveio um sono repousado, / Antes que o Sol abrisse claro dia, / Em sonhos lhe aparece todo armado / Marte, brandindo a lança furiosa, / Com que fez quem o viu todo enfiado, / Dizendo em voz pesada e temerosa: / Não é justo que a outra se ofereça / Nenhuma obra que possa ser famosa, / Se não a quem por armas resplandeça / No mundo todo com tal nome e fama, / Que louvor imortal sempre mereça, / Isto assim dito, Apolo que da flama / Celeste guia os carros, da outra parte / Se lhe apresenta, e por seu nome a chama, / Dizendo: Magalhães, posto que Marte / Com seu terror t'espante, todavia / Comigo debes só aconselhar-te / Um barão sapiente, em quem Talia / Por seus tesouros, e eu minha ciência, / Defender tuas abras poderia. / É justo que a escritura na prudência / Ache sua defesa; porque a dureza / Das armas, é contrária da eloquência. / Assim disse: e tocando com destreza / A cítara dourada começou / De mitigar de Marte a fortaleza: / Mas Mercúrio, que sempre costumou / A despartir porfias duvidosas, / Com o caduceu na mão que sempre usou, / Determina compor as perigosas / Opiniões dos deuses inimigos, / Com razões boas, justas e amorosas, / E disse, nem sabemos dos antigos / Heróis, e dos modernos que provaram / De Belona os gravíssimos perigos, / Que também muitas vezes ajudaram / As armas eloquência; porque as Musas / Mil capitães na guerra acompanharam. / Nunca Alexandre ou César, nas confusas / Guerras deixaram o estudo num breve espaço. / Nem armas das ciências são escusas. / Numa mão livros, noutra ferro e aço: / A uma rege e ensina e outra fere / Mais com o saber se vence que com o braço. / Pois, logo barão grande se requiere, / Que com teus dons Apolo ilustre seja, / E de ti Marte palma e glória espere. / Este vos darei, eu em que se veja, / Saber e esforço no sereno peito, / Que é Dom Lionis que faz ao mundo inveja. / Deste as irmãs em vendo o bom sujeito, / Todas nove nos braços a tomaram, / Criando-a com seu leite no seu leite. / As artes e ciência lhe ensinaram, / Inclinações divinas lhe influíram / As virtudes morais que o logo ornaram. / Daqui os exercícios o seguiram, / Das armas no Oriente, onde primeiro, / Um soldado gentil os instituíram. / Ali tais provas fez de Cavaleiro, / Que de Cristão magnânimo e seguro, / Assim mesmo venceu

encaminhasse a publicação, adormecia Magalhães e, em sonho, vinha-lhe o episódio. Primeiro aparecia Marte, representando a fúria da lança, clamando para si a oferta da obra; depois intervinha Apolo, a voz da sapiência, dizendo que deveria ser a ele dedicada. Por fim, surgia Mercúrio, o responsável por solucionar as porfias duvidosas, dotado dos motivos que sustentam a dedicatória a Dom Lionis.

De acordo com a fala de Marte, nenhuma obra pode ser famosa a menos que resplandeça pelas armas, possível sugestão de que a intervenção nas terras brasílicas deveria dar-se mediante a provação bélica. Já para Apolo, as glórias deveriam fundamentar-se nas letras, pois a dureza das armas é inversa da eloquência, em que se pode destacar a importância da força discursiva no processo de tomada das novas terras. Eis que surge, então, a voz sintetizadora de Mercúrio, unificando as duas forças, pois nem as musas abandonam os capitães na guerra, nem César ou Alexandre deixaram de estudar por conta das batalhas por um dia sequer. Numa mão o livro, na outra ferro e aço. Uma rege e educa, a outra fere. Esses preceitos orientam os processos de conquista e habitação das terras da província, resultando em imagens que se relacionam com a tópica da ausência que será aqui desenvolvida.

No texto de Gandavo encontram-se algumas questões que orientam esse esforço pela implantação, em solo nacional, de uma história que se inscreva diante da ausência de outra. Tal qual o processo de roçagem que destituiu o mato nativo para nele plantar e cultivar as lavouras desejadas, o escritor aponta, no prólogo ao leitor, que o escreve diante do pouco caso que fizeram os portugueses com a história da província, ou pela falta de engenho das pessoas nessas terras capazes de empreenderem tal exercício. Surge esse primeiro impulso historiográfico, então, como maneira de suplementar a falta da memória

por derradeiro. / Depois já Capitão forte e maduro / Governando toda Áurea Quersoneso, / Lhe defendeu com o braço o débil muro. / Porque vindo a cercá-la todo o peso / Do poder dos Achéns, que se sustenta / Do sangue alheio, em fúria todo aceso. / Este só que a ti Marte representa / O castigou de sorte, que o vencido / De ter quem fique vivo se contenta. / Pois tanto que o grã Reino defendido / Deixou: Segunda vez com maior glória / Para o ir governar foi elegido. / Mas não perdendo ainda da memória / Os amigos o seu governo brando / Os amigos o dano da vitória. / Uns com amor intrínseco esperando / Estão por ele, e os outros congelados / O vão com temor frio receando. / Pois vede se serão desbaratados / De todo por seu braço, se tornasse / E dos mares da Índia degradados. / Porque é justo que nunca lhe negasse / O conselho do Olimpo alto e subido / Favor e ajuda com que pelejasse / Pois aqui certo está bem dirigido, / De Magalhães o livro, este só deve / De ser de vós ó deuses escolhidos. / Isto Mercúrio disse: e logo em breve / Se conformaram nisto, Apolo e Marte, / E voou juntamente o sono leve. / Acorda Magalhães, e já se parte / A vos oferecer Senhor famoso / Tudo o que nele pôs, ciência e arte. / Tem claro estilo, engenho curioso / Para poder ele vós sem recebido, / Com mão benigna de ânimo amoroso. / Porque só de não ser favorecido / Um claro espírito, fica baixo e escuro / E seja ele convosco defendido / Como o foi ele Malaca o fraco muro. (GANDAVO, 2008, p. 82 – 84)

pela escritura. Gerada a partir do desinteresse dos colonos ou das incapacidades técnicas, essa ausência é apontada no texto pelo fato de, passado cerca de meio século da ocupação, ainda não terem sido realizados registros historiográficos mais detalhados sobre a condição das províncias. Para efetuar tal tarefa, o escritor afirma não utilizar recursos estilísticos muito elaborados, senão somente escrever as impressões de modo breve, de acordo com o que ele próprio presenciou em solo por aqui, escusando o que alega ser seu fraco entendimento para enaltecer o engenho do destinatário como modo de exaltar a figura do nobre discreto, seu interlocutor, responsável pela legitimação do documento.

O título da obra, “História da província de Santa Cruz, que *vulgarmente* chamamos Brasil”, sugere que o nome da terra foi deturpado e alterado pelo uso comum. A explicação se encontra no capítulo 1, bem como no subtítulo do mesmo, *motivo pelo qual se deve chamar Santa Cruz e não Brasil*. Esse primeiro capítulo conta a história do descobrimento, como Pedro Álvares atingiu a costa brasílica depois que a esquadra, a caminho que estava para dobrar o Cabo da Boa Esperança no trajeto para a Índia, fora atingida por um temporal nas proximidades das ilhas de Cabo Verde, circunstância pela qual algumas embarcações apartaram-se da companhia. Após um mês navegando com ventos prósperos, chegaram à província, admirados porque supunham estar na Guiné, porém estavam em território diferente de todos que já tinham visto. O “descobridor” mandou alçar uma cruz no mais alto lugar de uma árvore, onde foi erguida com solenidade e benção dos sacerdotes, nomeando esta terra como Santa Cruz, ao dia três de maio, quando era celebrada a festa da Santa Madre Igreja.

... assim como nestes reinos de Portugal trazem a cruz no peito por insígnia de Ordem e Cavalaria de Cristo, assim prouve a ele que esta terra se descobrisse a tempo que o tal nome lhe pudesse ser dado neste santo dia, pois havia de ser possuída de portugueses, e ficar por herança de patrimônio ao Mestrado da mesma Ordem de Cristo. Por onde não parece reação que lhe neguemos este nome, nem que nos esqueçamos dele tão indevidamente por que lhe deu o vulgo mal considerado, depois que o pau da tinta começou de vir a estes Reinos: ao qual chamaram Brasil por ser vermelho, e ter semelhança de brasa, e daqui ficou a terra com este nome de Brasil. Mas para que nesta parte magoemos ao Demônio, que tanto trabalhou e trabalha por extinguir a memória a Santa Cruz e desterrá-la dos corações dos homens, mediante a qual somos redimidos e livrados do poder de sua tirania, tornemos-lhe a restituir seu nome e chamemos-lhe Província de Santa Cruz, como em princípio (que assim o mostra também aquele ilustre e famoso escritor João de Barros na sua própria década, tratando deste mesmo descobrimento) porque na verdade mais é destinar, e melhor é nos ouvidos da gente Cristã o nome de um pau em que se obrou o mistério de nossa redenção que outro que não serve de mais que de tingir panos ou cousas semelhantes.

197

O esquecimento do nome Santa Cruz é remetido à influência do demônio que atua para apagar a memória e as obras dos cristãos, para desterrá-las dos corações dos homens. Tal influência é imagem recorrente dos relatos de conquista, principalmente quando descrevem os hábitos e ritos dos nativos, sendo a atuação da santa igreja a força pela qual há de se expurgar os males e implementar as rotinas alinhadas ao modo ocidental. Há aqui uma questão pertinente quando a atividade demoníaca é apontada como causa do esquecimento e o esforço historiográfico como manutenção da memória, contada a partir dos feitos dos conquistadores. Assim, as organizações nativas, sejam as relativas à vegetação, ao mato, sejam às estruturas sociais indígenas, são igualmente relegadas ao esquecimento, vinculadas que estão às forças contrárias pelas quais os colonos se orientam, na busca de construir o discurso que sustente essa memória enxertada. Diante da incompreensão, da falta de interesse, da ineptidão, são incapazes de perceber e experienciar essas manifestações, pois agem movidos pelo intuito de alterar e reconfigurar, relegam às ausências o que poderia ser apresentado como deveras abundante. Uma vez livrados da atuação maligna que desfaz as obras, deveriam os habitantes da colônia restituir o nome de Santa Cruz como modo de reafirmação desses valores, pois de um lado temos um pau que representa a redenção, a paixão do salvador, de outro um pau como especiaria, cuja tintura vermelha brasa era deveras valorizada como especiaria nos reinos europeus. O nome da redenção não vingou, sendo substituído pelo vulgo.

O relato faz menção à língua nativa falada na costa que, embora seja uma em geral, difere em certos vocábulos de região para região, como alguns usados exclusivamente pelas mulheres, outros pelos homens. Destaca que essa língua carece de três letras: não se acha nela F, nem L, nem R. “Cousa digna de espanto porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medida”¹⁹⁸. Essa associação entre a falta das letras na língua nativa com a falta de fé, lei e rei é indicativa da descrição que faz dessas sociedades, retratando que não adoram coisa alguma, não possuem um líder que centraliza do poder, a não ser na figura dos chefes das aldeias comparados a capitães, não possuem uma jurisprudência própria, descritos como desonestos e muito dados às sensualidades. Portanto, na visão do

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 134

conquistador, não há reconhecimento possível dessas comunidades nativas por não possuírem as instituições necessárias para o exercício da cidadania aos moldes europeus.

Das capitâneas destaca as povoações lusitanas que se encontram em cada uma delas, os senhores que as conquistaram e os que as governam, os rios que banham as terras e as igrejas da companhia de Jesus erguidas nesses povoados. A história da província é retratada a partir dessas fundações, dos enxertos civilizatórios que se mesclam com as estruturas locais, creditando o nome dos capitães responsáveis pela conquista. De oito capitâneas era constituído o território: Tamaracá, conquistada por Pero Lopes; Pernambuco, conquistada por Duarte Coelho, Bahia; conquistada por Francisco Pereira Coutinho; Ilhéus, conquistada por Jorge de Figueiredo Correia; Porto Seguro, conquistada por Pero do Campo; Espírito Santo, conquistada por Vasco Fernandes Coutinho; Rio de Janeiro, conquistada por Mem de Sá e São Vicente, conquistada por Martim Afonso de Sousa.

Outras muitas povoações há por todas estas capitâneas além destas de que tratei, onde residem muitos portugueses, das quais não quis fazer menção por não ser meu intento dar notícia senão daquelas mais assinaladas que são as que têm oficiais de justiça e jurisdição sobre si como qualquer vila ou cidade destes reinos.¹⁹⁹

Para ser inserida na relação historiográfica proposta por Gandavo, a povoação necessita das estruturas e instituições que creditem sua existência, os oficiais de justiça, a jurisdição, os senhores e as igrejas. Caso contrário não pode ser referenciado o espaço que mantenha o ordenamento natural e social nativo. Este permanece oculto, imperceptível, ausente. Sem a alteração forçosa que o submeta aos alicerces civilizatórios, tal espaço não existe oficialmente, não pode integrar os documentos desde que não possua um nome, um senhor, uma igreja erigida. Pode-se dizer que, sem as instituições, não pode ser apreendido, notado, percebido ou referenciado. O mato nativo, além de não ser passível de representação, é a morada do inimigo, território perigoso e hostil, motivo que contribui pelo impulso do colono em habitar a zona costeira da província e somente depois abrir as trilhas e picadas rumo ao interior para, tendo roçado o mato e devassado os caminhos, aí sim instituir as estruturas dos aldeamentos sertanistas.

Imperceptíveis são as coisas que escapam à compreensão. Para ilustrar essa proposição, destaque-se o capítulo IX da história, sob o título de “Do monstro marinho

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 104

que se matou na capitania de São Vicente, ano 1564”, que inicia com a frase: “Foi causa tão nova e tão desusada aos olhos humanos a semelhança daquele feroz e espantoso monstro marinho”²⁰⁰. O episódio se deu quando uma índia escrava do capitão viu andar pela areia da praia uma criatura estranha que emitia urros monstruosos, ao que foi correndo até o filho do capitão, Baltasar Ferreira, e lhe informou o que avistara, alegando que se tratava de alguma entidade diabólica. O moço, porém, não lhe deu crédito, duvidando do juízo da nativa, dizendo que ela fosse conferir novamente do que se tratava tal criatura. Quando voltou então a índia dizendo que se tratava de uma criatura tão feia quanto o demônio, Baltasar lançou mão de sua espada e correu de encontro ao monstro.

tendo para si (quando muito) que seria algum tigre ou outro animal da terra conhecido com a vista do qual se desenganasse do que a índia lhe queria persuadir, e pondo os olhos naquela parte que ela lhe assinalou viu confusamente o vulto do monstro ao longo da praia, sem poder divisar o que era, por causa da noite lhe impedir, e o monstro também ser cousa não vista e fora do parecer de todos os outros animais.²⁰¹

Ao perceber que o monstro caminhava para o mar, o mancebo lhe tomou a dianteira para atacar a fera, essa então se levantou e ficou apoiada sobre as “barbatanas do rabo.” O jovem lhe estocou a barriga, o que resultou em um esguicho de sangue que lhe atingiu o rosto, de modo que quase perdeu a visão. Ferida, a besta tentava avançar para o mar quando levou outro golpe na cabeça com o qual ficou bastante debilitada. Em seguida outros escravos chegaram até o local atendendo aos gritos da índia, tomaram-na nas mãos e a levaram até o povoado para que fosse vista por toda a gente da terra.

E com este mancebo se haver mostrado neste caso tão animoso como se mostrou, e se ter tido na terra por muito esforçado saiu, todavia desta batalha tão sem alento e com a visão deste medonho animal ficou tão perturbado e suspenso, que perguntando-lhe o pai, que era o que lhe havia sucedido não lhe pôde responder, e assim como assombrado sem falar cousa alguma por um grande espaço. O retrato deste monstro é este que no fim do presente capítulo se mostra, tirado pelo natural. Era quinze palmos de comprido e semeado de cabelos pelo corpo, e no focinho tinha umas sedas muito grandes como bigodes.

Os índios da terra lhe chamam em sua língua ipupiara, que quer dizer demônio da água. Alguns como este se viram já nestas partes, mas acham-se raramente. E assim também deve de haver outros muitos monstros de diversos pareceres, que no abismo desse largo e espantoso mar se escondem, de não menos estranheza e admiração; e tudo se pode crer, por difícil que pareça: porque os segredos da natureza não foram revelados todos ao homem, para que com razão possa negar, e ter por impossível as cousas que não viu nem de que nunca teve notícia.²⁰²

²⁰⁰ *Ibid.*, 2008, p. 129

²⁰¹ *Ibid.*, p. 130

²⁰² *Ibid.*, p. 130 – 131

O curioso episódio sugere, além da imaginação aflorada do colono diante da vastidão natural desconhecida desse novo mundo, a incapacidade de experienciar eventos quando estes escapam ao conhecimento racional. Estes segredos naturais não revelados aos homens, conforme cita o trecho, afirmam a possibilidade de negação dos mesmos, bem como a impossibilidade de compreensão das coisas das quais nunca se obteve notícia. Tal postura pode servir de premissa à sugestão desse esforço de que os ordenamentos naturais, dotados de toda essa complexidade fugitiva ao entendimento do estrangeiro, são imperceptíveis, negados e desprezados, devendo ser combatidos e alterados pelas armas e pelos discursos. Ainda conforme a citação, com razão se pode negá-los, impossibilitá-los, aniquilá-los e alterá-los de modo que atendam, de certo modo, aos preceitos pretendidos pelos conquistadores.

Outro apontamento do texto que sugere a proposição de que o mato é o território do inimigo se dá na descrição da tribo dos aimorés, descritos como índios ferozes e salteadores, habitantes da capitania de Ilhéus até Porto Seguro. Residiam nos grandes matos por onde andavam emboscados, não possuíam povoações nem casas a que se recolhessem, escondidos na vegetação de modo que constantemente atacavam os transeuntes desavisados, motivo pelo qual eram temidos tanto pelos portugueses quanto pelos outros nativos de diferentes etnias. Eram apontados como inimigos difíceis de se combater pois, após os assaltos repentinos, fugiam rapidamente ao mato onde ficavam escondidos e caso alguém fosse atrás em perseguição, logo era repellido com ataques de flechas disparadas desses refúgios.

O mato alto é caracterizado como local perigoso, morada das feras e dos inimigos, figurando como território repleto de ameaças aos colonos. É o oposto da propriedade, da fazenda, dos aldeamentos, pois nas propriedades privadas o espaço é alterado, roçado, cercado e protegido de modo que ali possam ser instituídas e proliferadas as instituições garantidoras dos arranjos sociais pretendidos. A imagem do esconderijo também permite a leitura de que esse mato alto nativo esconde os perigos que nele habitam, ao passo que a propriedade é a devassidão desses refúgios, como se, para poder compreender e controlar os eventos que sucedem nessas terras, faz-se mister antes desvelar esses segredos, derrubar esses refúgios inóspitos para que, na clareira, no pasto aberto, na lavoura, os fenômenos que ali ocorrem possam ser compreendidos e manipulados do modo como deseja o mandatário.

No *Diálogo sobre a conversão do gentio* de Manuel da Nóbrega, quando retrata a conversa entre Gonçalo Alvarez e Matheus Nugueira, é reafirmada a dificuldade de catequização dos povos nativos, dados que seriam às inconstâncias que lhe são características, por não saberem crer ou adorar um deus somente, comparados a bestas e cães que se comem uns aos outros e a porcos nos vícios e maneiras com que se tratam. Se por um lado o esforço do padre fosse suficiente para converter muitos, por outro muitos haveriam de se desconverter devido aos impulsos inconstantes que lhe são atribuídos. O ofício do sacerdote, então, é ilustrado na conversa com a máxima de dar pérolas aos porcos, já que o trabalho da pregação aparentemente não gerava o resultado pretendido.

Nogueira: Pois que remedio, emos de cansar de balde? A minha forja de dia e de noite, e o meu trabalho não me renderá nada entre elles pera levar diante de Christo quando nos vier julgar, pera que ao menos curta alguma parte de meus pecados muitos?...

Gonçalo Alvarez: Disso, Irmão, estais seguro que vós não perdeis nada; se Christo promete por hum pucaro de agua fria, dado por seu amor o reino dos ceos, como hé possível que percais vós tantas marteladas, tanto suor, tanta vigília, e a paga de tanta ferramenta como fazeis? As vossas fouces, machados, muito boons são para roçardes a mata de vossos pecados, na qual o Espiritu Sancto prantará muitas graças e dões seus, se por seu amor trabalhaes.²⁰³

O trabalho há de ser recompensado se for obrado por amor, de modo que as ferramentas forjadas pelo sacerdote serão suficientes para roçar a mata dos pecados, preparando o solo para que o espirito santo possa plantar as graças e os dons divinos após a intervenção da santa palavra. Esse fragmento do diálogo é repleto das imagens que sustentam a investida contra os ordenamentos nativos, tanto os naturais como o mato, quanto os das organizações primeiras. A mata é local do pecado, é abrigo dos pecadores, das bestas que se alimentam uns dos outros, ao ponto que a palavra utilizada no trabalho dos padres em pregação é tal qual foices e machados que, forjados na dificuldade, vêm para roçar esses ordenamentos, reduzi-los ao espaço vazio, de modo que possa a intervenção do espirito santo atuar sem nenhum obstáculo. A consumação das forças pelas ferramentas e pelas palavras, pelas armas e pela eloquência, pela forja do metal e pelas pregações.

Tal percepção relativa à vegetação nativa como condição adversa não é exclusiva dos territórios brasílicos. Encontra-se, tomando como exemplo, no *Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em*

²⁰³ NÓBREGA, Manuel da. *Diálogo sobre a conversão do gentio*. São Paulo: Meta Libri, 2006. p. 3

1497²⁰⁴, diário de bordo anônimo atribuído a Álvaro Velho, publicado em 1838 a partir de um manuscrito presente na Biblioteca Pública Portuense. O registro, junto da história dos descobrimentos de Fernão Lopes de Castanheda²⁰⁵, são documentos que auxiliaram Camões na composição do enredo dos *Lusíadas*.

Consta no diário de bordo que em vinte e cinco de novembro de mil quatrocentos e noventa e sete, um sábado à tarde, dia de Santa Catarina, os navegantes lusitanos adentraram a angra de São Brás, atual *Mossel Bay* na África do Sul, batizada como Aguada de São Brás por Bartolomeu Dias em fevereiro de mil quatrocentos e oitenta e oito. Estiveram aí por treze dias, desfazendo a nau que levava os mantimentos e recolhendo-os ao navio. Na sexta feira seguinte, vieram cerca de noventa homens à praia e, vendo-os, saíram os portugueses em terra nos bates, todos bem armados, pois quando lá esteve Bartolomeu Dias, foram os navegantes tomar água junto a aguada que se encontra próxima da praia e lá encontraram com os nativos que a defendiam jogando pedras de cima da colina que a guarda, de modo que Bartolomeu lhes atirou com uma besta matando a um deles. Receosos, então, saíram os portugueses à praia, o capitão mor lançando alguns pertences na areia, os quais vinham os nativos tomá-los, alguns até diretamente da mão do capitão. O local escolhido para o desembarque foi afastado do mato que se elevava na costa, considerado inseguro para os navegantes, que foram em busca de um porto com encosta mais desmatada.

E o capitam moor nom quys aquy sajr em terra porque esta honde os negros estavam huñ mato grande, e mudou-lhe o posto, e fomos pousar a outro lugar descoberto e alij sayo e acenamos aos negros que fossem pera honde nos hiamos, e eles foram.²⁰⁶

No sábado vieram cerca de duzentos nativos trazendo bois, vacas e carneiros. Ao avistá-los, saíram os portugueses em terra onde resgataram um dos bois utilizando três manilhas, o qual foi jantado no domingo. No domingo vieram novamente vários nativos acompanhados de moços pequenos, as mulheres observavam do alto da colina perto do mar. Conforme os costumes desses povos, os homens vêm à praia para ter com os portugueses enquanto os moços ficam com as armas escondidos mato adentro.

E nos estando asy a falla por acenos, vimos amdar antre o mato os moços agachados e traziam as armas nas mãos. E o capitam moor mandou huñ homem que se chama

²⁰⁴ VELHO, Álvaro. *Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497*. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1838.

²⁰⁵ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento & conquista da Índia pelos portugueses*. Coimbra: 1552 – 1561.

²⁰⁶ VELHO, 1838, p. 10

Martim Affonso que ja andara em Manycongo, fora, e deulhe manjilhas que rresgatase huũ boy. E elles depois que teveram as manjilhas tomaramo pella mão e foram-lhe mostrar augada dizendo que porque lhe tomaramos nos a augoa, e começaram de lançar os boys pera o mato. E o capitam moor quando isto viu mandou a nos outros que nos rrecolhesemos e também que se acolhese o dito Martim Affonso, jsto porque lhe pareceo que elles hordenavam alguã treçam. Emtam depois de rrecolhidos nos fomos onde da primeira estevemos e elles foram de pos nos. E o capitam mandou que saysemos em terra com lanças e azagayas e béstas armadas e nosos gibanetes vistidos, e jsto majs pera lhe mostrarmos que eramos poderosos pera lhe fazer mall e que lho nam queriamos fazer. Elles quando jsto viram começaram de se ajuntar e correr huũs pera os outros e o capitam por nom dar azo pera se matar delles algũs mandou que se rrecolhesem todos aos bates, e depois que fomos todos rrecolhidos por lhe dar a emtender que lhe poderyamos fazer mall e que lho nam queriamos fazer mandou que se tirassem duas bombardas que estavam na popa da barca. E elles estavam todos asentados na praya junto com ho mato e quando ouviram desfechar as bombardas começaram de fugir tam rrijo pera o mato que as pelles com que andavam cubertos e as armas lhe ficavam, e depois que foram em o mato tornaram dous por ellas, e njsto começaram de se ajuntar e fugir pera cima de huã serra e levavam o gado ante sy.²⁰⁷

Os episódios ocorridos com a frota de Vasco na Aguada de São Brás também revelam como a relação entre o mato e os nativos é considerada perigosa para os lusitanos. Não deviam aportar os bates na encosta com o mato alto pois nele os gentios se escondem com armas em punho, prontos que estão para combater os invasores de suas terras. Quando a batalha está prestes a eclodir, correm os portugueses para o mar e fogem os nativos para o mato. As descrições das narrativas de conquista trazem essa visão costeira do território, atendo-se primeiramente na parte visível do litoral, sendo o interior do matagal espaço que deve ser evitado primeiramente e, quando desencadeado o processo de conquista, devassado de modo a torná-lo menos hostil.

Das embarcações que são disparadas as bombardas das *columbrinas* que, pelo clarão da pólvora e o barulho estrondoso, afugentam os nativos que correm rapidamente para o mato, deixando para trás as roupas e armas que lhe pertencem. Concomitantemente há esse impulso historiográfico que registra os movimentos expansivos da frota lusitana, que descreve os feitos e as reações dos homens e mulheres quando vêm à costa. Porém, nem as bombardas, nem os registros, nem a lança furiosa de Marte, nem a eloquência apolínea são suficientes para relatar o mato alto. As descrições e as ofensivas, de certo modo, são contidas nesse primeiro momento diante do ordenamento nativo da vegetação. Sem a devassa não há registro, não há apreensão possível que se dê sem a intervenção alteradora das forças que resultam no vazio necessário para que se possa instalar nesse espaço as instituições que sustentam as estruturas sociais pretendidas pelos colonizadores.

²⁰⁷ *Ibid.*, p.13

O mato pode assumir essa imagem paradoxal, ao mesmo tempo símbolo da exuberância e da diversidade que caracterizam certo aspecto da identidade cultural e social brasileira, mas por outro lado esse lugar ausente, inóspito, misterioso, desconhecido, abrigo do inimigo. Como se, para se tornar visível e apreensível, fosse necessário cessar-se, somente aparecendo no momento em que deixa de existir. A exuberância e a ausência, a totalidade e a nulidade, a harmonia e a intervenção forçosa. Crescendo alto para além das colinas da encosta, abriga os segredos desconhecidos que para serem desvelados necessitam dessa roçada, dessa picada aberta, das trilhas que conduzam ao seio do interior. Os caminhos são nomeados, as rotas são instituídas, os aldeamentos e os arraiais fundados, porém o mato que resiste fora das estradas continua indistinto e só possuirá sua própria denominação quando virar assentamento civilizatório, espaço de plantio e cultivo ou pasto de víveres.

Langsdorff, entre os anos de 1821 e 1829, empreendeu viagem por diversas províncias e, em decorrência desses trajetos, anotou as impressões em seu diário. Como cientista naturalista, zoólogo, botânico e médico, foi condutor de um grupo de desenhistas e pesquisadores cujo objetivo era retratar aspectos característicos da fauna e flora brasileira, bem como das condições urbanas e do modo de vida do interior do país. A obra resultante da expedição de Langsdorff, oriunda dos 34 cadernos anotados, comentados e ilustrados, possui a catalogação de espécies de plantas, aves e animais que até então não constavam em registros acadêmicos nem possuíam oficialmente as nomenclaturas científicas respectivas.

Destaque-se o segundo volume da coleção dos diários publicados²⁰⁸, mais precisamente, nesse primeiro momento, o registro datado de vinte de outubro de mil oitocentos e vinte e cinco, quando a expedição chegava à Jundiaí. A comitiva partiu de São Paulo no dia dezoito, atravessou o rio Tietê e foi pousar num grande rancho chamado Capão das Pombas, abrigo que era muito utilizado pelos tropeiros e comerciantes quando se dirigiam ao porto de Santos. Pelo caminho o cientista ia descrevendo a fauna e a flora local, como quando encontrou entre as plantações de trigo uma nova espécie de *Convolvulus* e também exemplares de *Conyza*, e entre os pássaros *Muscicapa*, *Picus*

²⁰⁸ LANGSDORFF, Georg Heinrich. *Os diários de Langsdorff*. SILVA, DGB., org., KOMISSAROV, BN., eds., Trad. Márcia Lyra Nascimento Egg. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. Vol.2

campestres, *Tanagra* e *Cardinal*. Partindo desse rancho no dia vinte, eis que se segue conforme o registro no diário:

No início, o caminho era acidentado e coberto de mato. Nas partes baixas, encontramos os caminhos molhados e pisados, mas sem atoleiros, desses em que os animais ficam atolados. Meia hora depois de Juquiri, subimos uma elevação, de onde se avista um belíssimo panorama. A vegetação local era uma espécie de campos artificiais de pastagem, mas totalmente diversos dos belos campos de Minas. As matas tropicais se transformaram em capoeiras, e estas, em campos. O solo é seco e ruim, invariavelmente coberto por vegetação de campos e por fetos, o que confere ao lugar uma imagem de desolação e aridez e, ao viajante, uma sensação extremamente desagradável.

Mais adiante, estávamos novamente em mata virgem, o que me levou a me sentir em pleno litoral ou nos caminhos de Mato Dentro, em Minas, tal a semelhança entre os tipos de vegetação dessas regiões, com exceção de uma ou outra planta.

Hoje conseguimos capturar uma andorinha e dois pássaros do gênero *Falco*. Duas léguas e meia adiante de Juquiri, atingimos a fazenda e o rancho de Félix. Aqui e ali se vêem ainda algumas cabanas e ranchos, que podem servir de abrigo e proteção para o viajante em apuros. Após curta estada, cavalgamos até Jundiáí, que fica ainda 3 léguas adiante. Esse caminho é muito melhor do que o primeiro: é mais aberto e nos permitiu caminhar mais rápido e ir mais longe.²⁰⁹

A primeira impressão do caminho, coberto de mato, se dá de modo a perceber que na parte baixa e úmida ainda era possível a travessia dos animais, sem risco de atolamento, uma descrição mais utilitária do que categorial. Depois, afastados de Juquiri, subiram em um elevado de onde avistaram o que o texto sugere como belo panorama, a vista de campos como que artificiais de pastagem. Note-se que a percepção de agradabilidade da paisagem está atrelada à condição de artificialidade dessa vegetação, mesmo sugerindo que os campos se assemelham aos pastos, essa associação pode ser pensada a partir da necessidade de intervenção modificadora que atua para transformar certo ordenamento natural, não agradável, não belo, perigoso e hostil, em campo onde as alterações já o tenham transformado em local mais propício à vista e aos relatos.

Descreve, também, de um modo amplo, como a mata tropical típica da costa e da região serrana vai, conforme se avança ao interior, transformando-se em capoeiras e campos, com o solo seco coberto pela vegetação campestre, que confere ao viajante a desagradável sensação de aridez e desolação. O contato com os ordenamentos nativos, as resistências que eles oferecem aos avanços e entradas interioranas, seus grandes campos inabitados, são motivos que consternam os forasteiros. Conforme se aproxima dos ranchos habitados por algumas cabanas, abrigos hospitalares para os viajantes em apuros, o texto vai assumindo um tom mais ameno e, quando se abre a estrada e o

²⁰⁹ LANGSDORFF, 1997, p. 23 – 24

caminho, quando se encontra o trânsito livre desses obstáculos naturais das vegetações nativas, o passo acelera, a comitiva avança e novamente é relatada a agradabilidade de percorrer essa picada aberta, larga, a estrada roçada que conecta as cidades interioranas às grandes capitais costeiras.

No registro do dia dezessete de novembro, a caminho da cidade de Itu, encontra-se novo trecho que descreve a relação entre as condições das estradas disponíveis para a travessia e a interferência do mato como empecilho aos avanços.

O caminho atravessa uma boa légua e meia de mata virgem fechada, onde se vêem troncos de espessuras incomuns. Nela existe uma trilha – que nem pode ser chamada de caminho - intransitável e penosa, que se percebe pelos troncos de árvore derrubadas e pelo chão lamacento. Duas léguas e meia adiante, deixa-se a mata escura, e, de repente, descortina-se diante de nós uma ampla paisagem, onde se vêem, ao longe, as torres brancas das igrejas de Itu. Toda a região tem uma aparência bastante acolhedora e, por que não dizer, européia.²¹⁰

A trilha penosa mal é percebida, a não ser pelos troncos das árvores derrubadas, indicativos de uma força interventiva que busca devassar os caminhos. Essa marca dos troncos ceifados que indicam o caminho intransitável que deve ser adentrado é muito significativa para o que aqui se propõe como tópica da ausência a partir da roçagem. Não se trata, nessa imagem, de evocar a memória nostálgica de uma entidade aniquilada, como tentativa de resgatar certa vitalidade pela representação, mas antes, desapropriada de seu ordenamento próprio, é indicativa do trilheiro, das vias de acesso sofrido. Denota os meios dos males pelos quais padece, a força que ali atuou interventivamente marcando a passagem aberta como fratura exposta. Por ali que avançam as tropas, os diários, os catálogos, os discursos; por ali que escoam as mercadorias, os remédios, os insumos e os equipamentos. Portanto a derrubada, obtida pela aplicação de uma força alteradora, ocasiona a ausência necessária para que se desobstruam os itinerários, restando como marca dos processos pelos quais fora destituída de sua existência inerente.

O chão lamacento também é indício dessa roçagem, força de extração do mato pela qual é exposta a terra que, quando submetida à umidade excessiva das chuvas, se transforma em lamaçal, muitas vezes sujeitando os animais aos riscos do atolamento. Essa imagem também funciona semelhantemente à dos troncos cortados. Conforme aumenta o trânsito por esses caminhos, mais marcado fica o trilheiro de chão aberto e exposto. As adversidades encontradas pelos viajantes na travessia desses caminhos sugerem que essas

²¹⁰ *Ibid.*, p. 36

vias ainda não eram as ideais pois apresentavam, mesmo através das imagens de ruínas, interferências consistentes desses obstáculos naturais. Perfeito seria que fossem ainda mais devassados, ainda mais abertos, removidos os restos dos troncos, pavimentado o chão lamacento. A ausência encontrada nos restos das estruturas naturais ainda não é ausência tal que permita a fluidez necessária para o desenvolvimento dos trânsitos, sejam eles econômicos, civilizatórios, catequizadores, sejam rotas de fuga ou escape. O vazio se expande na medida em que é preenchido com as atividades alheias que destituem e alteram as propriedades por onde atravessam. Em expansão constante, sempre afastado de sua condição anterior, até se perder no vácuo de sua própria particularidade.

Quando a comitiva deixa a mata escura e diante dela se descortina a amplidão da paisagem, aparecem as torres da igreja de Itu, indicando a presença de um local acolhedor e europeu. Dentro da mata, descrita como escura, inóspita, dentro desses caminhos que nem podem ser chamados de caminhos, não há acolhimento possível, não há descrição minuciosa. Mesmo o cientista naturalista zoólogo e botânico se sente incomodado quando dentro desse espaço e é quase que inevitável o alívio quando avista, ao sair da densidade natural, a amplitude aberta pela intervenção devassadora, bem como as estruturas que se erguem no horizonte, indicativas da habitação humana na região. As torres brancas da igreja de Itu como redenção dos maus tempos em que estiveram atravessando as matas nativas, o conforto acolhedor dos alicerces civilizatórios.

Vários exemplos dessa natureza se encontram nos diários de Langsdorff, quando se referem à rudeza das matas, à precariedade de algumas trilhas e caminhos rumo ao interior, culminando numa espécie de alívio quando finalmente chegam nos arraiais ou cidades que apresentam algumas estruturas propícias ao conforto e repouso dos viajantes. As chegadas a essas localidades, os destinos dos trajetos, o acolhimento e a presença, mesmo que mínima, de instituições administrativas, são como a redenção dos obstáculos superados nas travessias. Plana no ar uma promessa de destituição e alteração tal que facilite a viagem, que disponibilize as conexões de um país futuro mais integrado, que venha a reduzir os danos e os custos dessas expedições. Nos interessa aqui os momentos em que as descrições apontam para esse vazio ausente das matas superadas em contraste com as estruturas urbanas e as edificações instituídas, como o presente no registro do dia treze de dezembro por exemplo, quando estava a comitiva a caminho de Sorocaba no interior paulista.

Vimos aqui muitos pássaros, mas o tempo não estava bom para caça. Partimos apressadamente tão logo ele melhorou. A distância daqui até Sorocaba é de cerca de 2 léguas de caminho quase todo bom. Os campos são ricos, mas não se comparam com nenhum dos de Minas. Existem algumas matas. Em suas redondezas, os campos artificiais são irreconhecíveis. Na metade do caminho, sobe-se uma elevação. De lá se vê a cidadezinha bonita e simpática de Sorocaba, situada na encosta nordeste de uma colina, que, vista deste lado, é bastante pitoresca. Após atravessar campos com poucas variações, alcança-se finalmente, ao pé da vila, o rio Sorocaba (que desemboca no Tietê) e encontra-se uma ponte larga muito bem conservada.²¹¹

Novamente a ausência de descrição categorial dos ordenamentos nativos sintetizada pela expressão “existem algumas matas”. Ao redor das matas, os campos artificiais novamente se destacam, dessa vez por serem irreconhecíveis, talvez pelo avanço da vegetação que cresce sobre a plantação, talvez pelos danos que as adversidades temporais e as intempéries produziram nesses espaços. No caminho encontraram um ponto alto de onde puderam avistar ao longe a bela e simpática cidade de Sorocaba, a estrutura da ponte que atravessa o rio, conservada e utilitária, ao contrário dos campos artificiais que de algum modo são irreconhecíveis conforme o trecho citado. O relato segue descrevendo a importância do comércio de mulas no mercado local como grande recurso econômico dos habitantes de Sorocaba, a existência de grandes pastos em detrimento de lavouras, utilizados para fomentar o mercado dos víveres, também a descrição das casas construídas com terra argilosa, o *pisé*, as condições das ruas na cidade e até mesmo o esplendor do salto do rio, uma bela cachoeira que se vê precipitar, impetuosa, sobre a mata espessa, correndo pela massa de rochas com cascalhos. Enquanto a descrição das habitações, das fazendas, das condições das vias de acesso e dos modos dos habitantes locais é mais destacada, as matas são descritas apenas diante dos obstáculos que oferecem, das sobras e ruínas que marcam sua superação ou do clima característico da aridez desoladora que a todos sujeita.

No dia sete de fevereiro de mil oitocentos e vinte seis partia a comitiva de Itu em direção à Freguesia da Piedade, nas proximidades do rio Tietê. Fora registrado que em Itu havia muito *Gorsalo* e, nos campos atravessados pelo caminho, uma *Iridea* fina que se estendia ao longo da margem. O caminho estava péssimo devido ao transbordamento do rio que tornou a viagem extremamente perigosa pois algumas pontes haviam desmoronado, outras teriam sido arrastadas, motivo pelo qual as mulas tiveram que

²¹¹ *Ibid.*, p. 52

atravessar o rio a nado. Por conta das condições adversas do trajeto, tiveram que atravessar riachos fundos, contornar outros, passar por locais pantanosos e difíceis.

As redondezas são desertas; de vez em quando se vêem algumas cabanas de palha. Após percorrermos 2½ a 3 léguas, alcançamos a Freguesia de Piedade. De repente, foi como se tivéssemos saído de uma mata virgem e se descortinasse, diante de nós, um horizonte sem limites. O colégio do Seminário, um velho colégio jesuíta, confere ao lugar uma bela paisagem. E uma região variada, ora de campos, ora de matas; é uma das mais bonitas que já vi, nesta província. Os jesuítas sabiam escolher muito bem. No seu tempo, toda esta região estava cultivada e florescia. Os índios que vieram, atraídos pela promessa de salvação do cristianismo, estão agora todos mortos.²¹²

Os arredores desérticos e vazios quando preenchidos, vez ou outra, por alguma habitação rústica, quebram a monotonia das ausências. Dentro da mata, trilhando os caminhos tortuosos, o tom da descrição é de desolação, mas quando se aproxima da cidade, modifica de modo que, saindo desse espaço vazio, se abre diante dos olhos o belo horizonte marcado pelo colégio dos jesuítas que ali outrora funcionava. Assume então certo tom nostálgico que evoca os belos campos cultivados e floridos, bem como as almas dos índios que ali estiveram na promessa da salvação, mas que agora já não mais existem. As ruínas do colégio, os vestígios dos cultivos, a ausência dos índios, a melancolia do passado promissor que se esvaiu, restando afastado e isolado pelas matas que o cercam. Os caminhos, assim como as pontes, fenecidos, com seus obstáculos e dificuldades proporcionais ao esforço despendido no avanço dos matos, a eterna prevalência pujante dos fatores naturais sobre as intervenções humanas. Esse clima desértico, abandonado, minguido e falecido, tão característico das cidades interioranas como quando esvaziadas depois da febre do ouro, depois do recuo das bandeiras, largadas às ruínas de uma promessa civilizatória que não se cumpriu, mas que sempre retorna como esperança de um futuro redentor, quando serão mais propícias ao desenvolvimento pretendido.

Uma igreja suntuosa, dá mostra da abundância de outrora. Todos os prédios estão desabitados, mas, ainda se vêem, na Freguesia de Piedade, uma igrejinha modesta e algumas cabanas pobres, a meia légua do colégio dos jesuítas. Da Freguesia de Piedade até a vila do Parnaíba são 3 léguas de distância. A região do antigo colégio dos jesuítas distingue-se por sua paisagem variada, onde se alternam montanhas, colinas, matas, campos e planícies.²¹³

Aqui as marcas da ruína não são referentes aos ordenamentos naturais, mas a certos vestígios de estruturas interventivas, ao esplendor, agora desabitado, da igreja e

²¹² *Ibid.*, p.58

²¹³ *Ibid.*, p.58

dos prédios de outrora. A nostalgia dessa fartura abandonada que reaparece como promessa debilitada, no retrato da pequena igrejinha, modesta, bem como no das pobres cabanas, imagens que fazem restar ainda certos traços das instituições que naquele local foram instaladas. Tal qual o mato quando torna a crescer, tímido e espaçado, depois da roçada, antes de tomar as proporções vistosas de outrora, assim a igrejinha e as pobres cabanas resistem ao desolamento da freguesia e são representativas de outras tantas pequenas cidades interioranas que também passaram por processos desoladores semelhantes. A paisagem dos arredores, alternando entre montanhas, colinas, matas, campos e planícies, é apontada como a região do antigo colégio dos jesuítas. Mesmo diante de todas as formações naturais, os diferentes relevos, as diferentes vegetações, é marcada pela proximidade da estrutura da antiga escola. Não aparecem por si próprias, a não ser quando veiculadas às instituições que são indicativas das estruturas civilizatórias.

No caminho de volta para Rio de Janeiro, a comitiva continuava avançando por caminhos tortuosos e perigosos, repletos de obstáculos naturais. Quando se aproximaram de Piraí, no dia dezanove de fevereiro, tiveram que atravessar o grande rio Piraí, mas esse não possui pontes, apenas uma *becuella*, uma passagem estreita que fica submersa quando as águas sobem, somente pode ser utilizada por pessoas que conhecem esse caminho oculto. A muito custo conseguiram uma canoa para realizar a travessia. As constantes chuvas pioravam os caminhos que, mesmo nas condições normais, não eram muito propícios ao avanço rápido. Chegaram então ao antigo distrito de São João Marcos e, arremetidos por uma forte chuva, ali se hospedaram no rancho dum comerciante de Porto Feliz, Francisco Antônio de Souza.

Dia 20/02. Parti bem cedo com o Sr. Francisco Antônio, que estava feliz por ter conseguido um companheiro, pois a mata circunvizinha, há muito tempo, tem fama de ser perigosa. Alguns meses atrás, várias pessoas foram atacadas e mortas por ladrões da estrada. Os malfeitores eram conhecidos, foram presos, mas, loiro depois, declarados inocentes e postos em liberdade.

Por toda parte, há matas espessas e poucos estabelecimentos. Os caminhos eram tão ruins que não há como descrevê-los. Neles, pessoas e animais perderam a vida, e, no entanto, estão perto da Fazenda do Rei (Imperador). Tivemos que subir vários morros até chegar ao alto da serra do Tomahy, em cujo pico mais alto o Imperador mandou construir um pavilhão. Até lá, os caminhos são horríveis, mas, de lá em diante, são suportáveis, porque o Imperador vem, de vez em quando, passear a cavalo por aqui.²¹⁴

Perigosa é a mata circunvizinha, esconderijo dos bandidos que atacam os viajantes. Se no começo da colônia o perigo se dava, na maior parte, devido aos nativos

²¹⁴ *Ibid.*, p. 68

que habitavam as matas, como os aimorés por exemplo, agora, no XIX, além desses, também envolve os ladrões que investem sobre os transeuntes em busca dos bens e mercadorias. Os matagais continuam, ao longo dos séculos, sendo locais perigosos, adversos aos avanços seguros, abrigo e esconderijo dos malfeitores, devendo ser, o quanto antes, devassados para que proporcionem maior segurança aos viandeiros do progresso.

Por toda a parte encontram-se matas espessas e poucos estabelecimentos, a exuberância natural diante da pouca interferência civilizatória torna a localidade deveras perigosa. Destaque para a expressão: “os caminhos eram tão ruins que não há como descrevê-los”. Podemos inferir que a descrição possível dos caminhos está, de certo modo, relacionada com a qualidade utilitária da travessia. A partir desse pensamento, a dificuldade apresentada pelos obstáculos naturais impede a passagem e, por consequência, impede também o relato. Pode-se dizer que as descrições, as narrativas, os relatórios e, de modo geral, os discursos, avançam junto das comitivas pelas trilhas abertas. Quando não há trilha, quando o caminho é fechado pela mata espessa, não há investida possível, bem como não há, também, relato. Novamente a premissa da incapacidade de apreensão, seja visual, seja descritiva, seja utilitária, diante do ordenamento natural em seu estado bruto. A mata é lugar de ausência exuberante, ausência por sobrepujo orgânico, de modo que só se pode apreender, relatar, avançar, mediante as forças alteradoras que permitem o fluxo das tropas, das mercadorias, das descrições e dos discursos. Os caminhos eram muito difíceis, tão difíceis que não havia meios de os descrever, mas ainda assim eram caminhos, havia ainda uma marca, mesmo que muito frágil, que ligava o ponto de partida ao destino. Eram ruins, mas eram e, se não fossem, não haveria nem mesmo essa descrição negativa que afirma que não há possibilidade descritiva. Diante do ordenamento natural em estado bruto a incursão, o trânsito, o fluxo, podem ser interrompidos, pois aqui é sugerida a possibilidade de serem as matas representativas desse local de ausência, ausência das instituições, das percepções, das descrições e das estruturas necessárias para que sejam cumpridos os propósitos da investida.

Em cima da serra, na qual se chega pelos caminhos tortuosos descritos, há um pavilhão, estrutura construída sob mando do imperador e, a partir dele, os caminhos são mais “suportáveis” pois, conforme o relato, o imperador costumava cavalgar até o alto da serra. A influência das instituições e a importância da manutenção das trilhas para o fluxo ininterrupto dos interesses do estado podem ser pensados a partir dessa breve indicação.

Mesmo dada a dependência econômica que sustentava as divisas do império a partir das mercadorias e insumos que transitavam do litoral ao interior e vice versa, as estradas que ligavam os portos aos aldeamentos interioranos não possuíam as mesmas condições que o caminho por onde cavalgava o imperador. Talvez as condições adversas fossem demonstrativas da dificuldade de pavimentação das vias em um estado tão amplo quanto o brasileiro, talvez indicativas da ausência de governança eficiente para amenizar os danos logísticos ou, talvez, da força impetuosa da natureza que subjuguava os esforços humanos e submetia os caminhos aos diversos obstáculos como os citados até então.

Dentre as possíveis, destaque-se duas premissas na tentativa de pensar a ausência como tópico atrelado aos processos de roçagem que caracterizam certos aspectos das narrativas de conquista. A primeira relativa à necessidade da derrubada do mato, da devassa dos caminhos, como forma de eliminar os obstáculos referentes ao território do inimigo. A segunda sobre certa impossibilidade de descrição desse mato, atrelada à incompreensão desses ordenamentos naturais. Devassar os caminhos, ampliar os acessos, fazer escoar por eles as mercadorias, os insumos, os discursos e as condições para que, nesse território alterado, retirado à força das mãos do inimigo, erigir as bases de uma sociedade enxertada e alinhada aos modelos civilizatórios dos invasores.

Pensar a ausência em relação com as imagens das matas que, diante da falta de compreensão, da impossibilidade de descrição, dos perigos que guardam em seus desconhecidos seios, devem ser roçadas, derrubadas, abatidas. Portanto, embora sejam exaltadas pela exuberância, pela fartura dos frutos, pela diversidade da fauna, pela qualidade do solo, propõe-se aqui que, em uma primeira instância, como numa tentativa de dominar e controlar aquilo que abriga o desconhecido, devem necessariamente ser ceifadas, modificadas, e se antes eram imperceptíveis pelas suas próprias condições, agora são novamente imperceptíveis, sendo antes a marca do que já não é mais do que propriamente indício de suas propriedades. O vazio das matas como imagem e abrigo do desconhecido que aparece no momento em que são ceifadas, controladas, dando lugar às trilhas pelas quais transitam os insumos extraídos que financiam as divisas dos processos que constituem essa nova ordem de ocupação do território. Dando lugar também às plantações que suprem as necessidades desses povoamentos, aos pastos que alimentam os víveres e aos aldeamentos e arraiais que hão de se transformar em grandes cidades e metrópoles modernas.

A derrubada é o processo pelo qual a mata é tombada e o espaço é aberto para que ali sejam instaladas as instituições interventivas. Para ilustrar esse processo, tomemos a bela pintura de Almeida Júnior, *O Derrubador Brasileiro*²¹⁵ de 1879:



Uma figura de caboclo sentado na pedra que margeia um pequeno filete de água, relaxadamente apoiado no cabo de seu machado, segura o cigarro ainda aceso entre os dedos da mão que repousa sobre o colo. Seus olhos baixos, fitando o vazio, bem como sua postura corporal descontraída, indicam um momento de pausa diante do árduo trabalho no manuseio de sua ferramenta. As calças encardidas pelos tons ocre e *sienas*, os pés sujos em contraste com a massa clara das pedras próximas do leito desse riachinho, as marcas das sobras de um contato entre o personagem e a paisagem que se estende ao fundo da imagem. Palhas de milho jogadas aos pés, uma cabaça recolhendo água apoiada

²¹⁵ **Figura 4** - José Ferraz de Almeida Júnior. “*O Derrubador Brasileiro*” (1879). Óleo sobre tela. 228 x 183cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

sobre as pedras, um tufo de mato se estendendo sobre o primeiro plano, inclusive avançando sobre a perna esquerda do derrubador. Ao fundo os vestígios do caminho marcado pelos troncos ceifados, compostos pelo chanfrado do pincel, se sobressaem diante da mata nativa, as sombras de espessas camadas de tinta de onde se destacam duas palmeiras e algumas árvores que margeiam esse trilheiro aberto pelas derrubadas.

“Uma figura de caboclo”, assim começa o texto de Fernanda Pitta²¹⁶, do qual se valem aqui as leituras e os consistentes esforços historiográficos nele presentes, que apontam para a dificuldade de definição do tipo étnico característico do personagem. Caboclo como termo que se refere, na segunda metade do século XIX, tanto ao índio civilizado quanto ao mestiço de indígena com branco, não se tratando portanto de um índio nativo, alinhado ao uso que fazem os românticos da figura desse selvagem in natura, mas de uma etnia mista, um “caboclo manso de torso nu e pés descalços.” O texto também aborda outra dificuldade, a de definição do gênero da pintura, tratada por muitos como mero estudo de figura humana, ou como composição malsucedida, postiça, indecisa, o que gera, conforme as palavras da autora, certa perplexidade para a historiografia de arte no Brasil.

A pintura data de 1879, produzida em Paris a propósito do ingresso de Almeida Júnior da École de Beaux Arts onde foi matriculado como aluno de Cabanel. Foi exposta primeiramente no *Salon* de 1880, sob o título *Défricheur Brésilien*, junto de *Le Remors de Judas*. Dentre o levantamento de referências historiográficas apresentadas pelo texto de Pitta, destaque-se o de Gonzaga Duque que, em 1882, se referia à galhardia da vadiagem do personagem: “O rude mestiço está, no meio desta magnífica vegetação, tão bem e tão cômodo, como se estivesse refestelado numa macia esteira de palha trançada. Provoca a vontade de imitá-lo, pedindo-se-lhe para chegar mais um pouco, a fim de dar-nos lugar, junto dele, o vadio”.²¹⁷

Impressiona o crítico a comodidade do personagem em meio à vegetação magnífica. Como poderia estar tão confortável e relaxado em um ambiente tão hostil? Relata a impressão de que ele está tão aconchegado que parece estar sobre uma esteira de palha macia, mais propícia ao repouso do que a dureza incômoda das pedras. Sua imersão

²¹⁶ PITTA, Fernanda. “Entre alegoria nacional e o tipo brasileiro: o lugar de *Derrubador Brasileiro* no projeto acadêmico de construção da nação.” In.: *Modelos na arte ensino, prática e crítica. 200 anos da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro*. CAVALCANTI, Ana; MALTA, Marize; PEREIRA, Sonia Gomes (orgs). Rio de Janeiro: Nau Editora, 2017.

²¹⁷ PITTA, 2017, p. 290-291

de relaxamento como que incita o observador a um descanso similar, convidando-o a tomar lugar junto dele para uma *siesta* em meio à mata recém aberta. A pausa da atividade de derrubada, o caminho que por ora é descontinuado, de certo modo são questões contrárias possíveis ao dinamismo pretendido dos avanços, dos progressos, dos fluxos pelos quais atuaria esse personagem, em busca de superar justamente os obstáculos oferecidos pelas espessas matas. O conforto, costumeiramente vinculado às estruturas urbanas, pode ser aqui encontrado quando o personagem está em contato direto com os ordenamentos naturais, gerando certa estranheza no observador, cujo olhar está mais atrelado aos efeitos dos avanços fluidos e dinâmicos do que da imobilidade relaxada desse *rude vadio*.

Destaque-se também a referência à recepção discreta, porém digna de nota, da obra por parte da crítica francesa, especialmente na citação de Theodore Véron²¹⁸, que assim descreve:

Almeida (José) – “Un Défricheur brésilien au repos”. Nu, sauf un pantalon de toile, il se repose, assis sur un tertre et appuyé sur sa hache. Une source coule auprès de lui, mais il ne semble pas disposé à en profiter pour se laver les pieds, qui en auraient pourtant besoin. Son type bronze exprime la force et l’énergie. Une nature vierge l’environne. Assez bonne étude qui gagnerai beaucoup si elle avait plus d’effet, mais il y manque le foyer lumineux.²¹⁹

O derrubador brasileiro sentado sobre as pedras, nu exceto pelas calças, apoiado em seu machado. Seus pés sujos, embora esteja próximo à fonte de água, chamam a atenção do observador na medida em que não parece disposto a lavá-los. A nota, entretanto, indica a necessidade de asseio, sugerindo a intervenção que remove os vestígios de seus labores, dos caminhos percorridos, devassados. Significativo esse apontamento pois pode-se pensar a indisposição em lavar os pés de modo próximo da imagem do repouso confortável, uma vez que tanto a limpeza quanto o labor da derrubada são ações interventivas que removem os resquícios dos ordenamentos. A imobilidade do repouso, o relaxamento que interrompe momentaneamente o trabalho, a indisposição indiferente para com a higienização necessária. O texto sugere tais intervenções pois

²¹⁸ Conforme nota do texto: VÉRON, Theodore. *Dictionnaire Véron, ou organe de l’Institut Universel des Sciences, des Lettres et des Arts du XIX Siècle, feu les savants, les littérateurs et les artistes du XIXe Siècle (de A à L). Suivi du Salon de 1880 par Th. Véron*. Paris: Chez M. Bazin, 1880. p. 141 – 142.

²¹⁹ Conforme nota do texto: “*Derrubador brasileiro em repouso*”. Nu, exceto pelas calças de linho, ele descansa, sentado sobre um monte e apoiado em seu machado. Uma fonte de água flui ali próxima, mas ele não parece disposto a aproveitar a oportunidade para lavar seus pés, o que, no entanto, precisa. Seu tipo bronze expressa a força e a energia. Natureza intocada ao seu redor. Muito bom estudo que ganharia muito se tivesse mais efeito, mas falta-lhe enfoque luminoso.

necessita dessa assepsia, bem como das trilhas abertas, dos caminhos desimpedidos, requisita o trabalho desse derrubador, carece dele ativo, seu machado em movimento, precisa das vias e dos pés limpos, removidos todos os vestígios, para que assim melhor possa cumprir os seus desígnios. Ressalta o tipo brônzeo do personagem que expressa a força e a energia para o desempenho das tarefas, ele possui os atributos físicos, bem como a ferramenta apropriada, está próximo do filete de água que pode limpar a sujeira, porém repousa indisposto.

Ao redor a natureza virgem o cerca. Digamos que ainda resiste enquanto ele repousa. O final da nota destaca a qualidade do estudo pictórico que ganharia muito em efeito se possuísse maior enfoque luminoso. Essa luz débil que incide sobre o corpo do personagem, fazendo brilhar o dorso através de grossas camadas de tinta, provém do espaço aberto ao fundo, da vazão ceifada onde restam os troncos caídos que marcam os caminhos. Dentro do mato, na clausura dos ordenamentos naturais, essa luz não resplandece, o que resulta, pela falta de focos luminosos, na massa escura que envolve o derrubador, inserido que está nesse ambiente penumbroso. Os efeitos imagéticos dependem dessa força luminosa que, conforme aqui se sugere, por sua vez, depende da devassa dos caminhos. De modo semelhante pelos quais se apontou certa ausência categorial nos registros quando referentes às paisagens de mata espessa, aqui novamente se encontra através da baixa luminosidade, sugerindo que a representação, seja textual, imagética, discursiva em geral, não produz a completude dos efeitos sem a ausência que lhe permita a atualização das impressões obtidas.

Tanto o repouso indisposto que interrompe a derrubada quanto a penumbra envolvente da mata espessa conferem à imagem as estranhezas peculiares relatadas nas leituras citadas. A densidade própria da mata não é atingida através dessas representações, não são reveladas suas características, não são permitidas as apreensões tais que iluminem e deixem resplandecer os mistérios de seus ordenamentos. Para que sejam apresentadas de tal maneira, antes devem ceder diante desses esforços, devem ser destituídas de seus vestígios residuais, limpadas e esterilizadas das reminiscências. Não há apreensão nem representação possível sem a ausência gerada pelas forças interventivas que roçam e alteram as configurações predispostas.

Ainda no texto de Pitta, encontra-se referência a um poema, descrito como *assaz médiocre*, de François Fertault, publicado no *Journal des Arts, chronique hebdomadaire de l'Hôtel Drouot*, de 28 de maio de 1880, depois republicado em *A Província de S.*

Paulo, no artigo “Um brasileiro que promete”²²⁰, com transcrições em *A Constituinte*, na nota “Notícias – Refere *A Província* de hontem”²²¹ e também na *Imprensa Ytuana*, “Dois quadros”²²². A tradução, feita por Aphrodisio Baptista dos Anjos, bem como a íntegra em francês, integram a edição do artigo em nota de rodapé.

“Défricheur Brésilien / A J. de Almeida / Dur travailleur que rien ne fâche, / Ton corps se soude à se pencher: / Tu t’en vas fouillant, sans relâche, / L’herbe que tu dois arracher. / Qui fuit la besogne est un lâche; / Mais le répit fait mieux piocher. / Pour ‘piocher mieux’, suspends ta tâche... / Tout sol est lent à défricher - / Dèjà reposé? ... Tu tressailles; / Tu retournes à tes brussaies; / Par tes mains le pic est repris ... / Courage! Em toi, vaillant manoeuvre, / On symbolise et voit à l’ouvre / Ceux qui défrichent les esprits.”

“Duro trabalhador que não se descontenta / Teu corpo se une ao se inclinar; / Tu te vais embora escavando sem descanso / A erva que debes arrancar. / Quem foge ao trabalho é um frouxo! / Porém o repouso faz melhor trabalhar, / Para ‘trabalhar melhor’ interrompe tua tarefa ... / Todo solo é lento a desbravar / Já repousado? ... Tu estremeças; / retorna a teus afazeres; / Por tuas mãos a picareta é retomada ... / Coragem! Em ti, valente manobrista, / Simbolizaram-se e pressentem a obra / Aqueles que desbravam os espíritos.”²²³

O modesto soneto inicia evocando a dureza característica do trabalhador empenhado na árdua tarefa de derrubada. Os movimentos do corpo incansável, os avanços sobre a mata que é escavada, roçada sem descanso, a erva que deve ser arrancada para que a investida abra o caminho desejado. Frouxo é aquele que se esquiva da labuta. A primeira estrofe se refere à atividade em desenvolvimento, ao trabalho, ao avanço e ao movimento, sem pausa, sem fuga. Já a segunda estrofe parece justificar o repouso característico da pose do personagem como necessário ao melhor cumprimento de suas funções. A breve interrupção do labor é benéfica ao desmatamento na medida em que ali se recupera a força desprendida para que seja novamente aplicada sobre o solo, um solo lento, resistente à devassa. Destaque-se a tradução de *défricher*, na versão apresentada, por desbravar, e que possui também sentido de desmatar, de limpar os campos.

O desbravamento que avança desmatando e limpando. Mas na imagem não vemos a atividade, vemos a interrupção, a pausa, o repouso e, conforme apontamos nesse esforço, sem a derrubada, sem a trilha aberta, sem a devassa dos caminhos, os relatos se esvaem, as apreensões são também interrompidas, o que faz o poema positivar essa

²²⁰ Conforme nota da edição: Um brasileiro que promete. *A Província de São Paulo*, SP, 6 de julho de 1880, p.1.

²²¹ Conforme nota da edição: Notícias – Refere *A Província* de hontem. *A Constituinte*, SP, 7 de julho de 1880, p.1.

²²² Conforme nota da edição: Dois quadros. *A Imprensa Ytuana*, Itu, 11 de julho de 1880.

²²³ PITTA, 2017, p. 292

quebra da ação, na segunda estrofe, como momento importante para o avanço que continuará seguindo continuamente sem descanso e sem frouxidão. Essa premissa é motivo da terceira estrofe quando se dirige diretamente ao derrubador questionando se ele já está descansado, se já recarregou suas energias, pois que então estremeça e volte ao trabalho, que empunhe as ferramentas e as mova sobre as ervas dos caminhos. Por fim a quarta e última estrofe pede coragem no desempenho dessas funções pois por elas que se simbolizam as obras. O desmatamento, a derrubada, a limpeza, o desbravar dos territórios, a roçagem, são imagens de ações que simbolizam as obras pois por elas que se atingem as ausências assépticas capazes de germinar e difundir os propósitos enxertados. Aqueles que desbravam os caminhos são aqueles que também desbravam o espírito.

Não se trata de pensar o repouso, de retratar o esplendor natural desse ambiente que envolve o personagem e ainda resiste enquanto ele não se levanta, mas antes de exaltar o movimento de derrubada, o avanço desbravador necessário, potencializado pelo lapso momentâneo dessa breve pausa. O poema, servindo de exemplo para a premissa que aqui destacamos, também se vale dessa trilha aberta por onde escoa a luz amena que desobscurece a penumbra da mata espessa. Sem essa via de acesso, sem o vazio derrubado que viabiliza a aproximação, não consegue avançar, não é capaz de mover as imagens dispostas. Portanto, é clamado para que se levante logo esse trabalhador, recuperado das forças, e que agite as ferramentas sem descanso, sem pausa, para que os fluxos não sejam contidos, para que a luminosidade aumente e as sombras desses matos inapropriados possam dar lugar às obras resplandecentes. A relação entre a arma e a eloquência, entre a enxada e o poema, depende desses movimentos que atualizam em luminosidade e acessibilidade o que em potência é obscuro e refreado no seio dos ordenamentos naturais.

Como forma de reação às derrubadas e ao desmatamento avassalador que afetava a ordenação natural e alterava as paisagens brasileiras, encontra-se no notável texto de José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição*²²⁴, certa atividade intelectual produzida no país a partir do final do XVIII que demonstra um interesse pelas questões ambientais, ganhando força no começo do XIX com a proclamação da independência e se estendendo até o final do século com a abolição da escravatura. A historiografia levantada pelo estudo indica que as críticas aos modelos extrativistas aplicados em solo nacional durante o período colonial, consideradas sob esse prisma como ultrapassadas e danosas, são

²²⁴ PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786 – 1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

indicativas da gênese de um pensamento ambiental, usualmente atribuídas a momentos mais contemporâneos, porém existentes enquanto ideais inspirados pelo iluminismo europeu, pela filosofia e história natural que circulavam no pensamento intelectual brasileiro, não propriamente relativos à conservação das matas em si, mas preocupados com a modernização dos processos de produção, eficiência e subsistência econômica. A sanidade ambiental da economia brasileira necessitava da inovação tecnológica e operacional, da implementação de novas técnicas de cultivo e trato do solo, pois era da natureza que as riquezas eram extraídas e, se não houvessem meios de aprimoramento, se esgotassem todos os recursos, o colapso econômico seria também catastrófico.

Pádua aponta para a importância da reforma de 1772 na Universidade de Coimbra, destino de alguns jovens da elite social brasileira, quando novas ideias filosóficas europeias, inspiradas pelo pensamento da ciência natural de Lineu e Bufon, eram exercidas pelo naturalista italiano Domenico Vandelli, que veio a residir em Portugal durante o governo do Marquês de Pombal. Além de participar da reforma na universidade, atuava como “animador científico e cultural”, participando da criação dos jardins botânicos de Coimbra e Lisboa, o que o levou a se consolidar como grande mestre do naturalismo português, tendo participado ativamente da formação de uma vasta geração de estudiosos. O texto estima que cerca de oitocentos e sessenta e seis jovens se formaram em Coimbra durante os anos de 1722 e 1822. Embora nem todos esses chegassem a desenvolver uma atividade intelectual de destaque, desse seleto grupo que surgiu a chamada “geração ilustrada” luso-brasileira, influenciada pelo espírito pragmático e progressista do iluminismo europeu.

O instrumental teórico que alicerçava o pensamento desenvolvido por Vandelli é ilustrado a partir da “economia da natureza” de Lineu, em que se encontram algumas críticas aos processos de roçagem que culminavam no desmatamento produzido pela atividade humana. Como exemplo desse pensamento, é referenciado o texto de 1769, publicado por Lineu em conjunto com H. Wilcke:

a partir do que nós sabemos, é possível julgar quão importante é cada uma das disposições da natureza, de forma que se faltasse uma única espécie de minhoca a água estagnante alteraria o solo e a umidade faria tudo apodrecer. Se uma única função faltasse no mundo animal, nós poderíamos temer o maior desastre no universo.²²⁵

²²⁵ LINEU apud PÁDUA, 2004, p. 15

Nessa amostra encontra-se certa noção de natureza, percebida em sua vastidão, na qual cada parte desempenha uma função importante na manutenção e no funcionamento do sistema inteiro. Essa visão de integralidade é fundamental na gênese do processo de crítica ambiental pois, se os lusitanos continuassem a devastar as matas como fizeram durante os primeiros séculos da ocupação, os danos chegariam a níveis quase irreparáveis. Para continuar provendo recursos, já que a preocupação era encontrar meios para uma exploração sustentável que preservasse a economia antes de tudo, era necessário que as técnicas aplicadas fossem repensadas de modo a preservar a qualidade do solo e das águas. A técnica da queimada, muito utilizada nos territórios brasileiros, por exemplo, não poupava nenhuma espécie, reduzia tudo às cinzas, uma vez que a mata era também local perigoso, abrigo e morada do inimigo. Se o ordenamento natural é um obstáculo aos avanços dos primeiros desbravadores, devendo ser por isso ceifado e alterado, a partir do final do período colonial surge a preocupação com os riscos de esgotamento dos recursos que implicaria em irreparável perda econômica.

Destaque-se uma nota do texto de Pádua que indica uma correspondência onde Lineu protesta a Vandelli a ausência de interesse, por parte da coroa portuguesa, em investimento nos estudos das riquezas naturais produzidas na colônia. A nota traz um trecho dessa conversa: “Bom Deus! Se os lusitanos desconhecem os bens de sua natureza, como serão infelizes todos os outros que não possuem terras exóticas!”²²⁶. O desinteresse e o descaso com as questões naturais da colônia perduraram por séculos, conforme o já citado apontamento de Gandavo a respeito dessa matéria. Tal interesse tendia, com o espalhamento das modernas ideias ambientais, influenciadas pela tecnicidade das produções eficientes, no final do XVIII, principalmente a partir da Universidade de Coimbra, a influenciar o pensamentos dos jovens fidalgos que voltavam de Portugal cheios de críticas aos processos rudimentares de produção que ainda eram vigentes em solo nacional. Aplicá-los aqui significaria aumentar a produtividade e o lucro das lavouras como forma de ampliação dos patrimônios econômicos.

São referenciados alguns textos chave que compõem o escopo da gênese desse pensamento característico da geração ilustrada dos luso-brasileiros. O marco inicial do estudo de Pádua, segundo seu apontamento, “o primeiro ensaio escrito por um brasileiro com reflexões políticas amplas sobre os problemas ambientais do país”, se refere ao

²²⁶ Conforme nota da edição: D. Vandelli, “Memória sobre algumas produções naturais”, p.135

*Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil*²²⁷, escrito por Baltasar da Silva Lisboa em 1786. De acordo com tal entendimento, o discurso histórico de Lisboa pode ser considerado como “espécie de marco fundador da crítica ambientalista brasileira”.

O jovem acadêmico, graduado e doutorado pela reformada Universidade de Coimbra, seguia os preceitos do que apontava como a grande ciência, a mais eficiente na contribuição para o bem comum, a “*Filozofia Natural*”. Remonta, em parte, suas origens à antiguidade romana, quando a agricultura campestre e pecuária, responsável pelas superstições, pela política e por cultos a divindades, eram exercidas e cultivadas como nobres atividades. Faz referência à importância das técnicas de cultivo e preparo do solo para os antigos, pois os magistrados que arrancavam com as mãos as coroas das testas de seus inimigos, com as mesmas mãos se voltavam para os arados. A expansão do império romano se dava mediante os movimentos de conquista e manutenção dos territórios, manutenção essa que empregava o uso das técnicas agrárias e pecuaristas, para torná-los anexados e sustentáveis. O discurso cita Catão, quando afirma que o maior elogio que se podia dar a um romano era chamar-lhe de lavrador; também Cícero quando reputava a atividade como a mais digna de um homem livre e nobre²²⁸.

Firmava-se porém entãõ a agricultura dos antigos povos unicamente em uma serie de experiencias, que a diuturnidade dos tempos, fazia passar á evidencia: donde os seus conhecimentos a este respeito tinhaõ sido mui limitados: porém he sem duvida, que aquellas applicaçõens mereceraõ particular atençaõ daquelles Principes, que conheciaõ, que delas corriaõ perenes fontes de riquezas para o Estado: da hi veio a grande estimaçaõ, em que foraõ tidos aquelles vinte e oito livros de agricultura, que acharaõ os Romanos na tomada de Carthago, com os quaes presenteavaõ aos Principes seus aliados, que souberaõ unir á virtude a alta dignidade, que possuiaõ; no que deraõ heroicos testemunhos Cyro o moço, Atalo Philopator, Hyeraõ, e outros louvados por Plinio e Xenofonte.²²⁹

Mesmo que limitadas pelas técnicas e conhecimentos disponíveis, as práticas de cultivo eram consideradas exercício da virtude e dignidade, exaltadas também pelo discurso de Lisboa na medida em que traça essa genealogia como modo de fundamentar

²²⁷ A publicação integral do Discurso Histórico de Baltasar Lisboa está presente como anexo da tese: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas. Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. UFP - Curitiba, 2004, anexo 1.

²²⁸ Conforme nota da edição: “Ominium autem rerum ex quibus aliquid acquiritur, nihil est agricultura melius, nihil homine, nihil libero dignius. Cicer. De Offic. Cap. 42”

²²⁹ LISBOA apud DA CRUZ, 2004, p. 258

o posicionamento de que a recuperação e atualização desses modos de produção poderia levar o vasto império brasileiro a certo grau de excelência análogo ao dos antigos. Contrasta essa distinção com as invasões bárbaras que se sucederam na Europa, as quais seriam a fonte das desgraças, reduzindo o conhecimento a um estado funesto, desprovido das virtudes dignas de outrora, porém que fora resgatado do abismo pela *Filozofia Natural* através das luzes dessa ciência fecundando “os espíritos humanos de conhecimentos interessantes à humanidade”. Através dela que voltam à tona as importantes compreensões das atividades agrícolas, antes consideradas como bases da subsistência social e econômica.

Uma curiosa e possível leitura seria a de considerar os processos pelos quais se deram as ocupações do território brasileiro como mais voltados para a destruição natural, ao modo das invasões bárbaras, do que aos sistemas de produção agrícola. Se a relação com os ordenamentos era orientada para a extração incontrolada, bem como através de relações violentas de extermínio, tais fatos tornam viável o entendimento que aponta a crítica à situação ambiental brasileira como análoga às barbáries. Por um lado a exaltação às conquistas romanas na tomada de Cartago, a implementação das técnicas, a nobre dignidades dos magistrados que derrubavam reis inimigos e se dedicavam ao cultivo das terras, por outro a crítica às invasões bárbaras, desprovidas de ordenamento e conhecimento técnico necessários para uma exploração ordenada e sustentável dessas riquezas adquiridas na conquista. De modo similar, de um lado a proposta de intervenção pelos domínios da filosofia natural, das práticas tecnológicas de extração dos recursos de forma eficiente, do outro os processos rudimentares que resultam no desmatamento excessivo e desenfreado. A invasão e tomada das terras é justificada e propícia, bem como a derrubada sistemática e organizada, o que não é propício é o modo como estavam operando essa extração nas terras da colônia. Trata-se de uma crítica aos processos, uma proposta de competência para aceleração dos rendimentos, de manutenção das riquezas e afloramento da situação econômica, não uma crítica propriamente à destruição ou às conquistas territoriais em si. A desaprovação dos métodos grosseiros de extrativismo é ilustrada no discurso, entre outras disposições, através do desperdício de lenha no funcionamento das fornalhas de cana de açúcar, da não utilização do arado no preparo do solo e do emprego exclusivo da mão de obra escravizada nas lavouras.

Sobre a questão das fornalhas, Lisboa indica que a produção de açúcar é bastante inferior quando comparada à produção exterior, embora, no Brasil, o vasto território, a

fertilidade do solo e os climas saudáveis sejam mais propícios à cultura da cana do que nos países europeus. O motivo é dado pela irregularidade, má construção e direção das fornalhas durante o processo de fatura do açúcar, dado que, para cada carrada de cana, fazia-se necessária uma carrada de lenha, resultando em prejuízo para os produtores, posto que muitos não possuíam grandes matas disponíveis para alimentar os fornos e, mesmo os que as possuíam em seus territórios privados, enfrentavam a escassez de lenha diante da alta demanda utilizada. Uma solução apresentada para aumentar a produtividade em solo brasileiro seria a modernização dos instrumentos, como pela construção de fornos de reverbério, capazes de atingir o grau necessário de calor para o melhor cozimento da cana. As fornalhas rústicas, muitas vezes, acabavam por queimar os princípios essenciais do açúcar, resultando na produção do melaço, fato que contribui para a qualidade do produto final, tornando-o mais claro ou mais escuro conforme a temperatura obtida no cozimento.

Quanto à utilização do arado no preparo da lavoura, a crítica se volta aos agricultores que desconhecem o uso da ferramenta, já que os antepassados não a utilizavam em solo brasileiro, valendo-se quase exclusivamente do trabalho dos escravizados. A utilização do arado seria muito mais eficiente, podendo substituir o labor humano pelo do animal, o que fundamenta a crítica ao sistema escravocrata dirigida por Baltasar Lisboa – se a produção agrícola depende do trabalho desses escravizados em situação miserável, mal educados, muitas vezes nus, tiranizados, mortos de fome, como poderiam empenhar-se na melhor produção das fortunas dos senhores? Portanto, é sugerida, além da reforma instrumental para o aumento significativo das safras, uma reforma social, pautada em uma melhor educação e em um melhor trato com os servos, bem como na reformulação das leis morais e econômicas.

De acordo com a sugestão apresentada pelo discurso, em primeiro lugar deve-se prezar pela união matrimonial desses servos, pois pelos penhores da mulher e filhos o ligarão à família dos senhores, de onde não desejarão mais sair, nem insistirão nos crimes e excessos de paixões sensuais a que frequentemente se sujeitavam. Uma relação mais respeitosa entre senhores e escravizados resultaria em melhores condições laborais, aumentando as safras e, conseqüentemente, gerando maiores riquezas. Sugere também que tenham um dia da semana para que possam trabalhar livremente, exercendo outros ofícios para garantir a sustentação e vestuário, evitando desse modo que fiquem ociosos, embriagados e nutrindo os vícios da sua propensão natural à frouxidão.

Parece ser por tanto aquella constante pratica mui alheia da humanidade, e menos capás de reduzir os escravos a serem amigos, e fieis aos seus Senhores; que succederá sem duvida sendo mais humanizados, sem faltar-se nada á sua conveniente conservaçaõ; desterrada a nudez em que vivem; e conduzidos em fim por huma boa moral e prudente economica dos Senhores, ao ponto dezejado, de que elles cuidem com gosto no aproveitamento, e comodidade dos seus Senhores.²³⁰

Essas são algumas considerações propostas pelo discurso de Baltasar Lisboa com vista ao aumento da capacidade de produção agrícola brasileira, os reparos necessários, a criação e multiplicação dos animais. Feliz será o dia quando for desterrada a indolência e a inércia dos naturais e dos povos de Portugal, quando a indústria popular, acessível e sustentável, for promovida e animada pelos magistrados do estado e quando, sensíveis aos efeitos das reformas, for posta em prática a filosofia natural como princípio ordenador dessas mudanças. O final do texto assume um tom profético ao anunciar a esperança de um futuro promissor, no qual os naturalistas enviados ao Brasil hão de desvelar os portentos que a natureza desejou ocultar naqueles paraísos secretos, a facilidade dos caminhos abertos hão de contribuir para a formação das povoações, forjadas na boa educação, trato civilizado, garantindo a salvação de suas almas sob a luz do evangelho. Tais são os desejos e os anúncios profetizados na esperança de um país mais civilizado, catequizado, com vias e trilhas abertas, uma economia eficiente e uma produção sustentável que permita o crescimento exponencial das riquezas extraídas da terra. Quanto à especificidade da mata, à preservação dos ordenamentos, não há nenhum apontamento explícito nesse sentido, senão o de reduzir os danos de modo que ela possa continuar a oferecer os recursos naturais necessários para o bom andamento das safras e dos dividendos.

O segundo texto referenciado no estudo de Pádua se trata do *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil pela introdução do arado, reforma das fomalhas e conservação de suas matas*²³¹ de José Gregorio de Moares Navarro. Nesse discurso de Navarro encontram-se novamente críticas aos modos de produção agrícola implantados no Brasil, bem como propostas de renovação técnica, similares às de Baltasar Lisboa, pela renovação das fomalhas e uso do arado. Destaque para o apontamento sobre a necessidade de preservação de bosques próximos das povoações, bem como das matas

²³⁰ *Ibid.*, p. 271

²³¹ NAVARRO, José Gregório de Moras. *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil pela introdução do arado, reforma das fomalhas e conservação de suas matas*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

ciliares e atlânticas, reservas que seriam regidas pelo estado, de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos naturais.

Servindo de epígrafe ao breve texto, são evocados os seguintes versos da quarta Écloga de Virgílio “*molli paulatim flavescet campus arista, incultisque rubens pendebit sentibus uva, et durae quercus sudabunt roscida mella*”, que fora traduzida por Zélia de Almeida Cardoso²³² como “aos poucos, o campo amarelará com espigas maduras, as uvas vermelhas penderão dos espinhais incultos e os rudes carvalhos destilarão úmidos méis.” Os referentes versos das bucólicas são seguidos de um soneto, escrito pelo autor do discurso, que em tom quase profético canta à fertilidade da lavoura brasileira.

Levanta as mãos ao Ceo, Brasil ditoso,
Que já tornou a vir a idade de ouro
Verás colher sem custo o Trigo louro,
O doce Mel, e o Balsamo cheiroso.

De branco Leite, e Nectar saboroso,
Rios verás maiores do que o Douro,
Verás tirar das Minas hum Tesouro,
Capaz de encher o Erario Magestoso.

Do amado Pai o Filho humildemente
Verás beijar a mão que o sustentára,
E todos a do Príncipe Clemente.

Verás em fim Astréa, que deixára
O Mundo em outro tempo descontente,
Tornar á terra, que antes habitára.²³³

Anuncia-se pelo soneto uma nova idade de ouro, o trigo, o mel e os bálsamos abundantes, rios de néctar e leite, minas repletas de tesouros que enchem o erário majestoso. As farturas dessa promessa são abençoadas através da imagem do filho beijando a mão do pai, remetendo aos intentos divinos, e do povo beijando a mão do príncipe clemente, reafirmando a sujeição ao poder da coroa. Por fim, marcando o esplendor desses novos tempos, o retorno de Astreia, ninfa que instruíra os homens nas habilidades do campo, que fugiu após a primeira idade do ouro de modo a se poupar das mazelas a que se sujeitariam os homens nas eras vindouras, mas que agora, com a chegada da nova época dourada, voltaria como símbolo das relações entre homens, deuses e o mundo natural.

²³² CARDOSO, Zélia de Morais. *Poesia Lírica Latina*. NOVAK, M.L.& NERI, M.L. (org.) São Paulo: Martins Fontes, 2003

²³³ NAVARRO, 1799, p. iii

O modesto soneto é dotado de esperança e boa vontade afirmadas pelas propostas de inovações técnicas que se seguem no corpo do texto. Se as sugestões interventivas fossem adotadas e implementadas, o destino da produção de bens no país seria alavancado de tal modo que poderia ser comparado ao florescimento de uma nova idade de ouro, recursos abundantes, fartas safras e inumeráveis riquezas adquiridas. Esse tom positivo e esperançoso parece querer conquistar os interlocutores de modo a servir de remédio às situações de desolação a que estavam sujeitas diversas cidades brasileiras, principalmente após o abandono das minas com o fim da febre do ouro.

Ao início, o texto evoca a resiliência da terra que, mesmo sofrendo os danos das multidões que a habitam, das enchentes e revoluções, mesmo diante da ingratidão com que os homens trabalham continuamente nos processos de destruição e aniquilação de suas produções naturais, ainda assim mantém plena a fertilidade de seus domínios. A ação danosa é atribuída aos efeitos da conduta dos primeiros habitantes da colônia que, alheios à importância de manutenção dos recursos, e movidos pela ganância dos lucros, roçavam os territórios de modo indiscriminado, não poupando nem mesmo as árvores frutíferas ou as provedoras de boa madeira para a construção civil.

Duas suposições são apresentadas a respeito da ocupação dos territórios e das práticas de cultivo e exploração. A primeira é fundamentada pela relação nociva da extração desregrada dos recursos quando os colonos, desprovidos da justa atribuição de valores, desmatavam todas as árvores para, nas roçagens abertas, plantar as sementes que se tornariam as grandes searas produtivas. Porém, sem o conhecimento sobre como distinguir quais as sementes eram melhores para cada terreno, bem como a melhor conduta na preparação do solo, não satisfaziam suas expectativas na colheita e, já desprovidos dos frutos naturais das árvores que foram ceifadas, acabavam por se mudar para outras localidades em busca de novas riquezas naturais. A reprodução dos mesmos processos de derrubada e plantio de modo desregulado, resultava na óbvia produção dos mesmos problemas, sendo necessária então certa preservação dos recursos e cuidado com os arvoredos que sobraram diante do avanço incontrolado dessas atividades devastadoras.

A segunda suposição é fundamentada em uma ação mais bem aconselhada, utilitária, que otimizaria esses processos, preservaria os arvoredos de modo substancial, adaptaria as searas aos melhores terrenos, os quais, resguardando sua fertilidade própria, contribuiriam para o desenvolvimento de melhores lavouras, que por sua vez dariam maiores safras e aumentariam as riquezas do erário. Seriam assim mais felizes e

recompensados em suas atividades esses habitantes quando agindo pelos princípios e aconselhamentos da técnica e da filosofia natural.

Mas como se achão hoje todas essas antigas povoações? Como corpos desanimados; porque os Lavradores circumvizinhos, que por meio da agricultura lhes fornecião os generos da primeira necessidade, depois de reduzirem a cinzas todas as arvores, depois de privarem a terra da sua mais vigorosa substancia, a deixárão cuberta de çapé, e çamambaya, que he huma especie de gramma, e de pequenos fetos, que não serve nem sequer para o lume; e abandonando as suas casas com todos os seus engenhos, oficinas, e abegoarias se forão estabelecer em outros novos terrenos, ou applicando-se a diverso genero de trabalho, principiárão a desperdiçar a terra para tirar das suas entranhas aquelles tesouros, que lisongeavão mais a sua ambição.²³⁴

Não apenas o sistema desordenado de extração e cultivo das lavouras é causa do desolamento, mas também certo nomadismo errante dos povoadores que num primeiro momento aniquilam as matas através de grandes queimadas, depois abandonam o território movidos pela baixa produtividade, movidos pela ganância de lucros prometidos em outros locais e outras atividades. Há nesse trecho um posicionamento que se contrapõe ao modelo de formação dos povoamentos com vistas ao exercício da mineração, pois além de danificarem a fertilidade da terra pelo mal uso da agricultura, também reviravam e desperdiçavam os nutrientes necessários para as culturas apropriadas. Não encontrando modos de obter os lucros pretendidos, em seguida abandonavam essas terras em busca de outras mais ricas, repetindo os processos e multiplicando a devassa natural que resultava no abandono desses locais, restando desabrigados como corpos desanimados.

É possível, diante dessas questões, pensar a atividade de conquista, apropriação e desenvolvimento civilizatório nos primórdios do período colonial através desse ciclo em que a ocupação se dá, primeiramente, pelas queimadas, derrubadas e aniquilações das vegetações naturais que abrem espaço, em seguida, para as plantações de searas, essas, sem a adequação técnica necessária, não produzem o suficiente, como também não produzem as minas os metais em abundância para sustentar o lucro constante, que resultam no abandono dessas localidades, na busca e fundação de outros povoamentos. A repetição desses processos consiste no ciclo vicioso, e deveras danoso, ilustrado por Navarro. Um ciclo no qual a roçagem instaura a ausência abrindo campo para a lavoura que, desprovida das fontes de sua fertilidade, não rende o bastante, ocasionando o abandono do local como nova instância de ausência, como se o vazio produzido pela roçagem fosse causa desse aspecto da desolação urbana do final do XVIII no Brasil. Se é

²³⁴ NAVARRO, 1799, p. 11 – 12

pela ausência que se avança, se por ela que são erguidas as lavouras e as povoações, também é por ela, ou pelas consequências, que essas são destituídas e abandonadas. O projeto apresentado pelo autor consiste, em suma, em reduzir os danos causados pela roçagem desordenada para manter a fertilidade do solo e, valendo-se dos instrumentos e meios apropriados, reduzir os danos, aumentar os lucros e garantir o bom funcionamento dos povoamentos, abastecidos de recursos e incentivados pelos dividendos econômicos das boas safras.

Uma possível defesa das condutas rudimentares é apresentada pelo discurso, sob o modelo das contraditórias, partindo da alegação de que essas atividades de devassidão das matas é útil e proveitosa, pois sem ela não seria possível tirar nenhum proveito dos bosques, os quais servem de “habitação oculta dos bichos e das feras”, não seria conhecida a variedade de plantas e ervas, não seriam encontrados os tesouros que se ocultam em seu seio e não haveria a civilização das nações bárbaras que ali nasceram. Diriam, também, que não importa que por ora a terra fosse esterilizada por essas atividades pois, depois de povoada toda a terra, depois de extintos todos os animais ferozes e bichos venenosos, depois que todos os povos criados entre as feras fossem civilizados, se valeriam então dos “meios que a necessidade e indústria mostrar serem os mais convenientes para ressuscitar na terra a sua antiga fertilidade”. A resposta a essas premissas se dá pela proposição que os lavradores podem obter todas essas “vantagens” sem se privarem das outras, obter os lucros almejados sem produzir tamanhos danos ao solo. Propõe-se que esses agricultores voltem para suas antigas habitações para que possam desfrutar da riqueza oculta debaixo das raízes dos sapés e das samambaias como forma de remediar o mal presente e acautelar o possível mal futuro. Para auxiliar na reconquista da fertilidade após o desolamento, é defendida a utilização do arado e explicação dos benefícios que a atividade da ferramenta traria para as searas.

O ferro do arado só he capaz de descobrir esses thesouros, e de extinguir aquellas raizes venenosas, e inuteis, que tem chupado toda a substancia da terra, com tanto prejuizo dos seus habitadores. Só elle he capaz de preparar com perfeição a terra para canaviaes, feijoaes, arrozaes, e para todo o gênero de grãos e de sementes, com tanta vantagem, que hum só preto com huma junta de bois póde lavrar tanta terra como vinte pretos com o uso da enxada, o que se póde provar todos os dias com a experiencia. Aquellas terras assim lavradas, não tornão mais a criar as raízes que a fazião infructuosa, e ficão sendo capazes de melhores producções. Ahi temos já as grandes povoações cercadas de grandes fazendas para lhes fornecer os generos da primeira necessidade por muito menor preço; ahi temos lavradores com 40 escravos e algumas juntas de bois, fazendo o mesmo serviço, e conveniencia que outros sem o uso do arado, com quatrocentos escravos. Ahi temos os escravos mais contentes, mais

sadios, mais duráveis, porque o trabalho he muito mais suave. Ahi temos finalmente a terra prodigalizando outra vez as suas riquezas.²³⁵

Descobrir os tesouros ocultos da terra pelo ferro que a revira e extingue as raízes venenosas e inúteis, causadoras de prejuízo aos lavradores. Essa imagem é bastante significativa quando pensamos na premissa da roçagem nos processos de conquista territorial. O ferro dotado da capacidade de desvelar os segredos e extinguir os obstáculos, seja pelo uso do arado ou da enxada, seja pelas espadas ou colubrinhas, a intervenção se dá através da utilização desses instrumentos instauradores das ausências necessárias para o perfeito trato da terra. Os objetivos são pautados pela otimização eficiente dos processos, pela redução dos custos e multiplicação dos lucros. Com a força de trabalho de um escravizado e uma junta de bois podem ser realizadas as obras que dependem de vários homens.

Vemos como é característico o pensamento dos autores, tanto Lisboa quanto Navarro, ambos alunos de Vandelli, na medida em que ambos defendem a utilização do arado na preparação do solo para as lavouras, ambos criticam certo aspecto do emprego da mão de obra escravizada e propõem medidas que visam a preservação e conservação de parte dos ordenamentos naturais. Esses posicionamentos, no entanto, visam a elevação dos ganhos e redução dos custos e dos danos. Não se trata especificamente de contestar a condição da escravatura brasileira ou proteger a integridade ambiental em si mesmas, mas antes tornar mais utilitárias e oportunistas as relações. Lavouras mais produtivas, servos menos sobrecarregados e solo fertilizado pela manutenção das matas como ações potencializadoras de riquezas.

O discurso continua no embate entre as propostas de inovação técnica e a defesa das antigas práticas. Diriam novamente os defensores rudimentares que o uso do arado é inútil e desnecessário no Brasil pois, se a terra é muito nova, não admite a utilização da ferramenta devido a presença das grossas raízes que são obstáculos ao avanço dos trabalhos e, se caso a terra seja já antiga e desprovida dessas raízes, também seria desnecessário o uso por dois motivos, primeiro porque a terra já cansada não produz senão sapés e samambaias, segundo porque as lavouras de cana, as que despertam maior interesse, exigem abundância de lenha que a terra não possui e nem é capaz de produzir.

²³⁵ *Ibid.*, p. 14 – 15

Em resposta a essa defesa o discurso concorda com a afirmação de que o arado é ineficaz no trato das terras novas mas, considerando a extensão territorial do país, deve-se encontrar facilmente os locais apropriados ao uso e, mesmo as matas virgens e densas, o preparo do solo o deixa propício à lavoura após cerca de dez a doze anos de intervenção. Quanto ao problema da escassez de lenhas é sugerido que se utilize o bagaço da cana para alimentação das fornalhas, bem como a plantação de árvores de rápido crescimento com fins a suprir essa demanda, além da construção de fornalhas mais modernas que necessitam de um volume menor de lenha para o funcionamento.

Por fim diriam os defensores das antigas práticas que o uso do arado é inútil pois diversos agricultores que vieram de Portugal para o Brasil possuíam conhecimento de seu uso e, se fosse viável a utilização, já o teriam adotado como ferramenta adequada, ao que é rebatido com a sentença de que os que vieram para a colônia não eram os melhores lavradores, nem proprietários de terras e, na grande maioria das vezes, acabavam por prestar outros serviços de acordo com as necessidades locais. A não utilização do arado pelos lavradores para aumentar a produtividade e fertilidade da terra era, assim, apontada como erro de projeto que resultava em inúmeros prejuízos econômicos, políticos, sociais e urbanos.

Como forma de servir de exemplo aos lavradores, o discurso recomenda que o príncipe utilize a ferramenta e incentive as novas práticas em terras públicas pertencentes à coroa, já que dispõe de vastas áreas propícias às grandes lavouras. O bom exemplo dado seria mais benéfico do que os prêmios oferecidos aos agricultores que colocassem em prática esses meios de cultivo e das penas que fulminassem contra aqueles que não aderissem.

Temos mostrado que só com a introdução do uso do arado, e das fornalhas de nova invenção, se podem reparar todos os erros da lavoura do Brazil, e vivificar huma grande porção de terras proxima ás grande Povoações, que estava como amortecida, e abandonada com prejuizo geral dos habitantes.²³⁶

A grande questão apresentada por Navarro, no que toca a preservação ambiental, está presente ao fim do discurso quando propõe a criação de reservas naturais, consideradas como patrimônio público, para garantir o provimento de lenhas e madeiras necessárias aos fins domésticos. Esses bosques seriam arrendados e administrados pelos

²³⁶ *Ibid.*, p. 18

conselhos locais e seus produtos destinados ao financiamento de obras públicas. Os proprietários também poderiam criar essas reservas em proporção ao tamanho de suas terras, conservando as árvores frutíferas que espontaneamente ali nascem, garantindo parte do alimento cotidiano produzido nesses espaços. Também deveriam ser mantidos os arvoredos ciliares que margeiam os rios navegáveis, bem como as matas costeiras do atlântico para, desse modo, garantir o fornecimento de madeiras para a construção das embarcações. Seria de competência do governo a demarcação da extensão desses bosques para que fossem escrupulosamente guardados, considerados como patrimônio público do estado.

Que poucas cousas he preciso introduzir-se e praticar-se para fazer o Brasil o Paiz mais rico, e mais affortunado de todo o mundo! A introdução, e uso do arado, e das fomalhas de nova invenção; a conservação das arvores uteis, e necessarias, a plantação dos que forem destes Reinos, a criação do gado lanisco. Eis aqui, segundo me parece, todo o plano do melhoramento, e da refórma da agricultura do Brasil.²³⁷

A criação e manutenção dessas reservas naturais visava garantir o abastecimento dos insumos necessários para a utilização doméstica, para a construção de casas e embarcações, para alimentação dos habitantes desses povoamentos, bem como acesso a ervas medicinais e outras especiarias. Uma preservação com fins utilitários, conservação das árvores úteis, ordenada ainda pela extração e pela roçagem, mais sustentável, porém alinhada aos interesses do comércio. Não interessam os sapés e as samambaias, as ervas daninhas que nascem sobre o solo maltratado, essa vegetação que não presta nem para o fogo. O interesse é orientado pela utilidade, pela qualidade dos recursos, pela manutenção da fertilidade das lavouras, pelo melhor funcionamento das fomalhas, todas as ações voltadas para a multiplicação das safras e dos lucros. O mato, mesmo diante dos primeiros esforços no sentido de sua preservação, ainda assim é desconsiderado, inútil e imperceptível. Conservar certa parte, proporcional ao tamanho da propriedade, para fazer render a colheita e garantir a reserva dos insumos essenciais aos processos de produção e obtenção dessas mercadorias.

As premissas que primeiramente moveram o estudo de Pádua estão presentes na *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil sobre a Escravatura*²³⁸ de José Bonifácio. Esta representação seria apresentada à primeira

²³⁷ *Ibid.*, p. 19 -20

²³⁸ BONIFÁCIO, José D'Andrada e Silva. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil sobre a Escravatura*. Paris: Typ. De Firmin Didot, 1825.

assembleia legislativa do recém emancipado estado brasileiro em 1823, porém fora destituída pelo imperador Pedro I que não aceitava a divisão de poderes, tendo elaborado, no ano seguinte, a primeira carta constitucional brasileira que lhe conferia o poder moderador. O texto apresenta a proposta de lei para a criação de novos regulamentos para o comércio da escravatura e o “tratamento dos miseráveis cativos”. Sustentando que o exercício da escravidão ia contra princípios cristãos, na medida em que não devemos fazer aos outros o que queremos que não nos façam; contra princípios juriconsultos como o de tornar *pessoa a coisa*, posto que o homem não pode ser coisa e, por isso, não pode ser objeto de propriedade; contra princípios morais que não podem vigorar onde imperam a dor e o sofrimento humano e, ponto que interessa especificamente aos esforços aqui empenhados, contra os princípios ambientais na medida que a prática agrícola exercida pelo sistema escravocrata reduzia as matas a desertos.

Na Conchinchina não ha escravos, e todavia a producção e exportação do assucar ja montava em 1750, segundo nos diz o sabio *Poivre*, a quarenta mil pipas de duas mil libras cada huma, e o seu preço era baratissimo no mercado: ora advirta-se, que todo este assucar vinha de hum pequeno paiz sem haver necessidade de estragar matas e esterilizar terrenos, como desgraçadamente entre nós está sucedendo.

Demais, huma vez que acabe o pessimo methodo da lavoura de destruir matas e esterilizar terrenos em rapida progressão, e se forem introduzindo os melhoramentos da cultura Europea, de certo com poucos braços, á favor dos arados e outros instrumentos rusticos, a agricultura ganhará pés diariamente, as *Fazendas* serão estaveis, e o terreno, quanto mais trabalho, mais fertil ficará. A Natureza próvida, e sabia em toda e qualquer parte do Globo dá os meios precisos aos fins da sociedade civil, e nenhum paiz necessita de braços estranhos e forçados para ser rico e cultivado.²³⁹

Novamente são reafirmados aqui os compromissos com o desenvolvimento técnico das lavouras para que resultem em maiores lucros. As férteis matas, prenas de árvores frutíferas e de madeiras essenciais para a construção civil, eram ceifadas pelo machado assassino e pelas chamas devastadoras da ignorância, as serras e montes escalvados e tostados pela ação interventiva e, como consequência, pela estiagem do clima. A herança deixada pelas práticas rudimentares de cultivo, adotadas ao longo de séculos, era caracterizada por terras devassadas e abandonadas, indo em rumo contrário aos requisitos necessários para o avanço social, político e econômico do império.

Destaque-se uma grande nota presente no texto, inserida pelo editor, que faz referência à utilidade da cultura dos arvoredos. Cita o historiador de Cyrus, o grande, que

²³⁹ BONIFÁCIO, 1825, p. 15 – 16

põe no número dos títulos de glória do imperador persa o haver plantado toda a Ásia menor; a prática norte americana na qual o lavrador que se torna pai de uma menina planta uma pequena floresta que, crescendo junto da criança, vem a ser seu dote de casamento; o duque de Sully que plantou diversas árvores na França e a citação de Addison que, diante de uma plantação, dizia “por aqui passou um homem útil”. A nota também faz referência ao problemático contexto brasileiro quando confere às florestas o peso do machado e o calor das chamas. Sugere que sigam os exemplos de plantio e manutenção dessas florestas como interesse à saúde pública, que se faça o plantio de árvores nas bordas das estradas, nas praças e vias largas da cidade, ao molde dos boulevards franceses e dos *esquires* ingleses. Dentre os motivos, aponta certos aspectos de conhecimento científico, alegando que as folhas absorvem o gás carbônico da atmosfera e oferecem oxigênio ao ar que respiramos, associa a multiplicação das árvores com a abundância das chuvas que são indispensáveis para o desenvolvimento das lavouras e também reafirma os interesses econômicos que podem elevar os lucros do país a valores consideráveis. “Não pretendemos seguir voo d’águia; se ousamos inserir esta e outra nota é por que nos pareceu não ser conselho de desprezar. A innocencia de nossas intencoes é o nosso fiador para com aquelle que, ainda no seu desterro, só de sua patria cura. A.D.”²⁴⁰

As críticas à gestão ambiental brasileira por parte de José Bonifácio sustentam o argumento que os modos de produção das lavouras não contribuem para a saúde natural. As terras se encontravam ermas, mal cultivadas pelo braço indolente e forçado, as minas preciosas restavam desconhecidas ou inviabilizadas pela falta de trabalho instruído, as matas desaparecendo pela ação do machado e do fogo. Aponta que, se a degradação continuasse desenfreada, em breve as chuvas faltariam, desabastecendo as lavouras e o leito dos rios. Viria, então, o dia em que a natureza ultrajada se vingaria dos erros cometidos, reduzindo o esplendor das matas a paragens inférteis como os desertos áridos típicos da Líbia.

Ainda dentro das referências levantadas pela historiografia de Pádua, tomemos a tópica da defesa dos ordenamentos naturais frente aos processos de roçagem que integra certos aspectos da poesia romântica brasileira. A primeira referência está presente nos versos do terceiro canto d’*Os timbiras* de Gonçalves Dias:

As três formosas tabas de Itajubá / Já foram como os cedros gigantesco / Da corrente
impedrada: hoje acamados / Fósseis que dormem sob a térrea crusta, / Que os homens

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 19 – 20

e as nações por fim sepultam / No bojo imenso! – Chame-lhe progresso / Quem do extermínio secular se ufana: / Eu modesto cantor do povo exinto / Chorarei nos vastíssimos sepulcros, / Que vão do mar ao Andes, e do Prata / Ao largo e doce mar das Amazonas. / Ali me sentarei meditabundo / Em sítio, onde não oiçam meus ouvidos / Os sons freqüentes d’uropeus machados / Por mãos de escravos Afros manejados: / Nem veja as matas arrasar, e os troncos, / Donde chorando a preciosa goma, / Resina virtuosa e grato incenso / A nossa incúria grande eterno asselam.²⁴¹

O trecho compara as formosas tabas de Itajubá com os gigantes cedros, ambos ceifados, que restam enquanto fósseis soterrados, sepultados pela ação devastadora do homem. A atividade de extermínio que reduz as aldeias e as árvores se apresenta sob a premissa do progresso. O poema, entoado pelo cantor do povo que se esvaiu, lamenta as perdas nos sepulcros, que se estendem ao longo de toda a América do Sul, na busca de um retiro onde não se ouça mais o som voraz dos golpes de machado europeu empunhado pelas mãos dos escravizados, não se veja a mata nem os troncos devassados que vertem a seiva de modo similar às lágrimas que escorrem dos olhos na lamúria. Embora seja significativa essa busca pelo local afastado, preservado, longe das ações interventivas da roçagem e das ausências sepulcrais dos fósseis, essa espécie de retorno ao mundo natural idealizado, não se concretiza o objetivo da busca, não se faz possível acessar a mata, a não ser pelos restos das tumbas cantadas em saudoso lamento. Na sequência do poema, o tema da defesa da natureza não recebe outra consideração mais significativa.

A segunda referência é ao poema “A destruição das florestas”, presente na edição das *Brasilianas*²⁴² de Araújo Porto-Alegre. No primeiro canto, intitulado “a derribada”, encontra-se menção ao trabalho dos escravizados que, avançando sobre a floresta, tombavam as árvores em cumprimento dos desígnios ordenados pelos senhores.

Na mão do escravo acicalado ferro / Brilha, e reflecte do africano vulto / Sorriso delator de interno gozo! / E sôfrego acudindo á voz do incola, / Que na córnea busina o madrugára, / Antes que a aurora os montes contornasse, / Na frodente floresta se aprofunda. / Brada contente a parceiral caterva, / Prompta agitando as fouces e os machados / Que no ar lampejam quaes sinistros raios. / Mede co’a vista os seculares troncos / D’esses gigantes que laceram nuvens; / Que tantas estações, e tantas eras, / Os céos e a terra em porfiada lide / Donosos empregaram na estrutura / Que tem por coração cerne de ferro, / Onde verazes os annaes do mundo / Em multiplices rolos se recatam. / Prorompe o capataz com gesto fero, / Afras canções do peito borbotando, / Que alentam do machado o golpe; troa / O hymno devastador, que em curta quadra / Lança por terra mil possantes troncos, / Timbre dos evos, pompa da natura. / Nos largos botareos, que a base escoram, / E no solo se entranham tripartido, / Como ingentes gibóias no profundo, / Talha o machado a corpolenta crosta. / Treme o chão, treme o ar, geme e se esfolha / A culp’la verdegai do amplo madeiro, / E convulso

²⁴¹ DIAS, Gonçalves. “Os Timbiras”. In: *Poesia completa e prosa escolhida*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. p.473-523.

²⁴² PORTO-ALEGRE, M. de Araújo. *Brasilianas*. Vienna: Imperial e Real Typographia, 1863.

largando os verdes fructos, / Granisa o bosque com medonho estrondo, / Que as aves manda ao céu, e á tóca as feras! / Marca a funda machadada / Do canto safro o compasso; / E as que o ar toldam mil lascas / Roboram do fulo braço / O golpe destruidor.²⁴³

Pelos golpes das foices e machados são tombados os troncos seculares. Os estalidos troam alto, ecoando como hinos devastadores, fazendo tremer a terra. Os madeiros caem, espalhando os frutos pelo chão. Voam as aves em retirada e fogem as feras para as tocas em busca de abrigo. As lascas se desprendem e rebolam pelo ar devido aos golpes desferidos. As árvores tombadas são comparadas a antigas colunas de arruinados templos que agora jazem prostradas no solo. Elas que, erguendo-se majestosamente aos céus com suas copas ornamentadas, garantiam a prenhe sombra de frescor, guardavam sob proteção uma infinidade de plantas, ervas e animais, agora não mais podem amparar essas criaturas, condenando-as à sede e retirando-as do abrigo. O poema canta a contemplação desse espetáculo triste e grandioso com os olhos abarcados quando o ferro impetuoso retalha a verdejante manta terrestre. Canta a diversidade das árvores derrubadas como ipês, angicos e vergôntes, os pássaros que não podem mais ali cantar, como as maritacas, sabiás, macucos e gaturamos, a embalde resistência de um sicário agarrado ao tronco caído que mingua junto do pútrido cadáver do lenho abatido. Os homens, diante dessa seara submergida, são comparados a insetos quando a seus pés se prostram a ossada da floresta mutilada e murcha onde mirram os troncados abatidos.

O segundo canto é intitulado “a queimada” e elenca os castigos produzidos pelo fogo e pelo sol que, sobre esse espaço aberto desprovido da proteção das copas garantidoras do frescor ameno, agora ressecam as ruínas monstruosas desse templo sagrado.

É hora do labor, sôa a busina; / E a leda turma, que abatera a selva, / Preliba gozos na hecatombe immensa, / Que em breve as serras cobrirá de fumo, / Como se dó vestisse a Natureza! / É hora do labor, sôa a busina; / No córneo isqueiro a pederneira encosta / O guapo capataz, e alçando a dextra / Move o fuzil; rebentam as faiscas, / E no amago da mecha comburente / Se embebe o fogo, e bafejado augmenta. / Nas reliquias de putridos madeiros / Derrama a isca, cuidadoso sopra, / Activa a flamma que espadanas brota, / E de grossas vergôntes a robora. / Divide os fachos, repartindo a gente, / E co'um brado commanda o holocausto. / Por cem partes da terra nuvens se erguem / De brancos fios, que simulam plumas, / Como os penachos do crinito tyroso, / Que a palma extremam dos ubás farpados. / Estridente soido o espaço enchendo, / Dá signal ás descargas incessantes, / Que rolam, como em fogo e alegria / Nos faustos dias que a nação consagra. / Como um bosque encantado e fluctuante / O fumo de improviso se modela; / Vivas linguetas, trisulcadas, varias, / Surgem do centro como troncos ígneos; / E ao som das salvas, do estampido estranho, / Dos madeiros que estalam, se

²⁴³ PORTO-ALEGRE, 1863, p. 45 – 47

ergue o incêndio; / E o intenso gaz dos cálidos vapores / Nos céu tremúla, e nas
visinhas plagas, / Qual vaga crespas ao respirar dos Euros.²⁴⁴

Pode-se notar como as questões técnicas que orientam os discursos de Baltasar Lisboa e de Navarro, críticas à escravatura, ao desmatamento e à prática da queimada estão, de certo modo, presentes no enredo do poema. O som da buzina anuncia o início da jornada de trabalho. Como resultado do labor, a ignição da chama, o holocausto natural ganha força e se alastra. A pilha de troncos estala sobre as labaredas como corpos empilhados e cremados em cerimônia fúnebre após uma noite de sangrenta batalha. O som da seiva ardendo sob a incandescência do fogo, as colunas de fumaça que sobem aos céus como plumas. O trabalho consiste em reduzir à cinza as matas, abrindo desse modo os espaços por onde avançam os capatazes e por onde escoam os insumos extraídos.

Tal bafo raivoso e ardente enfurece as feras, fazendo com que as serpentes que vibram as caudas e rufam a terra lançassem-se sobre as chamas com arrojo na tentativa destemida de espalhar os braseiros, mas com os corpos chamuscados pela cinza ardente que lhes queimava a pele, são pelas flamas vencidas e fenecem junto ao leito incandescente que as devora. Alimentadas pelo zunido intenso do vento, as labaredas se engrossam e devoram os altos arvoredos, estourando as tabocas como colubrinhas de fogo disparadas sobre a terra. A intensa cortina de fumaça que se eleva, negra fuligem das cinzas, rouba dos astros a luz, instaurando trevas no céu luminoso. Essa prática extremamente danosa aos ordenamentos, que não polpa nenhuma espécie, consome plantas, ervas, flores, répteis, aves, insetos e mamíferos. Verdadeiro hecatombe das riquezas naturais. “Tudo é fogo, tudo é fumo, tudo estronda, tudo treme, tudo queima, tudo freme, tudo é cinza, tudo é ar!!!!”

No terceiro e último canto, “meditação”, encontra-se, após uma série de referências aos feitos de alguns “brasileiros sábios” no sentido da propagação de estudos e esforços que movimentavam o debate técnico e científico sobre a questão ambiental no Brasil, uma crítica à devassidão desenfreada das matas balanceada com uma defesa da lavoura e das práticas sustentáveis de cultivo.

Eu não praguejo a provida lavoura / E o braço creador, infatigável, / Que as artes
alimenta, e que converte / Com magico poder um grão em ouro. / Homem sou, e do
fructo que a cultura / Da terra colhe meu sustento fórmio, / Conheço o medio termo, a
sã balisa / Que os limites contém ao siso humano: / Mas improvidas ruinas, sem

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 62 – 65

proveito, / Sem plano, sem futuro! – sim, lastimo-as, / E a perda irreparável de elementos / Da invejável grandeza! Vejo campos / Semeados de arbustos ociosos; / Vejo nos montes áridos roçados, / Largos vales de inúteis capoeiras, / De reptis e de feras povoados, / Sem que a mão do cultor, mão poderosa, / Em férteis regiões de terra os converta. / Choro dos bosques a riqueza imensa, / Choro das fontes o benigno amparo, / Dos rios a riqueza, e o ar saudável, / Que as florestas expandem de seu seio.²⁴⁵

No referente trecho encontram-se questões que reiteram o debate sobre os modos de produção agrícola mais eficientes e sustentáveis. Não se trata de uma crítica à lavoura, conforme é afirmado, mas de uma ode ao trabalho do cultivo, a arte dotada de mágico poder de transformar um grão em ouro, de converter o fruto em lucro. Essa técnica seria, de acordo com os versos, aplicação do que é chamado de meio termo, a sã baliza, que não pende a nenhum dos pontos extremos. De um lado poderia se referir à preservação total do mundo natural sem intervenção humana, do outro o modelo vigente na prática que resultava no aniquilamento de todos os recursos. Tal caminho do meio seria, então, obtido através da prática de uma roçagem controlada, que fizesse uso eficiente dos processos e insumos sob os auspícios das inovações técnicas pretendidas.

Outra questão que se coloca a partir do trecho se refere à utilidade dessas áreas de cultivo. Não importam as vegetações campestres, os sapés e samambaias, as ervas que crescem encobrendo os caminhos. Não importam os arbustos ociosos dos campos, os largos vales de inúteis capoeiras, as feras e animais que os habitam. Não importam esses ordenamentos sem que haja a interferência direta da mão do cultor, “mão poderosa”, para que sejam então convertidos em regiões férteis, rentáveis. O choro, que antes chorava o aniquilamento, agora chora o desperdício das riquezas que se esvaem desmedidas pela intervenção destrutiva, não propriamente pela perda dos entes que deixaram de existir, mas pelo lucro que poderia, quando operada a mágica da transformação dos grãos em ouro, elevar o poderio econômico dessas regiões improfícuas.

Questões semelhantes são detectadas no poema “O ermo” de Bernardo Guimarães, presente nos *Cantos da Solidão*, a terceira referência obtida a partir do texto de Pádua. A obra inicia evocando a solidão característica das matas escondidas, novamente a busca pelo mundo natural onde habitava outrora os indígenas, apresentados sob esse viés idealizado de pureza do selvagem.

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 77 – 78

Ao ermo, ó musa: – além daqueles montes, / Que, em vaporoso manta rebuçados, / Avultam Já na extrema do horizonte... / Eia, vamos; – lá onde a natureza / Bela e virgem se mostra aos olhos do homem, / Qual moça indiana, que as ingênuas graças / Em formosa nudez sem arte ostenta!... / Lá onde a solidão ante nós surge, / Majestosa e solene como um templo, / Em que sob as abóbadas sagradas, / Inundadas de luz e de harmonia, / Êxtase santo paira entre perfumes, / E se ouve a voz de Deus. – Ó musa, ao ermo!...²⁴⁶

Aqui a mata, avultada além do horizonte, distante e erma, é comparada, não às tabas como no timbiras, mas ao corpo virgem e inocente de uma jovem indígena. A solidão desse espaço é solene como um templo, reiterando as imagens de ausência pelo isolamento e solidão. O canto pede para que as musas conduzam ao ermo, para que a linguagem possibilite o desvelamento, diante dos olhos, desses desertos isolados. Mesmo assim as referências aos ordenamentos naturais característicos desse lugar se dão de modos afastados, longínquos, ocultos debaixo das abóbodas sagradas que deixam inundar de luz a mata. O poema não acessa o interior da mata nesse primeiro momento. A promessa de êxtase santo que paira entre os perfumes não é consumada a não ser pelas descrições exteriores ou comparativas com o corpo da jovem. No segundo canto há uma tentativa de se aproximar desse lugar sagrado.

Ali campinas, róseos horizontes, / Límpidas veias, onde o sol tremula, / Como em dourada escama refletindo / Flóreas balsas, colinas vicejantes, / Toucadas de palmeiras graciosas, / Que em céu límpido e claro balanceiam / A coma verde-escura. – Além montanhas, / Eternos cofres d'ouro e pedraria, / Coroados de píncaros rugosos, / Que se embebem no azul do firmamento! / Ou se te apraz, desçamos nesse vale, / Manso asilo de sombras e mistério, / Cuja mudez talvez jamais quebrara / Humano passo revolvendo as folhas, / E que nunca escutou mais que os arrulhos / Da casta pomba, e o soluçar da fonte... / Onde se cuida ouvir, entre os suspiros / Da folha que estremece, os ais carpidos / Dos manes do Indiano, que inda chora / O doce Éden que os brancos lhe roubaram!...²⁴⁷

As descrições das matas são retratadas como paisagens observadas de longe, as flores, as colinas, as palmeiras que tremulam no horizonte. Os versos pedem que, caso seja do agrado, que desçamos nos vales, esses asilos de sombras e mistérios que ocultam os tesouros nos cofres de ouros e pedras preciosas. Lá, em isolamento, nunca souo o ranger das folhas estalando sob o passo humano. A busca por esse lugar intocado, isolado, afastado, que mantém a integralidade dos ordenamentos nativos, desprovido das alterações interventivas provocadas pelo avanço civilizatório, é espécie de reação aos

²⁴⁶ GUIMARÃES, Bernardo Joaquim da Silva. *Poesia Completa*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014. p. 19

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 20

infortúnios causados por essas ações, descritas como o roubo do Éden, quando os colonos retiraram o paraíso das mãos das comunidades nativas. Nos versos seguintes são relatados o extermínio, cativo e a morte desses indígenas, varridos da superfície terrestre, seus ossos insepultos alvejando nos campos solitários. “Oh! floresta, que é feito de teus filhos?” Da mudez profunda dos desertos, surge esse esforço que denuncia um crime atroz.

No terceiro canto encontram-se as críticas aos processos de devassidão das matas e extermínio dos gentios como um estrondo ruidoso e agressivo que ecoa no ermo da floresta, marcado pelo som cadenciado do ferro incidindo sobre os troncos das árvores e corpos dos nativos.

Ei-lo, que vem, de ferro e fogo armado, / Da destruição o gênio formidável, / Em sua fatal marcha devastando / O que de mais esplêndido e formoso / Alardeia no ermo a natureza; / Que nem somente o íncola das selvas / De seu furor foi vítima; – após ele / Rui também a cúpula virente, / Único abrigo seu, – sua riqueza. / Esta trêmula abóbada, que ruge / Por seculares troncos sustentada, / Este silêncio místico, estas sombras, / Que agora me derramam sobre a fronte / Suave inspiração, cismar saudosos, / Vão em breve morrer; – lá vem o escravo, / Brandindo o ferro, que dá morte às selvas, / E – afanoso – põe peito à ímpia obra: – / Já o tronco, que os séculos criaram, / Ao som dos cantos do africano adusto / Geme aos sonoros, compassados golpes, / Que vão nas brenhas ressoando ao longe; / Soa o último golpe, – range o tronco, / O tope excelso trêmulo vacila, / E desabando com gemido horrendo / Restruge qual trovão de monte em monte / Nas solidões profundas reboando. / Assim vão baqueando uma após outra / Da floresta as colunas venerandas; / E todas essas cúpulas imensas, / Que inça há pouco no céu balanceando, / A sanha dos tufões desafiavam, / Aí jazem, como ossadas de gigantes, / Que num dia de cólera prostrara / O raio do Senhor.²⁴⁸

Avança a fatal marcha sobre a floresta, o ferro e o fogo derrubando as árvores, ceifando os troncos seculares, o que há de mais esplendoroso na natureza. Cai, junto das verdes cúpulas, o corpo do habitante das selvas. O destino das suaves sombras, guardiãs do silêncio místico e dos tesouros que ali se escondem, é traçado pelo canto do poema, vão em breve morrer. O som dos golpes do machado ecoa junto dos cantos dos derrubadores e do gemido produzido pelo tombo da madeira. Encontra-se presente nessa imagem certo aspecto da crítica tecida ao sistema escravocrata na medida em que o escravizado era o agente do desmatamento. As ordens partiam dos senhores, que visavam reduzir a mata e o abrigo do nativo às cinzas para ali instalar as lavouras garantidoras dos lucros almejados, mas quem manuseava o machado era a mão do servo. Tombam, juntos,

²⁴⁸ Ibid., p. 22 – 23

os troncos seculares e os corpos dos indígenas, rangendo e ecoando como trovões nas ermas e profundas solidões das matas brasileiras.

O final do terceiro canto se despede dos ordenamentos aniquilados que agora foram reduzidos a cinzas e ruínas. Adeus sombra fresca, adeus queixas e sussurros da solidão misteriosa, adeus aves e feras que fogem desvairadas em meio à destruição. Convida a musa a sentar e chorar sobre as ruínas junto das aves que perderam o ninho. “Procura adormecer o férreo braço do improvido colono, que semeia somente estragos neste chão fecundo!” Mas se aqui é clamado o freio em contenção ao avanço colonizador que abrasa os campos e devora as matas, o quarto canto pondera sobre os efeitos resultantes da intervenção, espécie de ode ao progresso, que necessita dessa força de alteração, das ausências impostas diante da natureza, para atingir o esplendor civilizatório. Se agora a musa chora diante das ruínas da devassidão, amanhã verá triunfar um novo povo, habitando um novo mundo, em que as águas das fontes não mais hão de espelhar as árvores esplendorosas, mas as torres da cidade que se ergue em suas margens.

Mas, não te queixes, musa; – são decretos / Da eterna providência irrevogáveis! / Deixa passar destruição e morte / Nessas risonhas e fecundas plagas, / Como charrua, que revolve a terra, / Onde terminam do porvir os frutos. / O homem fraco ainda, e que hoje a custo, / Da criação a obra mutilando, / Sem nada produzir destrui apenas, / Amanhã criará; sua mão potente, / Que doma e sobrepuja a natureza, / Há de imprimir um dia forma nova / Na face deste solo imenso e belo: / Tempo virá em que nessa valada / Onde flutua a coma da floresta, / Linda cidade surja, branquejando / Como um bando de garças na planície; / E em lugar desse brando rumorejo / Aí murmurará a voz de um povo; / Essas encostas brancas e sombrias / Serão risonhos parques suntuosos; / E esses rios, que vão por entre sombras / Ondas caudais serenos resvalando, / Em vez do tope escuro das florestas, / Refletirão no límpido regaço / Torres, palácios, coruchéus brilhantes, / Zimbórios majestosos, e castelos / De bastiões sombrios coroados, / Esses bulções da guerra, que do seio / Com horrendo fragor raios despejam. / Rasgar-se-ão os serros altaneiros, / Encher-se-ão dos vales os abismos / Mil estradas, qual vasto labirinto, / Cruzar-se-ão por montes e planuras; / Curvar-se-ão os rios sob arcadas / De pontes colossais; – canais imensos / Virão surcar a face das campinas, / E estes montes verão talvez um dia, / Cheios de assombro, junto às abas suas / Velejarem os lenhos do oceano!²⁴⁹

A destruição apresentada como decreto da eterna providência, o desprendimento necessário das forças de alteração que abrem os campos e os caminhos no processo do levante das estruturas urbanas e civilizatórias dos modelos ocidentais. Tal devassidão é comparada, curiosamente, aos efeitos do arado, das charruas que revolvem a terra para torná-la mais fértil. Se as críticas antes apresentadas contestam a derrubada demasiada e apontam o uso da ferramenta como solução para os problemas do cultivo, nesse trecho do

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 24 – 25

poema ela é o próprio agente da destruição que prepara o terreno para as futuras edificações. O ermo da floresta é substituído, em primeiro lugar, pelo descampado, pelas estradas abertas tais quais labirintos, as encostas que se tornam parques, as águas que refletem os prédios, os portos que carregam os insumos extraídos pelas vagas do oceano. Antes chorando os crimes de destruição, a musa agora será princesa e testemunha desse novo mundo que surge, guardando as memórias das eras que findaram, dessa rude infância, quase extinta, que só resta em saudade.

Desse modo, a partir das considerações apresentadas e encerradas aqui nessa breve leitura do poema de Bernardo Guimarães, torna-se possível pensar a ausência como tópica recorrente dos registros relativos ao processo de conquista, intervenção, aplicação de forças e construção da sociedade civil brasileira. Gerada pela roçagem indiscriminada das matas, pelas trilhas abertas que conectam os caminhos, também pelo abandono, pelo aniquilamento das comunidades nativas, pela solidão e afastamento dessas paragens desérticas, assume, diante de cada faceta possível, a importância no que se refere à preparação do espaço que será receptor dessas intervenções. Para que sejam erguidas as estruturas, sejam cultivadas as terras, sejam despovoadas das feras e dos gentios considerados inimigos, faz-se necessário o abatimento, ocasionado pelo ferro e pelo fogo, como promessa de um futuro mais lucrativo, alinhado aos preceitos éticos e morais, nos quais o progresso social pode ser justificado pela saúde tecnológica e econômica mais do que a ambiental. As matas, árvores seculares, as ervas daninhas, as aves, os animais, os nativos e todo ordenamento natural, quando empecilhos aos avanços desse futuro promissor, são condenados à destruição e se tornam, quando muito, memórias saudosas dessas coisas que praticamente não houveram pois deixaram de existir antes mesmo que pudessem ser apreendidas. Ausência como o preço a ser pago pela promessa de um futuro que não se concretiza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi produzida entre os anos de 2019 e 2022, tendo atravessado o mórbido período da pandemia global de covid-19. Tempos sombrios esses que se anunciaram. Impuseram muitas dificuldades em todos os setores, de modo que insistir nos trabalhos se tornou forma de resistência diante das inúmeras adversidades que, de alguma forma, derivaram da influência letal e devastadora do vírus. Se pudermos tomar uma tópica para direcionar a feitura dessas considerações finais que seja a, tão cara ao estilo brasileiro, da promessa e anúncio de melhores tempos, esse olhar futuro que projeta e anseia pelo desenvolvimento que trará benefícios capazes de reparar os danos sofridos. Que não seja, entretanto, pautada pela desgastada e nociva noção de progresso, entendida sob o prisma dos esforços desse trabalho. Que seja sim, talvez impossível e inatingível como são dadas as promessas, votos de períodos abundantes e férteis do que há de ser bem plantado e cultivado.

Não apenas as sinistras avarias causadas pela pandemia impactaram essa pesquisa, mas também as incalculáveis malfeitorias produzidas pelas catastróficas políticas públicas adotadas durante esse período. A situação de calamidade sanitária gerada pela ação do vírus, por si só, já seria nefasta o bastante para o abalo das estruturas, porém fora utilizada como oportunidade de interferência, a que ficou famosa política do passar a boiada. Aumento estratosférico do desmatamento florestal, índice recorde de queimadas no pantanal e Amazônia, avanço genocida do garimpo sobre as terras indígena, desmonte dos órgãos de controle e fiscalização das questões ambientais, permissão para utilização de agrotóxicos e inseticidas extremamente nocivos e proibidos em países europeus e norte-americanos.

A repercussão da implementação dessas políticas de desmonte das instituições de preservação e avanços do desmatamento e mineração ilegais colocou o Brasil na condição de pária mundial, ocasionando algumas reações como sanções à importação de bens que estivessem ligados ao processo de degradação ambiental. A política do “passa boi passa boiada” valeu-se da situação delicada ocasionada pela pandemia, quando a atenção pública estava voltada para o combate à proliferação do vírus e controle dos danos causados, para acelerar os processos de roçagem das matas, extração das madeiras e avanço do garimpo.

Portanto, a sobrevivência dessa pesquisa pode significar resistência também através da manutenção de alguns tópicos referentes ao debate ambiental que vigora no Brasil há pelo menos três séculos. E se é possível valer-se da experiência adquirida no processo para anunciar as expectativas promissoras de um futuro mais fértil, que seja no âmbito dos reparos aos danos causados pelas tais políticas de desmonte. Se já não era sustentável desmatar de forma indiscriminada sob o prisma de certo aspecto do pensamento vigente em meados do XVII, é inconcebível ao homem do XXI ignorar os efeitos extremamente danosos dessas práticas desastrosas na natureza. Vivemos os efeitos do aquecimento global, do efeito estufa, do avanço incontido de expansão urbana, as secas e longas estiagens, as volumosas chuvas, alagamentos, rompimento de barragens, chacinas de indígenas em confronto com garimpeiros. Tempos sombrios que necessitam, ainda, de análises e estudos que possam, juntamente com alguns esforços aqui propostos, contribuir para o debate e também profetizar esse novo tempo redentor, menos letal e mais sustentável.

Buscou-se aqui a investigação da prática da roçagem como tópica recorrente dos discursos de conquista, posse e manutenção dos territórios através da análise de textos que compõe esse recorte, limitado, porém significativo, das chamadas narrativas de conquista. Diante desse campo amostral, puderam ser elencadas e referenciadas algumas imagens que se repetem, preceitos que fundamentam os meios pelos quais as práticas dos avanços, iluminados pela referida ideia de progresso, eram implantadas em solo nacional. Abertura dos caminhos, catequização dos nativos, construção dos centros urbanos, práticas de cultivo e interesses econômicos obtidos através dos produtos naturais.

Trazer à tona essa discussão secular, apresentar dados e motivos pelos quais tais práticas eram exercidas, traçar caminhos que conectem a roçagem aos interesses que movimentam a vontade pública, seja através da alteração das estruturas para adequá-las ao modelo imposto, seja pela sujeição forçosa e violenta garantidora do cumprimento dos desígnios, seja pelo vazio dos roçados, das queimadas, ou da falta de interesse pela preservação dos recursos naturais. A possibilidade de contribuição ao debate das questões ambientais e das práticas de cultivo, dos efeitos causados pela alteração, força e ausência, como estímulo que impulsionou o trabalho nos momentos de adversidade, tal qual algumas passagens relatadas em que os viajantes lançados ao interior deviam superar os obstáculos para atingir o destino de suas missões. Não é possível deixar de assinalar, nessa

breve passagem terminante, o sentimento de travessia dificultosa que ao longo desse período se fez tão presente.

Mantendo ainda esse espírito de peregrinação, destaco a ida ao Goyaz velho e à Aruanã, a antiga capital e o antigo porto de Leopoldina, ainda em meio à pandemia, onde pude encontrar a réplica da casa de máquinas do vapor, localizada na praça da cidade que margeia o Araguaia. Perguntei ao barqueiro que conduzia um passeio pelo rio, quando ia até o encontro do Rio Vermelho com o Araguaia, se ainda era possível descer até Belém, como fizeram alguns personagens da história goyana referenciados nesse esforço, ao que ele respondeu que essa travessia não era praticada há muito tempo mas, se pagasse bem, ele a faria. E riu. Destaco também a visita ao museu de belas artes do Rio de Janeiro e à pinacoteca do estado de São Paulo, onde estão expostas diversas imagens e documentos que retratam parte considerável da historiografia nacional, como a obra de Almeida Júnior que foi utilizada no quarto capítulo.

Havia a intenção de descer até Belém, margeando por terra o Araguaia até o encontro com o Tocantins e, de lá, até ao Atlântico, bem como a intenção de atravessá-lo em voo até Lisboa, em visita ao arquivo nacional da Torre do Tombo, depois até Coimbra em visita à universidade e, descendo a península ibérica, fazer a travessia do estreito de Gibraltar, como fizera João I e a tropa do infante Henrique em direção à Ceuta. Essas jornadas ficaram para um futuro próximo pós pandêmico, junto dos votos de tempos vindouros mais propícios para essas viagens.

Foi na beira do Corumbá, com a enxada em mãos, que surgiu a primeira manifestação da possibilidade de pensar a roçagem como tópica de certas características da produção nacional. Junto desse desvelamento, veio também a importância dos rios para a tomada desses territórios interioranos. A partir daí pensar os efeitos, constantemente em trânsito, dessas práticas de roçagem, os quais foram elencados e divididos em três tópicos que valeram como pontos de partida para a pesquisa: a alteração causada, a força aplicada e a ausência residual. Desse modo se desenhava o caminho pelo qual deveria ser aberta a trilha, encontrando no movimento de avanço da pena imagem similar a dos efeitos produzidos pelo uso da enxada.

Como primeira manifestação surgiu o interesse pelo Goyaz devido ao contato que esse estado proporciona com a vida natural, repleto que está dessas matas conservadas pelos parques e áreas de preservação que ainda resistem aos avanços civilizatórios. Tantas

idas ao Alto Paraíso, à vila de São Jorge, às cachoeiras inúmeras que descem pelas pedras desses importantes rios, a proximidade do Distrito Federal com a cidade de Pirenópolis, com a chapada Imperial, o salto do Itiquira e o seio do rio Corumbá. De certo modo, o contato com a terra, tão próprio e costumeiro aos habitantes de Brasília, de alguma forma gerava essas impressões, dotadas de um sentimento repleto de boas lembranças e vívidas experiências, que se traduziam no interesse pela história goyana e a formação dessas localidades.

Muito da pesquisa foi tomando forma enquanto a trilha era aberta pois avançava em terreno até então desconhecido para mim. Aproveitar as referências que possuía, no início, para sustentar os argumentos que auxiliassem na jornada. Tal foi a importância das questões a respeito do embate entre a sofisticada gorgiana e a ontologia parmenídica para que fosse possível adentrar a tópica da alteração, proposta aqui como efeito intrínseco à linguagem, suspensa na indecisão entre o ser e o nada, e tão cara à roçagem, que de modo similar também opera suspensa nessa dicotomia. Aproximar assim a prática de aragem com a da escrita e a possibilidade de trilhar o caminho tendo como norte a tópica da alteração como devassidão dos caminhos.

Quanto ao uso da força, tornou-se necessária a investida no contexto da expansão marítima e comercial portuguesa a partir do XV, cujo marco inicial se deu na conquista de Ceuta. A disseminação do modo de invasão, os discursos que orientavam as decisões, o *ethos* imposto que fora importado e atravessou o atlântico rumo à costa brasílica, as técnicas e conhecimentos de marinharia, modelos fundamentados por princípios que se fazem perceber através de imagens recorrentes, indicando, pela repetição dos motivos, a propensão ao espalhamento e instauração desses modos no país. As armas e as penas como ferramentas de conquista, a eloquência como divulgação dos efeitos produzidos, as forças bélicas e retóricas que se aplicam sobre o solo e sobre os povos nativos como processos de roçagem necessários para a tomada e apossamento da terra.

Por fim pensar as ausências que restam dos processos de extração, o vazio produzido pelo desmatamento, pelas queimadas, pela abertura das vias de acesso ao interior, pelo abandono das cidades diante do esgotamento dos recursos, pelo desinteresse do colonizador frente às condições naturais nativas e originárias. A ausência é instância da alteração, resultado da aplicação das forças. As sobras residuais das entidades aniquiladas que, se não são capazes de restituir as existências perdidas, permitem ao menos a percepção de suas perdas. Assim essas imagens dos espaços vazios, da erma

solidão das florestas, do estado decadente de certas estruturas urbanas interioranas, dos roçados ociosos e abandonados, são características e tópicas habituais presentes no corpo textual analisado.

Se formava assim o escopo do trabalho, ainda impreciso e afastado, o qual foi desenvolvido enquanto avançavam as leituras, as referências possibilitavam as conexões e indicavam os caminhos. Em sintonia com a temática que ia se desvelando, o esforço seguia conforme a trilha era aberta. Inicialmente parecia que seria um tema restrito, escasso, pouco comentado na literatura, nos diários e inventários das viagens, nos poemas que cantaram a gênese do estado brasileiro, porém, conforme adentrava o universo textual, a vastidão se mostrava através da quantidade de material e a importância dessas questões, em proporções que até então ignorava, para o debate público nacional. Manter viva essa memória, revisitar os motivos, colocar em movimento essas premissas, mesmo que de modo ainda inicial, como forma de alongar o campo de visão para perceber, nos detalhes, a complexidade do problema que ia tomando corpo.

O recorte textual apresentado, embora pequeno diante da imensidão dos motivos, deixa aberta a possibilidade de extensão através da investigação das tópicas de roçagem em outros momentos, como por exemplo no século XX. As vastas plantações de café, o avanço das culturas da cana, milho e soja que se estendem nas margens das rodovias que interligam as cidades interioranas, o interesse exploratório que se volta para as terras protegidas, como as do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a redução gradual dos biomas que é proporcional ao avanço dos centros urbanos. Alguns exemplos de questões que podem ampliar o campo de atuação dessas pesquisas.

Vivemos em um país que, a partir da conquista lusitana, sempre esteve sob foco do interesse exploratório devido à vastidão de seus recursos. As madeiras, os minérios, os frutos e os grãos, o agronegócio ainda vigora como o ponto de sustentação da economia nacional. Analisar as tópicas enquanto estilos que se relacionam com a temática da roçagem, mas também os efeitos econômicos e ambientais que se desprendem dessas relações. Conforme dito, essas questões estão, embora em pauta há mais de três séculos, ainda em vigor, dado ao avanço do desmatamento e da extração mineral ilegal. A contribuição dos apontamentos dessa pesquisa visa impulsionar a reflexão dessas práticas, pautadas que deveriam ser pelas memórias, pelas experiências, pelos erros e acertos dos tempos passados, mas como no Brasil estamos sempre na espera por esse futuro redentor que se concretizará quando a promessa do desenvolvimento for atingida,

influenciada amplamente pela imagem do retorno do messias que a todos julgará em redenção, vivenciar o tempo presente parece ser um problema que ainda não é possível de ser solucionado.

Que vigorem então, lançadas ao futuro, essas premissas colhidas e apresentadas aqui nesse esforço, que possam ecoar nesse tempo vindouro e encontrar solo fértil para que desenvolvam raízes firmes, possam florescer e dar bons frutos. Os votos que aqui se firmam como resistência, similar à da semente em solo infértil, enquanto vigora o governo orientado para a relação exploratória inconsequente e extremamente maléfica, bem como toda a política de desmonte que o caracteriza, se lançam portanto adiante, replicando essa tópica e essa prática que, de alguma forma, faz parte desse povo ansioso e saudoso de suas raízes, acostumado a olhar para as mazelas sofridas no passado em espera do arrebatamento esplendoroso que se anuncia como promessa.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *O Descobrimento do Brasil*. Biblioteca Pedagógica Brasileira Brasileira, Vol. 253. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

ALBUQUERQUE, Luís de. “O ‘Tratado da Agulha de Marear’ de João de Lisboa; reconstituição do seu texto, seguida de uma versão francesa com anotações”. In: *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXIX – Ano 1981 – pág. 129-162.

ANCHIETA, José de. *Feitos de Mem de Sá*. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1970.

ANGIONI, Lucas. “A filosofia da Natureza de Aristóteles” in: *Ciência & Ambiente*, vol. 28. Janeiro / Junho de 2004.

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

BARREIROS, Fortunato Jose. Memória sobre os pesos e medidas de Portugal, Espanha, Inglaterra e França que se empregão nos trabalhos do corpo de engenheiros e da arma de artilheria. Lisboa: Typografia da Academia, 1838.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

BONIFÁCIO, José D’Andrada e Silva. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil sobre a Escravatura*. Paris: Typ. De Firmin Didot, 1825.

BROWN, Ruth Rhynas. “Seis canhões do século XVI provenientes do Santíssimo Sacramento: uma reestimativa” in: *Navigator*. V.1 – N.2, pp. 21-34. RJ, dezembro de 2005. Trad. Almirante Armando de Senna Bittencourt.

CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Porto: Companhia Portuguesa, 1916.

CAMPOS, Humberto de. *Crítica - Segunda Série*. São Paulo: W.M. Jackson Inc., 1962.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira Vol. I*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1999.

- CARDOSO, Zélia de Moraes. *Poesia Lírica Latina*. NOVAK, M.L.& NERI, M.L. (org.) São Paulo: Martins Fontes, 2003
- CASSIN, Barbara. *O efeito sofisticado*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Maria Cristina Franco Ferraz. São Paulo: Editora 34, 2005.
- CASSIN, Barbara. “Sofística, Performance, Performativo”. In: *Anais de Filosofia Clássica*, vol. 3 nº 6, 2009. Tradução de Fernando Santoro publicada em vol. 10 nº 20, 2016.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento & conquista da Índia pelos portugueses*. Coimbra: 1552 – 1561.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. “O troar dos canhões” in: Patrimônio Arqueológico subaquático na Marinha do Brasil: objetos oriundos de sítios de naufrágios na costa Brasileira, 2017, pp. 46-57.
- CORBACHO, Antón. “O topônimo ‘Goyaz’” in: *Signótica*, v. 15, n. 2, p. 153-172, jul./dez. 2003
- CORBELLINI, Vital. “A participação de Antanásio do Concílio de Nicéia e a sua defesa do *homooúsios*.” In: *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 157, set. 2007, p. 401.
- CORBELLINI, Vital. “A trindade na visão de Gregório de Nazianzo”. In: *Kairós* - Revista Acadêmica da Prainha Ano III/1, Jan/Jun 2006, p. 18 – 19.
- CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1858-1866.
- CORTESÃO, Jaime. *A política de sigilo nos descobrimentos*. Lisboa: Coleção Henriquina, 1960.
- COSTA, Cláudio Manoel da. *Obras Poéticas de Glaucete Saturnio*, Edição de Referência: “A Poesia dos Inconfidentes”, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1996.
- CRULS, L. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.
- DA CRUZ, Ana Lúcia. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas. Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. UFP - Curitiba, 2004.

- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- DERRIDA, Jacques. *Marges de la philosophie*. Paris: Les éditions de minuit, 1972.
- EMPÍRICO, Sexto. *Contra os retóricos*. Trad. Rafael Huguenin e Rodrigo Pinto de Brito. São Paulo: Unesp, 2013.
- FREIRE, Francisco José. *Arte Poética, ou regras da verdadeira poesia*. Lisboa: Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil / História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008.
- GOES, Damião de. *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749.
- GÓRGIAS. *Elogio de Helena*. Trad. Daniela Paulinelli. Belo Horizonte: Anágnosis, 2009, parágrafo 08. Disponível em: <http://anagnosisufmg.blogspot.com/2009/11/elogio-de-helena-gorgias.html> Acesso em: 11/12/2019
- GUIMARÃES, Bernardo Joaquim da Silva. *Canto da solidão*. São Paulo: Tipografia Liberal, 1852.
- GUIMARÃES, Bernardo Joaquim da Silva. *Poesia Completa*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014.
- HOMERO. *Ilíada*. Trad. Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Ediouro, 2009.
- HOMERO. *Ilíada*. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2020.
- IBN, Abd-el-Hakem. *Dhikr Fath Al-Andalus: Ibn Abd-el-Hakem's History of the Conquest of Spain*. Translated by John Harris Jones. Gottingen: W. Fr. Kaestner, 1858.
- KALTNER, L. Ferreira. *Armando Cardoso e a Obra de Anchieta, à Luz da Historiografia Linguística*. Revista Philologus, Ano 25, N° 73. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2019.
- LANGSDORFF, Georg Heinrich. *Os diários de Langsdorff*. SILVA, DGB., org., KOMISSAROV, BN., eds., Trad. Márcia Lyra Nascimento Egg. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.
- LOPES, Fernão. *Chronica del Rey D. João I*. Lisboa: Escriptorio, 1897-1898.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaya*. “Edição definitiva.” [Publicação dirigida por José Couto de Magalhães e Couto de Magalhães Sobrinho.]. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1902.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Os Guayanás: conto historico sobre a fundação de S. Paulo / General Couto de Magalhães*. Publicação dirigida por José Couto de Magalhães e Dr. Couto de Magalhães Sobrinho. Edição definitiva. São Paulo: Typ. Espindola, Siqueira & Comp., 1902.

MARTINS, M. de L. de Paula. *Teatro Tupí de Anchieta*. São Paulo: Boletins da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1941.

MATTOS, Joaquim Francisco de. *Os caminhos de Goiás*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980

MORAES, A. J. de Mello. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1871.

MORAES, J. A. Leite. *Apontamentos de viagem*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011.

NAVARRO, José Gregório de Moras. Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil pela introduccão do arado, reforma das fornalhas e conservação de suas matas. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

NISSA, Gregório de. *A criação do homem; A alma e a ressurreição; A grande catequese*. Trad. Bento Silva Santos. São Paulo: Paulus, 2011.

NÓBREGA, Manuel da. Diálogo sobre a conversão do gentio. São Paulo: Meta Libri, 2006.

PÁDUA, José Augusto. Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786 – 1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. “Apêndice II, Notícia da tomada de Ceuta dada por Abraham Ben Samuel Zacuto, escritor judeu no principio do século XVI” in *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. XCIX – CVIII.

PITTA, Fernanda. “Entre alegoria nacional e o tipo brasileiro: o lugar de *Derrubador Brasileiro* no projeto acadêmico de construção da nação.” In.: *Modelos na arte ensino, prática e crítica. 200 anos da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro*. CAVALCANTI, Ana; MALTA, Marize; PEREIRA, Sonia Gomes (orgs). Rio de Janeiro: Nau Editora, 2017.

PLATÃO. *Diálogos*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980.

PLATÃO. *Fedro*. Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo: Editora 34, 2016.

PLATÃO, Íon. Trad. Victor Jabouille. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1988.

PORTO-ALEGRE, M. de Araújo. *Brasilianas*. Vienna: Imperial e Real Typographia, 1863

ROMERO, Sylvio. *Historia da Litteratura Brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.

SALLES, Gilka V. de F. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1992

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem as nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz*. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. P. 279 – 284.

SOUSA, Luiz Antonio da Silva e. “Memoria sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz.” In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo XII, 4º trimestre de 1849, 2ª Ed.* Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1872

SPIX, MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *A província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

VANDELLI, Domingos. "Memória sobre a Agricultura deste Reino e de suas Conquistas" In: *Academia das Ciências de Lisboa, Memórias Econômicas*. Lisboa, Banco de Portugal, 1990. vol. I.

VELHO, Álvaro. *Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497*. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1838.

VENTURA, Roberto. "Estilo tropical: a natureza como pátria." In: *Remate de Males*. Campinas, (7): 27-38, 1987.

VERNHAGEN, F. Adolfo de. *História geral do Brazil, antes de sua separação e independencia de Portugal*. Tomo II. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1871.

VÉRON, Theodore. *Dictionnaire Véron, ou organe de l'Institut Universel des Sciences, des Lettres est des Arts du XIX Siècle, feu les savants, les littérateurs et les artistes du XIXe Siècle (de A à L). Suivi du Salon de 1880 par Th. Véron*. Paris: Chez M. Bazin, 1880.

VIEIRA, Antonio. *Cartas do padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, Tomo Terceiro*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, 1746. p. 75 – 81.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983

WOOTEN, Cecil W. *Hermogenes' On Types Of Style*. Chapel Hill: The University of North Caroline Press, 1987.

ZURARA, Gomes Eannes de. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.